

LUCAS ALEXANDRE ANDRETO

**A FORMAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB) NA CIDADE DE
SÃO PAULO (1922 – 1930)**

ASSIS

2018

LUCAS ALEXANDRE ANDRETO

**A FORMAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB) NA CIDADE DE
SÃO PAULO (1922 – 1930)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e
Letras de Assis – UNESP- Universidade Estadual
Paulista para obtenção do título de mestre em
História (Área de Conhecimento: HISTÓRIA E
SOCIEDADE)

Orientador: Paulo Cesar Gonçalves

Bolsista Capes

ASSIS

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

Andreto, Lucas Alexandre

A561f A formação do Partido Comunista do Brasil (PCB) na cidade de São Paulo (1922-1930) / Lucas Alexandre Andreto.

Assis, 2018.

208 f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: A FORMAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB) NA CIDADE DE SÃO PAULO (1922-1930)

AUTOR: LUCAS ALEXANDRE ANDRETO

ORIENTADOR: PAULO CESAR GONÇALVES

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em HISTÓRIA, área HISTÓRIA E SOCIEDADE pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. PAULO CESAR GONÇALVES
Depto. de História / UNESP/ASSIS

Prof. Dr. EDUARDO JOSÉ AFONSO
Depto. de História / UNESP/ASSIS

Prof. Dr. MARCOS TADEU D'ALMEIDA
Depto. de Ciências Políticas e Econômicas / UNESP/MARILIA

Assis, 29 de agosto de 2018

Agradecimentos

Dentre as várias pessoas que me ajudaram a realizar esta pesquisa, começo agradecendo especialmente ao professor Eduardo José Afonso, que teve papel essencial para delimitação do tema e construção do projeto de pesquisa, e cujas conversas e indicações foram de grande auxílio por todo trajeto. Agradeço também ao professor Antônio Celso Ferreira, com quem desenvolvi os primeiros passos da pesquisa e que igualmente me orientou de forma pertinente na indicação das leituras e no início do trabalho com as fontes. Devo agradecimentos também ao professor Milton Carlos Costa e ao professor Paulo Cesar Gonçalves, meu orientador. A este último eu agradeço por acompanhar minha pesquisa desde seu estágio inicial, sendo por todo momento um importante interlocutor. Sou grato também ao professor Dainis Karepovs, que tanto através de e-mails respondidos atenciosamente quanto por seus trabalhos publicados, me serviu de guia em mais de uma situação de impasse.

Devo agradecimentos também aos funcionários do CEDEM pela ajuda no trabalho de coleta das fontes.

Não posso deixar de agradecer com muito carinho a minha mãe, a professora Sandra Andreto, e a toda minha família, que sempre me apoiou e sem os quais eu jamais teria conseguido terminar o mestrado.

Reservo também um importante agradecimento a todos os meus amigos e camaradas, que dão vida ao meu trabalho de “interpretação do mundo” sendo meus companheiros no trabalho de “transformá-lo”.

Por último, agradeço a CAPES, que através de uma bolsa de estudos me permitiu dedicar tempo exclusivo à pesquisa.

A revolução não é canja não. É feijoada completa, de cana: exige estômago sólido.
(*Carta de Astrojildo Pereira para Everardo Dias*. Rio de Janeiro, 16/08/1928. ASMOB
)

ANDRETO, Lucas Alexandre. **A formação do Partido Comunista do Brasil (PCB) na cidade de São Paulo (1922 – 1930)**. 2018. 200 f. dissertação. Mestrado acadêmico em História e Sociedade. – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2017.

Resumo

Nos anos que se seguiram a 1917 a Revolução Russa tornou-se referência para o movimento operário mundial. No Brasil, o entusiasmo e expectativa com a experiência russa tornou-se resposta para os problemas do movimento operário brasileiro e, com isso, o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em 1922, objetivando construir nas terras brasileiras um partido que operasse segundo os princípios da III Internacional. Construir um Partido Comunista, sessão nacional da Internacional Comunista era uma tarefa que pressupunha a execução de uma determinada estratégia e tática, um determinado modo de ser e atuar que tinha como objetivo final a revolução do proletariado. O presente trabalho busca abordar o que era construir um Partido Comunista tomando como amostra a experiência dos comunistas brasileiros na cidade de São Paulo, analisando para isso as principais formas de atuação do PCB no momento: o partido e as frentes de massa, os sindicatos e a relação com outras forças políticas de oposição.

Palavras-chave: Partido Comunista do Brasil; Movimento Operário; Sindicatos e comunismo; São Paulo (SP); Política e governo.

ANDRETO, Lucas Alexandre. **The formation of Communist Party in São Paulo (1922 – 1930)**. 2018. 200 p. Dissertation (Master in History and Society). São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2018

Abstract

After 1917 on Russian Revolution became a reference for the world labor movement. In Brazil, the enthusiasm and expectation with the Russian experience became an answer to the problems of the Brazilian labor movement within, in context Communist Party of Brazil (PCB) was founded in 1922, aiming to build in the Brazilian lands a party that operated on behalf of the Third International principles. To build a Communist Party, the national session of the Communist International was a task that presupposed the execution of a certain strategy and tactics, a certain way of being and acting whose ultimate objective was the revolution of the proletariat. The present work seeks to address what it was to build a Communist Party, taking as a sample the experience of the Brazilian Communists in the city of São Paulo, analyzing for this the main forms of action of the PCB at the moment: the party and the fronts of mass, the trade-unions and relationship with other political opposition forces.

Keywords: Communist Party of Brazil; Labor Movement; Unions and Communism; São Paulo (SP); Politics and government.

Sumário

Siglas	10
Introdução	11
Capítulo I – Construindo a política de frente única: o PCB e o BOC em São Paulo	31
1.1 – Os problemas e contradições para se construir o Partido Comunista	31
1.2 - A Frente de Massas Eleitoral: O Bloco Operário e Camponês	63
1.3 - Os comunistas nas eleições de fevereiro de 1928 em São Paulo	72
1.4 - A Campanha de outubro de 1928	82
1.5 - A experiência eleitoral dos comunistas em São Paulo	106
Capítulo II – Os Comunistas de São Paulo e os sindicatos	110
2.1- A União dos Trabalhadores Gráficos	110
2.2 – A greve dos gráficos de 1923	119
2.3 – A greve dos gráficos de 1929	123
2.4 – A Internacional: Sindicato dos empregados em hotéis, restaurantes, confeitarias, bares, cafés e classes anexas	136
Capítulo III – Relações do Partido Comunista do Brasil em São Paulo com outras forças políticas	150
3.1 – Os Tenentistas	150
3.2 – Os Anarquistas	157
3.3 – O Partido Democrático de São Paulo	176
Considerações Finais	197
Fontes	201
Bibliografia	203

Siglas Utilizadas

AEL – Arquivo Edgar Leuenroth

AESP – Arquivo do Estado de São Paulo

ASMOB – Archivio Storico del Movimento Operaio Brasileiro

BO – Bloco Operário

BOC – Bloco Operário e Camponês

CCE – Comitê Central Executivo do Partido Comunista do Brasil

CR-SP – Comitê Regional de São Paulo.

IC – Internacional Comunista ou III Internacional

PCA – Partido Comunista da Alemanha

PCB – Partido Comunista do Brasil

PD – Partido Democrático de São Paulo

PRP – Partido Republicano Paulista

UTG – União dos Trabalhadores Gráficos

Introdução

Este é um estudo sobre a origem e o desenvolvimento do Partido Comunista do Brasil (PCB) na cidade de São Paulo, que aborda desde o ano de fundação do Partido (1922) até 1930. Nosso trabalho teve como fio condutor expor o que era construir um partido comunista nos tempos da III Internacional, tomando como amostra específica a cidade de São Paulo que, na época, era a cidade mais desenvolvida industrialmente do Brasil e contava com a maior quantidade de membros da classe operária. Dedicamos especial atenção às dificuldades e contradições que permearam a tarefa de construção do Partido, os debates que se travavam no interior do mesmo e com outras forças políticas, bem como as principais atividades, as ações de maior vulto e importância, buscando mostra-las detalhadamente. A data limite de nosso recorte (1930) se dá pelas mudanças na direção e linha política que o PCB passou naquele momento, de forma que entendemos que no ano de 1930 encerra um ciclo da política dos comunistas no Brasil.

O Partido Comunista do Brasil conta atualmente com uma historiografia a seu respeito que remonta a década de 60, quando o próprio Partido reuniu uma comissão composta por Mário Alves, Apolonio de Carvalho, Renato Guimarães, Marly Vianna e Astrojildo Pereira com o objetivo de escrever sua história em comemoração ao seu aniversário de 40 anos. O projeto contou com apenas uma reunião e não teve continuidade. Astrojildo Pereira acabou cumprindo o papel pioneiro nesse sentido ao publicar sua contribuição, o livro “*Formação do PCB (1922 – 1928)*”, que, como fez questão de deixar claro, “não pretende outra coisa senão servir de material” para a escrita da história do PCB, história esta que o próprio Astrojildo Pereira não se sentia com ânimo de escrever, pois a documentação existente na época estava dispersa, carecendo de arrolamento e classificação em consequência aos longos anos em que o Partido Comunista passou na ilegalidade, obrigando-o a reduzir e esconder seus documentos ao máximo. Assim, Astrojildo declara que o melhor a se fazer para construir uma história do PCB seria a elaboração de monografias, coletâneas de

documentos e publicação de ensaios de interpretação e síntese, de forma que “a história propriamente dita” viria a seu tempo¹.

É pertinente notar que a historiografia do PCB produzida até os dias de hoje segue, em alguma medida, as mesmas tendências da historiografia do movimento operário brasileiro em geral, apesar de, como nos preveniu Eric Hobsbawm, temos de tomar o cuidado de não confundir a história do movimento operário, ou da classe operária, como sendo apenas a história dos Partidos Comunistas². Dessa forma, o livro de Pereira deu início a “primeira geração” da historiografia sobre o Partido, com textos memorialísticos ou uma mescla de memória e análise científica. Fazem parte dessa leva, além do livro de Astrojildo Pereira, as memórias de Leôncio Basbaum, Octávio Brandão e Heitor Ferreira Lima, bem como o livro *História das Lutas Sociais no Brasil*, de Everardo Dias³.

Por conta da perseguição política durante a ditadura militar, a documentação do PCB e do movimento operário brasileiro foi enviada para Milão, compondo o Archivio Storico del Movimento Operaio Brasiliano (ASMOB), na Fondazione G. Giacomo Feltrinelli. A segunda leva da historiografia do PCB deu-se na década de 80, na medida em que o momento político do país com o término da ditadura militar possibilitou a organização dos documentos históricos do Partido e do movimento operário em arquivos sob os cuidados das universidades públicas brasileiras, como é o caso da documentação que encontra-se no CEDEM-UNESP (que inclui atualmente a documentação do ASMOB) e do Arquivo Edgard Leuenroth (Unicamp). Ao mesmo tempo, o importante papel que o movimento operário desempenhou no processo de redemocratização brasileira despertou interesse pela história do mesmo e, conseqüentemente, do PCB.

Este segundo momento perde o caráter memorialístico dos textos que cede lugar a análise metodológica científica, mas prossegue sendo levado a cabo por militantes do PCB ou de alguma outra organização de esquerda. Aqui, encontram-se os livros de Nelson Werneck Sodré, José Antônio Segatto, Eliezer Pacheco e Edgar Carone, sendo

¹ PEREIRA, A. *A Formação do PCB (1922-1930)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. P. 30.

² HOBBSAWM, E. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. P. 18.

³ PEREIRA, A. *A Formação do PCB (1922-1930)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012; BRANDÃO, O. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978; BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976; LIMA, H. F. *Caminhos Percorridos*. São Paulo: Brasiliense, 1981; DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

importante lembrar que este último, assim como Moisés Vinhas, organizou uma pioneira coletânea de documentos históricos do PCB. Essa historiografia realizou o papel de escrever os primeiros ensaios e interpretações síntese da história do Partido, tal como sugerido por Astrojildo Pereira, dedicando especial atenção aos aspectos constitutivos da organização partidária, as linhas políticas adotadas e suas transformações, a composição das direções do Partido e das bases⁴. Esta geração da historiografia do Partido, juntamente com a primeira, fazem parte daquilo que o historiador Claudio Batalha chamou de “produção militante” no que diz respeito a história do movimento operário brasileiro⁵.

A década de 80, pelo contexto já mencionado, foi também o momento em que surgiu a “produção acadêmica”⁶ sobre a história dos comunistas brasileiros, em que pese a importância no primeiro momento dos trabalhos de Paulo Sérgio Pinheiro, Michel Zaidan, Leandro Konder e Marcos Del Roio⁷. Esses autores travaram o debate sobre como o PCB se desenvolveu politicamente, quais alianças ele fez e sob quais critérios, as relações do PCB com o meio nacional e internacional, levantando a questão de até que ponto o Partido seguia fielmente as diretrizes da III Internacional ou adaptava essas diretrizes e mesmo o próprio marxismo a realidade brasileira, podendo-se falar assim de um “marxismo nacional”. Conjuntamente a essa pergunta, colocaram o debate a respeito de outra: como pensaram e atuaram os comunistas brasileiros no sentido de realizar a revolução brasileira? Ou, de forma análoga, que papel cumpriram os

⁴ SODRÉ, N.W. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984; SEGATTO, J. A. *Breve História do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989; PACHECO, E. *O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984; CARONE, E. *O marxismo no Brasil: Das origens a 1964*. São Paulo: Dois pontos, 1986; CARONE, E. *O PCB (1922 – 1943)*. São Paulo: Difel, 1982; VINHAS, M. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922 – 1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

⁵ BATALHA, C. *A historiografia da classe operária no Brasil: Trajetória e tendências*. IN FREITAS, M.C. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001. P. 146.

Contudo, visto a polêmica que existe tanto no debate historiográfico quanto no debate científico em geral a sobre a relação entre ciência e militância política, marcamos aqui nossa posição a respeito do assunto concordando com o historiador Carlos Zacarias de Sena Júnior, para quem “tanto pode haver boa história escrita por militantes como má história escrita por acadêmicos, e vice versa”. Ver SENA JÚNIOR, C. Z. *Podemos escrever uma história dos comunistas brasileiros?* Revista Outubro, N° 29, 2017. P. 9.

⁶ A categoria de “produção acadêmica” também é proveniente de Claudio Batalha. *Ibidem*. P. 150.

⁷ PINHEIRO, P.S. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.; PINHEIRO, P. S. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil (1922 – 1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.; Z Aidan; M. *PCB (1922 – 1929): Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.; Z Aidan, M. *O PCB e a Internacional Comunista (1922 – 1929)*. São Paulo: Vértice, 1988.; Z Aidan, M. *Comunistas em céu aberto*. Belo Horizonte: Oficina dos livros, 1989. KONDER, L. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.; DEL ROIO, M. *A classe operária na revolução burguesa – A política de Alianças do PCB: 1928 – 1935*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.

comunistas no processo de desenvolvimento da política brasileira do século XX e, juntamente, da constituição da “sociedade burguesa” no Brasil?

A historiografia acadêmica sobre o PCB depois de um refluxo nos anos 90 seguiu avançando nos anos 2000, evidenciando que a discussão a respeito do papel dos comunistas na história brasileira não estava esgotada. Merecem destaque os trabalhos de Dainis Karepovs sobre a participação dos comunistas nas eleições e no parlamento: *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*⁸ e a coleção *História do Marxismo no Brasil*, organizada por Daniel Aarão Reis Filho, João Quartin de Moraes e Marcelo Ridenti⁹. A obra de Karepovs demonstra o uso de farta documentação, possibilitando reconstruir um episódio até então pouco conhecido da trajetória do PCB, a saber, sua primeira experiência eleitoral com o Bloco Operário e Camponês, que lhe permitiu na década de 20 um considerável avanço na política de massas e uma dura condenação da III Internacional quando esta, em 1928, abandonou a política de frente única. A coleção sobre a história do marxismo no Brasil, que vai muito além do período por nós estudado, ganha por reunir os principais historiadores brasileiros que trabalharam a respeito do tema para reatualizar o debate a respeito da trajetória dos comunistas.

No mesmo sentido de pensar o papel dos comunistas na história do Brasil no século XX, seus projetos, ganhos e fracassos na empreitada de levar a cabo a revolução brasileira, deve-se citar o livro de Antônio Carlos Mazzeo, “*A Sinfonia Inacabada*”¹⁰, que defendeu que o projeto comunista no século XX ficou inconcluso, permanecendo a meio caminho seus objetivos de realizar uma revolução democrático-burguesa de caráter nacional-popular ou mesmo a revolução socialista.

Os trabalhos acadêmicos de última época sobre o PCB têm fornecido importantes contribuições. Gostaria de destacar especialmente a dissertação de Artur Duarte Peixoto, “*Da organização à frente única: a repercussão da ação política do*

⁸ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil*. Tese de doutorado em História apresentada a USP, 2001. O autor publicou uma versão resumida deste trabalho: KAREPOVS, D. *A Classe Operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*. São Paulo: Alameda, 2006. Do mesmo autor, ver também os artigos KAREPOVS, D. *A Coligação Operária de Santos quebrou a pasmaceira*. História, São Paulo, v. 25, n 1, p. 182-202, 2006.; KAREPOVS, D. *A Nação e a juventude Comunista do Brasil*. Cad. AEL, v.17, n.29, 2010.

⁹ REIS, D. A.; MORAES, J. Q.; RIDENTI, M. (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2007. 6v.

¹⁰ MAZZEO, A. C. *A Sinfonia Inacabada: A política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927 – 1930)” que compartilha conosco um elemento de nossa pesquisa: estudar o PCB não em geral, mas em um lugar específico. O Partido Comunista foi o primeiro partido brasileiro de caráter nacional e centralizado, exatamente ao contrário do Partido Republicano que era federalista e descentralizado. Isso tem consequências importantes para nossa pesquisa no sentido de que nos obriga a abordá-lo em uma via de mão dupla. Como notou Peixoto, estudar o PCB em um local determinado significa nos atentarmos as “singularidades regionais” que diferenciam a trajetória do Partido naquela região em relação a outras¹¹.

Por outro lado, não podemos cair no equívoco de confundir, no nosso caso, a sessão paulista do PCB, ou seja, o Comitê Regional de São Paulo com a ação que os comunistas em geral fizeram em São Paulo. Os Partidos Comunistas eram guiados pelo internacionalismo proletário, o que significa que ao menos em teoria seus militantes eram “desterrados”, não pertenciam de forma fixa a uma região em específico, mas sim a qualquer lugar que o Partido necessitasse designá-los. Como Lênin havia exposto, fazia parte das características do Partido de vanguarda criar militantes profissionais através da “possibilidade e oportunidade permanentes de transferir de um extremo ao outro do país um agitador ou um organizador mais ou menos capaz”¹². E assim foi feito pelo PCB em diversas ocasiões, tanto transferindo militantes de São Paulo para outros lugares quanto enviando militantes de outros lugares para ajudar na organização em São Paulo. Não podemos compreender a debilidade organizativa do PCB em São Paulo sem levar em conta a constante transferência dos melhores quadros da região para outros lugares, do mesmo jeito que seria impossível a greve dos gráficos de 1929 durar os seus 72 dias sem essa característica do Partido Comunista, que na ocasião enviou membros da Juventude Comunista e do Secretariado Sul Americano da Internacional Comunista para dirigirem a greve na ausência de parte dos comunistas do CR-SP que haviam sido presos. Dessa forma, temos de notar que pesquisar a formação do PCB na cidade de São Paulo não é exatamente pesquisar o Comitê Regional de São Paulo, mas sim como um Partido nacional (se quisermos, internacional) construiu suas atividades e buscou solidificar-se nessa cidade.

¹¹ PEIXOTO, A. *Da organização a frente única: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927 – 1930)*. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. P. 13.

¹² LÊNIN, V. I. *O Que Fazer? : Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2015. P. 238.

Outra dissertação de mestrado sobre o PCB que merece destaque é o trabalho de Apoená Cosenza, “*Um Partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*”¹³ que tem o mérito de ser um dos poucos trabalhos que abordam o PCB sob o prisma das entranhas organizativas do Partido, analisando a mudança de sua linha política e organizativa, a quantidade e o fluxo de militantes e correspondências, em que medida as ações dos militantes condiziam ou divergiam com a linha política adotada no momento e a importância das frentes de massa para a organização comunista.

Foi notando como construir a atuação do Partido Comunista em determinado local significa criar e solidificar suas frentes de massa capazes de aglutinar as camadas populares, organizando-as sob a linha política do Partido, sem que elas precisem entrar propriamente no Partido ou concordar plenamente com suas concepções que construímos os dois primeiros capítulos objetivando expor a construção e o desenvolvimento das principais frentes de massa do PCB na cidade de São Paulo durante o período estudado: O Bloco Operário e Camponês e os sindicatos operários.

Cabe considerar ainda a contribuição dos brasilianistas para a história do PCB, na qual pesam duas obras: “*Partido Comunista Brasileiro: Conflito e integração*” de Ronald Chilcote e “*Anarquistas e Comunistas no Brasil*” de John Foster Dulles¹⁴. O primeiro é um importante trabalho teórico e analítico, certamente um dos trabalhos de análise mais completos que se tem do PCB até os dias de hoje, apesar de escrito em época de difícil acesso as fontes da história do PCB (1982). O livro de Chilcote aborda o PCB sob um enfoque de gerações e forma de organização, integração com o meio nacional e internacional, salientando o papel e composição dos dirigentes e das bases nos diferentes períodos da história do Partido. O trabalho de Dulles, ao contrário, é pouco analítico, porém, muito rico na quantidade de fontes utilizadas e descritivamente expostas na construção de uma história em grande parte linear do movimento operário brasileiro, com grande destaque para os comunistas a partir da década de 20.

Uma importante contribuição, difícil de adequar nos termos de “produção militante” ou “produção acadêmica” de Claudio Batalha, é o trabalho de Dario Canale,

¹³ COSENZA, A. *Um Partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*. São Paulo. Dissertação de mestrado entregue a USP, 2012.

¹⁴ CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração (1922 – 1979)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.; DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

“*O surgimento da Seção Brasileira da Internacional Comunista (1917- 1928)*”¹⁵. Dario Canale foi um ítalo-brasileiro, nascido e criado na Itália, formado em filosofia pela Universidade de Pisa e militante do Partido Comunista Italiano (PCI). Mudou-se para o Brasil em 1965, de forma que passou a militar então no Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi preso pela ditadura militar brasileira em 1967, sofreu tortura e graças a uma campanha internacional movida pelo PCI foi extraditado de volta para a Itália. Participou do Maio de 1968 na França e, depois de passar pelo Chile, voltou ao Brasil em 1971, militando pela Aliança Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighela. Canale é novamente preso, torturado e extraditado para a Itália em 1978. Por fim, apresentou o trabalho na qual citamos como tese de doutorado para a Universidade Karl Marx de Leipzig, na Alemanha Oriental, em 1982. Seu trabalho é pioneiro, pois antes dele havia sobre a história do PCB, além de artigos da imprensa do próprio Partido, o livro de Dulles e a bibliografia memorialística de Astrojildo, Brandão, Ferreira Lima e Everardo Dias. Canale serviu-se do Arquivo Astrojildo Pereira enquanto este encontrava-se ainda em Milão, Na Fondazione G. Giacomo Feltrineli, bem como os arquivos disponíveis na União Soviética. Dario Canale adiantou muitos dos problemas que viriam a ser colocados pela historiografia acadêmica sobre o PCB, como por exemplo, a relações do Partido com a Internacional Comunista, defendendo que os primeiros comunistas brasileiros buscaram construir uma estratégia mais condizente com a realidade brasileira (adiantando assim a tese que pouco depois foi defendida por Michel Zaidan). Aborda também o impacto da Revolução Russa nos anarquistas brasileiros, buscando evidenciar que a cisão do movimento anarquista que gerou o PCB não foi ausente de conflitos e teve como propulsão maior a crise do movimento após as derrotas das greves de 1917 a 1920. Apesar disso, o autor procura deixar claro que resquícios das concepções anarquistas acompanharam os comunistas brasileiros nos primeiros anos de vida do PCB. O texto de Canale foi publicado no Brasil apenas em 2013, pela editora Anita Garibaldi e iniciativa de José Luis Del Roio.

As fontes usadas em nossa pesquisa foram, basicamente, jornais do PCB e de sindicatos, jornais da grande mídia e de outras organizações políticas, cartas dos militantes comunistas e documentos oficiais do Partido Comunista e da III Internacional, como atas, resoluções e circulares, coletados nos arquivos Fundo

¹⁵ CANALE, D. *O surgimento da seção brasileira da Internacional Comunista (1917 – 1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

Astrojildo Pereira (CEDEM - UNESP), Arquivo Edgar Leuenroth (AEL - UNICAMP), Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) e na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BNDigital).

Evidentemente, cada um desses documentos nos apresentam facetas diferentes de nosso objeto de estudo. Os jornais, por exemplo, ofereceram contribuições diferentes de acordo com o caráter de cada um. Jornais do Partido nos possibilitaram estudar a imagem que o Partido fazia de si para o público, as campanhas levadas a cabo pelo Partido, notícias sobre a atuação do mesmo e do movimento operário em vários locais. O confronto entre os jornais comunistas e os jornais anarquistas nos possibilitou reconstruir o debate travado entre esses dois grupos do movimento operário, explorar a divergência e as críticas que faziam uns aos outros em assuntos como organização sindical, uso do Parlamento pela classe operária e a Revolução Russa. Os jornais sindicais nos proporcionaram a análise das disputas dentro do sindicato, o perfil das camadas operárias em que os comunistas tinham influência, das dificuldades de organizar as categorias de trabalhadores e também a exposição de eventos de grande envergadura, como a greve dos gráficos de 1929. Os jornais da grande mídia, além de nos servir de aporte de informações sobre o período, nos mostraram como os comunistas conseguiam se inserir nesses meios, algumas vezes até obtendo sua simpatia, bem como a imagem que esses jornais (burgueses) faziam do movimento operário e do Partido Comunista.

Mencionamos com atenção especial as cartas dos comunistas, a maioria das quais usadas por nós, cartas de militantes para o Comitê Central ou, mais especificamente, para o Secretário-Geral, Astrojildo Pereira. Se os jornais nos oferecem a face pública do Partido, ou melhor, a imagem que o Partido construía de si mesmo para o público, as cartas dos militantes nos revelam sua face privada, atravessada pelas dificuldades de toda sorte que permeavam o trabalho da militância: falta de dinheiro, problema com a disciplina dos militantes, dificuldade na encomenda e veiculação do jornal do Partido e outros materiais de propaganda, conflitos sindicais de toda a ordem e, por último, mas não menos importante, os dramas pessoais ligados ao trabalho do Partido. Esta, certamente, é uma dimensão muito relevante se queremos saber como era o trabalho cotidiano de construção do Partido Comunista. Entretanto, essas cartas também nos revelam a indispensável figura do Secretário-Geral neste momento inicial da vida do PCB. Astrojildo era aquele a quem se recorria sempre que se precisasse de

ajuda com qualquer um dos problemas acima mencionados, esperando que a resolução seria mais fácil com amparo dele.

Além das cartas, outro material que se mostrou de grande pertinência para nosso trabalho foram as publicações de discussão interna do Partido: atas, resoluções, circulares, mas principalmente a revista *Auto-Crítica*, que nos possibilitou analisar e reconstruir o debate teórico e organizativo que os comunistas travavam a respeito de questões que para eles eram essenciais, como os critérios para se travar aliança com outras forças políticas, como lidar com as cisões e conflitos do Partido e, acima de tudo, qual o caráter da revolução brasileira naquele momento e o papel de cada classe social neste processo.

No que diz respeito ao tratamento de nosso objeto de estudo é necessário ter como ponto de partida aquilo que Hobsbawm apontou como o principal problema daqueles que pretendem escrever a história dos partidos comunistas: “recuperar a excepcional têmpera do bolchevismo”, que afirma o historiador britânico, é sem precedentes na história dos movimentos populares, distante da forma típica de pensar dos historiadores não militantes, de consciência formada nos meios acadêmicos, e que sem a qual “não se pode compreender o extraordinário êxito do comunismo como um sistema de educação para o trabalho político”¹⁶. Sem realizar esse trabalho não é possível nem ao pesquisador compreender a razão propulsora das ações dos comunistas e nem ao leitor será possível perceber o que separa o militante comunista do membro de qualquer outro tipo de partido.

“A partir deste momento pertenço ao exército da revolução mundial dirigida pela Internacional Comunista”, nos conta ter declarado em seu livro de conversão ao comunismo, *Rússia Proletária*, Octávio Brandão, membro de primeira época do Comitê Central Executivo do PCB¹⁷. A frase, simples a primeira vista, expressa mais do que aparenta. O PCB não era um partido “brasileiro” de forma pura e simples. Era a “seção brasileira” de uma organização que se pretendia o Partido mundial da revolução proletária. A ideia de um partido mundial do proletariado era fundamentada no pressuposto marxista de que “os operários não tem pátria”, são explorados igualmente pelos capitalistas em qualquer lugar do mundo. O capitalismo é um sistema mundial,

¹⁶ HOBBSAWM, E. *Problemas da história do comunismo*. In *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. P. 18.

¹⁷ BRANDÃO, O. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. P. 72.

portanto, sua antítese, o proletariado, também o é. Sendo uma classe social de dimensões mundiais, apenas um Partido mundial poderia lhe servir de arma necessária para a conquista do poder.

Essa concepção despertava na subjetividade dos comunistas um sentimento de pertencimento a um “exército mundial” que lutava pelos mesmos objetivos, usando uma mesma estratégia aliada de uma tática flexível e adaptável a cada situação particular.

Hoje, quando o movimento comunista internacional deixou de existir em grande parte como tal, é difícil imaginar a força imensa que seus membros obtinham da consciência de serem soldados de um único exército internacional que, por mais variado e flexível que fosse em sua tática, executava uma única e ampla estratégia de revolução mundial. Daí a impossibilidade de qualquer conflito fundamental ou duradouro entre o interesse de um movimento nacional e a Internacional, que era o *verdadeiro* partido e da qual as unidades nacionais não eram mais que seções disciplinadas. Esta força baseava-se tanto em argumentos realistas quanto na convicção moral¹⁸.

Entretanto, o que respaldava tal “Partido Mundial da Revolução” não era simplesmente “argumentos” e “convicção moral”, mas um acontecimento histórico que pretendia ter valor universal para o movimento operário: a Revolução Russa, entendida como a primeira revolução vitoriosa do proletariado.

Todo partido comunista foi filho do casamento de dois parceiros mal ajustados: uma esquerda nacional e a Revolução de Outubro. Para aqueles cujas memórias políticas não vão além da denúncia de Stálin por Krushev ou do rompimento sino-soviético, é praticamente impossível imaginar o que a Revolução de Outubro significou para os que são agora, homens maduros. Foi a primeira revolução proletária, o primeiro regime na história a empreender a construção da ordem socialista, prova não só da profundidade das contradições do capitalismo que provocaram guerras e crises, mas também da possibilidade - da certeza - de que a revolução socialista triunfaria. Foi o começo da revolução mundial, o começo de um mundo novo¹⁹.

Sem dúvida o entusiasmo da revolução bolchevique animou o movimento operário brasileiro durante suas jornadas do período de 1917 a 1921, e o significado que a Revolução de Outubro tomou para os militantes do movimento operário brasileiro está presente em um sucinto relato de Everardo Dias

1917 foi para nós um arrebol anunciando uma aurora radiosa de redenção, e sob nossos olhos estáticos, surgiam os rostos dramáticos de homens e mulheres do povo russo acompanhando seu guia genial: - Vladimir Ilitch Ulianov... Lênin!

¹⁸ HOBBSAWM, E. *Problemas da história do comunismo*. In *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. P. 17.

¹⁹ Idem. p. 15.

A Justiça Social! Era como se de repente se rasgassem as nuvens do espaço e surgisse, num golpe mágico, a feérica encenação de um novo mundo sem sofrimentos, sem orgulhos, sem injustiças – um mundo de homens livres e compreensivos, fraternizados, trabalhando para apagar todas as antigas divisões de povos e raças, todas as iniquidades...²⁰

. O “casamento mal ajustado” de uma esquerda nacional e a Revolução de Outubro no Brasil tomou forma de conflito interno nos meios anarquistas. De início, os ácratas brasileiros aderiram em peso a Revolução Russa, defendendo-a frente os jornais burgueses. Entretanto, com o tempo as diferenças entre bolchevismo e anarquismo foram ficando claras, e o movimento anarquista se dividiu. Mais do que uma cisão de ideias e princípios, tratava-se de repensar a própria experiência do movimento operário brasileiro²¹. Toda a bibliografia memorialista dos militantes do PCB relata o questionamento dos mesmos em relação aos métodos de organização anarquista depois da derrota do movimento operário em 1920. A Revolução Russa, os bolcheviques e Lênin, nesse contexto, apareciam como a resposta evidente de um método de organização vitorioso. Esse método era a organização em Partido. Mas não qualquer partido. Tratava-se do Partido leninista de vanguarda, guiado pelo centralismo democrático. Hobsbawm é mais uma vez pertinente em seus apontamentos metodológicos para pesquisar os partidos comunistas quando afirma que “a determinação dos revolucionários de outros países em adotar o modelo de organização bolchevista [...] deu-se não apenas pelo entusiasmo natural, mas também pelo fracasso evidente de todas as outras formas de organização”²².

Como procurou demonstrar Johnstone²³, o modelo leninista de partido é um resultado do desenvolvimento do movimento operário europeu, especialmente do caso russo e não foi elaborado de um dia para o outro. A teoria do partido de vanguarda, possivelmente teve seus primeiros traços com os textos de Lênin em 1902, *Por onde começar?* e *O que fazer?*, mas prosseguiu sendo elaborada por todo o processo revolucionário da Rússia e só encontrou seu delineamento final com o estabelecimento das 21 condições de adesão à III Internacional em 1920.

²⁰ DIAS, E. História das Lutas Sociais no Brasil. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. P. 36 – 37.

²¹ A respeito da repercussão da Revolução Russa no movimento operário brasileiro, ver: BANDEIRA, M. *O Ano Vermelho: a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.; GOMES, L. R. *Libertários e Bolcheviques: a repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917 – 1922)*. São Paulo: dissertação de mestrado entregue a Unesp, 2012.

²² HOBBSAWM, E. *Problemas da história do comunismo*. In *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. P. 16.

²³ JOHNSTONE, M. *Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda*. In HOBBSAWM, E. *História do marxismo*. Vol. VI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

O PCB foi o primeiro partido brasileiro a se declarar como “partido da classe operária”, dirigido por sua vanguarda mais consciente (ou seja, por aqueles mais convictos da necessidade da revolução socialista e mais aptos a levar a cabo esta tarefa, impulsionando para este objetivo as demais tendências e elementos do movimento operário), organizando-se pelo “centralismo democrático”, constituído pela elegibilidade das células superiores do partido por parte das células inferiores, pelo cumprimento em todas as células inferiores de todas as decisões tomadas em sua instância máxima, o Comitê Central Executivo. Seguindo este modelo organizativo, o Partido Comunista deveria constituir células em cada fábrica, sindicato, associação ou cooperativa de trabalhadores urbanos e rurais²⁴.

Este partido fortemente centralizado e disciplinado, tinha como pressuposto de seu reconhecimento e aceitação pelo movimento comunista mundial a aderência às 21 condições de filiação estabelecidas pela III Internacional Comunista (IC) para todos os partidos nacionais que desejassem fazer parte dela. Uma vez feito isso, o partido comunista nacional estava inserido no exército mundial da revolução proletária. Para além da forma organizativa, o Partido Comunista ainda exibia outro elemento (que não era dissociado do elemento da forma de organização) como segredo de seu êxito: fundamentar suas ações numa teoria sistemática de análise da realidade, o materialismo histórico e dialético. Nas palavras de Lênin, “não existe movimento revolucionário sem teoria revolucionária” e a correta análise da realidade deveria ser o critério da ação da experiência revolucionária. Através dela poderia se chegar as ações corretas a serem tomadas diante das dificuldades do movimento.

De forma genérica, a “têmpera bolchevique” estava ligada aos elementos acima expostos: o entusiasmo e fidelidade a Revolução Russa e o pertencimento ao “Exército Mundial da Revolução”, ou seja, a III Internacional, através de uma de suas sessões nacionais, seguindo o centralismo democrático e aperfeiçoando a disciplina partidária, adotando o marxismo-leninismo como teoria guia da ação. O peso de se pertencer ao Partido era de extrema importância para um comunista, e estar fora dele era o

²⁴ JOHNSTONE, M. *Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda*. In HOBBSAWM, E. *História do marxismo*. Vol. VI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. P. 14.

equivalente a estar fora da vida política, ou, para citar mais uma vez as palavras sempre exatas de Hobsbawm, “equivale a por fim à atividade revolucionária efetiva”²⁵.

De maneira mais abstrata, autores como Serge Berstein e Ronald Chilcote fazem apontamentos metodológicos para se trabalhar os partidos políticos em geral, que também tem sua importância no estudo do PCB da década de 20. Dentre esses apontamentos, acreditamos ser especialmente pertinente termos em mente que os partidos políticos não nascem fortuitamente da decisão de seus fundadores. Em geral, os partidos são fruto de crises sociais que demandam organizações coletivas que ofereçam determinadas soluções para essas crises. Os partidos comunistas fazem parte da definição de “segunda geração de partidos” feita por Berstein, que dizem respeito a partidos que “marcam a entrada das massas como atores políticos” e que, portanto, se diferem substancialmente dos partidos liberais definidos pelo autor como pertencentes a “primeira geração”, ou seja, partidos elitistas que tinham como fim único a administração parlamentar²⁶. A crise na qual os partidos comunistas aparecem como resposta é, de um lado a crise da Primeira Guerra Mundial, o conflito entre países beligerantes que deteriorou a situação econômico-social da Europa, e de outro, as demandas da classe operária diante da “incapacidade dos movimentos socialistas e anarquistas de unir, organizar efetivamente e formular uma ideologia” que possibilitasse sua conquista, como afirmou Chilcote²⁷. No Brasil, devemos levar em conta a situação específica da crise das oligarquias da Primeira República e sua metodologia policial de lidar com a nascente classe operária brasileira.

O critério de formação política por “gerações” dentro um determinado partido político também é importante de ser levado em conta. Serge Berstein define “geração” como homens vivendo mais ou menos a mesma época, compartilhando das mesmas experiências, acontecimentos e universo cultural²⁸. O PCB de nosso recorte temporal é a primeira geração dos comunistas brasileiros e a experiência e universo cultural compartilhado por essa primeira geração, como já explanamos, são os êxitos da Revolução Russa, o interesse de filiação a III Internacional e a então recente experiência de derrota do movimento operário brasileiro nas greves de 1917 a 1921. Chilcote define

²⁵ HOBBSAWM, E. *Problemas da história do comunismo*. In *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. P. 16.

²⁶ BERSTEIN, S. *Os Partidos*. In REMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 65.

²⁷ CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração (1922 – 1979)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. P. 24.

²⁸ BERSTEIN, S. *Os Partidos*. In REMOND, R. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 72.

essa geração do PCB como de “captabilidade subcultural” por ser o momento em que buscou fincar suas raízes na sociedade brasileira, divulgando suas ideias, conquistando força nos sindicatos e buscando alianças com as forças progressistas da sociedade. Segundo o mesmo autor, é um período em que o PCB era influente no movimento sindical, tinha uma capacidade de militância média e uma tolerância fraca por parte do Estado brasileiro²⁹. Sua composição social era forte no operariado urbano, mas fraca em intelectuais, camponeses, pequeno-burgueses e burgueses.³⁰ Leôncio Basbaum, que fez parte desta geração de militantes do partido, a chamou de “fase heroica do PCB” por seu “trabalho hercúleo, subterrâneo, lento, mas tenaz e profundo” de fincar raízes na sociedade brasileira³¹.

Em toda a bibliografia sobre o assunto é corrente o relato da fundação do Partido Comunista do Brasil, como o apresentado por Paulo Sérgio Pinheiro, em que o autor expõe a visão de um dos fundadores, Cristiano Cordeiro:

“Com dinheiro arrecadado entre os companheiros, embarquei num pequeno navio e, em meados de 1922, cheguei ao Rio. Astrojildo foi receber-me no cais”, relembra Cristiano Cordeiro, um dos nove fundadores do Partido Comunista do Brasil, vinte anos depois. “Como nunca nos víamos, acertamos previamente uma forma de nos reconhecer: na murada do navio, abri um exemplar da *A Hora Social*. Em terra firme, ele fez o mesmo com um exemplar de *Spartacus*. Hospedei-me, então, na casa de um alfaiate espanhol e, nos dias 25, 26 e 27 [de março de 1922], participei das reuniões de fundação do PCB – duas nos sindicatos dos alfaiates e metalúrgicos e duas no sobrado das tias de Astrojildo, em Niterói. Éramos apenas nove, representando alguns grupos comunistas de vários estados brasileiros. Secretariei os encontros onde foram lidos os 21 pontos de Moscou [as 21 condições de entrada na Internacional], discutida sua aplicação à nossa realidade, estudada a criação de comitês em cidades importantes e vista a necessidade de se criar um jornal do partido. Na sessão de encerramento na casa das tias de Astrojildo, a pedido dele para não espantá-las, cantamos bem baixinho a *Internacional*.”³²

Após um período de acalorado debate com os companheiros do movimento operário que continuavam adeptos das ideias libertárias (que ocupa os anos de 1917 a 1922), os primeiros comunistas brasileiros, tendo Astrojildo Pereira à frente, fundaram o primeiro “Grupo Comunista” do Brasil para defender a política da III Internacional, precedido apenas pela União Maximalista de Porto Alegre, fundada por Abílio de

²⁹ CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração (1922 – 1979)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. P. 178.

³⁰ Idem. p. 196.

³¹ BASBAUM, L. *História Sincera da República*. Vol I. São Paulo: Fulgor, 1968. P. 216.

³² PINHEIRO, P. S. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil (1922 – 1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. P. 51

Nequete e considerada a primeira associação bolchevique, fundada no país em 1918. Foi o “Grupo Comunista” do Rio de Janeiro que entrou em contato com centros proletários pelo país, divulgando “os 21 pontos de Moscou”, ou seja, as 21 teses da Internacional Comunista que deveriam ser aceitas pelos partidos que desejavam integrar-se a ela, e estimulando a formação de outros “grupos comunistas”, que surgiram em Recife, Juiz de Fora, Cruzeiro, Niterói, Santos e São Paulo (capital).

A reunião de formação do Partido se deu nos dias e locais já expostos pelo relato de Cristiano Cordeiro. Os delegados participantes eram Astrojildo Pereira representando Niterói, Joaquim Barbosa e Luís Peres pelo Rio de Janeiro, Cristiano Cordeiro, pelo Recife, João Jorge da Costa Pimenta, representando São Paulo, José Elias da Silva, por Pernambuco, Abílio de Nequete por Porto Alegre e Manuel Cedon, recém chegado da Argentina, representando todos os cerca de 70 militantes. Nas reuniões foram discutidas as 21 condições, os estatutos do partido, a eleição da Comissão Central Executiva (CCE), medidas em benefício dos flagelados russos na região do Volga e assuntos vários.

Os estatutos do partido foram baseados no do Partido Comunista Argentino, aprovados no dia 27 e tinham por objetivo promover o entendimento, a ação internacional dos trabalhadores e a organização política do proletariado em partido de classe objetivando a conquista do poder político e econômico. A Comissão Central Executiva deveria ser composta de cinco membros titulares e cinco suplentes. Feita as eleições para a CCE, a secretaria geral, por indicação de Astrojildo Pereira, ficou com Abílio de Nequete, organizador do Grupo Comunista de Porto Alegre, que três meses depois abandonou o cargo³³.

Apesar da já conhecida história de seu congresso de fundação no Rio de Janeiro, pouco se sabe sobre o que aconteceu com cada um destes participantes quando voltaram para suas respectivas regiões, qual foi o trabalho e as dificuldades que encontraram para construir o Partido Comunista nestes locais. É notável a ausência de trabalhos nesse sentido, sendo a dissertação de Artur Duarte Peixoto, “*Da organização à frente única*”, que trata da sessão gaúcha do PCB, uma exceção.

³³ PEREIRA, A. *Ensaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. P. 72.

No caso do PCB-SP, seus primórdios remontam ao Grupo Comunista Brasileiro Zumbi, inspirado no Grupo Clarté, e cujo principal expoente era o romancista e jornalista Afonso Schmidt, mas que também tinha entre seus membros e fundadores Astrojildo Pereira, Edgar Leuenroth, Everardo Dias, Gigi Damiani, Maximiano Ricardo, Andrade Cadete e Silvio Floreal. As atividades deste grupo, contudo, se limitaram a um manifesto de convocação publicado em “jornais da época” e enviado ao próprio Henry Barbusse, diretor do Grupo Clarté francês³⁴, tendo portando uma existência efêmera.

Na ocasião da fundação dos grupos comunistas que precederam o congresso de formação do PCB, o grupo da cidade de São Paulo não foi criado por militantes locais, mas fundado pelo próprio Astrojildo Pereira que viajou para a capital paulista para cumprir esse objetivo. Entretanto, segundo depoimento de Afonso Schmidt, presente na reunião de fundação, papel especial deve ser atribuído ao médico e poeta Raymundo Reis na arregimentação dos comunistas paulistas. A dita reunião aconteceu na sede da Sociedade Beneficente dos Cirurgiões Dentistas, ao lado do consultório de Raymundo Reis. No livro de presença não havia mais de meia dúzia de assinaturas³⁵, em flagrante contraste, por exemplo, com o Grupo Comunista do Recife, onde Cristiano Cordeiro reuniu em sua casa cerca de trinta pessoas. Sobre a ata de fundação do Grupo Comunista de São Paulo, Thomaz Ramos Neto, fundamentando-se em depoimento de Afonso Schmidt, nos conta que

Raymundo Reis, fiel ao partido até a morte, foi quem fez a ata daquela reunião, guardando-a até seus últimos dias. Durante muitos anos desempenhou importantes tarefas no campo das relações internacionais de nosso Partido. Morreu em 1945. Horas antes de falecer, chamou alguns de seus familiares e companheiros mais íntimos, e disse:

-A ata da fundação da seção paulista do Partido Comunista do Brasil está entre os meus papéis. Fica para vocês...³⁶

Em seguida, o autor faz uma pergunta que nos é pertinente até os dias de hoje: “onde andará, agora, este importante documento da história de nosso partido?”³⁷

³⁴ PAULILLO, M.C.R.A. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906 – 1928)*. São Paulo: Unifeo, Fapesp, Annablume, 2002. P. 86-87.

³⁵ Dessa “meia dúzia”, apenas três podem ser identificados com alguma probabilidade: Afonso Schmidt, que é quem nos dá o relato, Raymundo Reis, que organizou a fundação e fez a ata, e João Jorge da Costa Pimenta, que pouco depois representará o Grupo Comunista de São Paulo na fundação do PCB no Rio de Janeiro. Um quarto indivíduo pode ser levantado como possibilidade, Everardo Dias, que Astrojildo Pereira afirmou em seu *“Formação do PCB”* que juntamente com Afonso Schmidt e Raymundo Reis “foram dos primeiros a aderir ao Partido” (PEREIRA, A. *Formação do PCB (1922 – 1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. P. 81.)

³⁶ NETO, T. R. *Algumas observações sobre a fundação do partido*. In Estudos. Edições SAP, Ano I, N° 2, 1971. P. 83.

Exposto todas as determinações do que eram os partidos comunistas na época da III Internacional, nos fica a pergunta: “o que era, tomando um local determinado como amostra, construir um Partido Comunista?” A experiência dos comunistas na cidade de São Paulo torna-se, sob a ótica dessa pergunta, intrigante. São Paulo era a cidade brasileira mais desenvolvida industrialmente, e, portanto, esperava-se dela um terreno fértil para o desenvolvimento de um Partido Comunista com base na classe operária. Ao contrário, os estudos sobre o PCB mencionam a cidade de São Paulo como um local em que o Partido era débil. Construir o Partido significava expandi-lo através da criação do mais vasto número de células possíveis, conseguir uma ligação orgânica entre as massas operárias, prioritariamente, e depois em outros setores da população. Essa ligação orgânica, que era o parâmetro da capacidade de mobilização do Partido em eventos como greves e grandes manifestações, se dava através das organizações da classe operária, como os sindicatos, associações de bairro e também através de frentes de luta com fins determinados que possibilitassem organizar setores da população para além da classe operária: classe média, militares, mulheres, camponeses, intelectuais, etc. São exemplo, o BOC, o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, as Ligas Anti-fascista e Anti-imperialista, etc. Significava também criar uma imprensa que desse caráter público as ideias do Partido, de forma a serem conhecidas pela população em geral, e que tornarem-se documento de propaganda primordial do partido em meio a população. Ao mesmo tempo era preciso zelar pela formação teórica e prática dos militantes do Partido e, o que sempre foi uma discussão acalorada nos partidos comunistas, fazer alianças com outras forças progressistas que pudessem impulsionar a luta revolucionária em momentos determinados.

Buscamos analisar esses pontos, prestando especial atenção as dificuldades que os comunistas encontravam para realiza-los. A organização interna do Partido, bem como suas atividades mais gerais compõem no primeiro capítulo juntamente com sua ação de caráter público mais relevante naquele momento: a frente do Bloco Operário e Camponês, que lançou os primeiros candidatos comunistas nas eleições de São Paulo, permitindo que eles expusessem pela primeira vez, em maior âmbito, “o seu modo de ver, os seus fins, as suas tendências”, para usar as palavras do próprio Marx.

³⁷ Idem.

O segundo capítulo trata da relação dos comunistas de São Paulo com os sindicatos, que era talvez a mais importante entidade organizativa de atuação para eles, pois eram nos sindicatos que se pretendia organizar as massas operárias e, prepara-las para as lutas de caráter revolucionário. Buscamos explorar, não apenas a inserção dos comunistas nos sindicatos da cidade de São Paulo, mas também as principais realizações nesse âmbito e delinear o perfil das categorias de trabalhadores dos sindicatos que os comunistas tinham a direção e que, portanto, constituíam a sua “base de classe” na cidade.

O último capítulo diz respeito ao difícil problema das alianças. Das forças de oposição na Primeira República presentes na cidade de São Paulo, as mais relevantes eram os anarquistas e o Partido Democrático. A relação dos comunistas com ambos implicava tomar uma posição que fosse de aliança ou de combate, ou então de alianças pontuais e combate de modo geral. Entretanto, definir os critérios para se aliar ou combater uma força política que compartilhasse oponentes em comum não era simples e acabavam sendo fonte das mais importantes polêmicas dentro do Partido. Basta lembrar que a discussão dos comunistas paulistas com o Comitê Central do PCB sobre se aliar ou não ao Partido Democrático de São Paulo figurou na revista de circulação interna do Partido, *Auto-crítica*, ao lado da polêmica que gerou o primeiro racha para o Partido e, nessa polêmica, figurava como ponto de importância decidir a aliança com Luiz Carlos Prestes e os tenentistas.

Os primeiros três anos de atuação do PCB em geral foram anos de solidificação do Partido. No primeiro relatório sobre a situação brasileira que o PCB enviou a III Internacional em outubro de 1923, Astrojildo Pereira afirma que o partido centrava suas tarefas na educação intelectual dos militantes, fazendo-os estudar o marxismo e a Revolução Russa, bem como no trabalho de agitação e propaganda³⁸. Em São Paulo, contudo, os comunistas participaram de dois eventos de importância, apesar de não terem conseguido tirar deles uma expansão e fortalecimento da sessão regional do Partido: a greve dos gráficos de 1923 e a revolta tenentista de 1924.

Como apontou Apoenza Cosenza, é a partir do II Congresso do PCB, ocorrido em 1925 que se expressa no estatuto “um salto de um partido apoiador da revolução para

³⁸ Partido Comunista. *Relatório Geral sobre as condições econômicas, políticas e sociais do Brasil e sobre a situação do P.C. brasileiro ao Comitê Executivo da I.C.* Rio de Janeiro, 01/10/1923. P. 13.

uma organização que pretendia uma inserção de massas”³⁹. O II Congresso do PCB teve como ponto de partida a conjuntura nacional brasileira, mais especificamente a revolta tenentista de 1924 e seus desdobramentos através da tese elaborada por Octávio Brandão em seu livro *Agrarismo e Industrialismo*. O livro basicamente defendia que a contradição do capitalismo brasileiro era entre capitalismo agrário apoiado pelo imperialismo britânico e capitalismo industrial apoiado pelo imperialismo estadunidense, e o embate das duas forças gerou a revolta “pequeno-burguesa” dos tenentistas a qual os comunistas deveriam se aliar para realizar a “revolução democrático-pequeno-burguesa”. É pertinente notar que o II Congresso do PCB teve pouca influência das teses da III Internacional⁴⁰.

Neste Congresso, realizado nos dias 16,17 e 18 de maio no Rio de Janeiro, no qual compareceu um delegado representante do Partido em São Paulo, analisando os relatórios apresentados pelas várias seções regionais do partido, a CCE declara uma pesada crítica aos comunistas paulistas. Primeiramente, reconhece que o partido tentou organizar-se em todos os lugares com dificuldade ímpar por causa do Estado de sítio, mas manteve-se de pé e trabalhou com grande dedicação, mas apesar disso

[...] o II Congresso constata que apenas o Relatório de Pernambuco dá uma ideia de atividade constante e profícua. As organizações de Santos, Cubatão e São Paulo, especialmente esta última, ressentem-se de muita deficiência em sua atividade prática. Com efeito, só a inércia e o desleixo podem explicar o atraso da organização comunista – 12 escassíssimos aderentes ao cabo de três anos – num grande centro industrial como São Paulo. O Congresso insiste, pois, com os camaradas dessas localidades para que de futuro desenvolvam um mais profícuo trabalho de organização e propaganda, conquistando para o Partido as massas proletárias daquele Estado⁴¹.

Dessa forma, é indicado que se a organização do Partido Comunista no Rio de Janeiro já estava difícil por conta do Estado de sítio e as perseguições ao movimento operário, a disputa com os anarquistas e reformistas, a batalha para a formação teórica e prática dos militantes, o trabalho de infiltração nas fábricas de fortalecimento dos sindicatos, em São Paulo, tudo se passava com dificuldade ainda maior. O Partido na capital paulista não passava de um pequeno grupo formado por alguns intelectuais e jornalistas como Everardo Dias e Affonso Schmidt, gráficos como João Jorge da Costa

³⁹ COSENZA, A. *Um Partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*. São Paulo. Dissertação de mestrado entregue a USP, 2012. P. 105.

⁴⁰ ZAIDAN, M. *PCB: na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985. P. 47.

⁴¹ Partido Comunista do Brasil II Congresso do P.C.B. (Seção Brasileira da Internacional Comunista). *Teses e resoluções*, p. 3.

Pimenta e Mario Grazzini, garçons como Apolinário José Alves e sapateiros como Augusto Pizzuti. Eram esses os grupos em que o Partido tinha alguma inserção, ainda que fraca, e faziam deles centros de irradiação de suas ideias através de palestras e assembleias nos sindicatos e de jornais como o *O Internacional* do sindicato dos trabalhadores em restaurantes e similares e *O Trabalhador Graphico*, da União dos Trabalhadores Gráficos.

Através da leitura do jornal oficial do Partido, *A Classe Operária*, lançado no Rio de Janeiro no ano seguinte (1925) pode-se concordar com Paulo Sérgio Pinheiro quando este menciona que em São Paulo “o PCB padecia de uma fraqueza crônica”⁴², pois abundavam os artigos apelando para a organização da classe operária paulista, o que certamente era uma forma de dizer discretamente, sem demonstrar derrotismo ou fragilidade, que o Partido precisava agir com maior dedicação naquele local, pois era inexplicável essa “fraqueza crônica” da sessão paulista do PCB já que “lá [em São Paulo] os bairros operários como Belenzinho, Braz, Mooca, Bexiga são ligados uns aos outros. A massa operária está mais concentrada, centralizada. Tornando mais fácil o trabalho de penetração”⁴³, como argumentava um comunista carioca nas páginas do jornal. Em outro texto da mesma edição, assinado por E. Lopes e escrito em São Paulo em 24 de Maio de 1925, é feita a chamada para que os operários mais conscientes tivessem coragem de começar a dura tarefa da organização, pois “o tempo urge, São Paulo é grande. E seu atraso é imenso!”⁴⁴

⁴² PINHEIRO, P.S. *Estratégias da Ilusão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. Pag. 77.

⁴³ *A Classe Operária*. S. Paulo. 6 de junho de 1925. Pag. 3.

⁴⁴ *A Classe Operária. Estado de S. Paulo: À vanguarda operária*. 6 de junho de 1925. Pag. 2.

Capítulo I - Construindo a Política de Frente Única: O PCB e o BOC em São Paulo.

1.1 - Os problemas e contradições para se construir o Partido Comunista.

A Revolução Russa não era vista como um acontecimento nacional, mas sim como um ponto de partida para a revolução do proletariado no mundo todo, e de forma mais específica e imediata, como um detonador, disparando a revolução proletária nos países ocidentais industrialmente mais desenvolvidos. De fato, no decorrer imediato após a Revolução de Outubro na Rússia, uma onda de greves e manifestações anti-guerra ocorreram pela Europa Central. A esperança de uma nova revolução proletária caía especialmente sobre a Alemanha, que contava com um forte movimento operário de longa data, o partido social-democrata, um dos mais fortes da Europa, e acabava de sair derrotada da Primeira Guerra Mundial, estando em situação econômico-social de grande fragilidade, de forma que as manifestações pela paz precipitaram a queda do Império Prussiano e a instauração da República em novembro de 1918. Em abril de 1919 é proclamada uma República Socialista Soviética na Baviera. No mesmo ano, também a Hungria se torna uma República Soviética. Ambas tiveram curta duração e foram violentamente sufocadas⁴⁵.

Em 1921, o Partido Comunista Alemão havia conseguido relativa força nas regiões de Merseburg, Halle e Hansfeld e, por conta disso, sofre um ataque policial por ordem do governo alemão, objetivando o desbaratamento das organizações comunistas na região. O Partido Comunista Alemão reage com um comunicado no dia 18 de março, incitando o operariado a pegar em armas e no dia 24 de março chama por uma greve geral. O levante operário não ocorreu e as forças comunistas travaram sozinhas uma batalha contra as tropas policiais do governo por uma semana, ao fim da qual se viram derrotadas⁴⁶.

A derrota do PCA na chamada “Ação de março” de 1921 foi entendida pelos comunistas europeus como a prova de que a revolução havia sido derrotada na Europa e causa um recuo na política da III Internacional da “teoria da ofensiva”, que proclamava o avanço da revolução nos países europeus para a política de “frente única”, que defendia a unidade da classe operária em torno de seus interesses imediatos e através

⁴⁵ HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. P. 75.

⁴⁶ LOUREIRO, I. *A Revolução Alemã (1918 – 1923)*. São Paulo: Unesp, 2005. P. 131.

disso conquistar para as fileiras comunistas os operários que até então se achavam nas bases dos sindicatos e partidos reformistas, ou seja, social-democratas. Em outras palavras, significava a possibilidade de acordos táticos com as organizações reformistas, ainda que esses acordos fossem seguidos pela intenção de minar o sustentáculo de classe dessas organizações.

A política de frente única, segundo Fernando Claudin, é fruto de um momento de refluxo no movimento operário europeu após a vaga revolucionária aberta pela Revolução Russa em decorrência de uma contraofensiva operada pelas forças partidárias do capitalismo. As teses sobre a frente única foram defendidas em dezembro de 1921 no III Congresso da Internacional Comunista e preconizavam acordos entre as organizações políticas e sindicais de todas as tendências do movimento operário. A Internacional Comunista considerava que a política de frente única permitiria aos partidos comunistas estreitar as suas relações com as massas, influenciá-las no sentido da revolução, tirá-las do reformismo e prepará-las para futuros combates ofensivos. O IV Congresso da Internacional Comunista chegou a considerar a possibilidade de a política de frente única desaguar em “governos operários e camponeses”, aos quais figurariam ao lado da classe operária, as camadas médias radicalizadas pela crise do capitalismo e o campesinato⁴⁷.

Diferentemente do que esperava a III Internacional, a política de frente única demonstrou-se eficaz apenas para alcançar objetivos democráticos e reivindicações particulares em situações em que o contraste entre reformismo e revolucionarismo podiam ser deixados em segundo plano, não sendo uma tática compatível com a luta armada e a tomada do poder. Quando em 1923 essa contradição foi explicitada, tendo mais uma vez na Alemanha o centro dos acontecimentos com uma nova tentativa fracassada dos comunistas tomarem o poder no país, a Internacional Comunista passa a abandonar a política de frente única gradativamente, enterrando-a completamente em 1928, no VI Congresso⁴⁸.

Ainda que o II Congresso do PCB tenha afirmado que apesar do estado de sítio, apenas a “inércia e o desleixo” poderiam explicar o baixo crescimento do Partido em

⁴⁷ CLAUDÍN, F. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

⁴⁸ HÁJEK, M. *A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha*. In *História do marxismo* V. 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

São Paulo em seus primeiros anos, o estado de sítio, principalmente o do quadriênio Bernardes, que seguiu a revolta tenentista de 1924 não é um elemento a ser ignorado como uma dificuldade concreta para a construção do Partido na cidade.

Assim que os tenentistas desocuparam São Paulo, a repressão policial caiu sobre o movimento operário, obrigando os comunistas a esconderem-se. Os anarquistas, que durante a revolta tenentista lançaram um manifesto contendo o nome de vários de seus militantes, tornaram-se presa fácil para serem identificados e presos⁴⁹. O governo Bernardes caracterizou-se por, em relação ao movimento operário, servir-se da repressão para perseguir anarquistas e comunistas e ao mesmo tempo aprovar as primeiras leis sociais como a Lei de Férias em 1925. Ângela de Castro Gomes aponta que as leis de repressão e leis sociais, apesar de parecerem antagônicas, complementavam-se na tarefa de arrefecer as forças do movimento operário⁵⁰. O cenário, portanto, era que os comunistas enfrentaram a partir de 1924 um novo período de refluxo nos sindicatos e demais organizações proletárias de São Paulo.

Este período, que vai de 1924 até 1929 é justamente o período caracterizado pelo historiador brasileiro Ronald Chilcote como de “captabilidade subcultural” do PCB, ou seja, o período onde o Partido buscou estender suas bases orgânicas na sociedade brasileira, ampliando a ação sindical através da fundação das Federações Sindicais Regionais e posteriormente da Confederação Geral do Trabalho (CGT), lançando proposta de buscar adeptos na juventude operária e de classe média com a fundação da Juventude Comunista, e construir a política de frente única preconizada pela III Internacional através da participação do processo eleitoral em aliança com setores pequeno-burgueses, bem como das tentativas de aliança com os tenentistas e Luiz Carlos Prestes, além da fundação em vários locais de frente de massa acopladas ao Partido com recortes determinados, como era o caso do Comitê das Mulheres Trabalhadoras (1928) e a Sociedade Amigos da Rússia (1927)⁵¹.

Essas frentes de massa permitiam ao PCB uma ligação com as camadas populares fora do Partido, que não tinham total concordância ou interesse de aderir a

⁴⁹ BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. Mestrado em História apresentado a PUC. São Paulo, 2007. P. 267.

⁵⁰ GOMES, A. C. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917 – 1937)*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979. P. 90.

⁵¹ CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração (1922 – 1979)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. P. 178.

ele, mas tinham alguma tolerância com o comunismo e dessa forma poderiam ser úteis na conquista de influência e aceitação de setores mais amplos da sociedade. Como destacou Chilcote, a inserção do Partido na sociedade, sua interação com o meio nacional depende em grande parte dessas associações de massas que permitem aos comunistas atuar nos mais variados meios⁵². Cosenza aponta que essas frentes de massa eram os principais meios de atuação do PCB, pelos quais ele buscava fazer contingentes cada vez mais amplos da sociedade a apoiarem a sua linha política⁵³. Nas palavras de Stálin em um livro lançado na década de 20 e posteriormente importante para o movimento comunista

O proletariado tem toda uma série de outras organizações, sem as quais não pode lutar com êxito contra o Capital: sindicatos, cooperativas, organizações de fábrica, grupos parlamentares, associações de mulheres sem partido, imprensa, organizações culturais, educativas, federações de jovens, organizações revolucionárias de combate. [...] A imensa maioria dessas organizações não são organizações de Partido e somente uma parte delas adere diretamente ao Partido ou constitui uma de suas ramificações. [...] Pergunta-se: quem determina a linha, a direção comum, segundo a qual todas essas organizações devem desenvolver o seu trabalho? [...] Esta organização é o Partido do proletariado. O Partido tem todos os requisitos para esse papel, porque, em primeiro lugar, o Partido é o ponto em torno do qual se reúnem os melhores elementos da classe operária, que mantém laços diretos com as organizações proletárias sem partido e que com frequência as dirigem⁵⁴.

Durante o período estudado, o PCB desenvolveu como principais frentes de massa (fora a atuação nos sindicatos) a Juventude Comunista, o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, o Bloco Operário e Camponês e o Socorro Vermelho. Na cidade de São Paulo, porém, a única dessas frentes que vingou com algum sucesso até o final do período estudado por nós foi o Bloco Operário e Camponês. Outras frentes menores e de recorte mais específico foram fundadas na cidade, mas de existência efêmera, como a Sociedade Amigos da Rússia. Ainda outras, como a Liga Anti-imperialistas e a Liga Anti-fascista foram deliberadas para serem fundadas pela direção do Partido, mas jamais existiram de fato.

Em 1927, quando foi fundado o Bloco Operário (BO) no Rio de Janeiro, com a candidatura de Azevedo Lima e João da Costa Pimenta, Astrojildo Pereira conversou

⁵² Idem. p. 217.

⁵³ COSENZA, A. *Um Partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*. São Paulo. Dissertação de mestrado entregue a USP, 2012. P. 129.

⁵⁴ STÁLIN, J. Fundamentos do Leninismo. In <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/cap08.htm>. Acesso em 20/06/2018.

com Everardo Dias⁵⁵ sobre a possibilidade de fundar o BO em São Paulo. Sobre isso, Everardo respondeu

Nada posso te dizer ainda sobre a formação do Bloco Operário. Estamos agitando a formação da Sociedade Amigos da Rússia. Aqui há muito descaso, grande indiferença e muito clima anarquista a entulhar o caminho. Veremos o que se pode fazer⁵⁶.

As cartas de Everardo para Astrojildo indicam as preocupações dos comunistas paulistas no ano de 1927 que impediram a fundação do BOC-SP nesse momento. Ao mesmo passo que no Rio os comunistas começavam um momento importante de sua militância no movimento operário, avançando na política de frente única com a fundação do Bloco Operário e a eleição de seu primeiro deputado federal, e no âmbito sindical com os esforços para formação da Confederação Geral do Trabalho (CGT), e também fundando seu novo jornal, *A Nação* e a Juventude Comunista; em São Paulo os comunistas lutavam para conseguir maior número de militantes, maior penetração nas grandes fábricas, vencer os anarquistas no plano sindical e propagar suas ideias.

Associações como a comentada “Sociedade Amigos da Rússia” vinham a servir para conquistar simpatizantes em âmbitos intelectuais e pequeno-burgueses, o que também fazia parte da política de frente única. Como relatou Everardo, o pintor modernista Emiliano Di Cavalcanti, ingressado no PCB em 1926, “está um grande entusiasta e trabalha com afeição. É ele que mais se interessa pela fundação [da] S. Amigos da Rússia. Tem feito propaganda em meios burgueses (pequeno e grande) e tem encontrado alguma simpatia”⁵⁷. A Sociedade Amigos da Rússia, ao que tudo indica, encontrou problemas de natureza burocrática para ser criada. Plínio Gomes de Mello⁵⁸,

⁵⁵ Everardo Dias (1883 – 1966) nasceu em Pontevedra, na Espanha. Em 1887, os pais de Everardo Dias mudam-se para o Brasil, indo morar em São Paulo, onde alguns anos depois Everardo aprende a profissão de linotipista e depois de jornalista trabalhando no jornal *O Estado de São Paulo*. Everardo Dias dirigiu desde cedo jornais da imprensa operária, principalmente de cunho anticlerical, como *O Livre Pensador*. Participa ativamente na greve de 1917, o que lhe custou sua primeira prisão e expulsão do país. Volta ao Brasil em 1920 e participa da fundação do Grupo Clarté e da Coligação Social, de efêmera existência. Filia-se ao Partido Comunista do Brasil em 1922. Em 1924 faz parte da conspiração tenentista que gerou a tomada da cidade de São Paulo e é preso, ficando na cadeia até 1927. Em 1928 concorre a intendência municipal da cidade de São Paulo pelo Bloco Operário e Camponês. Apesar de comunista, Everardo Dias foi maçom e envolvido com a maçonaria por toda a sua vida. Ver RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.; Ridenti, Marcelo. *Everardo Dias*. In: *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

⁵⁶ Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 16/01/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁵⁷ Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 08/02/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁵⁸ Plínio Gomes de Mello, ou simplesmente Plínio Mello nasceu em Cruz Alta, Rio Grande do Sul, em 1900. Mudou-se para a cidade de São Paulo em 1925 com o intuito de estudar Direito na Faculdade de

outro militante do PCB-SP havia informado que a Sociedade Amigos da Rússia precisava de um termo de compromisso lido e assinado por seus membros para ser formada. Everardo perguntou a Astrojildo se isso era realmente necessário. Não temos informações se a Sociedade Amigos da Rússia realmente veio a existir e que tipo de trabalho desenvolveu, mas esta escassez de referências a ela pode indicar que a associação não tenha conseguido se concretizar ou que tenha tido existência efêmera ou executado atividades de menor importância para os comunistas⁵⁹.

A questão da propaganda estava intimamente ligada com a penetração nas fábricas, a conquista de aderentes operários ao partido e o combate aos anarquistas. Desde o começo deste ano (1927), os comunistas sabiam que o confronto entre eles e os anarquistas iria se intensificar, e dessa forma, Everardo Dias demonstra que eles estavam preocupados em ganhar a batalha.

Uma das propostas feitas por Everardo foi a criação de um jornal sindical comunista, que sairia uma vez por semana, focado na questão da organização sindical segundo os moldes da III Internacional e que tinha como objetivo “ladear, pela tangente, os doidos anarcóides, que aqui são numerosos, como se sabe”⁶⁰. A proposta de Everardo, porém, encontrou resistência por parte dos demais comunistas paulistas, tendo Augusto Pizzuti⁶¹, à frente, juntamente com Aristides Lobo, que defenderam a proposta de os comunistas paulistas focarem na divulgação do jornal *A Nação*, que

Direito de São Paulo. Chegando à cidade, fundou a revista *Mocidade* que contou com três números. Plínio Mello conheceu em São Paulo Mário Pedrosa e Lívio Xavier que já faziam parte do Partido Comunista na região e o convenceram ao comunismo. Em 1927, Plínio rompe definitivamente com o nacionalismo e com a Faculdade de Direito, fazendo um discurso em prol do comunismo na faculdade. A partir de então Plínio torna-se militante do PCB, do qual foi Secretário Regional em São Paulo. Em 1929 Plínio é transferido pelo Partido ao Rio Grande do Sul com o objetivo de ajudar o Partido a se reestruturar na região. Lá, Plínio concorre a uma vaga no Congresso Nacional pelo Bloco Operário e Camponês. Em 1930 Plínio entra em desentendimento com o Partido Comunista e é expulso do mesmo. Mais tarde, em 1931, Plínio Mello foi fundador, juntamente com Mário Pedrosa, Lívio Xavier e João Jorge da Costa Pimenta, da primeira organização trotskista no Brasil: o Grupo Comunista Lênin. Plínio permaneceu ligado ao trotskismo por toda sua vida. Ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT) em 1989. Ver KAREPOVS, D. Memória: Plínio Mello. In <http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/memoria-plinio-mello>. Acesso em 20/06/2018.

E também BOAVENTURA, Maria Eugênia. Depoimento de Plínio Mello. In <http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm>. Acesso em 20/16/2018.

⁵⁹ Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 27/01/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

⁶⁰ Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 27/01/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

⁶¹ Augusto Pizzuti nasceu na cidade de São Paulo em 1901, filho de imigrantes italianos. Pizzuti começou sua militância no ano de 1923, no sindicato dos sapateiros, União dos Artífices em Calçados. Começou a militância como anarquista, mas logo se tornou comunista e filiou-se ao PCB, participando da corrente de oposição comunista aos anarquistas que faziam a direção do sindicato dos sapateiros, o Bloco dos Operários em Calçados. (Prontuário 47, de Augusto Pizzuti, Deops-SP. Aesp)

recebiam do Rio de Janeiro, não dividindo forças na tentativa de criar outro jornal⁶². Everardo, que não discordou plenamente de Pizzuti e Aristides Lobo, pediu a Astrojildo que o jornal *A Nação* ao menos dedicasse uma folha semanal ao movimento operário paulista chamada *S. Paulo operário*, para que assim se pudesse despertar maior identificação e interesse nos operários da capital paulista em sua leitura⁶³.

A folha de *A Nação* chamada *S. Paulo operário* jamais existiu. Entretanto, existiram duas colunas dedicadas a São Paulo em *A Nação*, uma chamada *De nossa sucursal em São Paulo* e a outra *De S. Paulo*. A primeira teve a maioria de seus textos escritos por Everardo Dias, e as temáticas são exatamente as que Everardo defendeu ter importância em suas cartas a Astrojildo: notícias sobre o movimento operário paulista, sobre a situação de trabalho, sobre a indústria paulistana, enfoque em algumas categorias como ferroviários e tecelões, incentivando-os a organização, o movimento sobre a lei de férias. Textos notadamente escritos com o objetivo de permitir a criação de um vínculo com os operários paulistas através da exposição de sua situação no mundo do trabalho de sua região.

Neste ponto é pertinente destacar a importância do jornal para os Partidos Comunistas. Lênin defendeu a criação de um jornal único dos comunistas que pudesse atuar como “fio condutor” do Partido e do movimento operário no país inteiro (no caso, a Rússia). Em outras palavras, o jornal deveria cumprir o papel de orientar de forma ideológica e tática todos os militantes do Partido e das massas sob sua influência. No ano de 1927, *A Nação*, cumpria esse papel para o PCB e, através dele, buscava-se entrar em polêmica com as correntes rivais dentro do movimento operário e ganhar a simpatia dos operários para o comunismo. Everardo, nesse sentido, age em consonância ao tentar usar de *A Nação* para propagandar o comunismo nos meios operários e São Paulo e combater as ideias e o movimento anarquista. Porém, na prática, fazer do jornal uma ferramenta político-ideológica tão eficaz não era tão simples.

As cartas de Everardo mostram uma infinidade de dificuldades em circular o jornal pela cidade de São Paulo. O jornal chegava de forma irregular, havia problemas com os pontos de venda, que muitas vezes ou não recebiam o jornal ou queriam cobrar preços inacessíveis para as camadas operárias de São Paulo, obrigando os comunistas a

⁶² Carta de Augusto Pizzuti a Astrojildo Pereira. São Paulo, 06/03/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

⁶³ Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 08/02/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

procurarem outros sócios para pontos de venda⁶⁴. Em junho de 1927, Everardo Dias chegou a pedir a suspensão do envio de *A Nação* para São Paulo, acusando os comunistas do Rio de Janeiro de não mandar o jornal com o devido cuidado, fazendo com que o jornal se extraviasse e se perdesse pelo caminho, ou ficasse preso no correio. De uma forma ou de outra, mesmo quando o jornal ficava apenas preso no correio, o prejuízo era grande, pois alguns vendedores não aceitavam mais recebê-lo com atraso, gerando protestos por parte de Everardo, que era o responsável por receber e distribuir os exemplares de *A Nação* em São Paulo.

Eu, como você sabe, não tenho recursos, não vivo de expedientes, os vinténs que as vezes consigo são de uma venda minúscula de livros, coisa incerta e mísera. Não posso arcar com tantos prejuízos e ter tantas atribulações e perder tão estupidamente tanto tempo.

Enquanto aí, no Rio, não se metodizar todo o trabalho de jornal, será um trabalho delirante, irresponsável, atordoador.

Não recuso trabalho nem receio sacrifícios. Mas há de convir você que eu não posso estar do correio para casa e de casa para o correio sem nada de efetivo e útil realizar devido a uma desorganização nos serviços administrativos⁶⁵.

Apesar de todos os problemas, Everardo também nutria certo otimismo em relação ao jornal, o considerava de ótima qualidade, acreditando que ele poderia conseguir bom reconhecimento entre o operariado paulista

Sobre *A Nação*, acho-a cada vez melhor. E é uma pena, uma angustiada pena, ver tão bons artigos lidos por tão poucos trabalhadores! Eu faço sempre a distribuição dos encartes por fábricas e oficinas. O jornal já não é ignorado. Aos poucos, dará frutos⁶⁶.

Os comunistas também se preocuparam com a proposta de formar um sindicato de imprensa, para reunir redatores, revisores e outros profissionais por fora do Sindicato dos Gráficos (a UTG), pois haviam conquistado 16 aderentes para montar uma célula do partido entre os trabalhadores da imprensa e esperavam conquistar mais⁶⁷. Entretanto, este sindicato não se formou, permanecendo a existência única da

⁶⁴ Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 06/02/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁶⁵ Carta de Everardo Dias ao camarada Astrojildo Pereira. São Paulo, 02/06/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

⁶⁶ Carta de Everardo Dias ao camarada Astrojildo Pereira. São Paulo, 02/06/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

⁶⁷ Carta de Augusto Pizzuti a Astrojildo Pereira. São Paulo, 06/03/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

UTG neste ramo que passou a contar a partir da reformulação de seus estatutos em 1927 com um Departamento dos Trabalhadores na Imprensa, que englobava os jornalistas⁶⁸.

Todas estas questões relativas à organização e solidificação das células do PCB, bem como a penetração e aderência nos meios operários, impediram que os comunistas de São Paulo fundassem o BOC (então BO) juntamente com a fundação do BO do Rio de Janeiro, como fica indicado em carta de Everardo a Astrojildo ainda no começo de 1927, na ocasião das eleições a deputado federal que elegeram no Rio, Azevedo Lima

Sobre a candidatura, acho que não há tempo para agir. Faltam poucos dias para sair as eleições e não teríamos tempo de preparar um eleitorado sofrível. Acho melhor trabalhar para a futura eleição municipal e dep. Estadual. Até lá teremos um núcleo regular e pessoal de vanguarda para formar o Bloco O. e apelarmos para simpatizantes, [trecho ilegível], velhos conhecidos e admiradores das lutas nossas – e poderemos, assim, dar votos compensadores a um candidato nosso, aquele que o P.C. achar mais viável.

Essa, minha opinião. Caso, todavia, vocês acharem oportuno ir as urnas, embora fraquíssimos, iremos. Mas será uma temeridade: conseguiremos uma votação insignificante, que pode arrastar-nos ao ridículo⁶⁹.

A fundação do BOC-SP e conseqüentemente a candidatura dos comunistas paulistas nas eleições só foi acontecer no ano seguinte, 1928, em fevereiro. Na ocasião, seguiram o exemplo dos comunistas cariocas e lançaram como candidato um simpatizante do comunismo, mas que não era membro do Partido, Nestor Pereira Jr.

Passada as eleições de fevereiro de 1928, o PCB-SP entrou num momento de profundo refluxo de atividades, e com ele, o BOC-SP. No fim do ano de 1928, em relatório sobre as eleições municipais de outubro, o BOC-SP informou ao Comitê Central do BOC um resumo da situação em que ele se encontrou logo após o pleito de fevereiro.

Depois das eleições estaduais de fevereiro, devido à precária situação financeira que nos aparecia como um obstáculo quase intransponível e devido, principalmente, à escassez de militantes e à inércia e inconsciência da maioria dos existentes – o B.O.C desaparecera por completo do terreno da luta política. Todos os esforços de três ou quatro camaradas eram, então, inúteis, para mostrar à vanguarda a necessidade de continuar a obra que se iniciara. E tal situação perdurou até o dia 31 de agosto, em que, por intervenção enérgica e decidida de um companheiro de Santos, foi possível

⁶⁸ FERREIRA, N. *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P. 63.

⁶⁹ Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 27/01/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

realizar-se uma assembleia de delegados, destinada a estudar a participação do operariado desta Capital nas eleições de 30 de Outubro⁷⁰.

Precária situação financeira, escassez de militantes, inércia dos militantes existentes, eis os elementos que segundo o próprio BOC-SP, eram a razão de seu desaparecimento completo no campo da luta política entre fevereiro e outubro de 1928, e que no qual seus membros e simpatizantes, bem como comunistas de outras localidades já vinham percebendo e reclamando ao decorrer do ano.

A “precária situação financeira” é a principal razão apontada. Em relação às outras duas (escassez e inércia de militantes) podemos afirmar que a ação dos militantes existentes fica muito limitada sem o dinheiro necessário para realização das atividades, que seriam principalmente a criação, impressão e circulação de material de propaganda. Entretanto, a existência de dinheiro sem militantes que o usassem de forma eficiente de pouco adiantaria. Mas segundo o próprio BOC-SP, a organização carecia dos dois recursos.

Segundo os estatutos do BOC, sua fonte de dinheiro eram quotas arrecadadas entre os representantes do BOC, doações voluntárias, dinheiro levantado com festivais e outras atividades culturais⁷¹. Notadamente, todas as evidências documentais mostram que o dinheiro arrecadado por esses meios era insuficiente. Devemos ainda pesar que havia casos em que um festival era preparado para arrecadar fundos e, de última hora, se via impossibilitado de acontecer, como foi o caso de um festival do BOC na sede da UTG que foi proibido pela polícia⁷². Ainda temos que considerar que as atividades passadas criavam dívidas que pesavam no orçamento do Bloco, como é o caso de uma dívida contraída nas eleições de fevereiro com Nestor Pereira Jr., que havia sido o candidato dos comunistas pelo BOC-SP (apesar de ele mesmo não ser membro do PCB).

Dessa forma, é constante nas cartas de Plínio para Astrojildo, o pedido de que mandasse ajuda em dinheiro para o PCB-SP ou para o BOC, para que se houvessem,

⁷⁰ CR-SP do BOC. *As eleições paulistas e o BOC*. 18/11/1928. P. 1. (ASMOB – Fundo Astrojildo Pereira)

⁷¹ Bloco Operário e Camponês. *Programa e estatutos*. Rio de Janeiro, Comitê Central do BOC, 1928. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista, ic-0646)

⁷² A polícia e os operários: *O Bloco Operário e Camponês não obteve licença para realizar um festival*. *Diário Nacional*. São Paulo, 08/07/1928. P. 12. (BNDigital).

nas palavras do próprio Plínio Mello, “possibilidades materiais” de se fazer alguma coisa⁷³. A resposta de Astrojildo era

Penso que é impossível arranjarmos o dinheiro assim de repente. Estamos prontos. O BOC não tem vintém. Os intendentess ainda não foram reconhecidos e não sabemos quando começarão a receber [depois de eleitos, os candidatos do BOC ajudavam as finanças com parte de seu salário]. Ademais, nossas despesas tem sido enormes, esgotando todos os recursos de que dispomos. Você não há de acreditar na história do “ouro de Moscou”...

Em todo caso, vocês – isto é, o CR do BOC – dirigir um pedido oficial ao CC do BOC. Eu não garanto nada sobre o que se possa resolver, mas eu não sou o CC. De pronto digo que é impossível porque não há dinheiro [grifos de Astrojildo Pereira]⁷⁴.

É ilustrativa da falta de dinheiro como regra no PCB e também no BOC, a ideia gritantemente heterodoxa para os padrões do marxismo-leninismo que teve Plínio Mello, no mês de agosto, para tentar angariar dinheiro para a organização e que demonstrava algum nível de desespero para conseguir recursos. Tratava-se de um “concurso eleitoral”. Plínio apresenta essa ideia a Astrojildo dizendo que

A primeira vista, e dado o idealismo que domina grande parte da população brasileira e que afeta as próprias fileiras do Partido, - esse plano parecerá ridículo e imoral... (como aconteceu agora mesmo com Perdígão – tive de sustentar uma discussão de uma hora; assim mesmo não se convenceu do contrário). Entretanto, esse plano prático me parece que é profundamente marxista e leninista. Pra você não será preciso justifica-lo. O que nós visamos com esse concurso eleitoral não são vantagens eleitorais; o que nós visamos é fazer propaganda do BOC, e, o que é essencial, entrar em contato com os elementos de fábrica⁷⁵.

Plínio atribuía tamanha genialidade ao próprio plano que temia que fosse copiado pelos membros do Partido Democrático e aconselhava que o concurso fosse lançado também no Rio de Janeiro. Fazia questão de diferenciar a estratégia do concurso eleitoral do BOC das fraudes perrepistas, dizendo que o concurso eleitoral não era “compra de eleitores, mas sim uma compensação de esforços”⁷⁶. Expôs que para que o concurso pudesse acontecer com sucesso, era necessário conseguir sua propaganda nos jornais, afirmando que conseguiria garantir que ela aparecesse no *Diário da Noite*, ficando de ver também *O Combate* e a *Folha da Manhã*. Sua temeridade, no entanto, era que o concurso não acontecesse por intervenção da polícia ou por falta de dinheiro. Nesse sentido, termina sua carta para Astrojildo pedindo dinheiro para fazer propaganda

⁷³ Carta de Plínio Mello a Astrojildo. São Paulo, 13/08/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁷⁴ Carta de Astrojildo Pereira a Plínio Mello. Rio de Janeiro, 09/12/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁷⁵ Carta de Plínio a Astrojildo, São Paulo. 13/08/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁷⁶ Carta de Plínio a Astrojildo, São Paulo. 13/08/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

do concurso e dizendo “tenho um receio enorme de, por falta de dinheiro, não podermos dar esse golpe enorme na burguesia”⁷⁷.

Aproximadamente uma semana depois, Plínio Mello escreve outra carta para Astrojildo Pereira voltando na questão do concurso eleitoral e lhe enviando em anexo o planejamento do mesmo. Afirma que “talvez a pequena-burguesia vá achar ridículo esse plano. Mas, estou quase certo que toda a burguesia vai teme-lo seriamente”. Passa a mostrar, então, suas perspectivas com o concurso.

Suponhamos que consigamos desse modo, mil aderentes para o BOC, e que esses aderentes representem tão somente cem locais de trabalho. Muito bem. No mínimo será um conto de réis, que mensalmente há de entrar, para as cifras do mesmo, estabelecida uma cifra de 1\$ para 300\$ de salário. De outro modo poderemos entrar em contato com 100 operários que certamente são ativos e dedicados – representantes sindicais, a que se refere a fórmula do concurso. Isso, além dos outros mil aderentes que nos poderão auxiliar, ao menos, na obra de propaganda⁷⁸.

Mais a frente, Plínio prossegue dizendo que

Esse cálculo que fiz é bastante pessimista. Tendo-se em consideração a mentalidade aburguesada do proletariado de S. Paulo, é de se acreditar que um concurso nas condições desse que elaboramos, terá, forçosamente, maiores efeitos⁷⁹.

Por fim, pede mais uma vez a Astrojildo um conto de réis para realizar a propaganda do concurso.

O planejamento do concurso, enviado a Astrojildo, tinha a forma de propaganda. Certamente seria o anúncio a ser publicado nos jornais e divulgado para o público. Basicamente, o documento apresentava o BOC, argumentando a necessidade dos operários mandarem seus representantes ao Parlamento, e então justificava

o BOC sendo, como é, um partido de trabalhadores, de assalariados, não poderá deixar de ser pobre. Não tem cofres do tesouro público e nem as bolsas recheadas da burguesia, para poder custear propagandas eleitorais... Por conseguinte, tem de apelar para uma parcela insignificante do minguado salário dos próprios trabalhadores. Mas como fazê-lo? Por meio de uma subscrição pública? Não é aconselhável. Logo, o processo que se afigura mais bem indicado é o de quotas mínimas e voluntárias, cobrados mensalmente, entre os aderentes⁸⁰.

⁷⁷ Carta de Plínio a Astrojildo, São Paulo. 13/08/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁷⁸ Carta de Plínio a Astrojildo, São Paulo. 13/08/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁷⁹ Carta de Plínio a Astrojildo, São Paulo. 13/08/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁸⁰ Bloco Operário e Camponês. *Concurso Eleitoral: 20 Prêmios no valor de mais de dois contos de réis!* São Paulo, 1928. P. 1. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Contudo, prossegue o documento, a direção do BOC resolveu compensar o sacrifício dos trabalhadores em doar parte de seu salário premiando-os com objetos e gêneros de utilidade imediata. As regras do concurso se davam em três etapas: na primeira, concorreriam todos os trabalhadores e os que conseguissem maior número de aderentes ao BOC teriam direito aos prêmios discriminados (ternos, vestidos, sacos de arroz, entradas no cinema, cigarros, sapatos, latas de banha, litros de leite, café, cobertores, sacos de batatas e sacos de feijão) e que seriam distribuídos no primeiro domingo de outubro⁸¹.

A segunda etapa se daria apenas entre os aderentes do BOC. Aqueles que conseguissem filiar o maior número de eleitores teriam direito, gradativamente, aos objetos a serem distribuídos no último domingo de outubro (os mesmos prêmios da primeira etapa, adicionando capas de borracha, sacos de farinha de trigo, sacos de farinha de mandioca e cuecas).

A terceira etapa seria entre eleitores do BOC. Após as eleições municipais e, como retribuição ao esforço do eleitorado, a direção do Bloco sortearia 20 prêmios equivalentes aos prêmios oferecidos na primeira e segunda série do concurso. Esse sorteio só se faria no caso de vitória eleitoral do BOC. O plano do concurso eleitoral termina afirmando que a representação parlamentar não era um fim em si mesmo, mas um meio de organização e defesa do proletariado.

Ao plano de concurso eleitoral de Plínio, Astrojildo Pereira respondeu

Não temos nenhuma objeção a opor ao plano do “concurso eleitoral” do BOC. Se os camaradas se julgarem com forças bastantes para leva-lo a bom termo sem fracasso material, ele poderá efetivamente trazer-nos bons frutos do ponto de vista da propaganda e da agitação. A nosso ver depende tudo das possibilidades materiais de cumpri-lo a risca⁸².

Possibilidades essas que provavelmente não existiram, pois nenhum anúncio ou notícia do concurso eleitoral do BOC é encontrado nos jornais. O que importa notar é a expressão da ausência de dinheiro para dar concretude às atividades dos comunistas paulistas, materializada na proposta do “concurso eleitoral” do BOC.

Notadamente o mês de maio em diante, foi o período em que a ausência do BOC-SP foi sentida com tamanho desconforto, que as reclamações começaram a

⁸¹ Bloco Operário e Camponês. *Concurso Eleitoral: 20 Prêmios no valor de mais de dois contos de réis!* São Paulo, 1928. P. 2. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

⁸² Carta de Astrojildo para Plínio Mello, Rio de Janeiro. 21/08/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

aparecer tanto publicamente, através das páginas de *O Combate*, como internamente nas conversas dos militantes comunistas. No dia 23 de maio de 28, escreveu um tecelão para o *O Combate*

Há já um mês que nem um comunicado, nem um artigo de propaganda, nada se tem lido a respeito do BOC. Nestas condições chegará Outubro e nos veremos nas mesmas contingências em que nos encontramos nas últimas eleições⁸³.

João Freire de Oliveira, comunista de Santos, escreveu para Astrojildo no mesmo mês criticando a atuação (ou ausência de atuação) do BOC-SP. Dizia ele “lá tudo frio. Não alistam, não se preparam. Pelo menos, nada vemos”⁸⁴.

Ao fim das eleições de fevereiro de 1928, o BOC-SP, sem consultar as instancias superiores do BOC ou do PCB, desistiu do pleito e lançou apoio ao Partido Democrático de São Paulo, o que gerou a reprovação quase geral dentro do Partido. O problema que os comunistas de São Paulo adquiriram com o Partido Democrático acabou mesclando-se, aos olhos dos críticos mais próximos como os comunistas de Santos, com o da inércia dos militantes, aparecendo muitas vezes como a razão desse último.

Plínio Mello travou um debate com o Comitê Central do PCB a respeito do Partido Democrático, defendendo que deveria ser feita uma aliança entre os dois Partidos com o objetivo de os comunistas conquistarem para o seu lado a pequena-burguesia revoltosa e os operários “de mentalidade pequeno-burguesa”, o que poderia ser alcançado se os comunistas fizessem uso da coluna operária do jornal do Partido Democrático, o *Diário Nacional* para defender as suas próprias posições, proposta que foi prontamente rejeitada pelo CCE. Por volta de março/abril de 1928, Plínio Mello começou a trabalhar para o *Diário Nacional*, não primariamente para fazer uso de suas páginas para propaganda comunista, mas “por excesso de miséria”... depois de ter passado dois meses em chômage [desemprego] absoluto”⁸⁵. Everardo Dias já trabalhava no *Diário Nacional* desde o ano anterior.

Procurando nas páginas do jornal do Partido Democrático entre os meses que Plínio Mello trabalhou lá, encontramos poucas notícias que poderiam ter sido de sua

⁸³ N. Jimenez. *Nos arraiais da política proletária*. O Combate. São Paulo, 23/05/1928. P. 2. (CEDEM)

⁸⁴ Carta de João [Freire de Oliveira] a Astrojildo Pereira. Santos, 20/05/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

⁸⁵ Carta de Plínio Mello a Astrojildo Pereira. São Paulo, 27/05/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

autoria e que abordassem minimamente questões de interesse dos comunistas. A mais provável seria do dia 2 de maio, sobre a comemoração do 1º de Maio em São Paulo, ocorrida no Largo da Concórdia, no Brás, as 15h, onde falaram exatamente os comunistas paulistas e membros do BOC-SP: Augusto Pizutti, Manoel Medeiros (que também era da UTG), Isis Silvio e o próprio Plínio Mello, em nome do Bloco Operário e Camponês, do qual era primeiro secretário em São Paulo⁸⁶. Também encontra-se uma denúncia de que a polícia de São Paulo recusou permitir o acontecimento de um festival do BOC na sede do Sindicato dos gráficos, no dia 07 de julho, chegando a ameaçar prender todos caso fizessem a festa sem permissão⁸⁷. Há também uma denuncia contra o delegado Ibrahim Nobre por prender dois operários por terem se filiado a União dos Trabalhadores Gráficos⁸⁸. Fora estas, as notícias que chegam mais próximas são sobre condições de vida dos operários e da situação dos bairros proletários em São Paulo⁸⁹. Nenhuma delas era assinada.

Independente da periodicidade e da quantidade de artigos que Plínio ou Everardo poderiam ter publicado no jornal dos democráticos, o fato de trabalharem lá irritava particularmente João Freire de Oliveira, que via nisto uma das causas da debilidade do Partido Comunista em São Paulo ao mesmo tempo que se trabalhava para um oponente político. A esse respeito, reclamava para Astrojildo

Plínio escreve artigos no *Diário Nacional* e pouco na seção operária d'O Combate. Ora, o *Diário Nacional* é muito pior para nós do que "*O Combate*". Aquele nos ataca diariamente. Ao passo que *O Combate* transcreve entrevistas e artigos nossos.

Não sei bem até onde iremos parar com essa tolerância de Plínio para com o Partido que na Conferencia Regional tanto nos molestou.

Se você [Astrojildo Pereira] pudesse dar mais um pulo em S. Paulo creio que seria útil, se não necessário.

Não estamos mais dispostos a ter que endoçar maloqueiros.

O próprio Plínio admitia sua culpa, afirmando que no *Diário Nacional*

[...] trabalhamos de mais, das 15h as 2 da madrugada, não me sobra tempo quase para escrever o que nos interessa mais de perto. Principalmente tendo em consideração a natureza do trabalho.

⁸⁶ *A comemoração do dia do trabalho*. *Diário Nacional*. São Paulo, 02/05/1928. P. 8. (BNDigital)

⁸⁷ *A polícia e os operários: O Bloco Operário e Camponês não obteve licença para realizar um festival*. *Diário Nacional*. São Paulo, 08/07/1928. P. 12. (BNDigital)

⁸⁸ *A União dos Trabalhadores Gráficos protesta contra arbitrariedades*. *Diário Nacional*. São Paulo, 08/07/1928. P. 12. (BNDigital)

⁸⁹ *A triste situação de uma família de operários no Braz*. *Diário Nacional*. São Paulo, 28/06/1928. P. 2.

Tudo isso, constituem as razões fatais da nossa frigidez polar⁹⁰.

E toda essa crise da ausência de militantes do BOC-SP expressava uma situação extremamente difícil do PCB em São Paulo. Nesta mesma carta de Plínio Mello a Astrojildo Pereira, fica claro que até aquele momento o PCB-SP jamais teria mandado desde a sua fundação relatórios e atas de suas reuniões e ações em São Paulo para o Comitê Central do Partido, ao mesmo tempo em que tinha dificuldade de fundar novas células na cidade e suas assembleias de zonas eram recheadas de conflitos internos. Segundo Plinio Mello, “todos os meses temos realizado assembleias de zonas; entretanto, nessas reuniões outra coisa não temos feito do que nos criticar pessoalmente... Esta é a verdade. Por isso não me animei de relatar isso”⁹¹. Esta dificuldade dos conflitos internos como regra das reuniões dos comunistas paulistas era também confirmada por João Freire de Oliveira, que dizia a Astrojildo depois de suas intervenções em São Paulo para dar uma “mão na roda” daquela “máquina emperrada” que “o Bloco vai a passo de cagado. Perdem o tempo na reunião a discutir coisas insignificantes e acabam aborrecendo-se mutuamente”⁹².

Buscando combater todos esses problemas, a I Conferência de Agitação e Propaganda do Comitê Regional de São Paulo, ocorrida em 1 de julho de 1928 deliberou leitura constante de textos que reforçassem a necessidade da disciplina comunista, criação de cursos, difusão dos estatutos do BOC⁹³. A II Conferência de Agitação e Propaganda, ocorrida em 11 de setembro do mesmo ano, teve de começar admitindo que em relação as deliberações da I Conferência

[...] em quase sua totalidade, não foram postas em prática. [O Secretário de Agitação e Propaganda do CR-SP] Lamenta a indisciplina reinante, a incompreensão do trabalho coletivo, a inatividade da maioria. Mostra o valor básico da disciplina e lê, a respeito, dois trechos de Lênin. Diz que, em primeiro lugar e acima de tudo, é necessário fazer propaganda da disciplina, devendo os agitprops ter o máximo de empenho em levar a cabo esse trabalho. Não basta compreender, é preciso praticar o que se aceita como uma verdade. Semanalmente, nas reuniões de células, deverão ser lidos trechos de literatura revolucionária que insistam na necessidade de manter a disciplina de ferro no partido do proletariado⁹⁴.

⁹⁰ Carta de Plinio Mello a Astrojildo Pereira. São Paulo, 27/05/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁹¹ Carta de Plinio Mello a Astrojildo Pereira. São Paulo, 27/05/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁹² Carta de João ao Camarada Astrojildo. Santos, 16/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁹³ Ata da I Conferência de Agit-Prop da Zona de São Paulo. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁹⁴ Ata da II Conferência de Agitprops, realizada em 11 de setembro de 1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

No verso da ata, foram deixadas citações de Lênin sobre a importância da disciplina partidária, talvez as mesmas lidas pelo Secretário de Agit-prop do CR-SP e que deveriam dar início a todas as outras que deviam vir daí por diante, sendo lidas semanalmente nas reuniões.

Meditae!

“Todo aquele que enfraquece, por pouco que seja, a disciplina de ferro no partido do proletariado (sobretudo no período da ditadura do proletariado), objetivamente ajuda a burguesia contra o proletariado”. (Lênin – A doença infantil do comunismo).

“A experiência da ditadura vitoriosa do proletariado na Rússia demonstrou claramente, aos que não sabem pensar ou que não tiveram ocasião de refletir sobre isso, que uma centralização absoluta e uma disciplina estrita do proletariado são duas das condições primordiais de vitória da burguesia”. (A doença infantil do comunismo)⁹⁵

A II Conferência de Agit-Prop ainda debateu sobre a campanha do BOC-SP para as eleições de outubro, deliberou que os agitadores e propagandistas do CR-SP do PCB deveriam focar toda a sua energia na propaganda para o BOC, afirmando a necessidade de que em cada bairro operário fossem organizadas listas de endereços de leitores proletários para que se enviassem circulares, cédulas e manifestos do BOC. O nº 18 do jornal do PCB, *A Classe Operária* também deveria ser distribuído e “sempre que possível”, lido e comentando em reuniões com os trabalhadores⁹⁶. Também é deliberada a tiragem de boletins que explicassem em linguagem clara a política do BOC, deixando evidente que votar nos outros partidos é o mesmo que votar pela burguesia e contra o proletariado. O financiamento desses boletins deveria vir de rateios entre os militantes do Partido e do Bloco⁹⁷.

Astrojildo, ao receber a ata da II Conferência de Agitprop, respondeu em carta ao CR-SP de São Paulo que as resoluções estavam aprovadas, mas que o Comitê

⁹⁵ Ata da II Conferência de Agitprops, realizada em 11 de setembro de 1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

⁹⁶ Ata da II Conferência de Agitprops, realizada em 11 de setembro de 1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

O número 18 do jornal “*A Classe Operária*” foi quase inteiramente dedicado ao Bloco Operário e Camponês, sendo o número em que foram apresentadas as candidaturas de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira para intendentess municipais do Rio de Janeiro. Seus artigos falam sobre variados assuntos da vida operária: a questão da exploração dos jovens e das mulheres nas fábricas, as más condições dos bairros e das casas operárias, os salários, jornadas de trabalho e etc, sempre terminando os textos com o chamado para a organização sindical e para votar no Bloco Operário e Camponês. Também há pelo menos dois textos dedicados a Coligação Operária de Santos. (*A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 25/08/1928. BNDigital).

⁹⁷ Ata da II Conferência de Agitprops, realizada em 11 de setembro de 1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Central do PCB esperava somente “que na futura 3º Conferencia não se verifique o resultado constado nesta 2º em relação à 1º, isto é, que as resoluções tomadas não foram postas em prática”, e então adicionava que apesar disso o CCE recebia a ata com satisfação, pois “tomar uma série de resoluções já é alguma coisa, mesmo quando as resoluções não são aplicadas. Com o hábito e a repetição, estamos certos de que os camaradas acabarão por aplica-las”⁹⁸.

Contudo, é importante notar que os militantes de São Paulo também reclamavam de negligência do Comitê Central do PCB com a situação do Partido na capital paulista. Plínio, ainda na carta de 27/05 reclama a Astrojildo que apesar de admitir ter culpa na situação “deplorável” do Partido em São Paulo, “a maior culpa deverá recair entre os próprios camaradas que não me auxiliam na obra de reorganização do C.R.”, pois “as resoluções que tomamos não encontram o necessário apoio nos membros do P[artido], em sua maioria bastante negligentes”⁹⁹.

Além das diversas vezes em que se encontra nas cartas dos comunistas paulistas para o CCE e para Astrojildo o pedido de dinheiro, ou que Astrojildo viajasse para São Paulo para ajuda-los, ou que conseguisse para eles a presença de Azevedo Lima em São Paulo para fazer comícios e palestras, pedidos que na maioria das vezes não foram atendidos, também se encontrava reclamações de que o CCE do PCB ao invés de auxiliar na construção do Partido em São Paulo, deslocava militantes que se destacavam ali para outras regiões, como foi o caso de João Jorge da Costa Pimenta¹⁰⁰, um dia considerado “o motor da máquina comunista em São Paulo”¹⁰¹ que após sua remoção

⁹⁸ Carta de Astrojildo Pereira ao Comitê Regional de São Paulo. Rio de Janeiro. 18/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁹⁹ Carta de Plínio Mello a Astrojildo Pereira. São Paulo, 27/05/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

¹⁰⁰ João Jorge da Costa Pimenta foi gráfico sindicalista, fez parte do movimento anarquista e posteriormente comunista. Foi um dos delegados do Centro Cosmopolita ao 2º Congresso Operário Brasileiro (1913), redator dos jornais operários Na Barricada e O Cosmopolita. Participou da conspiração anarquista de 1918, sendo preso juntamente com José Oiticica e Astrojildo Pereira. Delegado da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo ao 3º Congresso Operário (1920). Foi um dos fundadores do PCB e do Comitê Regional do Partido em São Paulo. Um dos líderes da greve dos gráficos de 1923. Primeiro comunista brasileiro a concorrer eleições pelo Bloco Operário e Camponês em 1925. Em 1928 entra em conflito com o PCB e será em 1931 um dos fundadores da primeira organização trotskista brasileira, o Grupo Comunista Lênin (BATALHA). C. Dicionário do movimento operário. São Paulo: Perseu Abramo, 2009. P. 128.

¹⁰¹ Resposta a O Internacional. A Plebe. São Paulo. 10/05/1924. P. 2. (Arquivo Edgar Leuenroth).

ficaria “emperrada”, e também o de Mario Grazzini¹⁰², segundo atesta carta de Everardo Dias

É o diabo – esta falta de elementos entre nós. Vocês dispõem de gente em quantidade e ainda nos foram tirar Gr[azini]. Vocês são insaciáveis. S. Paulo precisava de mais gente que a que vocês têm no Rio e, no entanto, além de meia dúzia, ainda vocês nos reduzem a cinco.. E S. Paulo valeria, trabalhando, o dobro do Rio, para a causa¹⁰³.

Octávio Brandão, na época membro do Comitê Central do PCB, irá admitir esse descaso dos dirigentes comunistas para com a região de São Paulo em depoimento feito ao fim de sua vida e já citado neste trabalho, dizendo que “nós deveríamos ter ido para lá, pelo menos mandar Astrojildo e uns outros para lá; e, segundo, as pessoas que enviamos não deram resultado”¹⁰⁴. Em seguida, Brandão cita o exemplo de um militante de São Paulo que, para ele, “não deu resultado”

A outra dificuldade foi esse Aristides Lobo. Aristides Lobo levou anos e anos, o partido insistindo: "Vá às fábricas, vá conversar com os operários." E ele dizia: "Eu não sei conversar com os operários." "Mas meta a cara; também não sabemos, nós vamos à hora do almoço para a porta da sala conversar." Levamos anos e anos e não conseguimos nada de nada com Aristides Lobo. Um dia, soubemos, em vez de estudar Lenin, Marx, Engels, como nós recomendamos, ele leu foi Trotski, virou trotskista e morreu trotskista. Era estudante do Pedro II, jovem, jovem eu o conheci, muito boa pessoa, família tradicional, mas não deu nada, nada. Pegou cadeia e não fez nada. De modo que gente incapaz; gente capaz num terreno, mas incapaz em outro terreno, e o resultado em São Paulo sempre foi uma desgraça¹⁰⁵.

O próprio processo de decisão do candidato que concorreria as eleições municipais de outubro de 28 atestam os já mencionados conflitos pessoais internos. Nos dias 30 e 31 de agosto, João Freire de Oliveira foi a São Paulo no objetivo de resolver as questões relacionadas ao BOC-Sp, incomodado que estava com a paralisia da qual já havia reclamado a Astrojildo Pereira, e informa ao Secretário-Geral do Partido:

Estive dois dias em São Paulo (30 e 31) dando uma mão na roda naquela máquina emperrada. Dia 05 voltarei lá para acompanhar os trabalhos que ficaram aprovados no dia 31. Vamos ver se vai¹⁰⁶.

¹⁰² Mário Grazzini era gráfico e comunista. Foi representante da União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro no Congresso Sindical Regional, realizado em abril de 1927. No meio do mesmo ano tornou-se secretário-geral da Federação dos Trabalhadores Gráficos do Brasil e dirigente do PCB em São Paulo, juntamente com Aristides Lobo. Em 1929 foi eleito para o Comitê Central do PCB e em 1920 foi candidato a deputado federal pelo Bloco Operário e Camponês. (BATALHA. C. Dicionário do movimento operário. São Paulo: Perseu Abramo, 2009. P. 75-76).

¹⁰³ Carta de Everardo a Gildo, São Paulo, 16/08/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

¹⁰⁴ BRANDÃO, O. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. Pag. 38.

¹⁰⁵ BRANDÃO, O. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. Pag. 38.

¹⁰⁶ Carta de João Freire de Oliveira a Astrojildo Pereira. Santos, 01/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Aproximadamente uma semana depois, Oliveira volta a escrever a Astrojildo, dizendo-lhe “tenho ido a S. Paulo. A coisa está melhorando. Vão ser apresentados 8 candidatos. Everardo em 1º turno. Já se alugou uma sede no Largo da Sé para o Bloco”¹⁰⁷. Dois dias depois, escreve novamente reafirmando a candidatura de Everardo com mais 8 candidatos em segundo turno e termina declarando que “São Paulo está animado”¹⁰⁸.

Plínio Mello, que como já informamos, era secretário de organização do PCB-SP e primeiro secretário do BOC-SP, irritou-se com a visita de Oliveira e escreveu a Astrojildo, dando sua visão dos fatos e queixando-se da situação criada pela presença do comunista de Santos. O Comitê Regional do Partido em São Paulo já havia decidido pela candidatura única de Everardo Dias, diz Plínio Mello, eis que então

Um dia chega-nos, precipitadamente de Santos, o Oliveira e convoca, sem me consultar, uma reunião de militantes do P.[artido]. Lá fomos. Era a questão do BOC. Estávamos dormindo, etc. Oliveira, de saída, propôs a apresentação de 1 candidato em 1º turno e 16 em 2º turno [tal como a Coligação Operária estava fazendo em Santos], um de cada [trecho ilegível]. Toca descobrir candidatos. Não havia candidatos, ficou resolvido então apresentar 12 apenas. É preciso que se note que sustentei o ponto de vista de que devíamos apresentar apenas candidatos genuinamente operários. Acabaram que deviam ser incluídos o meu nome e o de Perdigão... Como entre os candidatos propostos, alguns não tivessem ainda sido convidados (sic), assentou-se na 1º reunião, que na reunião seguinte, depois de convidar os referidos elementos, seria organizada a chapa¹⁰⁹.

Na próxima reunião, verificou-se a impossibilidade de sustentar as 12 candidaturas, os operários convidados negaram o convite e outros dois simplesmente não responderam. Ficou-se a proposta de apresentar 8 candidatos. Entretanto, entre os 8 candidatos, um tecelão e um chauffeur (motorista de taxi ou taxista nos dias atuais) que haviam sido convidados não tinham ainda se decidido se aceitariam concorrer ou não. Deixou-se para resolver o problema em outra reunião, que aconteceu no dia 13/09/1928 e “depois de um longo debate de mais de 2 horas”, decidiu-se apresentar como candidatos Everardo Dias, Perdigão, Salvador e Vizzaco. Nesta reunião do BOC-SP só estavam presentes elementos do PCB: Manoel Medeiros, Aristides Lobo, Perdigão, Vizzaco, Tejada, Lopez, João Nunes, Odilio, Salvador e Plínio Mello. Apresentaram a proposta da candidatura solitária de Everardo Dias e outra de apresentar os quatro

¹⁰⁷ Carta de João Freire de Oliveira a Astrojildo Pereira. Santos, 08/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

¹⁰⁸ Carta de João Freire de Oliveira a Astrojildo Pereira. Santos, 10/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

¹⁰⁹ Carta de Plínio a Astrojildo. São Paulo, 14/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

candidatos, que venceu por 6 votos contra 2 (foram a favor Perdigão, Vizzaco, Salvador, Nunes, Lopes e Medeiros). Plínio Mello era absolutamente contra a proposta de apresentar tantos candidatos, dizendo que o BOC-SP só tinha condições materiais para sustentar uma candidatura, que deveria ser a de Everardo Dias. Os argumentos de Plínio eram os seguintes

- a) Não temos eleitorado garantido; ora, uma votação ridícula para 3 ou 4 candidatos do BOC servirá apenas para desprestigiá-lo aos olhos da massa; logo devemos fazer o possível para concentrar a votação em um único candidato.
- b) A apresentação de vários candidatos de corporações diversas serviria para uma ampla concentração eleitoral; desde, porém, que isso foi e está sendo impossível, a indicação de dois elementos dos gráficos e mais um intelectual, só virá a acarretar o desprestígio e antipatia para o BOC [grifos de Plínio Mello].
- c) Perdigão é ainda um intelectual pequeno-burguês, nada tem feito pelo P.[artido], não é conhecido no seio da massa; não tem, por conseguinte, credenciais com que possamos apresenta-lo e justificar sua candidatura;
- d) A apresentação de outros candidatos, além de Everardo, serviria, não só para desviar a atenção da massa do candidato que deveria ser eleito, como também para desperdício de votos no segundo turno;
- e) Porque (são tantas razões!), inicialmente, o C.R. do P. não poderá ser desprestigiado pela vaidade de alguns candidatos...¹¹⁰

Plínio declara a Astrojildo que sua carta é uma medida de desespero para que o Comitê Central do BOC vetasse a resolução do BOC-SP em apresentar 4 candidatos, aprovando a candidatura única de Everardo. Mas adiciona que tinha esperanças de que a questão se resolvesse no CR-SP, uma vez que Salvador deveria sair de São Paulo para cursar a Universidade Operária do Oriente, em Moscou, não podendo se candidatar, mas temia que Perdigão causasse conflito perante a decisão da candidatura única, pois ele já havia declarado “que não sabia como poderíamos depois de termos indicado tantos candidatos, obriga-los a desistir!”, no que Plínio respondeu que os militantes eram apenas “instrumentos do Partido, e não poderíamos opor as necessidades desse, quaisquer suscetibilidades pessoais”¹¹¹. De fato, Perdigão se manifestou contra a indicação única de Everardo Dias para candidato e as “críticas pessoais” e “aborrecimentos mútuos” entre ele e Plínio prosseguiram.

A indicação única de Everardo não ocorreu como era de se esperar, sem incidentes desagradáveis. O CR de SP, unanimemente, opinou pela sua indicação única, determinando, entretanto, que não se tomasse uma definição definitiva [trecho ilegível], se não em assembleia dos delegados (isto é, em reunião conjunta da CR e membros contrários a opinião deste). Não foi difícil a vitória da opinião do CR; Salvador, Vizzaco e Nunes imediatamente concordaram, desde que Salvador não poderia mais ser candidato. Medeiros,

¹¹⁰ Carta de Plínio a Astrojildo. São Paulo, 14/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

¹¹¹ Carta de Plínio a Astrojildo. São Paulo, 14/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Lopes e Perdigão não compareceram a reunião. Perdigão, porém, chegou já no fim, depois de resolvido o caso, e, como era de se esperar, estralou [grifos de Plínio Mello], revelando bem quem é e o que deseja no Partido. Contra os princípios conjuntos, de educação, e mais do que isso, infligindo as disposições estatutárias do Partido, em matéria de disciplina, acusou o CR. Concentrando em mim, pessoalmente e diretamente, toda a sua cólera de pequeno-burguês ambicioso e revoltado. Caluniou-me e insultou-me como só [trecho ilegível] sabem fazê-lo. Como fosse uma acusação pessoal, revidei-lhe na mesma moeda e, pessoalmente, dei-me por satisfeito. Felizmente não havia ninguém que não fosse do Partido. O C.R deverá tomar conhecimento do fato em sua próxima reunião. Se resolverem contrariamente as sanções disciplinares do P., formularei uma queixa a CCE, sem outro intuito de que a de chamar a sua atenção sobre o arrivismo desse camarada¹¹².

Foi no seio dessas contradições que a candidatura de Everardo Dias foi lançada para as eleições municipais de outubro de 1928, na qual obtiveram uma fragorosa derrota em que Everardo recebeu apenas 44 votos.

A derrota do BOC-SP nas eleições de outubro de 1928, em contraste com sua vitória no Rio de Janeiro, demonstrou para o Partido Comunista a extrema necessidade de debater a situação do Partido na região, e a questão virou pauta para o III Congresso, que viria a acontecer entre 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. Além disso, a CCE enviou um militante para auxiliar o trabalho de organização em São Paulo ainda em novembro de 1928, como nos relata Plínio Mello em carta para Astrojildo

Chegou aqui um camarada batuta no trabalho de organização – o Natal. Estou vendo agora que não sabíamos trabalhar; daí essa impossibilidade de levar para frente qualquer coisa. Agora parece que vai. Essa ata que segue junto é o primeiro passo nesse sentido¹¹³.

E assim o CR-SP enviou pela primeira vez em seis anos a primeira ata de reunião para a CCE do Partido juntamente com a confissão de Plínio de que havia descoberto que por todo esse tempo os comunistas de São Paulo “não sabiam trabalhar”, mas que com a ajuda do militante enviado pela CCE a situação poderia sofrer uma transformação, o que deixou Astrojildo Pereira impressionado.

Acabo de receber sua carta de 12 deste acompanhada de cópias de duas atas e duas circulares. Eu estou verdadeiramente maravilhado pelo trabalho – pelo menos no papel – que os camaradas de S. Paulo começam a realizar. Até que enfim! Já não é sem tempo! Antes tarde do que nunca! Mas, falando sério, eu espero que tudo isso não fique no papel e não seja fogo de palha. Vocês, depois de tantos anos, descobriram por fim o bom caminho. O que é preciso de agora em diante é trilhar sempre por ele, sem desfalecimento, antes com a maior tenacidade e energia. Uma das palavras de ordem do próximo congresso vai ser: “à conquista de S. Paulo!” A

¹¹² Carta de Plínio a Astrojildo, São Paulo. 16/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

¹¹³ Carta de Plínio Mello a Astrojildo Pereira. São Paulo, 27/11/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

organização do Partido em S. Paulo sempre foi nossa maior vergonha. S. Paulo deve ser no Partido uma força pelo menos igual à do Rio. Parece que vocês já estão compreendendo o que isto significa praticamente. Muito bem!¹¹⁴

Como prova da reorganização e do recomeço dos trabalhos de militância em São Paulo, Plínio Mello, em nome do Comitê Regional, envia uma circular aos Comitês de Zona da região explicando detalhadamente como se daria o trabalho do Partido. A disciplina é colocada como ponto mais importante, devendo ser combatidos os atos de negligência no cumprimento das diretivas dos órgãos superiores e aplicadas as penas devidas para aqueles que faltarem com a disciplina. O trabalho prático e teórico deveria ser também reorganizado, cabendo ao primeiro as atividades gerais do militante e ao segundo a formação intelectual, que incluía debates sobre a situação econômica e política do Brasil, história do movimento operário e estudo do marxismo-leninismo. Plínio salienta que as células devem realizar um trabalho metódico e não mais agir de “modo anárquico, como até aqui”. Na última semana de cada mês deveria haver uma reunião de controle, objetivando expor a atividade realizada por cada membro das células para se saber os militantes ativos e dedicados e aqueles que “não sabem ou não querem trabalhar pelo P.” Por fim, a circular exigia que os militantes guardassem o maior sigilo quando sua participação no PCB, objetivando proteger contra a polícia e inimigos políticos a si mesmos e a organização¹¹⁵.

Plínio Mello, contudo, não permaneceu em São Paulo tempo o suficiente para verificar se a organização iria melhorar ou não. No começo de fevereiro, Mello foi enviado ao Rio Grande do Sul, sua terra natal, juntamente com Hersch Schechter, do Rio de Janeiro, por ordem da CCE para ajudar os comunistas de lá que também vinham enfrentando dificuldades.

No ano de 1928, a CCE do PCB havia dissolvido o CR do Rio Grande do Sul depois de ter descoberto que o secretário-geral desta, Satyro Lacerda, era um membro

¹¹⁴ Carta de Astrojildo Pereira a Plínio Mello. Rio de Janeiro, 14/12/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

¹¹⁵ Comitê Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil. *Aos comitês de zona da região de S. Paulo*. São Paulo, 04/12/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

expulso do Partido Comunista do Uruguai que estava planejando uma aliança do BOC rio-grandense com o Partido Libertador, do qual fazia parte Getúlio Vargas¹¹⁶.

No Rio Grande do Sul, Plínio Mello estava incumbido de se candidatar pelo BOC as eleições para a Assembleia dos Representantes do Estado em 03 de março de 1929 e também de rearticular politicamente os comunistas de lá, tornando-se o novo secretário-geral da região¹¹⁷.

Os comunistas de São Paulo, dessa forma, terminaram o ano de 1928 com boas perspectivas para sua organização, apesar de terem deixado pelo caminho uma série de derrotas, algumas com graves consequências, como será o caso do apoio ao Partido Democrático na eleição de fevereiro. A ajuda da CCE e a discussão da situação paulista no III Congresso prometiam mudar o andamento da militância.

Entretanto, cabe aqui uma breve passagem pelos acontecimentos que mudaram o rumo do movimento comunista mundial neste momento para que seja possível compreender o desenvolvimento do debate dos comunistas brasileiros no III Congresso do Partido e a situação dos comunistas em São Paulo em 1930.

No começo do ano de 1928, a União Soviética enfrentava um conflito com os camponeses kulaks que entraram em greve exigindo o aumento do valor das quotas de seus produtos que eram distribuídos nas cidades. A greve dos camponeses kulaks gerava escassez de alimentos nos centros urbanos e o Estado Soviético foi obrigado a usar da força para resolver a situação. Ao mesmo tempo, a revolução chinesa, que havia sido a esperança da III Internacional desde a derrota do movimento operário na Europa, passa por um difícil fracasso quando o Kuomintang começa a perseguir os comunistas e o movimento operário e camponês como um todo, culminando na falência da insurreição de Cantão. Dentro do próprio Partido Comunista da União Soviética travava-se a disputa entre os partidários de Bukharin, Stálin e Trotsky.

A tensão decorrente desses problemas não pode deixar de se expressar no VI Congresso da Internacional Comunista que foi realizado entre 17 de julho e 1º de

¹¹⁶ PEIXOTO, A. *Da organização a frente única: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927 – 1930)*. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. P. 87.

¹¹⁷ PEIXOTO, A. *Da organização a frente única: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927 – 1930)*. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. P. 110.

setembro de 1928 e, nas palavras de Marcos Del Roio “exprimiou uma situação de compromisso, advinda de um equilíbrio instável de forças no interior do PCUS, e a necessidade de manter a aparência de uma direção compacta tanto no PCUS quanto na IC”¹¹⁸.

Neste Congresso, pela primeira vez foi destinado um capítulo especial à temática latino-americana e às estratégias dos Partidos Comunistas nessa região. Bukharin apresentou a teoria dos três períodos: 1º período (1917-1921) de ascensão revolucionária do proletariado; 2º (1922 – 1927) período de recuperação e ofensiva do capitalismo frente a derrota do movimento operário europeu; 3º (1928 em diante) período de ampla reorganização capitalista através da expansão do monopólio e desenvolvimento técnico, bem como crescimento das forças opostas ao capitalismo, o aguçamento das lutas de classes e a iminência de uma situação revolucionária¹¹⁹.

Bukharin também se dedicou à análise do capitalismo mundial, tendo aí a América-Latina o seu lugar. Segundo ele, existiriam três tipos de países em estágios distintos do desenvolvimento capitalista: os países de capitalismo desenvolvido, os de capitalismo médio e os países coloniais e semicoloniais. Os países latino-americanos, nesta interpretação, viviam sob forte pressão do imperialismo dos EUA, o que aprofundava o processo revolucionário e colocava em questão a possibilidade de um desenvolvimento não-capitalista e, portanto, a criação de soviets de operários e camponeses objetivando a tomada do poder.

O informe de Jules Humbert-Droz, representante do Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista, expôs o desenvolvimento dos países latino-americanos como dependentes do Imperialismo norte-americano, ou seja, a burguesia latino-americana desenvolvia-se refém de empréstimos e relações de dominação dos Estados Unidos da América. Como o desenvolvimento das burguesias nacionais latino-americanas era dependente do imperialismo norte-americano, seus interesses de classe estariam atrelados aos interesses imperialistas e, por isso, ela seria incapaz de realizar seu papel histórico de uma revolução democrático-burguesa¹²⁰. No caso brasileiro, isso implicava dizer que os interesses da burguesia industrial e da burguesia agrária eram

¹¹⁸ DEL ROIO, M. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1994. P. 107.

¹¹⁹ ZAIDAN, M. *PCB (1922-1929): Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985. P. 81.

¹²⁰ Idem. p. 86.

imbricados, o que minava a tese básica de Octávio Brandão em “*Agrarismo e Industrialismo*”, que havia determinado a política do PCB até então.

Jules Humbert Droz ainda critica a política do Bloco Operário e Camponês, apontando que ela abria a possibilidade de que elementos da pequena-burguesia tomassem a direção do BOC e fizessem com que ele perdesse seu caráter revolucionário, caindo numa degeneração eleitoralista¹²¹.

Como representantes do Partido Comunista do Brasil estavam presentes no VI Congresso da Internacional Comunista Paulo de Lacerda e Leôncio Basbaum. Em outubro os dois já estavam de volta ao Brasil e no dia 14 deste mês, Paulo de Lacerda apresentou um informe sobre o VI Congresso da IC em Moscou, repassando em síntese as discussões e orientações da IC¹²².

Astrogildo Pereira, por sua vez, passou o segundo semestre de 1928 preparando a realização do III Congresso do PCB, publicando artigos sobre a questão brasileira na revista “*Autocrítica*” e em “*La Correspondencia Sudamericana*”. Tendo em mãos o relatório dos delegados chegados de Moscou, Astrogildo redigiu as teses para o III Congresso que foram aprovadas pelo Secretariado Sul-Americano da Internacional Comunista¹²³.

O III Congresso Nacional do PCB reuniu-se no sobrado de uma chácara em Niterói, entre os dias 29 de dezembro de 1928 e 4 de janeiro de 1929. Contou com a participação de 25 membros votantes e 6 não votantes, totalizando 31 participantes. 10 deles eram pertencentes à CCE, 13 delegados de seis organizações regionais (entre os quais estavam representando São Paulo Plínio Mello, Aristides Lobo e Everardo Dias¹²⁴), e dois representantes da Juventude Comunista¹²⁵. Além dos delegados de São Paulo, também estavam presentes delegados das regiões de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Distrito Federal. Contava com a presença de 3 delegados sem direito a voto, de três ouvintes que assistiram os trabalhos. Das pessoas presentes, 16

¹²¹ Idem.

¹²² DEL ROIO, M. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1994. P. 70.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Idem. p. 72.

¹²⁵ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 304.

eram operários, 6 eram empregados do comércio, 6 intelectuais e 3 “diversos”, segundo categorização de Astrogildo Pereira¹²⁶.

O documento do III Congresso do PCB é aberto com uma interpretação da situação econômico-política do Brasil que preserva em vários pontos a do II Congresso, que tinha forte peso da análise de “*Agrarismo e Industrialismo*”, mas também se afasta em alguns pontos, aproximando-se da linha tomada no VI Congresso da Internacional Comunista.

Para o III Congresso do PCB, os acontecimentos nacionais que se sucederam desde 1925 confirmaram as teses do II Congresso que ocorreu naquele ano. Agora, a burguesia agrária e industrial havia se aliando em submissão ao imperialismo contra as forças do proletariado e da pequena-burguesia revoltosa. O Brasil é apresentado como um país predominantemente agrário, do tipo “semifeudal” e “semicolonial”, onde predomina o latifúndio que emprega trabalhadores em condição de semiservidão. A indústria existente era voltada para consumo interno e a dependência dos países imperialistas se dava pela compra de meios de produção e produtos manufaturados, bem como pelos empréstimos que os Estados Unidos concediam ao Estado brasileiro e a burguesia brasileira¹²⁷.

Para o III Congresso do PCB, o processo de penetração do imperialismo norte-americano se deu posteriormente à Primeira Guerra Mundial, procurando apoiar-se na burguesia industrial e liberal. As revoltas tenentistas de 1922 e 1924 são apresentadas como momentos em que a burguesia industrial mobilizou a pequena-burguesia contra a burguesia agrária e conservadora, que estava submetida ao imperialismo inglês. Porém, a entrada do proletariado na revolta fez com que a burguesia industrial recuasse perante a possibilidade da revolta se tornar uma revolução proletária. A Coluna Prestes seria um prolongamento e desenvolvimento da revolta a partir do momento que ela tomou um caráter fortemente popular e que colocava em cheque os interesses da burguesia em geral.

Percebendo que a revolta tenentista (ou da pequena-burguesia, nas palavras dos comunistas) havia saído de seu controle, a burguesia industrial entra em acordo com a

¹²⁶ PEREIRA, A. *A Formação do PCB*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2012. 137.

¹²⁷ PCB. Teses e resoluções adotadas pelo III Congresso. Rio de Janeiro. P. 5.

burguesia agrária e trata de fundar a alternativa pacífica e democrática de capturar o descontentamento da população: O Partido Democrático.

Frente a polarização política abre-se a solução pacífica e a solução revolucionária, a primeira preconizada pelo PD e a segunda pelo PCB. O combate entre as forças da burguesia e do imperialismo contra o proletariado e a pequena-burguesia davam ao partido a perspectiva da “terceira revolta”, um capítulo do “terceiro período” de Bukharin, e que no Brasil era encarnada como continuadora das revoltas de 1922 e 1924. Nesta terceira revolta, o Partido Comunista via como sua tarefa colocar-se a frente das massas a fim de conquistar ela por etapas. Por isso, o Partido Comunista deveria “proceder uma série de manobras políticas e táticas, estabelecendo alianças com as demais forças revolucionárias vizinhas do proletariado”¹²⁸, o que em outras palavras, dizia respeito à Coluna Prestes.

Sobre a Coluna Prestes, o III Congresso declara que ela simpatiza com a luta anti-imperialista levada a cabo pelo PCB, mas por um ponto de vista patriótico e nacionalista. Também notam que nela existe uma ala de tendência fascista que deveria ser combatida. Dessa forma, o apoio do PCB a Coluna Prestes

será dado somente na medida em que a aliança com os elementos da Coluna prestes permitam ao Partido alargar a base do movimento com a mobilização de massas cada vez mais bastas de operários e camponeses¹²⁹

Para tanto, o partido deveria ter total independência e liberdade de propaganda. Para os comunistas, a revolução herdeira do tenentismo era democrática, agrária (na perspectiva de reforma agrária contra o latifúndio) e anti-imperialista. Seu programa era o confisco da terra, a supressão dos vestígios semifeudais, liberdade do jugo do Capital estrangeiro¹³⁰.

A crítica de Jules Humbert Droz ao Bloco Operário e Camponês também ressoou no III Congresso do PCB, assim como a teoria do terceiro período foi ter como consequência a teoria do PCB da terceira revolta. O III Congresso do PCB definiu o BOC como “uma organização de massas de frente única de todas as camadas do proletariado urbano e rural, dos camponeses típicos e da pequena-burguesia

¹²⁸ Idem. p. 7.

¹²⁹ Idem.

¹³⁰ Idem.

proletarizada”¹³¹. O BOC foi tido como um elemento importante na luta do PCB, pois aumentou a influência e a ação do Partido entre as massas proletárias, por esse motivo, o PCB deliberou “dar-lhe agora um caráter profundo, de trabalho permanente, ampliando sua ação no seio das massas, em todos os terrenos da luta de classes, utilizando todas as formas do trabalho cultural, esportivo, etc”¹³². Entretanto, na análise do Partido dois perigos rondavam o BOC: o PCB perder a direção do BOC para a pequena-burguesia e, o mais grave, o PCB perder sua fisionomia própria em consequência da adaptação de toda a sua política ao conteúdo do BOC e as possibilidades do trabalho legal¹³³.

Por fim, o III Congresso condenou veementemente o apoio que o BOC-SP deu ao Partido Democrático nas eleições de fevereiro de 1928 e declarou que “estes desvios mostram que a organização local do PCB não tinha a necessária eficiência ideológica e orgânica para opor uma barreira a esses desvios”¹³⁴.

O caso de São Paulo prossegue no último item discutido no Congresso, denominado “À Conquista de S. Paulo”. A primeira declaração do III Congresso a respeito é que ele considera que “a atividade do Partido Comunista em São Paulo tem sido, até hoje, insuficientíssima em seus resultados, de forma alguma correspondendo à preponderância econômica e política que aquele Estado exerce no Brasil”¹³⁵. Dessa forma, o Congresso determina que

é preciso, é imprescindível, é urgente que o Partido penetre mais fundo em São Paulo no sentido de conquistar à influência comunista as massas trabalhadoras das cidades industriais e das fazendas agrícolas, as quais, pela exploração e opressão em que vivem e bem assim pela concentração do trabalho tanto urbano como rural; oferecem as melhores perspectivas revolucionárias ao Partido¹³⁶.

Assim, o III Congresso determinou que se deveria fazer um estudo aprofundado da situação de São Paulo, formulando em seguida uma série de diretivas práticas para o trabalho do Partido na região e que deveriam ser levadas para a próxima Conferência Regional.

¹³¹ Idem. p. 14.

¹³² Idem.

¹³³ Idem.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ Idem. p. 28.

¹³⁶ Idem.

Também foi deliberado que o Comitê Regional de São Paulo deveria levar a cabo a tarefa de reforçar a base orgânica e ideológica do Partido com a exigência da mais rigorosa disciplina em suas fileiras, maior educação teórica dos membros e o mais intenso recrutamento de novos membros para o que deverão ser lançadas as palavras de ordem no sentido de serem conquistadas as grandes fabricas e oficinas de São Paulo, bem como as fazendas de café no interior. O trabalho do BOC-SP também deveria ser intensificado. O PCB-SP também ficava incumbido de fundar a Federação Sindical Regional de São Paulo e filia-la na CGT nacional, bem como criar uma Liga Anti-imperialista, uma Liga Anti-fascista, o Socorro Proletário e formar sociedades esportivas e culturais objetivando ampliar a influência ideológica, política e orgânica do Partido¹³⁷.

Neste Congresso foi eleito, como definido no estatuto do Partido, um novo Comitê Central. Entraram para o CCE nesse momento o gráfico Mário Grazini, o metalúrgico José Casini, o padeiro José Caetano Machado, o médico Fernando de Lacerda e o estudante de medicina Leôncio Basbaum.

Sobre o significado do III Congresso no que diz respeito a mudança de direção política do PCB há uma discordância entre os historiadores Dainis Karepovs e Michel Zaidan. Para Karepovs, o III Congresso manteve em linhas gerais a visão política do II¹³⁸ e o VI Congresso da IC, da qual o PCB havia acabado de receber o relatório por intermédio de Paulo de Lacerda, influenciou “mais de forma que propriamente de conteúdo”¹³⁹, ficando a novidade por conta da introdução da teoria da terceira revolta. Michel Zaidan, por sua vez, considera que as teses do VI Congresso da Internacional Comunista “influíram fortemente nas teses do III Congresso nacional do PCB”, pois a partir daqui é abandonada a teoria de Octávio Brandão da “revolução democrático pequeno-burguesa” e se adere a teoria da IC de “revolução democrático-burguesa”, o que tem como consequência a mudança da política do Partido no que diz respeito as alianças, colocando a pequena-burguesia como um aliado de menor importância que os camponeses.. Para o autor, essa linha, agravada com o I Congresso do Secretariado Sul-

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil*. Tese de doutorado apresentada a USP, 2001. P. 533

¹³⁹ Idem. p. 537.

Americano da América Latina, ocorrido em julho de 1930, levou ao isolamento político do PCB¹⁴⁰.

Logo depois do III Congresso, Astrogildo escreveu para Cristiano Cordeiro, que morava em Pernambuco, comunicando-lhe a sua indicação para participar de um curso de cerca de um ano na Escola Leninista, em Moscou. Cordeiro chegou tarde demais para pegar o Vapor em que tinha sua passagem marcada e Astrogildo embarcou em seu lugar. Na ausência de Astrogildo, os membros do CCE do PCB convenceram Cristiano Cordeiro a ocupar o cargo de Secretário-Geral Interino, mas este se demitiu dois meses depois, desejando voltar para Pernambuco e ficar perto da família. Cordeiro foi substituído por Paulo de Lacerda, mas este logo foi considerado sem a energia necessária para desempenhar as funções do cargo e então foi substituído por uma tróica constituída por Fernando de Lacerda, Mario Grazini e Leôncio Basbaum, que executaram as tarefas que cabiam ao Secretário-Geral até o retorno de Astrogildo Pereira, que se deu apenas em janeiro de 1930¹⁴¹.

Em março de 1929 o PCB-SP encontrou a difícil tarefa de organizar a greve dos gráficos que provavelmente tornou-se um dos maiores feitos do Partido na região de São Paulo no período que vai de 1922 a 1930. Durante e depois da greve caiu sobre o PCB uma fortíssima repressão policial que perdurou sistematicamente até depois da Revolução de 1930.

Em carta de Tejada enviada de São Paulo para Astrogildo Pereira em julho de 1930 é informado ao CCE do PCB que a repressão havia se tornado tão grande que não havia mais um Comitê Regional na cidade de São Paulo e “tão cedo não estaremos em condições de organizar aqui na capital, pelo menos um C.R”, de forma que o próprio autor da carta estaria sendo perseguido pela polícia. De modo geral, ele informa que

A situação do Partido continua má organicamente As 4 células existentes continuam sem realizar trabalho algum apreciável, tendo-se reunido com grandes dificuldades. Ainda não conseguimos formar um comitê de zona que trabalhe eficientemente.

A juventude também não vai bem. As 4 células não funcionam a contento.

¹⁴⁰ ZAIDAN, M. *PCB (1922-1929): Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985. P. 92.

¹⁴¹ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 306.

O motivo principal do péssimo andamento dos trabalhos é estarmos todos os que estão resolvidos a trabalhar sob uma tremenda vigilância policial. O trabalho continuará mal enquanto não se tomarem medidas mais enérgicas, dentre as quais a principal é a substituição dos elementos conhecidos da direção por outros que não o sejam¹⁴².

No começo de 1930, em reunião do CCE, Astrojildo, seguindo as diretrizes do Secretariado Sul Americano da Internacional Comunista, demitiu a maioria dos integrantes do Comitê Central no objetivo de “proletarizar” o Partido. Dentre os membros demitidos do Comitê Central estavam Octávio Brandão, José Casini, Leôncio Basbaum e Paulo de Lacerda¹⁴³. Em novembro do mesmo ano o próprio Astrojildo Pereira é demitido do cargo de Secretário-Geral durante uma reunião ampliada do Comitê Central. Astrojildo foi então enviado a cidade de São Paulo juntamente com Paulo de Lacerda (Também demitido da direção do PCB) para “reabilitação” e com o dever de escrever para o Partido uma carta de autocrítica dos erros passados¹⁴⁴.

Entretanto, a situação do PCB em São Paulo continuou a mesma até agosto de 1931, quando Leôncio Basbaum, retornando de um breve exílio na Argentina, desembarcou em Santos e foi então para São Paulo, quando descobriu que

No dia anterior, antes mesmo de que pudesse entrar em contato com eles, todo o CR fora preso e também alguns outros camaradas. Com eles, foram também Astrojildo e Paulo. Praticamente se acabara o PCB em São Paulo, onde, aliás, nunca fora grande coisa¹⁴⁵.

Basbaum ficou então incumbido de reorganizar o Partido em São Paulo, reagrupando os antigos militantes e simpatizantes espalhados e escondidos devido a repressão policial. Dois meses depois, em outubro de 1931, quando há um arrefecimento das perseguições na cidade, Leôncio Basbaum propõe ao CCE do PCB que se mude para São Paulo, pois no Rio de Janeiro a repressão parecia aumentar ainda mais¹⁴⁶.

¹⁴² Carta de Tejada para Astrojildo Pereira. São Paulo, 13/07/1930. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

¹⁴³ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 354.

¹⁴⁴ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 366.

¹⁴⁵ BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1972. P. 111.

¹⁴⁶ BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1972. P. 112.

1.2 – A Frente de Massas Eleitoral: O Bloco Operário e Camponês.

Na Europa, a classe operária iniciou seu processo de participação nas eleições e no Parlamento desde, ao menos, 1848, com a Primavera dos Povos, ocasião em que alguns nomes célebres do movimento operário tiveram a oportunidade de exercer cargos no legislativo, como por exemplo, Pierre Joseph Proudhon. Entre 1884 e 1896, este processo aumentou significativamente com a fundação dos partidos social-democratas e trabalhistas, que em geral, defendiam a participação eleitoral e parlamentar dos trabalhadores tanto para propagandear o socialismo quanto para conseguir medidas imediatas de bem-estar para a classe operária. Entretanto, o assunto sempre foi objeto de polêmica, dividindo posições dentro do movimento operário entre aqueles que viam no Parlamento um campo estratégico da luta política e aqueles que condenavam veementemente a participação no Parlamento burguês¹⁴⁷.

No Brasil, os primeiros aspirantes a representantes do operariado brasileiro no Parlamento surgiram nas duas primeiras décadas da Primeira República. Aparecendo e desaparecendo após curto período de existência, partidos operários e socialistas, criados quase sempre em função da disputa eleitoral. São exemplares desse tipo, o Partido Operário, fundado em 11/05/1890, dirigido pelo tenente José Augusto Vinhaes, ele mesmo deputado pelo Distrito Federal, líder dos operários da estrada de ferro Central do Brasil que paralisaram as linhas férreas quando Deodoro da Fonseca declarou o fechamento do Congresso em 1891¹⁴⁸; e também os vários “Partido Socialista Brasileiro”, surgidos em 1906, depois de desaparecer no mesmo ano, em 1912, depois em 1917 e em 1925, sempre com um jornal de existência igualmente efêmera e alguns candidatos lançados ao Parlamento¹⁴⁹.

Como nota Claudio Batalha, estes partidos não são formulados como “partido de classe”, como instrumento de transformação da sociedade, mas como siglas que deveriam possibilitar a eleição de representantes dos trabalhadores no poder legislativo. A ideia de um partido da classe operária, organizado e disciplinado, objetivando a conquista do poder e a transformação revolucionária da sociedade se materializa apenas

¹⁴⁷ PZEWORSKI, A. *A social-democracia como fenômeno histórico*. Revista Lua Nova, São Paulo, Vol. 4, n. 03, P. 104. P. 47. Julho/setembro. 1984. P. 44.

¹⁴⁸ BATALHA, C. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 militantes e organizações*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009. P. 231.

¹⁴⁹ BATALHA, C. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 militantes e organizações*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009. P. 233.

com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922. Os partidos operários e socialistas das primeiras décadas da república brasileira, por outro lado, tinham programas nitidamente reformistas, assemelhando-se com o socialismo da II Internacional, que encarava a perspectiva da sociedade socialista como um futuro distante, de forma a ater seus principais esforços nas ações políticas de curto prazo, como eram justamente a obtenção de vitórias eleitorais¹⁵⁰

Ao entrarem para a III Internacional, os comunistas brasileiros estabeleciam o compromisso de atuar nas eleições como partido da classe operária, o que não significa que a questão não tenha gerado resistência em ser aceita devido ao grande descrédito do sistema eleitoral brasileiro da República Velha e a tradição anarquista do qual haviam saído a maioria dos fundadores do partido. Segundo relato de Abílio de Nequete, um dos fundadores do partido, o Congresso de Fundação do PCB quase foi dissolvido porque Nequete foi o único entre os nove delegados que não se opusera a tese de participação das eleições¹⁵¹. Já em 1924, quando da visita de Rodolfo Ghioldi, representante da Internacional Comunista ao Brasil, com o objetivo de fiscalizar a estrutura organizativa do partido e decidir se o mesmo seria aceito ou não na Internacional, consta no sétimo item de seu relatório sobre o PCB para a IC “que só existe um ponto que poderia ocasionar uma discussão com o Partido: o da abstenção eleitoral nos estados”, completando em seguida que, contudo, “isso fica descartado [...] o PCB aceita a tática parlamentar”¹⁵².

A discussão sobre a participação da classe operária nas eleições através de um partido de classe, que lance candidatos ao Parlamento só apareceu com maturidade por parte dos comunistas brasileiros no ano de 1927, quando da formação do Bloco Operário (BO), depois chamado Bloco Operário e Camponês (BOC). A formação de um Bloco Operário por parte dos comunistas veio atender a duas demandas básicas do momento em que estavam passando, uma demanda externa e outra interna. Fazia parte da política de “frente única” da III Internacional, que estabelecia que os partidos comunistas nacionais deveriam atuar em unidade com os partidos reformistas e social-

¹⁵⁰ BATALHA, C. *A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX*. In: MORAES, J. Q. *História do marxismo no Brasil vol. 1*. São Paulo: Unicamp, 2007. P. 37.

¹⁵¹ PEIXOTO, A. *Da organização a frente única: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927 – 1930)*. Dissertação apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. P. 54.

¹⁵² *O processo de um traidor*. Apud CANALE, D. *O surgimento da seção brasileira da Internacional Comunista (1917-1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013. P. 250.

democratas no sentido de manter a unidade do movimento operário, enquanto ao mesmo tempo conquistavam as massas operárias que faziam parte destes partidos para o comunismo para depois derrota-los¹⁵³. Ao mesmo tempo, por conta do Estado de sítio que vigorava no país desde a revolta tenentista de 1922, a chamada revolta dos 18 do Forte de Copacabana, o PCB encontrava-se na ilegalidade, necessitando de uma legenda legal para lançar seus candidatos ao pleito.

O documento que marca a iniciativa de lançar candidatos operários ao Parlamento por parte dos comunistas é a “Carta Aberta” a Maurício de Lacerda, a Azevedo Lima, ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e outras organizações operárias com o objetivo da formação de uma frente única eleitoral proletária, o Bloco Operário. A Carta foi publicada no jornal *A Nação*, pertencente ao professor de Direito opositor do regime da Primeira República, Leônidas de Rezende, que após aproximar-se das leituras das obras de Marx e Engels, converteu-se ao comunismo e ofereceu seu jornal ao PCB¹⁵⁴.

A *Carta Aberta* inicia afirmando que

Pode-se dizer que pela primeira vez, entre nós, vê o proletariado brasileiro a possibilidade de sua intervenção direta e independente no pleito a travar-se. Com efeito, até aqui – salvo alguma ou outra exceção de caráter local ou pessoal – jamais o eleitorado operário no Brasil participou de uma campanha nacional eleitoral como força própria, como classe independente, apresentando um programa de reivindicações ditadas por seus interesses e aspirações de classe¹⁵⁵.

Entretanto, continua a Carta Aberta, no presente momento, “o proletariado já vai adquirindo uma consciência de classe” que “reflete-se e projeta-se igualmente sobre o terreno eleitoral”. Esta consciência de classe diz aos operários que eles “devem votar nos próprios candidatos, isto é, nos candidatos que representam realmente seus interesses de classe independente, ou seja, “não quer mais votar no candidato-patrão, ou no aliado e criatura do patrão-candidato” que será nas câmaras defensor dos interesses do patrão¹⁵⁶. Constatando isto, o PCB se colocava no dever de participar das eleições de fevereiro de 1927 para os cargos de deputados federais, pois “o Partido Comunista é o único partido operário que verdadeiramente representa os reais interesses e aspirações

¹⁵³ HAJEK, M. *A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha*. In HOBBSAWM, E. *História do marxismo vol. VI*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. P. 188.

¹⁵⁴ BRANDÃO, O. *Combates e Batalhas. Memórias Vol. I*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978. P. 331-333.

¹⁵⁵ *Carta Aberta*. *A Nação*. Rio de Janeiro, 05/01/1927. P. 1. (CEDEM)

¹⁵⁶ *Carta Aberta*. *A Nação*. Rio de Janeiro, 05/01/1927. P. 1. (CEDEM)

totais da classe operária”¹⁵⁷. Para demonstrar esta afirmação, o PCB faz o convite a cada um de seus destinatários inserindo sempre uma crítica que mostra os limites da política levada a cabo por eles. Maurício de Lacerda comparece como “dono de uma política individualista, não partidária, geradora de confusões e mal-entendidos que só podem servir aos inimigos da política proletária”, Azevedo Lima, que recebe um tratamento mais generoso por conta de o PCB esperar dele uma aliança certa, ainda revela “contradições ideológicas”, e por fim, o PSB recebe a crítica mais ácida, que prosseguirá em vários outros textos futuros publicados em *A Nação*, sendo definido como donos de uma “nefasta política, reformista, confucionista, colaboracionista”¹⁵⁸.

O que se expressa neste ponto da carta é o que Michel Zaidan chamou de “as duas táticas” do PCB: ao mesmo passo que clamava pela frente única, pela união das diversas correntes do movimento operário contra a reação política, o PCB atacava seus candidatos a aliados, buscando cindir as correntes do movimento operário para conquistar adeptos, estratégia que como vimos, estava prevista nas indicações da III Internacional.

Analisando tais passagens, não há como deixar de reconhecer que o convite para a aliança eleitoral foi concebido, não para ser aceito, mas exatamente para ser rejeitado pelos seus destinatários. Neste sentido, a tática da “frente única” parece clara. A Carta visa, com seu chamamento à unidade, provocar o repúdio dos socialistas a qualquer iniciativa unitária com o PCB e a classe operária e, com isto, obtêm os comunistas o desmascaramento daqueles que rejeitam a todo custo a unidade de ação em benefício dos interesses comuns dos trabalhadores¹⁵⁹.

Tratava-se de um procedimento, na verdade, já exposto por Lênin em seu *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. Ao dialogar com os comunistas ingleses e oferecer-lhes algumas sugestões de como devem agir, defendendo que os comunistas participem obrigatoriamente no Parlamento, Lênin sugere que os comunistas ingleses proponham aos trabalhistas da Inglaterra um “acordo eleitoral: marchemos juntos contra a coalização de Lloyd George e dos conservadores” após a vitória, os postos no Parlamento deveriam ser repartidos proporcionalmente aos votos dados pelos operários ao Partido Trabalhista ou aos comunistas, conservando a completa liberdade de agitação, propaganda e ação política para que os comunistas ingleses tenham a liberdade de “desmascarar” os políticos do Partido Trabalhista. Então, prossegue Lênin

¹⁵⁷ *Carta Aberta*. A Nação. Rio de Janeiro, 05/01/1927. P. 1. (CEDEM)

¹⁵⁸ *Carta Aberta*. A Nação. Rio de Janeiro, 05/01/1927. P. 1. (CEDEM)

¹⁵⁹ ZAIDAN, M. *Comunistas em céu aberto (1922 – 1930)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. P. 33.

Se os Henderson e os Snowden aceitarem a aliança nessas condições, sairemos ganhando, pois o que nos interessa não é, de modo algum, o número de cadeiras no Parlamento.[...]Teremos ganho porque levaremos nossa agitação às massas num momento em que o próprio Lloyd George as terá “irritado”, e ajudaremos não só o Partido Trabalhista a formar mais depressa o seu governo, como também as massas a compreenderem melhor toda nossa propaganda comunista, que realizaremos contra os Henderson sem nenhuma limitação, sem qualquer reserva.

Se os Hendersen e Snowden rechaçarem a aliança conosco nessas condições, teremos ganho ainda mais, pois teremos mostrado na hora às massas [...] que os Hendersen preferem sua intimidade com os capitalistas à união de todos os operários. Teremos ganho imediatamente ante a massa, a qual [...] simpatizará com a ideia da união de todos os operários contra a coalizão de Lloyd George com os conservadores. Teremos ganho desde o primeiro momento, pois teremos demonstrado às massas que os Henderson e os Snowden temem vencer Lloyd George, temem tomar o poder sozinhos e aspiram a conseguir em segredo o apoio de Lloyd George, que estende a mão abertamente aos conservadores contra o Partido Trabalhista¹⁶⁰.

Prosseguindo com a “Carta Aberta”, os comunistas expõem o seu programa. O primeiro ponto, “política independente de classe”, merece maior atenção por expor a proposta de organização política dos comunistas na relação que a classe operária terá com os seus candidatos eleitos, e a relação destes com o Parlamento. Ao mesmo tempo, é uma proposta que se pretendeu a negação da democracia burguesa, principalmente do modo como se configurava no processo político da República Velha, e também a ruptura com o abstencionismo do movimento operário brasileiro de cunho anarquista ao afirmar e apresentar uma estrutura organizativa de participação da classe operária nas eleições e nos Parlamentos burgueses que visa ser estruturalmente montada para evitar o reformismo e o carreirismo, que são os males que os anarquistas sempre apontavam ao se referir aos partidos socialistas e social democratas.

Realizando uma política independente de classe, os candidatos do Bloco Operário manter-se-ão em contato permanente com a massa operária, por meio de seus órgãos representativos – sindicatos e partidos – e por meio dos comícios públicos. Representando a massa operária, cujos interesses reais defenderão a todo transe no Congresso, os candidatos do Bloco Operário tomam o prévio compromisso de subordinar sua atividade parlamentar ao controle da massa operária, cujo pensamento ouvirão em cada ocasião, através de seus órgãos de classe autorizados. Eleitos e sustentados pela massa operária, os candidatos do Bloco Operário são responsáveis perante a massa operária por toda a atividade política e legislativa que desenvolverem dentro e fora do Parlamento¹⁶¹.

Dessa forma, enquanto os políticos da Primeira República eram aqueles da lógica personalista, individualista, os do Bloco Operário eram submetidos ao controle de uma classe social, e que só podia expressar em suas palavras e ações as aspirações

¹⁶⁰ LÊNIN, V.I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. P. 133.

¹⁶¹ *Carta Aberta*. A Nação. Rio de Janeiro, 05/01/1927. P. 2. (CEDEM).

desta classe. Os instrumentos de controle do político proletário, que o deixariam afinado com os interesses do proletariado, eram o Partido do qual fazia parte, os sindicatos e os comícios públicos, para o qual devia prestar contas e utilizar para reatualizar constantemente sua política de acordo com as reivindicações da classe operária. Também aqui o Bloco Operário seguia Lênin, para quem

Os comunistas partidários da Terceira Internacional, existem em todos os países exatamente para transformar completamente, em todos os aspectos da vida, o antigo trabalho socialista, tradeunionista, sindicalista e parlamentar num trabalho novo, comunista. [...] Os comunistas da Europa Ocidental e da América devem aprender a criar um parlamentarismo novo, incomum, não oportunista, sem arrivismo¹⁶².

No programa do Bloco Operário, que se apresentava como a condensação das reivindicações básicas do movimento proletário brasileiro e pela primeira vez extraído das lutas sindicais e lançado como plataforma política, somava-se ainda o combate ao imperialismo, que deveria ser levado a cabo através da oposição a todo o empréstimo externo, a revisão dos contratos das empresas estrangeiras de serviços no Brasil, da nacionalização das estradas de ferro, das minas e das usinas de energia elétrica, da extinção das missões militares estrangeiras, da aliança com os países da América Latina, com os países coloniais e com a União Soviética. Constava ainda, o reconhecimento da União Soviética, a anistia aos presos políticos (militantes em geral do movimento operário e participantes nas revoltas tenentistas de 1922 e 1924). Havia também uma proposta de legislação social, que incluía a jornada de trabalho de 8 horas diárias e 44 semanais, proteção às mulheres operárias e aos menores, proibição do trabalho para menores de 14 anos, salário mínimo, contratos coletivos de trabalho, seguro social a cargo do Estado e do patronato contra o desemprego, a invalidez, a enfermidade e a velhice, licença às operárias grávidas de 60 dias antes e 60 dias depois do parto, com pagamento integral dos salários, água filtrada nas fábricas e oficinas, saneamento rural sistemático, fomento das cooperativas operárias e da pequena lavoura. Também havia propostas de uma reforma tributária (só os ricos pagam impostos) construção de moradias operárias e voto secreto.

A política de frente única do Bloco Operário foi construída objetivando ter um alcance nacional, de forma que a partir de então, passou a existir em diversas cidades brasileiras: São Paulo, Santos, Sertãozinho, Cubatão, Ribeirão Preto, Porto Alegre, Pelotas, Caxias, Rio Grande, Santana do Livramento.

¹⁶² LÊNIN, V.I. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013. P. 147.

Uma vez definidos os integrantes do Bloco Operário (PCB, Centro Político Proletário da Gávea, Centro Político Proletário de Niterói e Azevedo Lima), foi anunciada a candidatura de Azevedo Lima pelo segundo distrito, onde ficava seu reduto eleitoral, São Cristóvão, e do operário gráfico João Jorge da Costa Pimenta para o primeiro distrito.

A propaganda dos candidatos do BO se deu através de comícios ocorridos em sua maioria na frente das fábricas, pronunciados na maior parte da campanha por Azevedo Lima, e mais ao final contando com a presença de Pimenta e com oradores do Partido Comunista. Também se serviu de festivais em que se convidava a família dos operários, com peças teatrais onde os candidatos discursavam nos intervalos. Foram criados “grupos pró-Bloco Operário” que tinham o objetivo de fazer propaganda, alistamento eleitoral e agitação política, bem como a distribuição de cartazes, panfletos e cédulas e a cobertura do jornal *A Nação*.

Ao fim do pleito, Azevedo Lima elegeu-se com 11.502 votos, o que significara ao menos 2.876 eleitores. João Jorge da Costa Pimenta não se elegeu, recebendo 1.965 votos, o que equivalia a, pelo menos, 492 eleitores. Apesar disso, o PCB afirmou que a votação de Pimenta foi além da expectativa¹⁶³.

No ano de 1928 o BOC em fins de julho procurou definir os prazos para o trabalho de alistamento eleitoral, visando as eleições para intendência municipal do Rio de Janeiro, deixando o dia 16 de agosto como data de término. Passou a veicular pela imprensa um chamado aos eleitores do BOC no qual dava as orientações para o alistamento e os documentos necessários para isso. Passado o dia 16 de agosto de 1928, o BOC convocou uma assembleia extraordinária dos delegados para o dia 19 do mesmo mês com o objetivo de definir os candidatos às eleições para intendentes municipais do Distrito Federal¹⁶⁴. Depois de um intenso debate, a Assembleia definiu os nomes de Octávio Brandão, farmacêutico proveniente de Alagoas e militante do PCB, para o primeiro distrito, e Minervino de Oliveira, um operário marmorista, para o segundo distrito.

¹⁶³ KAREPOVS, D. *A classe operária vai ao parlamento*. São Paulo: Alameda, 2006. P. 69.

¹⁶⁴ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*. Tese de doutorado apresentada à USP, 2001. P.344.

A propaganda eleitoral do BOC se deu através de ações semelhantes às executadas no ano anterior: panfletagem, colagem de cartazes, comícios, festas, mas agora sem a cobertura exclusiva do jornal “*A Nação*”, e tendo também um caráter ilegal em decorrência à Lei Celerada. De toda forma, Octávio Brandão conseguiu se eleger para o primeiro distrito com 7.650 votos, o que significava um mínimo de 957 eleitores. Minervino de Oliveira recebeu 8.082 votos, o que significava um mínimo de 1011 eleitores, conseguiu eleger-se, mas apenas depois de um grande conflito com a mesa de reconhecimento e a morte de um dos candidatos eleitos, Laboriau Filho, que abriu espaço para mais uma vaga¹⁶⁵.

Após o reconhecimento, os intendentess assumiram os cargos e deu-se a leitura do Regimento Interno do Conselho Municipal do Distrito Federal, que dizia “

Prometo manter, cumprir com lealdade e fazer respeitar a Constituição Federal, a lei Orgânica do Distrito Federal, as leis emancipadas do Conselho Municipal e promover, quanto em mim couber, o bem público e a prosperidade deste Distrito¹⁶⁶

A este juramento, os intendentess do BOC acrescentaram a frase “submetendo, porém, essas disposições aos interesses do proletariado”¹⁶⁷.

No Parlamento, Azevedo Lima centrou-se no combate à Lei Celerada, a fiscalização da Lei de Férias, críticas à atuação do Conselho Nacional do Trabalho, às denúncias referentes às condições de trabalho e higiene em uma série de empresas estatais, fiscalizou atos irregulares do Executivo, denunciou usos ineficientes ou incorretos de recursos públicos em favor de pessoas particulares¹⁶⁸.

A partir, principalmente, da segunda metade do ano de 1928, Azevedo Lima entrou em uma relação de conflito com o PCB que levou à sua expulsão do BOC. Quando Azevedo Lima aceitou o convite da Carta Aberta, o fez sob a condição de prosseguir apoiando as candidaturas de seu amigo, o médico Oswaldo de Moura Nobre, cuja base eleitoral era na região de Espírito Santo. Tal compromisso resultou na filiação de Moura Nobre ao BOC, onde ocupou cargo de arquivista em seu Comitê Central, e

¹⁶⁵ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*. Tese de doutorado apresentada à USP, 2001. P. 367.

¹⁶⁶ Apud KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*. Tese de doutorado apresentada à USP, 2001. P. 368.

¹⁶⁷ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*. Tese de doutorado apresentada à USP, 2001. P. 368.

¹⁶⁸ KAREPOVS, D. *A classe operária vai ao parlamento*. São Paulo: Alameda, 2006. P. 96.

fundou o Centro Político Proletário de Espírito Santo. Todavia, na Assembleia do dia 19, a escolha pelas “candidaturas operárias” de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira, deixando de fora da chapa do BOC o lançamento de candidatos ligados a pequena-burguesia, como Moura Nobre, fez com que ele se lançasse a candidato pelo segundo distrito em candidatura avulsa, o que o colocou em posição de competição com Minervino de Oliveira, obrigando o PCB a pedir para que Azevedo Lima fizesse Moura Nobre se demitir do BOC¹⁶⁹.

No dia 8 de setembro, Moura Nobre demitiu-se de fato do BOC, mas continuou com o apoio público de Azevedo Lima, prejudicando abertamente a candidatura de Minervino de Oliveira, o que acentuou os conflitos do deputado federal com o PCB. Numa reunião da Assembleia do BOC, um membro da Juventude Comunista criticou a ação de Azevedo Lima por sua “divinização”, ou seja, a forma como era tratado como celebridade em todos os eventos que comparecia e a propaganda que o Bloco fazia do deputado, e sem dúvida, não esqueceu de criticá-lo também pelo apoio a candidatura de Moura Nobre em detrimento de Minervino. A crítica resultou no pedido de demissão do cargo de presidente do BOC por Azevedo Lima¹⁷⁰. As críticas do PCB a Azevedo Lima continuaram se intensificando daí em diante, resultando em sua expulsão no dia 5 de abril de 1929¹⁷¹.

A atuação de Octávio Brandão e Minervino de Oliveira, por sua vez, contou com a apresentação de 5 projetos de lei, cujo um (relativo à regulamentação do horário de trabalho das farmácias em domingos e feriados) foi aprovado. Os intendentess do BOC também apresentaram 24 indicações sobre vários temas e tiveram grande índice de aprovação dos demais intendentess: 18 foram aprovadas, 3 foram rejeitadas e 3 não tiveram tramitação concluída. As indicações aprovadas tratavam de questões como a redução de tarifas de ônibus, trajetos das linhas e a cobertura das plataformas de parada, apontavam e denunciavam a intromissão das empresas de transporte na vida cotidiana dos habitantes, reivindicavam a pavimentação e iluminação das ruas dos subúrbios cariocas, reivindicavam a construção de escolas, postos de saúde, fornecimento gratuito de medicamentos para beneficiar a população trabalhadora, sugestão de ordem para

¹⁶⁹ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*. Tese de doutorado apresentada à USP, 2001. P. 445.

¹⁷⁰ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*. Tese de doutorado apresentada à USP, 2001. P. 447.

¹⁷¹ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*. Tese de doutorado apresentada à USP, 2001. P. 452.

pagamento de salários em atraso dos funcionários públicos municipais¹⁷². No dia 28 de novembro de 1929, os intendentos Batista Pereira, Corrêa Dutra e Mário Barbosa apresentaram a indicação 180, que pedia o impedimento da propaganda comunista no plenário. No dia 11 de dezembro a indicação 180 foi posta a votos e aprovada por dez contra sete, tendo como consequência a anulação da capacidade política de ação dos intendentos comunistas do BOC¹⁷³. Karepovs destaca que “a rigor, embora não existisse naquela época o instituto da perda do mandato, pode-se considerar a Indicação nº 180 o ato da primeira cassação de mandato parlamentar da República brasileira”

1.3 – Os comunistas nas eleições de fevereiro de 1928 em São Paulo.

O BOC-SP veio a existir objetivando participar das eleições a deputado estadual que aconteceram no dia 24 de fevereiro de 1928, de maneira que os comunistas de São Paulo não o conseguiram fundar a tempo para participar das eleições a deputado federal em 1927, quando Azevedo Lima foi eleito. Os preparativos para sua criação se deram através do jornal paulistano de oposição *O Combate*, com os textos assinados por Zarabatana (pseudônimo usado por Plínio Gomes de Mello), cujo primeiro apareceu no dia 24 de janeiro, intitulado *O proletariado e as eleições*. Nele, Zarabatana defende o voto proletário das cidades e dos campos para que a massa trabalhadora efetue o “trabalho de penetração no terreno da burguesia, minando-o, conseqüentemente”¹⁷⁴, sendo otimista da vitória nesse intento, visto que é elevado o número de operários e trabalhadores rurais no Estado de S. Paulo. Argumenta que deve ser efetuado um trabalho metódico e tenaz de alistamento eleitoral do proletariado, que este trabalho deve ser feito pelos sindicatos, que fundariam em suas sedes seções especiais para esse fim, encarregando os militantes mais aptos de fazer a propaganda e o alistamento (certamente, seguindo o exemplo das experiências da Coligação Operária de Santos e do BOC-RJ), de forma que os próprios sindicatos poderiam sair fortalecidos ao final do trabalho. Anuncia que para que a classe operária concorra ao pleito, iria-se criar na cidade de São Paulo o Bloco Operário e Camponês, e conclui

A perspectiva da derrota deverá ser de todo banida, tanto mais quando o objetivo principal de uma luta dessa natureza deverá ser, acima de tudo, não a

¹⁷² KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento*. São Paulo: Alameda, 2006. P. 111.

¹⁷³ KAREPOVS, Dainis. *A classe operária vai ao parlamento*. São Paulo: Alameda, 2006. P. 115.

¹⁷⁴ O proletariado e as eleições. *O Combate*. São Paulo, 24/01/1928. P. 6. (CEDEM)

vitória sobre os candidatos da burguesia, mas a agitação que se fará em torno dessa luta e que terá como fruto precioso a arregimentação sindical das forças dispersas do proletariado¹⁷⁵.

Dois dias depois, o jornal anuncia que Azevedo Lima viria a São Paulo no dia 29 (um domingo) para uma conferência que deveria ocorrer na sede da UTG (localizada na Rua Barão de Piranapiacaba, n° 4, 2° andar), ocasião que seria lido o programa do BOC e ficaria oficialmente fundado o BOC-SP¹⁷⁶. Contudo, a expectativa com a visita de Azevedo Lima a São Paulo não durou muito, pois no dia seguinte, na véspera da conferência de fundação do BOC-SP, os comunistas paulistas foram obrigados a recuar, anunciando o cancelamento da conferência do deputado federal do BOC na UTG-SP, sob a desculpa de o mesmo ter sido “acometido de súbita enfermidade”, transferindo o comício com a presença do mesmo para a próxima semana¹⁷⁷, o que não ocorreu.

No dia 1 de fevereiro, os comunistas paulistas convidam o proletariado de São Paulo a comparecer às 20h na sede da UTG para colaborar na realização da obra do BOC, “que vale dizer - sua própria obra”. Chamam a atenção para o caráter “altamente histórico” do evento, pois “é a primeira vez que na história política de S. Paulo a massa trabalhadora participa como classe da luta eleitoral”¹⁷⁸. Participar das eleições como classe, dizia o texto de Zarabatana, não é simplesmente votar, mas votar como proletário em um candidato fundamentalmente proletário, e nesse sentido.

O candidato do Bloco Operário e Camponês, isto é, o candidato do proletariado, é um trabalhador, vivendo de salário, acostumado à luta pelas reivindicações do que alugam os braços à burguesia e, além de tudo, disposto a defender a todo o transe o programa traçado pela vanguarda operária no Brasil, em nome de milhões e milhões de trabalhadores¹⁷⁹.

No dia seguinte, *O Combate* publicava a notícia do dito comício de lançamento da candidatura do BOC-SP. Segundo ela, foi para um numeroso público que se realizou o comício operário. O primeiro a falar foi Nestor Pereira Jr., presidente da Associação dos Empregados no Comércio de São Paulo (não pertencente ao PCB) e escolhido candidato pelo BOC-SP, depois falou Plínio Mello, comunista paulista, secretário geral

¹⁷⁵ O proletariado e as eleições. *O Combate*. São Paulo, 24/01/1928. P. 6. (CEDEM)

¹⁷⁶ *O proletariado intervirá nas próximas eleições: A fundação do BOC em São Paulo*. *O Combate*. São Paulo, 26/01/1928. P. 3. (CEDEM).

¹⁷⁷ *O Dr. Azevedo Lima, acometido de súbita enfermidade, não poderá estar amanhã em São Paulo, motivo pelo qual fica transferido o comício anunciado para a próxima semana*. *O Combate*. São Paulo, 28/01/1928. Pag. 3. (CEDEM).

¹⁷⁸ *O BOC fará conhecer, hoje, o seu candidato às eleições do dia 24*. *O Combate*. São Paulo, P. 6. (CEDEM)

¹⁷⁹ *O BOC fará conhecer, hoje, o seu candidato às eleições do dia 24*. *O Combate*. São Paulo, P. 6. (CEDEM)

do Comitê Regional do Partido em São Paulo (CR-SP). Plínio Mello leu ao público o manifesto exposto na mesma coluna do jornal, intitulada *Movimento Operário*.

O manifesto começava repetindo o texto de Plínio (Zarabatana) do dia anterior, ou seja, afirmando que a fundação do BOC-SP era um acontecimento histórico, pois até aquele momento o proletariado paulista ainda não havia participado como classe das eleições, mas adicionava, “viviam politicamente apartados de qualquer atividade de classe, ou pela abstenção pura, ou pela dependência individual aos partidos e grupos políticos não proletários”¹⁸⁰, o que havia colaborado para a dificuldade do proletariado paulista conquistar politicamente seus interesses, e então argumentava que em todos os países da Europa, a classe operária elegia seus representantes legítimos e fazia valer através deles as leis que fossem de seu interesse. Remete-se então a eleição do BOC-RJ no ano anterior, afirmando que havia um tempo muito curto que a classe operária brasileira participava da política elegendo seus representantes, mas que os resultados se mostraram positivos, tanto pelo alto número de votos que elegeram Azevedo Lima, como por sua atuação exemplar no parlamento. Em São Paulo, dizia o manifesto, a classe operária não podia perder mais tempo, e por isso era fundado o BOC-SP, filiado ao BOC-RJ. Passava então a apresentar o candidato a deputado estadual do BOC-SP pelo 1º Distrito, Nestor Pereira Jr., legítimo representante do trabalho por sua atuação como presidente na Associação que congrega os trabalhadores do comércio de São Paulo, e por isso digno dos votos de todas as categorias do proletariado. O próximo item é a exposição do programa do BOC, o mesmo usado no ano anterior no Rio de Janeiro e por fim um “apelo fraternal” à consciência de classe do operariado paulista para que votassem no único legítimo candidato proletário, Nestor Pereira Jr. Candidato do Bloco Operário e Camponês. Assinaram o manifesto, como membros do BOC-SP, “A Internacional”, “União dos Trabalhadores Gráficos”, “Comitê eleitoral dos Sapateiros”, o Centro Político Proletário do Brás, a Coligação Operária de Santos e o BOC de Cubatão.

A partir de então, são publicados uma série de artigos de Zarabatana, muitas vezes repetitivos, mas que sempre procuram incentivar a participação eleitoral do proletariado, variando algumas vezes os argumentos. A base de argumentação, entretanto, é sempre uma espécie de equação das lutas de classes: os interesses materiais

¹⁸⁰ *Bloco Operário e Camponês de São Paulo: a participação dos trabalhadores nas eleições estaduais de 24 de fevereiro*. O Combate. São Paulo, 02/02/1928. (CEDEM)

da burguesia e do proletariado são antagônicos, dessa forma, ainda que alguns candidatos burgueses prometam melhorias para a classe proletária, estas não podem passar de demagogia, uma vez que a burguesia já é comprometida com seus próprios interesses. Não há neutralidade nas lutas de classes. Quem tentar manter-se neutro estará lutando indiretamente no campo da burguesia, que é a classe dominante. Só o posicionar-se politicamente ao lado do proletariado pode impedir uma posição de conservação direta ou indireta da ordem, o que significava, no caso do pleito, apoiar o Bloco Operário e Camponês¹⁸¹. Assim, dizia Zarabatana em um de seus artigos, “o trabalhador que votar nos partidos burgueses atraiçoa os próprios interesses”¹⁸²

A linha de argumentação de Zarabatana não apenas concebe o proletariado como eleitores, que irão ler passivamente a propaganda do BOC nas páginas de “*O Combate*” e sair para votar em Nestor Pereira Jr no dia 24 de fevereiro, ao contrário, Zarabatana incita os trabalhadores a “fazer uma propaganda tenaz e inteligente dos interesses de sua classe, consubstanciados no programa de reivindicações com que o Bloco Operário e Camponês se apresenta na luta eleitoral”¹⁸³, o que significa o chamado para um engajamento cotidiano na campanha do BOC, trabalhando para o estabelecimento de uma forte identificação entre o programa e o que os operários consideravam como interesses próprios de sua classe social, o que de fato tinha conteúdo de verdade, visto que vários pontos do programa do BOC eram reivindicações da classe operária brasileira desde, pelo menos, os primórdios da república brasileira.

Outra linha de argumentação de Zarabatana era a ênfase no caráter de novidade da campanha do BOC no plano político e no plano das lutas de classes. Assim, em texto do dia 06 de fevereiro, defende-se que até aquele momento as lutas parlamentares não expressavam mais do que lutas de frações divergentes da própria burguesia, a fundação do BOC vem como um momento de ruptura, pois inaugura as lutas de classes no campo das eleições e do parlamento

Luta no próprio seio da burguesia, sem o menor caráter de classe.
Luta de interesses pessoais – nada mais nem menos do que isso.

[...]

Não havia no terreno eleitoral uma luta de classes.

¹⁸¹ *O proletariado deve votar nas próximas eleições*. O Combate. São Paulo, 03/02/1928. P. 6. (CEDEM).

¹⁸² *O Bloco Operário e Camponês e o proletariado de São Paulo*. O Combate. São Paulo, 04/02/1928. (CEDEM).

¹⁸³ *Bloco Operário e Camponês*. O Combate. São Paulo. 04/02/1928. P. 6. (CEDEM).

Hoje, porém, com a fundação do Bloco Operário e Camponês e a apresentação de um candidato proletário, as eleições terão uma significação mais ampla, e por isso mesmo, mais grandiosa.

A luta de classes se estenderá até o campo da batalha eleitoral¹⁸⁴.

Zarabatana frisava ainda que o BOC tinha um programa que representava os interesses do proletariado, enquanto os candidatos burgueses, “qual é o programa dos candidatos burgueses?” E respondia: “Nenhum!” Eram apenas “palavras ocas e promessas não cumpridas”, e não poderia ser diferente, uma vez que a burguesia está comprometida com seus negócios, com a propriedade privada que é a base de sua riqueza, dessa forma, jargões como “liberdade”, “democracia”, “liberdade”, só poderia valer de fato para o candidato proletário, cujos interesses de classes não estavam comprometidos com a propriedade privada dos meios de produção. Os interesses proletários, como dito em outro texto, se materializavam nas reivindicações programáticas do BOC: defesa das 8 horas diárias de trabalho e 44 horas semanais, proteção de trabalho às mulheres, principalmente as grávidas, inspeção sanitária das fábricas, salário mínimo. Para Zarabatana, essas reivindicações não tem o caráter de interesses pessoais, como são os interesses da burguesia, é política de classe, a única forma de política que poderia combater os interesses burgueses¹⁸⁵.

Estas diferenças de classes, invocadas de maneira mais ou menos abstrata na maioria dos textos, toma objetividade em um deles, quando Zarabatana se incumbem de enumerar 7 divergências de interesses entre proletários e burgueses (que no texto, aparecem confundindo-se com os termos “ricos” e “pobres”): 1) a classe dos pobres trabalha, a classe dos ricos vive do trabalho dos pobres; 2) os interesses entre pobres e ricos são divergentes; 3) o pobre recebe salário, o rico fornece o salário; 4) o pobre tem que procurar trabalho, os ricos dão emprego para quem desejam; 5) os ricos tem dinheiro acumulado através da mais-valia, os pobres não tem nada; 6) os ricos são capitalistas, os pobres, por sua condição, são anti-capitalistas; 7) Os ricos são donos da propriedade dos meios de produção, os pobres produzem com estes meios de produção, mas não são donos deles¹⁸⁶.

¹⁸⁴ *A luta de classes no campo eleitoral*. O Combate. São Paulo, 06/02/1928. P. 6. (CEDEM).

¹⁸⁵ *Bloco Operário e Camponês*. O Combate. São Paulo, 08/02/1928. P. 3. (CEDEM)

¹⁸⁶ *Eleitor do BOC! Proletários, alistae-vos no primeiro distrito*. O Combate. São Paulo, 10/02/1928. (CEDEM).

Zarabatana também explora um ponto do programa do BOC que diz respeito de forma mais específica ao sistema político da Primeira República: o combate a política plutocrática, que seria “o sistema dos conchavos e das negociatas rendosas”¹⁸⁷, ou também

Todos esses crimes que se praticam sob a capa da hipocrisia governamental, todas essas misérias que diariamente nos envergonham, todos esses abusos e desmandos que caracterizam as forças retrogradadas da onda reacionária, tudo isso será implacavelmente desmascarado, a fim de que não continue eternamente a população brasileira, a paulista especialmente, a ser vítima de toda série de arbitrariedades por parte dos poderes constituídos, sem ao menos o conforto moral de uma voz que se alteie em seu favor e decididamente se coloque ao lado de suas aspirações mais lidimas e imediatas¹⁸⁸.

Para Zarabatana, isto só prolongava a acontecer pela ausência de uma vigilância severa e contínua que o candidato do BOC é o único que poderia desmascarar os esquemas arbitrários tomados pelos políticos da Primeira República, e “será justamente uma vigilância dessa natureza que o proletariado exercerá, com sua política independente de classe e por intermédio de seu deputado, sobre os políticos da burguesia”¹⁸⁹.

Também não poderia faltar uma pauta de grande importância para os comunistas, o combate ao imperialismo, que Zarabatana expõe através do endividamento do Brasil aos países estrangeiros.

Estamos numa indisfarçável dependência dos capitalistas da Inglaterra e dos Estados Unidos, e não sabemos ainda a que grau de servilismo pretenderá levar-nos o “patriotismo” dos nossos governos. Estão todos, aliás, bem de acordo com essa estreitíssima concepção de “patriota” que procuram impingir ao proletariado¹⁹⁰.

Zarabatana, expressando a mesma política preconizada no programa do BOC a respeito do imperialismo, diz que será tarefa dos deputados operários fazer sistemático combate as políticas imperialistas, por meio de alianças com os países da América Latina e os países coloniais.

¹⁸⁷ *Bloco Operário e Camponês: O combate à política plutocrática*. O Combate. São Paulo, 13/02/1928. p. 6. (CEDEM)

¹⁸⁸ *Bloco Operário e Camponês: O combate à política plutocrática*. O Combate. São Paulo, 13/02/1928. p. 6. (CEDEM)

¹⁸⁹ *I Bloco Operário e Camponês: O combate à política plutocrática*. O Combate. São Paulo, 13/02/1928. p. 6. (CEDEM)

¹⁹⁰ *Bloco Operário e Camponês: o nosso programa de um ponto de vista local e nacional*. O Combate. São Paulo, 14/02/1928. P. 3. (CEDEM).

A questão dos impostos foi também comentada e prolongada do item a esse respeito no programa do BOC, onde se dizia: “apenas os ricos devem pagar impostos”. A esse respeito, Zarabatana expunha alguns dados sobre o sistema fiscal brasileiro da época, evidenciando que “os pobres, vivendo em dolorosa miséria pagam 200 mil contos, os ricos, vivendo no luxo e na orgia, pagam apenas a insignificância de 21 mil contos”¹⁹¹. Em outras palavras, era uma outra forma de exploração, pois não bastava a burguesia tirar seu lucro do trabalho proletário, pagar-lhes salário de fome, os submeterem dessa forma a uma vida modesta em todos os sentidos, também o Estado burguês tinha de tirar seu orçamento principalmente dos bolsos proletários, imiscuindo a burguesia do orçamento do país, para que ela pudesse investir em seus negócios.

Entretanto, tudo isso deve ter, e terá de fato, um fim.

O Bloco Operário e Camponês entra disposto na arena da luta e propugnará, a todo o transe, pelos interesses do proletariado.

Só os ricos deverão pagar impostos – eis a nossa palavra de guerra, no regime de exploração da classe capitalista¹⁹².

No dia 12 de fevereiro, o BOC-SP faz o seu primeiro comício, que ocorreu no Largo da Concórdia, no bairro do Brás. O comício foi avaliado pelas páginas de *O Combate* positivamente, de forma que “uma grande massa de trabalhadores ouvia com interesse e cheia de entusiasmo”¹⁹³. Os organizadores prometeram outros comícios em São Bernardo, Santos, e diariamente em São Paulo, por todas as próximas duas semanas antes do pleito, tendo um deles, ao menos, a presença de Azevedo Lima. O informe do comício do dia 12 termina de forma otimista

Pelo entusiasmo de ontem, reinante no seio da classe trabalhadora de São Paulo, embora o Bloco Operário e Camponês concorrendo às eleições só pretenda dar uma demonstração de força eleitoral, é bem possível que consiga eleger seu candidato¹⁹⁴.

Entretanto, o otimismo do BOC-SP foi duramente golpeado em seu próximo comício, ocorrido no dia 16 de fevereiro, no Largo do Cambucy, às 20h.

O comício correu na melhor ordem. Mas os oradores – que crime audacioso! – meteram-se a criticar as finanças do país e o plano de estabilização ideado pelo sr. Washington Luís.

¹⁹¹ *O Bloco Operário e Camponês: O pagamento de impostos*. O Combate. São Paulo, 15/02/1928. P. 3. (CEDEM)

¹⁹² *O Bloco Operário e Camponês: O pagamento de impostos*. O Combate. São Paulo, 15/02/1928. P. 3. (CEDEM)

¹⁹³ *O comício de ontem do BOC*. O Combate. São Paulo, 13/02/1928. P. 4. (CEDEM)

¹⁹⁴ *O comício de ontem do BOC*. O Combate. São Paulo, 13/02/1928. P. 4 (CEDEM)

Isso importou em castigo imediato. Logo que terminou o comício, inspetores da Delegacia de Ordem Política e Social prenderam os oradores, os srs. Plínio de Mello, José [João] da Costa Pimenta e Isis Silvio.

Os três foram levados para o Gabinete de Investigações e recolhidos às infectas masmorras da rua dos Gusmões, onde passaram a noite de ontem para hoje¹⁹⁵.

A notícia se tornava tanto mais escandalosa ao lado de dois outros acontecimentos: figurava na capa de *O Combate*, ao lado da notícia de prisão dos oradores do BOC, uma referente ao sucesso que foi, no mesmo dia, o comício do Partido Democrático, contando com a presença de Maurício de Lacerda; ao mesmo tempo, ocorriam em Santos, São Paulo e Rio de Janeiro uma onda de perseguição policial ao movimento operário.

Em Santos, no começo do mês, a polícia prendeu um grupo de operários por declararem-se anarquistas e comunistas, sendo os mesmos condenados à expulsão do país¹⁹⁶. Em São Paulo, um dia depois da prisão dos oradores do BOC-SP, também foi preso João Nunes, presidente do sindicato “A Internacional”, também ligado aos comunistas¹⁹⁷. No Rio de Janeiro, aconteceu outro evento vinculado ao Bloco Operário e Camponês que terminou em caso de polícia e assassinato. O deputado federal do Bloco Operário, Azevedo Lima, havia convocado uma assembleia para o dia 14 de fevereiro, na sede da União dos Trabalhadores Gráficos do Rio de Janeiro, com o objetivo de denunciar Pereira de Oliveira de entregar trabalhadores militantes do movimento operário à polícia. Quando Azevedo Lima começou a exibir as provas, houve grande confusão no sindicato, envolvendo operários que defendiam Pereira de Oliveira. A polícia adentrou o recinto aos tiros, ferindo dez operários, dos quais um morreu (Damião José da Silva, tecelão), sendo a UTG-RJ condenada ao fechamento por três anos¹⁹⁸.

Plínio de Mello e Isis Silvio ficaram presos por 24 horas, sem que fosse aberto qualquer inquérito policial. Ao saírem, escreveram uma carta aberta ao delegado de São Paulo, Dr. Mário Bastos Cruz, publicada nas páginas de *O Combate*, que basicamente acusava a prisão dos membros do BOC de ser perseguição abertamente ilegal ao

¹⁹⁵ *No Rio, o assassinato premeditado, aqui, as prisões arbitrarias*. O Combate. São Paulo, 17/02/1928. P. 1. (CEDEM).

¹⁹⁶ *A expulsão dos trabalhadores de Santos*. O Combate. São Paulo, 07/02/1928. P. 3. (CEDEM).

¹⁹⁷ *Continua em S. Paulo e no Rio a perseguição aos operários*. O Combate. São Paulo, 18/02/1928. P. 6 (CEDEM).

¹⁹⁸ *O conflito na UTG está servindo de pretexto à polícia para a mais torpe perseguição ao operariado! A Esquerda*. Rio de Janeiro, 16/02/1928. P. 1. (BNDigital)

movimento operário¹⁹⁹. Na mesma edição do jornal, foi publicado ainda um manifesto dos gráficos paulistas ao BOC-SP, solidarizando-se com as prisões de Plínio Mello e Isis Silvio, assinado pelo Comitê Gráfico Pró-Bloco Operário, afirmando também que agora era ainda mais importante que o proletariado engrossasse as fileiras em torno do Bloco Operário e Camponês de São Paulo, e que

[...] sirva este protesto de incitamento, a vós, gráficos, para demonstrardes à burguesia que não nos atemorizam as violentas perseguições, e não será a ação ilegal e arbitrária governamental, que há de interromper a marcha ascensional do Bloco Operário e Camponês de São Paulo.

Mais uma vez bradamos alto e bom som: o candidato operário deve triunfar com as forças operárias, com os votos operários²⁰⁰.

Porém, no dia 20 de fevereiro, dois dias antes das eleições, o BOC-SP lança outro manifesto, retirando a candidatura de Nestor Pereira Jr e pedindo que os trabalhadores de São Paulo votem no Partido Democrático.

O manifesto, como os textos usados anteriormente no período de campanha, expunha a situação de vida e trabalho da classe operaria, mas agora dando especial atenção à questão da repressão policial e o cerceamento das liberdades de organização e expressão das organizações operárias. Volta a mostrar a fundação do BOC-SP como a tentativa da classe operária se representar nas casas legislativas de forma oficial, sendo a única organização legítima da classe operária, mas a perseguição policial veio mostrar através do terror a impossibilidade de exercer essa representação. E então completa

Somos, pois, obrigados a retirar a candidatura operaria às próximas eleições. Não devemos nos sujeitar a sacrifícios inúteis.

Mas, retirando-nos do pleito, qual a atitude mais recomendável para um partido de classe como é o Bloco Operário e Camponês? A simples abstenção ou o apoio a um dos outros dois partidos em luta?

Entre os dois partidos políticos não proletários, um, governamental, oligárquico, conservador e reacionário, e outro, na oposição, popular, democrático e liberal, que promete ao proletariado liberdade de reunião e associação, defendendo-o nas ocasiões precisas, - entre dois partidos nessas condições, não nos é dado titubear. Votar no P.R.P. seria um suicídio coletivo. Abster-se de ir às urnas seria proteger de modo indireto aqueles que nos oprimem politicamente. Portanto, nesta ocasião, só há um caminho a seguir, uma única diretriz a obedecer: votar no Partido Democrático²⁰¹.

¹⁹⁹ Bloco Operário e Camponês: Carta aberta ao chefe de polícia de São Paulo. O Combate. São Paulo, 18/02/1928. P. 1. (CEDEM).

²⁰⁰ Bloco Operário e Camponês: aos gráficos paulistas. O Combate. São Paulo, 18/02/1928. P. 6. (CEDEM).

²⁰¹ Bloco Operário e Camponês: reúna seus votos aos do Partido Democrático contra a opressão do P.R.P. O Combate. São Paulo, 20/02/1928. P. 6. (CEDEM).

O manifesto adicionava ainda que esta atitude não era uma adesão do BOC ao PD, mas apenas uma “conveniência política”, frente à situação da repressão policial. O texto era assinado pelo Comitê Regional Provisório do Bloco Operário e Camponês de São Paulo, datado do dia 20 de fevereiro. No dia seguinte, véspera das eleições, *O Combate* publica uma entrevista como ex-candidato do BOC-SP, Nestor Pereira Jr, que tenta explicar melhor a decisão. Afirma novamente a retirada da candidatura por conta da repressão policial, e frente a questão de não ser o Partido Democrático um partido da burguesia, e portanto, contrário à política da classe operária defendida pelo BOC, Pereira Junior responde

Até certo ponto, nós, trabalhadores, consideramo-lo como tal. Os seus dirigentes, na quase totalidade, têm o que nós chamamos espírito burguês. Os interesses econômicos, o meio social, a formação espiritual, tudo isso concorre para que eles não possam ser afastados dessa classificação. O que eles não têm é o que também falta geralmente entre os trabalhadores de São Paulo – consciência de classe. E isto, para a felicidade nossa, porque então, seria muito maior a opressão que teríamos de sofrer...

O PD, constituindo, não propriamente um partido de classe (pelo menos agora, antes de alcançar o poder), mas uma coligação de correntes políticas de oposição à oligarquia dominante – pode, pois, fazer jus ao apelo do proletariado. Não implica isso em colaboração de classe. Constitui, apenas, uma aliança política de momento, para maior eficiência da luta contra o inimigo comum. Essa frente única, que não chamarei de liberal, mas libertadora – é uma necessidade no momento histórico que atravessamos. A ela não podíamos, nem poderemos fugir²⁰².

Quando perguntado de uma possível ampliação na aliança entre o BOC e o PD, Nestor Pereira afirmar que este seria um movimento mais sério e mais perigoso, mas não absolutamente impossível, e então diz que a retirada da candidatura foi um “recoo tático”, mas que o BOC-SP continuaria de pé, orientado sempre pelos mesmos princípios, obedecendo às diretrizes dos interesses da classe operária, o que faria de sua vitória uma questão de tempo, já que as vastas massas laboriosas de São Paulo são a maioria da população do Estado²⁰³.

O resultado das eleições, como de costume, foi uma vitória esmagadora do PRP, tendo o PD eleito apenas seis deputados e nenhum senador. As eleições, no 1º

²⁰² O apoio do BOC ao PD nas eleições de amanhã: o que nos diz a respeito o ex-candidato trabalhista. *O Combate*. São Paulo, 23/02/1928. P. 6. (CEDEM).

²⁰³ O apoio do BOC ao PD nas eleições de amanhã: o que nos diz a respeito o ex-candidato trabalhista. *O Combate*. São Paulo, 23/02/1928. P. 6. (CEDEM).

Distrito, onde deveria ter disputado Nestor Pereira Júnior, tiveram um quociente de 35.246 eleitores, dos quais 25.028 votaram nos candidatos do PRP e 10.201 nos democráticos. Nestor Pereira Júnior ainda recebeu três votos²⁰⁴.

No plano prático da política, o desfecho da primeira campanha do BOC-SP deixou um saldo muito negativo, como atesta Everardo Dias

O fato positivo é este: nada conseguimos com o Bloco, a não ser arranharmos-nos ideologicamente, e estamos com um déficit de 1:500\$000 em São Paulo e 2:000\$000 em Santos. Eu, em parte, culpo Azevedo [Lima] desse fracasso, porque se ao menos ele tivesse vindo, o entusiasmo seria outro, teríamos arregimentado eleitores. Tudo foi uma pura perda, um ensaio no vácuo.

Teremos de recomeçar²⁰⁵.

Plínio Mello ainda reclamaria a Astrojildo em carta de maio de 1928 que a dívida contraída pelo BOC-SP nas eleições de fevereiro de 28 foram assumidas por Nestor Pereira Jr. e estavam “dando água pela bomba”, deixando difícil a relação de Pereira Jr. com o PCB, pois ele estava “desgostoso”, pensando que os comunistas não iriam pagar a dívida²⁰⁶.

O caso das eleições de fevereiro em São Paulo gerou um acirrado debate entre Plínio Mello e a Comissão Central Executiva do PCB em que esta condenou veementemente a atitude do BOC em apoiar o PD e o proibiu de tomar atitudes semelhantes futuramente. O episódio teve também repercussão nos futuros encontros do Bureau da América Latina da Internacional Comunista, onde será tido como exemplo de desvio de direita e pequeno-burguês, de forma a condenar o BOC como organização e tendo peso significativo para fundamentar a decisão de dissolver o BOC como organização política.

1.4 - A Campanha de outubro de 1928.

Depois de meses sem nenhuma atividade significativa, apenas publicando esporadicamente nas páginas de *O Combate*, os comunistas de São Paulo, seguindo a linha geral do PCB, voltaram a disputar as eleições a intendência municipal em outubro de 1928. Depois de acalorada discussão interna no BOC e no Partido, lançam um candidato genuinamente comunista, Everardo Dias.

²⁰⁴ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil: O Bloco Operário e Camponês (1924 – 1930)*. Tese de doutorado apresentada à USP, 2001. P.301.

²⁰⁵ Carta de Everardo Dias a Astrojildo Pereira. São Paulo. ??/01/1928. (CEDEM)

²⁰⁶ Carta de Plínio Mello a Astrojildo Pereira. São Paulo, 27/05/1928. (CEDEM)

Apoiada também em assembleia do BOC, estando presentes os Comitês Eleitorais dos Graphics, Sapateiros, Empregados na Indústria Hoteleira, Tecelões, Eletrecistas, Empregados do Comércio²⁰⁷, a candidatura oficial de Everardo Dias foi lançada no dia 28/09/1928 nas páginas de *O Combate* em um “Manifesto aos trabalhadores de São Paulo”. O manifesto começava fazendo referência ao apoio indireto que os trabalhadores davam a burguesia ao votarem no Partido Republicano Paulista, fenômeno que para o BOC-SP acontecia em decorrência da desorganização dos trabalhadores paulistas. O Partido Democrático de São Paulo é tratado no manifesto como um partido que não toma parte dos problemas da maioria da população, “mistificadores da grande massa popular”, e portanto, não mereciam o apoio do proletariado e da classe média paulista²⁰⁸.

A forma como os comunistas apresentam o PD no manifesto demonstra que romperam de vez com a ideia de uma aliança com os democráticos e acataram a posição da CCE no debate em que ela teve com Plínio Mello nas eleições de fevereiro. Contudo, mostra também que permanecia a interpretação do Partido Democrático como um Partido com influência nas classes médias e o BOC-SP se coloca na disputa deste estamento da sociedade.

A partir de então são publicados textos por Moacyr Nogueira que em boa parte repetem os argumentos levantados na eleição estadual de fevereiro do mesmo ano. Apresenta o BOC-SP como portador de um programa que é a cristalização das reivindicações históricas da classe operária, a novidade da apresentação das lutas de classes no campo eleitoral na cidade de São Paulo, a divisão da sociedade em duas classes antagônicas (burguesia e proletariado) e a necessidade dos eleitores operários votarem no candidato operário sob a pena de traírem os interesses materiais da própria classe, a política independente de classe em oposição a politicagem da oligarquia paulista, combate ao imperialismo. Desta vez, contudo, houve um foco maior nos elementos constitutivos da vida operária para o qual o BOC apresentava uma proposta de solução: educação, salário mínimo, habitação, higiene, voto operário.

Sobre a educação, é dito que na sociedade capitalista ela é um privilégio de classe, de forma que as crianças operárias só aprendem o suficiente para entenderem as

²⁰⁷ DIAS, E. Carta aos Camaradas do C.C.E. do B.O.C. São Paulo. São Paulo, 04/11/1928. (CEDEM).

²⁰⁸ C.R do B.O.C *Manifesto aos trabalhadores de São Paulo*. *O Combate*. São Paulo, 26/09/1928. P. 3. (CEDEM)

“balelas” que servem a burguesia e para formar a opinião pública. Afirma que o proletariado deve lançar base de uma educação proletária no objetivo de começar a construir o edifício da sociedade socialista futura, e para tanto, mostra a necessidade do sindicato, do partido e dos candidatos operários. Defende que os trabalhadores devem fundar cursos e escolas proletárias, mas que isso “só será possível quando os trabalhadores tiverem representantes nas câmaras legislativas do país”²⁰⁹.

A defesa do salário mínimo é feita através da exposição das flutuações dos preços ao passo que o salário dos operários continua baixo. Nogueira dá ênfase na argumentação de que os sindicatos sozinhos não seriam capazes de conquistar o salário mínimo, sendo necessário travar a luta sindical conjuntamente com a luta política para que haja uma lei do salário mínimo que regulamente o pagamento do salário, fixando a quantia mínima a ser paga. Sintetizando sua argumentação, faz a citação de uma frase atribuída a Octávio Brandão: “os sindicatos são os músculos e o Partido o cérebro do proletariado”²¹⁰.

O texto sobre as moradias operárias apela para uma descrição das condições em que vivem os operários nos cortiços, comparando-as com as moradias operárias da Argentina. Remetendo a um trabalho no estilo da *Situação da Classe Trabalhadora Inglesa* de Friedrich Engels, Moacyr Nogueira conta que os membros do BOC não são como a burguesia que estuda o mundo na segurança de seu gabinete, não moram na Avenida Paulista ou Higienópolis, “verificam as coisas sentindo” e, portanto, percorreram os bairros e conversaram com os operários, podendo oferecer o relato de que

O cortiço é um amontoado de lares. Geralmente, é um quadrilátero cimentado, em cujo centro está a privada comum, perto de um tanque e em ambos os lados aparecem portas de entradas para quartos estreitos, sujos e sem luz. Aí vivem dezenas de seres curtindo a mesma dor, chorando a mesma existência desgraçada.

Os quartos, a não ser os da frente, não possuem janelas. Não há a menor ventilação. O soalho, quando existe, é esburacado e, muitas vezes, falso: trepida, afunda, movimenta-se a cada passada dos moradores. No centro, uma cama de casal, ocupando dois terços do espaço. Ao lado, as vezes, um berço improvisado. De outro lado, finalmente, encostados à parede, uma pequena mesa e algumas prateleiras²¹¹.

²⁰⁹ NOGUEIRA, Moacyr. *Educação Proletária*. O Combate. São Paulo, 03/10/1928. P. 2. (CEDEM).

²¹⁰ NOGUEIRA, Moacyr. *Salário Mínimo*. O Combate. São Paulo, 09/10/1928. P. 3. (CEDEM)

²¹¹ NOGUEIRA, Moacyr. *Habitação Operária*. O Combate. São Paulo, 13/10/1928. P. 3. (CEDEM)

A seguir, Nogueira lamenta a desorganização do proletariado paulista, afirma que jamais conseguirão moradias de qualidade sem se organizar e lutar por seus interesses, incita-os a entrar nos sindicatos e a votar no Bloco Operário e Camponês, pois “os cortiços e os barracões só serão substituídos quando os trabalhadores tiverem representantes seus, saídos de seu único meio para defenderem seus direitos nas câmaras legislativas do país”²¹².

Seguido ao problema da habitação operária, a coluna do BOC tratou da “higiene” ou, dito de outra maneira, da questão sanitária e de saúde pública, o que abarcava boas condições de vida não apenas nas casas e nos bairros, mas também nas fábricas e locais de serviço em geral. Da mesma forma como muitas das outras questões, Nogueira expõe o serviço sanitário como um bem que só existe para a burguesia.

O Serviço Sanitário... da burguesia faz da higiene um privilégio de classe. Só os burgueses tem podido, até hoje, dormir 8 horas por dia e com janelas abertas, tomar banhos quotidianos, beber água pura, filtrada, fazer passeios matinais, tomar tanto leite quanto possível, escovar os dentes depois de cada refeição; comer, deitar-se e levantar-se a qualquer hora²¹³.

A este problema, apenas “a organização de ferro dentro dos sindicatos e do Bloco Operário e Camponês transformará a situação miserável da atualidade”²¹⁴.

O Bloco Operário e Camponês de São Paulo, em sua campanha pelas páginas de *O Combate* também abordou a questão do voto secreto, buscando diferenciar-se do Partido Democrático nesta questão. Os comunistas sempre criticaram os democráticos por verem no voto secreto a resolução para todos os problemas do país, de forma que no texto publicado por Nogueira, houve esforço para mostrar a limitação desse tipo de pensamento. Para o BOC, o voto “além de secreto, precisa ser exercido pelas praças de pré e pelas mulheres”, o que acreditariam beneficiar os candidatos trabalhadores, mas também fazer uma reforma completa no sistema eleitoral brasileiro para que se possa “pôr termo a série interminável de cambalachos e trapaças que se tem verificado”. Nada disso, mais uma vez, poderia ser alcançado pela boa vontade dos políticos burgueses, sendo necessária a presença de políticos proletários no parlamento²¹⁵.

²¹² NOGUEIRA, Moacir. *Habitação Operária*. O Combate. São Paulo, 13/10/1928. P. 3. (CEDEM)

²¹³ NOGUEIRA, M. *Higiene*. O Combate. São Paulo, 16/10/1928. P. 3. (CEDEM)

²¹⁴ NOGUEIRA, M. *Higiene*. O Combate. São Paulo, 16/10/1928. P. 3. (CEDEM)

²¹⁵ NOGUEIRA, M. *O Voto*. O Combate. São Paulo, 17/10/1928. P. 2. (CEDEM)

Os artigos do BOC também trataram das lutas de classes em aspecto mais geral. Um deles, escrito por Aristides Lobo discorre a respeito do assassinato do operário naval Raymundo Moraes para mostrar que “a luta de classes é, sob todas as formas, a batalha mais terrível, mais implacável e mais sangrenta de toda a história universal”²¹⁶. Raymundo de Souza Moraes foi morto em um comício do BOC-RJ realizado defronte o Arsenal da Marinha no dia 27 de setembro, onde discursaram os candidatos do BOC para intendência municipal do Rio de Janeiro, Octávio Brandão e Minervino de Oliveira. Em meio ao comício, uma viatura da polícia entrevistou e prendeu os dois candidatos do BOC e, em resposta, o público cercou a viatura em revolta. A morte de Raymundo Moraes deu-se em decorrência dos tiros que a polícia disparou contra a multidão nesse momento²¹⁷. Para Aristides Lobo, o assassinato de Moraes era expressão da ferocidade que a burguesia assumia ao sentir sua derrota fatal frente às forças do proletariado, e por isso mesmo, era também a prova de que qualquer ideia de conciliação com a burguesia era ilusória. O que havia eram os interesses materiais antagônicos das duas classes em luta, e que os operários deveriam tomar parte na batalha entrando nos sindicatos e aderindo ao Bloco Operário e Camponês²¹⁸.

Nogueira, em texto intitulado “Ainda a mistificação”, fala a respeito das lutas de classes através da questão da “mistificação” da mesma, que segundo ele pode acontecer de várias formas, como a crença no acordo entre capital e trabalho ou a ideia do voto secreto como solução para todos os males. Mas de todos os artifícios usados para mistificar as lutas de classe, ele declara tratar especificamente de um, que para ele é “o mais interessante”. Tratava-se “em atribuir a toda e qualquer organização proletária, sindical ou política, propósitos de transformar a sociedade, de um momento para o outro, por meio da dinamite ou do fuzil bolchevista...”²¹⁹. Para Nogueira, a burguesia se serve desses engodos para retardar a queda de seu regime, que ela sabe estar podre, assuntando as camadas desorganizadas do proletariado. Porém, o autor afirma que o artifício é fácil de desmontar, bastando mostrar e propagandear para o operariado o programa do Bloco Operário e Camponês, que é a prova de suas verdadeiras intenções e propostas. Assim, tendo as forças proletárias os instrumentos necessários para

²¹⁶ LOBO, Aristides. *O sol da liberdade, em fuga célebre, rolou do céu abaixo nesse instante*. O Combate. São Paulo, 03/10/1928. P. 2. (CEDEM)

²¹⁷ *A polícia do Rio não fica atrás*. O Combate. São Paulo, 29/09/1928. P. 2. (CEDEM)

²¹⁸ LOBO, Aristides. *O sol da liberdade, em fuga célebre, rolou do céu abaixo nesse instante*. O Combate. São Paulo, 03/10/1928. P. 2. (CEDEM)

²¹⁹ NOGUEIRA, M. *Ainda a mistificação*. O Combate. São Paulo, 04/10/1928. P. 2. (CEDEM)

desmistificar os engodos da burguesia, “os mistificadores que continuam a latir indefinidamente”²²⁰.

Em outro texto, intitulado “Falemos claramente”, Nogueira coloca o PRP e o PD como dois partidos da burguesia, dois partidos que querem conservar a ordem e portanto dois partidos que nada interessam ao proletariado, incapazes de defender os interesses da classe trabalhadora. E a esse respeito, pergunta

Poderá um comerciante, por exemplo, interceder junto a prefeitura ou bater-se na câmara municipal, pelo cumprimento das Leis de Férias e do Fechamento? Poderá ele, a não ser que deseje cavar a própria cova, pugnar pela realização das 8 horas de trabalho, incluindo entre os beneficiados os empregados do comércio?

Poderá um industrial de tecidos desejar a melhoria dos salários dos tecelões de sua fábrica, de modo que esses salários se tornem suficientes para dar a esses trabalhadores todo o conforto que tem direito?

Poderão os industriais gráficos aceitar de bom grado, uma tabela de salario mínimo ou qualquer outra reivindicação, como esta, que venha ferir de cheio seus interesses?

Poderão finalmente – para encurtar razões – poderão os proprietários de bares, hotéis, restaurantes e estabelecimentos congêneres, combater o atual sistema da gorjeta, por julgarem-no humilhante, e propor a instituição da porcentagem além de um ordenamento compensador?

Jamais!²²¹

Nogueira ainda lamenta o fato de que ao mesmo tempo em que é extremamente fantasioso imaginar burgueses defendendo interesses proletários, não é nada fantasioso ver proletários defendendo interesses burgueses contra seus próprios interesses de classe, visto que muitos operários votam no Partido Republicano e no Partido Democrático. Como de praxe, incita os operários a botar fim nessa situação votando no Bloco Operário e Camponês e em Everardo Dias.

Na véspera da eleição, Everardo presta uma entrevista ao jornal *O Combate*, onde justifica sua entrada na disputa eleitoral pela disciplina, uma vez que foi escolhido coletivamente para ser candidato em uma reunião do BOC. Perguntado sobre se seria eleito, Everardo Dias responde:

O regime eleitoral de S. Paulo não pode dar a nenhum candidato oposicionista a certeza de que será eleito. Em todo caso é sabido que a grande maioria do eleitorado desta capital é constituída de trabalhadores, há no mínimo 45.000 operários alistados. Descontando-se desse número os

²²⁰ NOGUEIRA, M. *Ainda a mistificação*. O Combate. São Paulo, 04/10/1928. P. 2. (CEDEM)

²²¹ NOGUEIRA, M. *Falemos claramente*. O Combate. São Paulo, 26/10/1928. P. 5 (CEDEM)

elementos já comprometidos com os partidos da burguesia e aqueles que não tem bastante consciência de classe a fim de compreender que deixando de votar no candidato operário para votar no candidato burguês, ele está fazendo a política do patronato contra os trabalhadores – a décima parte, ao menos, isto é, 4.000 eleitores operários poderão sufragar o nome do candidato de sua classe. Reduzamos esse número ainda a terça parte e teremos 1.500 votos que são mais ou menos o quociente eleitoral com que cada candidato poderá ter como garantia de sua eleição²²².

Everardo pergunta-se se não haveria em São Paulo ao menos 1.500 operários conscientes que pudessem sufragar o candidato de sua classe. Ainda afirma que mesmo que o BOC perdesse em 1º turno, ganharia em segundo turno “porque os eleitores operários já comprometidos, procurarão por todos os meios incluir o nome do candidato operário entre o dos outros candidatos”. Por fim, Everardo expõe resumidamente o programa do Bloco Operário e Camponês²²³.

Na mesma edição de *O Combate* foi publicada uma *Folha do Bloco Operário e Camponês*, tendo Plínio Mello como redator responsável. A Folha tinha o título em letras grandes na parte superior central com a frase “os interesses dos trabalhadores só poderão ser defendidos por um trabalhador” à esquerda e a frase “todos os votos operários ao candidato operário!” à direita. Abaixo do título, um chamado designando as principais categorias de trabalhadores de São Paulo a votar em Everardo Dias:

Trabalhadores de São Paulo! Graficos, choffeus, metalúrgicos, tecelões, ferroviários, sapateiros, garçons, eletricitas, operários de construção civil, empregados da Light, trabalhadores de transportes, operários das industrias de fumo e de bebidas, empregados no comércio, empregados públicos, artesãos, pequenos comerciantes e industriais, pequenos agricultores e criadores, trabalhadores em geral – votai no candidato do Bloco Operário e Camponês! Elegei Everardo Dias! Todos os votos operários no candidato operário!²²⁴

Abaixo, ainda na parte superior central, vinha um texto legatário de Everardo Dias, que basicamente colocava-o como o único candidato que poderia lutar de fato por todos os interesses proletários, remetendo de forma sintéticas as temáticas já abordadas durante o período de campanha e buscando mostrar que os outros candidatos não poderiam lutar por esses temas, visto que estavam comprometidos com interesses de classe burgueses.

²²² *As próximas eleições municipais e o proletariado: O Combate entrevista o candidato operário Everardo Dias.* O Combate. São Paulo, 29/10/1928. P. 3. (CEDEM)

²²³ *As próximas eleições municipais e o proletariado: O Combate entrevista o candidato operário Everardo Dias.* O Combate. São Paulo, 29/10/1928. P. 3. (CEDEM)

²²⁴ *Folha do Bloco Operário e Camponês.* O Combate. São Paulo 29/10/1928. P. 5. (CEDEM)

Ao lado esquerdo acompanhava um texto de crítica ao PRP, intitulado “Perrepismo reacionário”, onde o PRP é apresentado como uma demonstração do feudalismo persistente no país, tendo seu reacionarismo comprovado nas várias leis de exceção que aprovadas em nível nacional, sendo a mais recente a Lei Celerada, bem como a perseguição aos comunistas e o fechamento do jornal “*A Classe Operária*”. Também era prova do caráter retrogrado da força política que era o PRP a miséria em que deixavam o proletariado brasileiro, sem nenhuma lei trabalhista cumprida. Para o BOC-SP

É que o perrepismo não passa de uma estratificação oligárquica da burguesia agrária e industrial de São Paulo; a expressão política que melhor caracteriza a ditadura política no Brasil.

Os fazendeiros, industriais e comerciantes em sua grande maioria, prestigiam o PRP, não só porque esse partido está no poder – mas sobretudo, porque ele procura, por todos os meios defender os seus interesses de classe contra as pretensões dos trabalhadores²²⁵.

Do outro lado da Folha, na parte superior direita, vinha uma crítica ao Partido Democrático intitulada “Oportunismo Democrático”, que justificava o motivo de os trabalhadores paulistas terem apoiado até a pouco o Partido Democrático pela ausência de um partido legitimamente operário em São Paulo deixando para o PD a posição de único partido de oposição ao PRP. Agora, com a existência do Bloco Operário e Camponês, os operários não precisavam mais prestar apoio aos democráticos, tinham seu próprio partido e, além disso, os democráticos demonstraram sua traição aos “ideais da revolução de 1924”. O texto passa a discorrer sobre a atuação do Partido Democrático nas câmaras federais e estaduais, mostrando que em todas as ocasiões em que poderia ter se diferenciado substancialmente do Partido Republicano, defendendo pautas populares, ele não o fez: não se opuseram a Lei Celerada, não defenderam a anistia dos tenentistas e dos militantes do movimento operário, não defenderam as leis contra a carestia de vida. Por fim, diz o BOC-SP, os democráticos também não aprovaram nenhum projeto que beneficiava efetivamente o proletariado. Dessa forma, concluem:

Todos esses recuos só tem servido para intensificar, mais e mais a reação perrepista a ponto de já ter sido instituída em São Paulo e no Rio a mais franca ditadura policial.

²²⁵ *Perrepismo reacionário*. O Combate. São Paulo, 29/10/1928. P. 5 (CEDEM)

O que significa, tudo isso, da parte do Partido Democrático? A mais deplorável covardia política! Manifestação visível de oportunismo burguês de seus dirigentes.

Poderão, acaso, os trabalhadores de São Paulo continuar a se iludir com semelhantes políticos?²²⁶

Além do já mencionado resultado do debate entre Plínio e a CCE depois das eleições de fevereiro, também é digno de nota que enquanto naquele debate o PRP ainda aparecia como partido da burguesia agrária e o PD como partido da burguesia industrial, agora ambos os partidos são partidos da “burguesia agrária e industrial”, diferenciando-se apenas por questões ideológicas: o primeiro era conservador e o segundo liberal.

A *Folha do Bloco Operário e Camponês* ainda trazia em sua parte inferior esquerda uma pequena biografia de Everardo Dias, salientando sua trajetória militante ligada ao movimento operário. Fundador do jornal *Livre Pensador*, fundador de um Partido Operário, representante na Confederação Operária Brasileira (COB) em 1912, grevista pela União dos Trabalhadores Gráficos em 1917, preso em 1919 e 1924 por sua ligação com o movimento operário e tenentista, sua participação no jornal “*A Voz do Povo*”,²²⁷.

Mais à direita da página, ainda era reproduzida uma entrevista de Everardo Dias para o jornal *Diário da Noite*, também pertencente ao Partido Democrático, em que Everardo repetia as mesmas coisas que disse ao *O Combate*, a saber, que os operários da capital paulista não tinham até então um partido operário para votar, então por isso colaboravam sem querer com os interesses de classe da burguesia ao votar no PRP e no PD, mas que com o BOC-SP o quadro se modificava, expos o programa do BOC e contou com a confiança na mobilização e organização da classe operária para conseguir se eleger e lutar pelo programa do BOC na câmara legislativa²²⁸.

O restante da *Folha do Bloco Operário e Camponês* era preenchida com chamado designados a cada uma das categorias de trabalhadores citadas no subtítulo da página. Desses chamados, os mais extensos eram endereçados aos operários das fábricas de tecidos, por serem a categoria mais numerosa da cidade, e para os operário da Light.

²²⁶ *Oportunismo Democrático*. O Combate. São Paulo, 29/10/1928. P. 5. (CEDEM)

²²⁷ *Quem é Everardo Dias?* O Combate. São Paulo, 29/10/1928. p.5. (CEDEM)

²²⁸ *O que disse ao Diário da Noite o candidato operário Everardo Dias*. O Combate. São Paulo, 29/10/1928. P. 5. (CEDEM)

Os dois chamados apelam para as condições de vida e de trabalho dos operários destes ramos, apelam também para a importância e para o peso numérico dessas duas categorias. No caso particular dos operários da Light, há ainda uma argumentação que diz respeito a questão do transporte público vinculando-a ao imperialismo norte-americano.

Mas os bairros proletários é que tem os carros piores, os mais velhos, os mais sujos, os mais incômodos. Quando chove, a água entra por todos os lados; o teto está fendido e goteja água sobre os passageiros; quando faz frio, as cortinas bambas, emperradas, deixam passar o vento que gela quem vai dentro. Se a viagem do passageiro já é um suplício, imagine-se o que não sofrerão o condutor e o motorneiro, obrigados a receber sem o menor resguardo, os látégos da chuva ou o fustigar inclemente da ventania gelada!

Mas, que interessa isso aos srs. Burgueses da Light?

Que se importam eles por seus escravos do Brasil, que os seus clientes do Brasil padeçam horrores – desde que eles vivam bem acomodados em seus confortáveis palácios e passeiem com todas as delícias em seus magníficos automóveis.

O que os banqueiros imperialistas americanos querem é que a empresa renda muito, que as ações da Companhia alcancem bom dividendo para eles passarem uma vida regalada e despreocupada...²²⁹

Defende então que é tarefa da câmara dos vereadores rever o contrato com a Light, o que não poderia ser feito pelos candidatos burgueses, mas apenas pelo candidato operário do Bloco Operário e Camponês de São Paulo, Everardo Dias²³⁰.

A campanha do BOC-SP nas eleições municipais de outubro de 1928 ainda contou com cartazes alegóricos afixados em bairros operários, distribuição de boletins com o programa de reivindicações do BOC²³¹ e aproximadamente 5.000 cédulas²³², bem como a distribuição de panfletos. Foram realizados 5 comícios durante toda a campanha, feitos em locais de concentração popular, como o Largo da Luz e da Concórdia²³³.

Todas as atividades foram custeadas com as listas de subscrições, empréstimos²³⁴ e com a ajuda de 200\$000 réis fornecidos por Astrojildo Pereira, que

²²⁹ SARZEDAS, José. *A Light e os operários: o transporte em S. Paulo, além de caro, é incomodo*. O Combate. São Paulo, 29/10/1928. P. 5. (CEDEM)

²³⁰ SARZEDAS, José. *A Light e os operários: o transporte em S. Paulo, além de caro, é incomodo*. O Combate. São Paulo, 29/10/1928. P. 5. (CEDEM)

²³¹ DIAS, E. *Carta aos Camaradas do C.C.E do B.O.C*. São Paulo, 04/11/1928. (CEDEM)

²³² MELLO, P. *Bloco Operário e Camponês*. O Combate. São Paulo, 31/10/1928. P. 5. (CEDEM)

²³³ *Bloco Operário e Camponês: O que foram os comícios de ontem*. O Combate. São Paulo, 15/10/1928. P. 6. (CEDEM)

²³⁴ BOC-SP. *As Eleições Paulistas e o B.O.C*. São Paulo, 18/11/1928. (CEDEM)

passou por São Paulo enquanto viajava a caminho de Buenos Aires para submeter ao Secretário Sul-Americano da Internacional Comunista os projetos propostos para a discussão do III Congresso do PCB²³⁵.

Segundo relatório que Everardo Dias mandou a CCE do BOC, o trabalho de propaganda foi feito com “eficiência e entusiasmo” e só não houve maior número de comícios por proibição da polícia que “sob pretexto de incidentes com fascistas impediu automaticamente os comícios eleitorais, declarando que estes só se poderiam fazer sob seu consentimento”²³⁶, de forma que todos os comícios realizados pelo BOC-SP foram clandestinos.

No dia 30 de outubro, dia das eleições, figuravam na primeira página de *O Combate* toda a sorte de eventualidades que marcavam as eleições da Primeira República, dentre elas, um tiroteio e roubo de urnas.

Cerca de 12 horas, quando era intenso o movimento eleitoral no Cambucy, um grupo de indivíduos provocou o estabelecer do tumulto, a que se seguiu um forte tiroteio.

Esse grupo, penetrando na primeira sessão, dali arrebatou urnas e livros, fugindo a seguir²³⁷.

O noticiário ainda relatava o ferimento a golpes de arma do sub-delegado Guilherme de Moraes e do empregado do comércio, Pereira Chaves. Ao lado, outra notícia conta que a própria equipe do jornal *O Combate*, ao comparecer ao distrito eleitoral do Bom Retiro, fora intimidada pela polícia²³⁸.

O jornal do Partido Democrático, *O Diário Nacional*, no dia 31/10/1928, continha uma matéria para cada distrito eleitoral do dia anterior, e em cada uma delas, a presença dos mais variados tipos de fraudes eleitorais: mesários que votavam pelos eleitores, urnas preenchidas antes do começo do pleito, mesas clandestinas nos colégios eleitorais, eleitores perrepistas que votavam várias vezes e em vários distritos (os

²³⁵ Ata da reunião da C.C.E do PCB. Rio de Janeiro, 30/09/1928. (CEDEM)

²³⁶ DIAS, E. *Carta aos Camaradas do C.C.E do B.O.C.* São Paulo, 04/11/1928. (CEDEM)

²³⁷ *No Cambucy: Um tumulto – fortes tiroteios – urnas e livros que são roubados, o subdelegado Guilherme de Moraes está ferido.* O Combate. São Paulo, 30/10/1928. P. 1. (CEDEM)

²³⁸ *Uma visita aos colégios eleitorais.* O Combate. São Paulo, 30/10/1928. P. 1. (CEDEM)

chamados fósforos) e, por fim, a compra de eleitores a troco de chopp²³⁹. Sobre o papel da polícia e a presença dos operários no pleito, o jornal deixa anotado que

A tarde, o sentimento predominante na população paulistana era de franca repulsa pelos recursos indecorosos que o P.R.P. ainda ousa aplicar nas eleições, burlando a lei, engazopando votantes, impondo a pobres operários de fábrica o sufrágio dos candidatos oficiais, com a intimativa da perda de emprego no caso de recalcitrância. O Bom Retiro, esse nem parecia, ontem, em dia de eleição, mas em hora de revolução. Nas imediações, no interior do grupo “Marechal Deodoro”, à rua dos Italianos, em prédio fronteiro a esse estabelecimento de ensino, o que se viam eram forças da polícia, secreta e “grilos”, todos armados²⁴⁰.

De modo geral, a imprensa da cidade concordava sobre o caráter do pleito, e a *Folha da Manhã* chegou a afirmar que “nunca houve, em S. Paulo, sob nenhum dos últimos governos que nos tem arruinado, eleição mais escandalosa”²⁴¹. O jornal carioca *Correio da Manhã* publicou uma matéria sobre como a imprensa paulista abordou as eleições e, com exceção de órgãos ligados ao PRP, como o *Correio Paulistano*, os relatos sobre as fraudes eleitorais era unânime²⁴². Nestas eleições, apenas candidatos do Partido Republicano foram eleitos, e Everardo Dias, do Bloco Operário e Camponês, recebeu apenas 44 votos.

O número diminuto de votos obtido pelo candidato operário ameaçava dar ao BOC-SP uma demonstração de fraqueza política que era a possibilidade que assombrava os comunistas de São Paulo em relação as eleições desde quando Everardo Dias conversou com Astrojildo sobre criar o BOC em SP em 1927. Tal situação levou os principais representantes do BOC-SP a se pronunciarem rapidamente. Plínio Mello falou a *O Combate*

Não fomos derrotados, e, sim, roubados. A votação apurada para a candidatura do Bloco Operário não pode ser levada absolutamente em consideração por ninguém que tenha bom senso. Com a agitação e a propaganda que fizemos nestes últimos tempos em torno do programa do BOC e dos objetivos do nosso candidato, caso fosse eleito para a Câmara Municipal – não era demais esperarmos do resultado do pleito, ao menos uma demonstração de força política. Mas, os nossos inimigos temeram a ascendência do proletariado na vida política de São Paulo, resolveram, por isso, se apropriar dos nossos votos, ou no mínimo, subtraí-los da apuração. Como estamos no regime da fraude isso não é de estranhar... Com a propaganda e a distribuição de cédulas (5000!) que fizemos podíamos esperar

²³⁹ *As eleições no interior e na capital: lama, sangue e vergonha recaem sobre a civilização de São Paulo*. Diário Nacional. São Paulo, 31/10/1928. P. 3. (BNDigital)

²⁴⁰ *As eleições no interior e na capital: lama, sangue e vergonha recaem sobre a civilização de São Paulo*. Diário Nacional. São Paulo, 31/10/1928. P. 1. (BNDigital).

²⁴¹ *A Volúpia da Fraude*. Folha da Manhã. São Paulo, 31/10/1928. P. 3. (Acervo Online Folha de São Paulo)

²⁴² *As eleições paulistas*. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 01/11/1928. P. 2. (BNDigital).

aproximadamente perto de 500 votos. Pois bem, a máquina eleitoral do PRP não conseguiu apurar nem a centésima parte das cédulas que distribuímos²⁴³.

Para Plínio Mello, os membros do BOC-SP confiaram demais no seu trabalho de propaganda e descuidaram da capacidade do adversário em burlar as regras eleitorais para obter a vitória. De tal forma, a derrota apresentava-se como uma vitória na medida em que ficava o aprendizado para uma ação mais qualitativa nas próximas eleições. Acima disso, estava para ele a importância do Bloco Operário e Camponês ter aparecido no cenário político como partido dos trabalhadores, defendendo seus interesses de classe e com uma política independente²⁴⁴.

Everardo Dias também deu declaração no mesmo sentido, atribuindo a razão da baixa quantidade de votos que recebeu à máquina eleitoral farsesca do PRP, que segundo ele, sabia não apenas multiplicar eleitores mas também subtrair votos, e da mesma forma, reforçou que ficava a experiência do pleito e a importância de lançar o BOC como força no cenário político²⁴⁵.

Em rumo diferente foi a declaração de Aristides Lobo que afirmava ser a falta de consciência de classe do operariado paulistano o principal motivo para a derrota do candidato do BOC. Para Lobo, as eleições de outubro de 1928 demonstram que “os trabalhadores de São Paulo não possuem, em sua quase totalidade, a menor consciência de classe”²⁴⁶. Para ele, o PRP roubou do BOC ao menos 150 votos, mas mesmo que o total de 200 votos esperados fossem contabilizados, isso continuaria sendo prova da baixa consciência de classe do proletariado. Os principais culpados pela falta de consciência de classe, diz Aristides Lobo, são o PRP e o PD, mão direita e mão esquerda da burguesia: enquanto a mão direita (PRP) oprime e rouba os trabalhadores, a mão esquerda (PD) lhes alisa a cabeça e prometem mundos e fundos.

Assim o eleitorado pobre de São Paulo acostumou-se a votar nos parasitas de seu suor. Acostumou-se a eleger candidatos burgueses. Acostumou-se com a estabilização da sua miséria²⁴⁷.

Por fim, Aristides encerra seu texto afirmando o papel da vanguarda operária em conscientizar e organizar o proletariado.

²⁴³ MELLO, P. Bloco Operário e Camponês. O Combate. São Paulo, 31/10/1928. P. 5. (CEDEM)

²⁴⁴ MELLO, P. Bloco Operário e Camponês. O Combate. São Paulo, 31/10/1928. P. 5. (CEDEM)

²⁴⁵ *As eleições paulistas*. Correio da manhã. Rio de Janeiro, 01/11/1928. P. 2. (BNDigital)

²⁴⁶ LOBO, Aristides. *Verdade que se confirma*. O Combate. São Paulo, 03/11/1928. P. 2. (CEDEM)

²⁴⁷ LOBO, Aristides. *Verdade que se confirma*. O Combate. São Paulo, 03/11/1928. P. 2. (CEDEM)

O caso teria passado sem maiores repercussões, se não fosse pela publicação nas páginas de *O Combate* no dia 03 de novembro, de um texto de autor anônimo, assinado por “R.L”, cujo título era “Em torno das eleições municipais: A falência do BOC – Ou isso, ou então Everardo Dias não é da simpatia do operariado paulista”. O título já enunciava o que o texto defendia essencialmente, mas o importante de seu conteúdo é a argumentação de R.L. que buscava escancarar a fraqueza e a contradição existencial básica do BOC-SP

Porque é de todos inconcebível que no centro mais industrial do Brasil, onde, por exemplo, mourejam, no mínimo 50 mil operários, tenha tido um candidato de uma organização das classes laboriosas, apenas 44 votos!

[...]

A associação dos gráficos conta com um número de aproximadamente 2 mil associados, ao que nos parece. Bastava, portanto, o voto destes, com a ajuda, por pouco que fosse, de outras classes, para o sufrágio do nome de Everardo Dias.

Ao que se vê, no entanto, do número de votos que ele teve nem os próprios elementos do Bloco Operário e Camponês compareceram as urnas para elegê-lo vereador. Foram votos dados apenas pelos seus fiscais nas varias seções eleitorais da capital.

Fraude? Mas, por muito que ela tenha campeado, a despeito da fiscalização rigorosa, o número de votos de Everardo Dias deveria ser bem mais compensador²⁴⁸.

A resposta do BOC-SP veio três dias depois pela pena de Moacyr Nogueira, que fez pouco caso das afirmações de R.L, dizendo que é do conhecimento de todos que o operariado de São Paulo não tem consciência de classe e por isso não votou no candidato do BOC, mas que a ausência de consciência de classe do operariado paulista justificava a existência do BOC, pois ele tinha o dever de criar no operariado a tal consciência de classe.

Nogueira também apelava para outros fatores para justificar a derrota: curto tempo de vida do Bloco Operário e Camponês em São Paulo, ausência de dinheiro para propaganda e demais atividades, perseguição policial, citando as prisões sofridas pelo BOC em fevereiro. Informa ainda que os comícios realizados pelo BOC-SP durante o período de campanha foram realizados “com uma série interminável de dificuldades de toda sorte”. Acusa R.L de ser mal informado por não ter lido nos jornais as declarações dos representantes do BOC-SP sobre as eleições, que para ele, já respondiam boa parte

²⁴⁸ R.L. *Em torno das eleições municipais: A falência do Bloco Operário e Camponês – Ou isso, ou então Everardo Dias não é da simpatia do operariado paulista*. *O Combate*. São Paulo, 03/11/1928. P. 3.

das afirmações que o mesmo fizera, inclusive que o principal objetivo do BOC era aparecer como fator da luta de classes no campo eleitoral, e não propriamente a vitória. Termina o texto dizendo que “Não será a carta... falsa do sr. R.L. que virá jogar por terra o edifício pequeno, mas sólido, da organização política dos trabalhadores em S. Paulo”²⁴⁹.

No dia 08 de novembro, sai outro texto em defesa do BOC, de autoria de A. Paulino que, basicamente, repete os argumentos de Moacyr Nogueira, reafirma os princípios do Bloco: a política independente de classe, guiada pelo movimento de massas e não por indivíduos, acusando R.L de fazer as declarações que fez, justamente por julgar Everardo segundo essa lógica da política individual. Cita Mauricio de Lacerda, que havia declarado a imprensa carioca que o espantoso não é que Everardo tenha perdido a eleição, e sim que não o tivessem matado, visto que o delegado paulista Ibrahim Nobre já havia sentenciado Everardo a prisão uma vez²⁵⁰.

No dia 10 de novembro, R.M (aparentemente a letra “L” do nome, publicada na primeira matéria, estava errada) publica uma tréplica aos membros do Bloco Operário e Camponês de São Paulo onde deixa dito que mesmo sendo a candidatura de Everardo uma questão de inaugurar a participação da classe operária no campo eleitoral, não deixa de gerar surpresa que “uma agremiação que diz contar com centenas ou milhares de associados, não tenha dado ao seu candidato nem o voto apenas da gráfica”²⁵¹, remetendo-se a União dos Trabalhadores Gráficos, filiada ao BOC-SP e da qual Everardo Dias fazia parte.

Para R.M, o lançamento do candidato operário não serviu de estímulo ao operariado de São Paulo, ao contrário, a derrota de Everardo teria sido tão grande que “arrefeceu até fornalhas!” Portanto, “não foi feliz o Bloco lançando um candidato a título de exemplo, quando esse candidato, pelo que se vê, logrou apenas o número de votos das pessoas do Bloco que andaram fiscalizando as várias seções eleitorais da capital”.

²⁴⁹ NOGUEIRA, M. *Em torno das eleições municipais: a propósito de uma carta... falsa*. O Combate. S. Paulo 06/11/1928. P. 5 (CEDEM).

²⁵⁰ PAULINO, A. *Em torno das eleições municipais: A falência do Bloco Operário e Camponês – ou isso, ou Everardo Dias não é da simpatia do operariado paulista*. O Combate. São Paulo, 08/11/1928. P. 6. (CEDEM).

²⁵¹ R.M. *Em torno das eleições municipais: A falência do Bloco Operário e Camponês – ou isso, ou Everardo Dias não tem a simpatia do operariado paulista*. O Combate. São Paulo, 10/11/1928. P. 4. (CEDEM).

Sobre a questão da consciência de classe, tão invocada pelos representantes do BOC-SP, R.M diz que o operariado paulista pode até não ter consciência de classe, mas

Ponhamos os pauzinhos nos lugares e convençamo-nos, eu e o Bloco de que o operariado da capital pode não ter consciência de classe, mas sabe fazer greves, pedir aumento de salário e diminuição de horas de trabalho.

Conclui-se, portanto, que o proletariado paulistano, esse proletariado que, apesar de tudo sabe ler e lê de fato jornais, pode não ter consciência de classe, mas, talvez mais do que eu e o Bloco, tem muita consciência do que faz e do que fez...²⁵²

Desta vez coube a Plínio Mello responder R.M, e o fez com agressividade ausente no texto de seus antecessores. Plínio, além de cobrar R.M pelo seu anonimato, o chama de “lacaio da burguesia”, perrepista que “solta grunhidos de sandices”. Apesar de raivoso, o texto de Plínio é importante por fornecer informações preciosas sobre o pleito. Seu argumento principal contra R.M é de que a derrota de Everardo Dias se deu principalmente por causa da farsa eleitoral

Everardo conseguiu, no mínimo, 500 votos. Temos certeza disso, não só pelos resultados atribuídos a ele e que constam de alguns boletins fornecidos a fiscais democráticos, como também em virtude do testemunho do pessoal de companheiros que votaram em determinadas seções e cujos votos não foram apurados, ou caso contrário, o foram para os candidatos da burguesia.

Sobre a fiscalização empreendida pelo BOC-SP nas seções eleitorais do dia 30, Plínio diz

É preciso que se saiba o seguinte: O BOC, confiando em que a fiscalização democrática, dados os propósitos regeneradores desse partido, seria bastante para evitar as fraudes perrepistas, não se preocupou tanto com a fiscalização do pleito como com a propaganda e distribuição de cédulas nos colégios eleitorais; por isso, destacou apenas alguns fiscais, 6 ou 7, para as seções mais importantes. Na hora da apuração, porém, os perrepistas acharam que seria mais prático aumentar com os sufrágios de Everardo a votação de seus próprios candidatos; e, é necessário que se deixe bem frisado, tiveram como auxílio nessa transação a cumplicidade dos fiscais democráticos, que, não só se abstiveram de protestar devidamente, como até, segundo informações seguras que tivemos, em certas seções chegaram a ‘rachar’ a votação obtida por Everardo Dias e Arlindo Amaral.

Levando em consideração essas informações do pleito, Plínio Mello conclui que a crítica de R.M só poderia ser de má fé. Plínio declara que o BOC está mais vivo do que nunca e continuará sua obra. Reafirma que o operariado de São Paulo já

²⁵² R.M. *Em torno das eleições municipais: A falência do Bloco Operário e Camponês – ou isso, ou Everardo Dias não tem a simpatia do operariado paulista*. O Combate. São Paulo, 10/11/1928. P. 4. (CEDEM).

demonstrou a simpatia que tinha por Everardo Dias em diversas vezes de sua trajetória militante e, por fim, avisa ao “burguezóide anônimo” que aqueles que se encontram a frente do BOC não irão mais responder as suas “sandices mal intencionadas”, o que não foi factual, pois depois da próxima resposta de R.M (que revelou-se pelo nome Robespierre Mello), ainda tiveram respostas de Aristides Lobo e do próprio Everardo Dias, que pôs termo a questão pelo lado do BOC.

O texto de Robespierre saiu nas páginas de “*O Combate*” no dia 22 de dezembro e não apresenta resposta direta aos argumentos de Plínio Mello. Entretanto, apresenta tantos outros argumentos a favor de sua tese inicial a respeito do BOC, Everardo Dias e as eleições do dia 30 de outubro. Depois de fazer mea culpa, dizendo-se também ligado ao movimento operário sendo até “um dos fundadores de uma união trabalhista”, Robespierre afirma que por experiência própria sabe que “nosso operariado é o mais desinteressado pela própria organização e pelos conhecimentos dos deveres que o levariam a situação de melhor bem-estar” e que, justamente por ter comprovado isso através da experiência, para Robespierre “essa classe deveria estar em condições mil vezes pior, indigna como é da evolução crescente e da prosperidade de que todas as coletividades humanas aspiram”. Para demonstrar isso, expõe um fato que para ele é um absurdo: a ausência em São Paulo, maior centro industrial da América do Sul, de um jornal próprio da classe operária, que acredita não existir “por não poder manter-se, por não poder contar com os \$200 da venda do exemplar”. Para Robespierre Mello

O operariado da Capital, ele mesmo não quer hoje mais ser operário. Não gosta da associação de classe. E, no entanto é frequentador assíduo de sociedades dançantes que ele funda e mantém, o gosta muito é de ler assuntos de futebol e cinema.

A cocaína do operariado de S. Paulo são hoje, incontestavelmente, o cinema e a dança²⁵³.

E era por isso que para Robespierre o operariado paulista não votou em Everardo Dias. Contudo, ele considera que as poucas organizações operárias existentes em São Paulo continham um grande número de associados, como era o caso da União dos Trabalhadores Gráficos, A União dos Sapateiros e a Associação dos Empregados no Comércio, e então afirma que mesmo o Bloco Operário e Camponês tendo surgido

²⁵³ MELLO, Robespierre. *Em torno das eleições municipais: a falência do Bloco Operário e Camponês – ou isso, ou Everardo dias não é da simpatia do operariado paulista*. *O Combate*. São Paulo, 22/12/1928. P. 6. (CEDEM).

dessas associações, não conquistou o voto de seus membros. Dessa forma, termina seu texto com um conselho ao Bloco Operário e Camponês.

Mas em definitivo: - quer o Bloco conseguir número vantajoso, extraordinário de associados, com que impor os direitos da classe trabalhadora e eleger seus candidatos?

Siga meu conselho: - instale na sua sede, um amplo salão, uma sociedade dançante e um cinema, mas a preço de concorrência com as sociedades dançantes e os cinemas já existentes, e então, quiçá, poderá eu, com muito prazer, acreditar que o Bloco Operário e Camponês seja uma coisa séria...

Do contrário, não passará mesmo, para todos os efeitos, do “Bloco dos 44”!²⁵⁴

A primeira resposta, de Aristides Lobo, dedica seus primeiros parágrafos a chamar Robespierre Mello de serviçal da polícia e de Ibrahim Nobre, afirmando que o sujeito deveria ter algo de pessoal contra Everardo Dias. Apenas depois disso, propõe-se a mostrar que os textos de Robespierre são mentirosos e contraditórios, elencando as mentiras e contradições. Para Lobo, as mentiras são: dizer que o BOC surgiu da Associação de Empregados do Comércio; que Moacyr Nogueira havia dito em seu texto do dia 06 que o BOC havia sofrido repressão policial nas eleições de outubro, quando, de fato disse que isto havia acontecido nas eleições de fevereiro; ter afirmado que o BOC-SP não tinha apoio dos sindicatos; que Everardo recebeu 44 votos quando sabia-se que haviam sido muitos mais. As contradições, por sua vez, seriam: reconhecer a falta de consciência de classe do operariado e espantar-se com a derrota de Everardo; dizer lutar pela classe operária e ao mesmo tempo querer que ela piore de condições de vida. Por fim, Lobo reafirmava que a falta de organização da classe operária paulista davam pertinência a existência do BOC²⁵⁵.

O texto de Everardo Dias, difere dos textos dos outros membros do BOC pela serenidade de não agredir Robespierre com palavras e, ao contrário, dizer “não por em dúvida a boa-fé do jornalista Robespierre”²⁵⁶, interpretando-o apenas como um sujeito que não conseguiu libertar-se da ideologia burguesa. Sendo assim, Everardo declara que são erros de Robespierre apontar as falhas do Bloco Operário e Camponês de uma

²⁵⁴ MELLO, Robespierre. *Em torno das eleições municipais: a falência do Bloco Operário e Camponês – ou isso, ou Everardo dias não é da simpatia do operariado paulista*. O Combate. São Paulo, 22/12/1928. P. 6. (CEDEM).

²⁵⁵ LOBO, Aristides. *Em torno das eleições municipais: As bobagens de Robespierre*. O Combate. São Paulo, 23/11/1928. P. 4. (CEDEM).

²⁵⁶ DIAS, Everardo. *Ainda as eleições de 30 de Outubro e o sr. Robespierre Mello*. O Combate. São Paulo, 29/11/1928. P. 5. (CEDEM).

forma derrotista e não construtiva, declarar falência do Bloco na primeira derrota do mesmo, sugerir para que ele vire clube dançante e dizer que sua propaganda não foi feita sob um ambiente hostil. Everardo ainda lembra que a fraude ocultou centenas de votos que recebera e que os 44 votos devem ser motivos de aumentar a propaganda pelo Bloco Operário e Camponês e não de declarar derrota, como queria Robespierre. Um trecho da resposta de Everardo Dias, em especial, sintetiza o pé em que ficou terminada a discussão para o BOC-SP, tanto em sua crítica a Robespierre Mello, quando na autocrítica da experiência que teve nas duas eleições de 1928.

Achincalhar os operários porque não deram seus votos ao candidato operário, e recomendando ao B.O.C. que se transforme em clube dançante, é, pois, fazer obra puramente policial, é usar do derrotismo tão à feição da burguesia, e que é incompatível com um lutador bem intencionado e até com um liberal sincero. Se o operariado fosse consciente ao ponto em que o sr. R.M esperava que fosse, não só um candidato seria eleito, mas faríamos toda a Câmara, a lei de férias seria um fato, a legislação não seria um engodo, as 8 horas não seriam um ficção e os bairros e subúrbios onde moram não seriam o que são: sujos, descuidados, sem água, sem luz, sem higiene, sem conforto algum; os salários não seriam os salários de fome que hoje são distribuídos, nem as injustiças e brutalidade da parte dos industriais seriam permitidas. Se houvesse um proletariado consciente, não se sujeitaria a um regime de escravidão e de fome, como o que presentemente padece... E é para sair desse estado que lutamos. A massa explorada não nos ouviu no setor político, por meio do B.O.C.? Isso não nos comove em nossas convicções: apenas nos leva a examinar melhor se essa propaganda é útil e trará resultados profícuos ao proletariado. Mas esse é um ponto que só deve ser discutido a seu tempo, e após a devida experiência. As derrotas são para nós sempre grandes e severos ensinamentos, e as vezes também se transformam em formidáveis triunfos²⁵⁷.

Na resposta final de Robespierre Mello, este declara só ter respondido por conta das respostas de alguns membros do BOC que “defenderam seu ponto de vista com visível desespero, fugindo do campo da análise serena ideal para o terreno da lógica do cabo de vassoura”. Em resposta a Aristides Lobo, Robespierre afirma não ter nada contra Everardo Dias, diz não ter mudado de opinião em nada do que havia dito, continua sustentando que o operariado da capital é avesso a organização e afoito as danças e ao cinema, apesar de que “quando, porém, as coisas encrespam para seu lado [...] ele faz greve”, sendo dessa forma, ou indigno de melhores condições de vida, ou muito mais avançado que “o pessoal do Bloco” que tentou fazê-lo de degrau para subir ao parlamento, onde muitos aproveitadores já haviam subido as custas da classe

²⁵⁷ DIAS, Everardo. *Ainda as eleições de 30 de Outubro e o sr. Robespierre Mello*. O Combate. São Paulo, 29/11/1928. P. 5. (CEDEM).

operária. Robespierre ainda diz que o capitalismo estava renascendo na Rússia, critica Lênin e Trotsky e exalta Tolstoi. Termina seu texto dizendo

Pelo fato de eu pensar de modo diferente dos elementos do Bloco e de não ter batido palmas ao seu insucesso nas eleições do outubro último, praticando, no meu direito de crítica, a minha liberdade de pensar e de agir, tenho sido por eles chamado, ocasionalmente, (o termo vem de lá) de laçao da burguesia e da polícia.

Quer dizer que, com eles não há meio termo: - quem não está com o Bloco, não pode ter ideias, e, por conseguinte, está no espeto.

É a intolerância manifesta, enfeitada de cruzada libertadora.

E depois dizem por aí que Janus é falecido!²⁵⁸

O Bloco Operário e Camponês de São Paulo ainda enviou dois relatórios ao Comitê Central do BOC sobre as eleições de outubro de 1928, um no dia 04 de novembro, assinado por Everardo Dias, e outro no dia 18 de novembro, assinado pelo Comitê Regional de São Paulo do Bloco Operário e Camponês. O relatório de Everardo narra sucintamente como foi a escolha do candidato, a propaganda, os comícios e demais atividades de campanha. Sobre o pleito, diz

A procura de chapas foi grande – e, pela espontaneidade e entusiasmo, tudo fazia prever uma votação bonita. Companheiros havia que renunciavam uma vitória esmagadora sobre os próprios candidatos do P.D. Nas rodas populares, heterogêneas, havia igual perspectiva, supondo todos que o candidato operário iria ser sufragado com entusiasmo, prejudicando grandemente o P.D.

No dia das eleições, o nosso trabalho redobrou de intensidade – e devemos confessar – não tivemos gente para acudir aos 25 distritos de paz e 257 seções eleitorais. Como é de calcular, seria preciso que tivéssemos uma organização perfeita e adequada, com numerosos subcomitês para poder atender a tão vasta zona. Carecíamos desse aparelhamento e daí, em grande parte, nossa derrota²⁵⁹.

Everardo ainda contou sobre as fraudes eleitorais do PRP e outras artimanhas da burguesia para corroborar seu partido de preferência: na Primeira República, o dia das eleições era considerado feriado para que todos pudessem comparecer às urnas, ainda assim, Everardo nos conta que todo o comércio estava aberto, de forma que os patrões haviam avisado os operários que “todo aquele que faltasse ao serviço no dia 30 seria

²⁵⁸ MELLO, Robespierre. *Em torno das eleições municipais: a falência do Bloco Operário e Camponês – ou isso, ou então Everardo Dias não é da simpatia do operariado paulista*. O Combate. São Paulo, 08/12/1928. P.4. (CEDEM).

²⁵⁹ Relatório de Everardo Dias ao Comitê Central do BOC: Bloco Operário e Camponês de São Paulo. São Paulo. 04/11/1928. (CEDEM).

despedido”²⁶⁰. As fábricas Matarazzo e Light & Power levaram seus operários de caminhão para votar no Partido Republicano Paulista, obviamente, com o desemprego certo caso não obedecessem. Sobre a apuração que deu o resultado mísero de 44 votos para ele, Everardo relata

A apuração foi uma das mais cínicas indecências. Liam-se as cédulas com nomes trocados, e não se atendia ao que os fiscais alegavam.

Às 4 horas da tarde, no Bom Retiro, sustentava-se, nas palestras, que o candidato operário seria triunfante.

Às 9 horas da noite – ele aparecia com a irrisória votação de 44 votos!

No Cambucy, no Ipiranga, no Bom Retiro, onde devíamos ter muitos votos, pois por ali moravam bastantes eleitores filiados ao B.O.C as cédulas apuradas foram 20 ou 30! Segundo verificou um fiscal nosso, no Cambucy, só numa seção em que ele estava, foi maior o número de votos que o alcançado no total que os srs do P.R.P. nos concederam!

O relatório terminava afirmando que apesar do resultado desanimador, a experiência os qualificava para os pleitos vindouros.

O segundo relatório, feito pelo Comitê Regional de São Paulo do BOC no dia 18 retomava todos os problemas que o BOC-SP passara durante o ano e no qual já abordamos usando-o como fundamento inicial. Repete, de forma mais ou menos parecida, o que já havia sido relatado por Everardo a respeito da campanha, a propaganda, os comícios e etc. A novidade ficava com um novo número de estimativa de votos e mais um relato sobre a apuração.

Diante do nosso esforço e apesar de não termos feito alistamento de eleitores, podíamos contar, na pior das hipóteses, com um mínimo de 300 votos para nosso candidato.

Não foi, entretanto, o que se verificou. Os jornais acusaram apenas um total de 44, a princípio, e de 82 – após a apuração.

Indubitavelmente, a fraude vergonhosa e deslavada imperou em todos os colégios eleitorais. A deficiência de fiscalização, da nossa parte, contribuiu decerto, para que os nossos votos fossem amigavelmente distribuídos entre os candidatos da burguesia ou deixassem de ser apurados. Segundo informações fidedignas que nos foi possível obter, uma série de irregularidades de toda sorte se operou, com o fito indisfarçável de prejudicar a candidatura do B.O.C. E assim foi em todos os distritos em que não havia fiscais nossos: na Sé, tivemos 14 votos “rachados” entre o P.D. e o P.R.P.; na Saúde, foram reduzidos a 1 os 22 votos que acusavam os boletins fornecidos; no Cambucy, foram anulados cento e tantos, por terem roubado a urna e o livro de atas; no Bom Retiro, devido à constituição de mesas ilegais, perdemos os votos de 17 eleitores, sem contar não pequeno número de trabalhadores incautos, a quem o dedicado servidor do governo – o Major

²⁶⁰ *Relatório de Everardo Dias ao Comitê Central do BOC: Bloco Operário e Camponês de São Paulo. São Paulo. 04/11/1928. (CEDEM).*

Molinaro – amedrontara com a velha história do arregalado “olho de Moscou”; em vários outros colégios, em que tínhamos a certeza de obter votação, como na Bela Vista, não nos foi contado um só voto!

Desse modo, o proletariado foi miserável e escandalosamente roubado – também no terreno eleitoral – pela burguesia dominante²⁶¹.

O relatório ainda criticava a consciência de classe dos operários de São Paulo e a própria militância da vanguarda do BOC por serem culpados pela derrota. Terminavam o relatório parabenizando o BOC do Rio por terem conseguido eleger Octávio Brandão e Minervino de Oliveira a intendentess municipais, mas não sem antes fazerem um pedido.

São Paulo está assim. A intervenção enérgica do C.C. do Bloco é, agora mais do que nunca, uma necessidade que se reclama. Precisamos de militantes ativos e capazes que nos auxiliem. Uma cidade, como esta, em que a indústria atinge um desenvolvimento excepcional, merece toda a atenção da vanguarda²⁶².

E assim, depois de mais uma atuação polêmica nas eleições de outubro de 1928, a seção paulista do PCB veio a tornar-se pauta no III Congresso do Partido Comunista do Brasil.

A derrota do BOC-SP nas eleições, apesar de ser explicada publicamente por seus representantes sempre como decorrência da fraude perrepista e da pouca consciência de classe do operariado paulista, deveu-se, sobretudo, a deficiente organização do BOC naquela cidade, e seus membros expressam plena consciência disso nos relatórios ao Comitê Central.

Para que se tenha maior dimensão do quanto foi ausente um trabalho racionalizado de longo prazo que tivesse como objetivo a vitória eleitoral no dia 30 de outubro de 1928, basta comparar a preparação prévia feita em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde o BOC conseguiu eleger dois intendentess municipais.

No Rio de Janeiro, foram formados entre os anos de 1927 e 1928 uma série de organizações vinculadas a sindicatos e comitês de bairro que tinham como principal tarefa fazer a propaganda do programa do BOC e realizar o alistamento dos trabalhadores como eleitores do BOC. Eram os chamados Comitês pró-Bloco Operário que existiram em várias categorias de trabalhadores. Apesar da existência de alguns desses comitês em São Paulo, todas as informações fornecidas pelos dirigentes do BOC-

²⁶¹ Comitê Regional do BOC. *As eleições paulistas e o BOC*. São Paulo, 18/11/1928. (CEDEM).

²⁶² Comitê Regional do BOC. *As eleições paulistas e o BOC*. São Paulo, 18/11/1928. (CEDEM).

SP em suas cartas para Astrojildo ou para o CCE e até mesmo em declarações para imprensa (já citadas acima), afirmam que não foi executado um trabalho de alistamento de eleitores. No Rio, por outro lado, esses comitês, que funcionavam na sede do BOC na Praça da República, executaram um exaustivo trabalho de alistamento e propaganda por todo o ano de 1928.

A ausência de um trabalho de alistamento consistente de longo prazo se manifestava no discurso dos representantes do BOC-SP como uma completa abstração em relação ao que imaginavam de seu eleitorado. Enquanto os comunistas de Santos ou do Rio de Janeiro estimavam aproximadamente a quantidade de votos que podiam receber de acordo com o número de eleitores que haviam alistado, os comunistas de São Paulo, por não terem efetuado esse trabalho, não tinham ideia de quantos eleitores poderiam ter e eram obrigados a deduzir a estimativa através da quantidade de operários que moravam na capital paulista e então subtraindo deste número contingentes que não obedeciam a critério algum, como pode ser visto na já citada entrevista de Everardo Dias para *O Combate* na véspera das eleições²⁶³.

Diferentemente das outras organizações partidárias da Primeira República que funcionavam apenas nas vésperas das eleições, como destacou Karepovs, o BOC no Rio de Janeiro criou uma organização política permanente e com visão de longo prazo, objetivando criar um eleitorado próprio e com perspectiva de conquistar militantes para a causa comunista²⁶⁴.

O BOC-RJ trabalhou por todo o ano de 1928 na criação e promoção da figura pública de Octávio Brandão, fazendo com que estivesse sempre presente e tendo fala de destaque nos comícios, debates, festivais e outros atos públicos, bem como em seu trabalho de propaganda e alistamento diário de eleitores na sede do BOC. Como vimos acima, o mesmo processo não existiu com Everardo Dias, que teve sua candidatura decidida de última hora e depois de conflitos internos no BOC-SP.

A campanha do BOC-RJ começou no fim de agosto de 1928, fazendo comícios quase diariamente na porta das fábricas, oficinas e principais locais de trabalho da

²⁶³ *As próximas eleições municipais e o proletariado: O Combate entrevista o candidato operário Everardo Dias.* O Combate. São Paulo, 29/10/1928. P. 3. (CEDEM)

²⁶⁴ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil.* Tese de doutorado em História apresentada a USP, 2001. P. 332.

cidade. Consta que foram realizados 59 comícios²⁶⁵. A campanha do BOC-SP começou praticamente um mês depois, no fim do mês de setembro, contou com apenas 5 comícios nos quais em ao menos dois Everardo Dias estava ausente. Poderia se argumentar que a dificuldade do BOC-SP se dava por conta da perseguição policial, mas o BOC-RJ estava na mesma situação, tendo seus comícios sido todos ilegais. Além do número muito maior, os comícios levados a cabo pelo BOC no Rio de Janeiro contavam com um preparo que, ao que tudo indica, inexistia nos comícios do BOC-SP: eram previamente preparados por visitas de militantes e dos candidatos as fábricas e demais locais de trabalho para se levantar informações da condição de vida de trabalho específicas de cada lugar, para que dessa forma, o discurso estivesse construído para servir especificamente ao público do local em que iria acontecer²⁶⁶.

Além dos comícios, haviam os festivais, como os promovidos pelo Comitê Eleitoral dos Ferroviários, destinados a reunir operários e suas famílias e que combinavam discursos dos candidatos e demais militantes do BOC com teatro, baile familiar e show de bandas de jazz²⁶⁷. Em São Paulo o BOC-SP tentou algo parecido na sede da União dos Trabalhadores Gráficos, mas foi impedido pela polícia²⁶⁸.

Diferentemente do BOC-SP, o BOC-RJ contava com grande número de militantes e apoiadores que se incumbiram de distribuir e afixar os materiais impressos de propaganda: folhetos, jornais da “*A Classe Operária*” por meio do qual o BOC fazia sua propaganda, cartazes de diversos tamanhos, manifestos e folhas volantes. Segundo depoimento de Octávio Brandão, foram 262.000 exemplares²⁶⁹. No caso do BOC-SP não se tem informação da quantidade de cartazes e folhetos fixados e distribuídos, mas lembrando o depoimento de Plínio Mello ao “*O Combate*”, houve a distribuição de 5000 cédulas para votar em Everardo Dias²⁷⁰. Contudo, não é absurdo afirmar que a propaganda do BOC-SP foi menor, visto que temos a informação de que o BOC-RJ teve

²⁶⁵ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil*. Tese de doutorado em História apresentada a USP, 2001. P. 349.

²⁶⁶ Octávio Brandão. Depoimento, 1977. P. 39.

²⁶⁷ *Operários e Lavradores: Grandioso Festival*. A Esquerda. Rio de Janeiro, 15/09/1928. P. 4 (BNDigital)

²⁶⁸ *A polícia e os operários: O Bloco Operário e Camponês não obteve licença para realizar um festival*. *Diário Nacional*. São Paulo, 08/07/1928. P. 12. (BNDigital)

²⁶⁹ BRANDÃO, Octavio. *Combates e Batalhas Volume I*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. P.

²⁷⁰ MELLO, P. Bloco Operário e Camponês. *O Combate*. São Paulo, 31/10/1928. P. 5. (CEDEM).

um custo de sete contos de réis na campanha²⁷¹, enquanto o BOC-SP contou apenas com os 200 mil réis doados por Astrojildo Pereira.

Outro ponto de comparação importante é a fiscalização feita as eleições. O PCB no Rio de Janeiro colocou todo o seu contingente de militantes para fiscalizar as 242 seções distribuídas pelos dois distritos eleitorais, ao mesmo tempo que publicou e difundiu 20.000 cópias chamando os trabalhadores a ajudar na fiscalização das eleições e montou delegações de operários para ir aos jornais exigir que os representantes do BOC dessem entrevistas protestando contra as manobras que poderiam impedir os intendentess operários de assumir seus cargos²⁷².

No extremo oposto, o BOC-SP, frente à falta de militantes (segundo seu relatório a CCE) para fiscalizar as 257 seções espalhadas pela cidade de São Paulo, “não se preocupou tanto com a fiscalização do pleito como com a propaganda e distribuição de cédulas nos colégios eleitorais; por isso, destacou apenas alguns fiscais, 6 ou 7, para as seções mais importantes” e resolveu confiar “em que a fiscalização democrática, dados os propósitos regeneradores desse partido, seria bastante para evitar as fraudes perrepistas”²⁷³, abrindo flanco para que perrepistas e democráticos dividissem entre si os votos de Everardo Dias em um contexto de eleições notoriamente fraudulentas. Uma demonstração de ingenuidade política que ao mesmo tempo poderia demonstrar também uma confiança imerecida nos democráticos que sobreviveu a discussão com a CCE do PCB em torno das eleições de fevereiro.

1.5 – A experiência eleitoral dos comunistas em São Paulo.

O BOC-SP ainda participou das eleições de março de 1930 lançando Arestides Lobo para deputado federal, mas neste período o PCB estava sofrendo por todo país severa repressão policial, de modo que a campanha de Lobo não pode ser levada a cabo, sendo ele mesmo preso e expulso de São Paulo logo no começo do pleito. O mesmo aconteceu com os candidatos do BOC em Petrópolis, Santos, Ribeirão Preto, Sertãozinho e Catanduva²⁷⁴. No Rio de Janeiro, o candidato à presidência da república

²⁷¹ S. A. A vida do Bloco Operário e Camponês. Rio de Janeiro, dezembro de 1928. P. 4. (CEDEM).

²⁷² KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil*. Tese de doutorado em História apresentada a USP, 2001. P. 360.

²⁷³ Comitê Regional do BOC. As eleições paulistas e o BOC. São Paulo, 18/11/1928. (CEDEM).

²⁷⁴ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 338.

pelo BOC, Minervino de Oliveira, também foi preso juntamente com Paulo de Lacerda e Mário Grazzini.

Além da repressão policial, o BOC havia sofrido críticas pesadas na Primeira Conferencia do Secretariado Sul Americano da Internacional Comunista, tido como um desvio oportunista e de direita. A orientação política do “terceiro período”, adotada pela III Internacional nos últimos anos colocava um fim na política de frente única e, com isso, o BOC perdia seu lugar na política comunista internacional. Agora, em vez de uma frente única com as forças progressistas ligadas ao movimento operário objetivando conquistar suas bases, os comunistas deveriam combater todas essas forças como oportunistas e traidoras, visando um período de revoltas proletárias. Pertinentemente notado por Dainis Karepovs

[...] como resultado da orientação vigente de “ação descoberta e revolucionária” que os militantes do PCB deveriam adotar, o que, na prática acabava resultando em alimentar conflitos com a repressão, a campanha do BOCB [Bloco Operário e Camponês do Brasil] acabou sendo mais uma sucessão de prisões, dissoluções de comícios e de outras arbitrariedades da repressão do que um movimento de agitação, disputa de ideias e difusão de posicionamentos²⁷⁵.

Com a política do BOC em pleno descenso no movimento comunistas e a repressão policial extremamente forte, a participação dos comunistas nas eleições de março de 1930 foi uma completa derrota, admitida nas páginas do jornal *A Classe Operária*, onde avaliam ter perdido terreno tanto numericamente como no terreno político. Os comunistas deixam claro ainda que a derrota nas eleições de 1930 não foi “culpa das massas” - que aliás, dizem ter demonstrado coragem e vontade de luta ao comparecer nas urnas e votar nos candidatos do BOC apesar de toda o ambiente de pesada vigilância policial - mas sim deles mesmos.

A campanha eleitoral conduzida pelo Partido foi fraca, desordenada, tardia. Pouquíssimos comícios, pouquíssima agitação impressa, pouquíssimo trabalho organizado. De meados de dezembro a fins de fevereiro, dois únicos números publicados de “*A Classe Operária*”. Se isto se passou no Rio, pior foi nos Estados (exceto talvez em Santos), ademais da inexperiência geral dos camaradas em questões eleitorais. O fato é que nossa derrota foi um resultado lógico da impreparação, frouxidão e desorientação da campanha eleitoral do Partido²⁷⁶.

²⁷⁵ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil*. Tese de doutorado em História apresentada a USP, 2001. P. 610.

²⁷⁶ *Porque fomos derrotados nas eleições de 1º de Março*. *A Classe Operária*. Rio de Janeiro, 17/04/1930. P. 2. (CEDEM).

As eleições de março de 1930 foram as últimas na qual houve participação do BOC, que depois, deixou de existir. Dessa forma, encerra-se a experiência de participação dos comunistas nas eleições da Primeira República.

O BOC-SP quebrou com a tradição abstencionista do movimento operário paulista e inaugurou sua experiência com um aceno à pequena burguesia e aos trabalhadores do comércio com a candidatura de Manoel Nestor Pereira Jr. O trabalho através do jornal *O Combate*, juntamente com os comícios e materiais de propaganda divulgados cumpriram o papel de disseminar para o conjunto da cidade as propostas que os comunistas tinham para a sociedade.

É difícil mensurar até que ponto a propaganda foi efetiva para aquele momento e se ela conquistou ganhos concretos para o PCB (como adesão de novos militantes), mas acreditamos que os comunistas tinham alguma razão em dizer que o grande mérito do BOC era “inaugurar a participação da classe operária no campo eleitoral”, pois o programa defendido pelo Bloco, com um conjunto de demandas há muito pautadas pela classe trabalhadora, como jornadas de trabalho diárias de 8 horas, proibição do trabalho de menores de 14 anos, afastamento das mulheres grávidas do trabalho 60 dias antes e depois do parto, salário mínimo, lei de férias, higiene e boas condições de trabalho nas fábricas, constituía uma resposta bem elaborada, possivelmente a mais avançada do momento, para a chamada “questão social”, que pautava parte considerável do debate político da época. Não por mera coincidência, dois anos mais tarde, o Partido Democrático de São Paulo insere esses itens em seu programa com “evidentes influências do BOC”²⁷⁷ e, posteriormente, essas medidas serão também adotadas pelo governo constitucional de Getúlio Vargas, desaguando na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943.

Outros elementos não podem ser esquecidos. A eleição de fevereiro de 1928 é a primeira experiência eleitoral para a maior parte dos indivíduos envolvidos com o BOC-SP. Significa dizer, que em fevereiro de 1928 os comunistas paulistas aprenderam o que é concorrer a um pleito eleitoral, com todas as suas intempéries. Do ponto de vista da organização e da formação política dos militantes comunistas isto é um elemento importante. A insegurança em participar do pleito e o completo despreparo pode ser evidenciado pelas cartas que trocavam com Astrojildo Pereira e não é demais levantar a

²⁷⁷ PRADO, M. L. C. *Democracia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1986. P. 164.

hipótese de que esse fator pesou na decisão de desistir do pleito de fevereiro na última hora. Nas eleições de outubro, os comunistas de São Paulo enfrentaram as urnas, ou seja, a máquina eleitoral fraudulenta do PRP pela primeira vez, e a questão do despreparo político e organizativo para a tarefa retorna no péssimo resultado que obtiveram e é escancarada por Robespierre Mello através das páginas de *O Combate*.

Outro ponto importante aprendido pelos comunistas paulistas através de sua experiência eleitoral foi o debate a respeito das alianças do Partido, a saber, quais forças de oposição ao Partido Republicano eram potenciais aliados dos comunistas e quais deveriam ser rejeitadas. Essa discussão, porém, será exposta no Capítulo III.

Capítulo II – Os comunistas de São Paulo e os sindicatos.

2.1- A União dos Trabalhadores Gráficos.

Os gráficos de São Paulo e seu sindicato, a União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (UTG-SP), devido a sua atuação militante por toda a década de 20, despertaram algum interesse historiográfico e uma quantidade razoável de pesquisas já foram realizadas sobre eles. Este período, situado no posterior imediato as greves generalizadas do proletariado brasileiro nos anos de 1917 a 1920, é caracterizado por um grande refluxo no movimento operário na cidade de São Paulo. Aziz Simão mostrou que a partir de 1923 em São Paulo o número de greves decresceu constantemente²⁷⁸, e é exatamente neste contexto que a categoria dos gráficos realizou duas greves marcantes na história do movimento operário brasileiro, demonstrando uma força organizativa e de mobilização que estava ausente nas outras categorias de operários.

A greve dos gráficos de 1923, que durou pouco mais de um mês, é marcadamente conhecida por sua completa vitória, de forma que o dia de seu início, 07 de fevereiro, foi estabelecido como Dia do Trabalhador Graphico. A greve de 1929 teve uma duração incomum para a época, 72 dias, contando com a simpatia da classe operária em geral. Apesar disso, foi derrotada ou, ao menos, teve uma vitória parcial e com muito desgaste para a categoria dos gráficos. Para o historiador Edgar De Decca esta greve, devido ao perigo que representou para a ordem estabelecida, foi o ponto de clivagem ideológica crucial em que as forças da oposição ao PRP, principalmente o Partido Democrático, deixassem de ver no Bloco Operário e Camponês de São Paulo uma força política a ser tolerada na oposição e então passassem a silenciá-lo sistematicamente, fato que seria evidenciado pela supressão das publicações comunistas no jornal *O Combate*²⁷⁹. Apesar disso, a greve dos gráficos de 1929 também foi elemento importante para a primeira fissura política relevante no PCB, ou seja, o surgimento da corrente trotskista do comunismo com a criação da Grupo Comunista Lênin.

Certamente, uma discussão de importância para entender a questão dos gráficos e que acaba sendo relevante também para entender a questão da formação do Partido Comunista na cidade de São Paulo - visto que a maioria dos membros do PCB-SP eram

²⁷⁸ SIMÃO, A. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Hucitec, 2012. P. 132.

²⁷⁹ DE DECCA, E. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

gráficos ou jornalistas e o sindicato dos gráficos era a organização onde os comunistas tinham maior força e influência, constituindo, portanto, sua base de classe em São Paulo - é a do caráter que delineava a categoria dos gráficos naquele contexto determinado: vanguarda ou aristocracia operária?

O termo “aristocracia operária” fora usado por Engels em um artigo publicado nas revistas *Commonweal* da Inglaterra e *Die Neue Zeit* da Alemanha no ano de 1885 e cujo título era “*A Inglaterra em 1845 e em 1885*”. O artigo foi citado quase inteiramente no prefácio feito por Engels à edição alemã de 1892 de seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, onde encontramos a seguinte afirmação de Engels, que discorria sobre a situação da classe operária inglesa em 1885:

Somente em dois setores protegidos da classe operária verificamos a existência de melhorias permanentes. O primeiro é o dos operários fabris. [...]

Em segundo lugar, o dos grandes sindicatos (*trade unions*). Trata-se das organizações daqueles ramos de produção em que se empregam exclusiva ou predominantemente *homens adultos*. Até hoje, sua força organizada não foi vulnerabilizada pela concorrência com o trabalho feminino e infantil nem pela utilização de máquinas. Metalúrgicos, carpinteiros, marceneiros e operários da construção são tão fortes que podem até, como fizeram estes últimos, impedir o emprego de máquinas em suas atividades. É indiscutível que sua situação melhorou muito desde 1848; prova-o o fato de, há quinze anos, seus patrões estarem satisfeitos com eles e eles, com seus patrões. Constituem uma aristocracia na classe operária [grifo nosso] – conquistaram uma posição relativamente cômoda e consideram-na definitiva. São os operários-modelo dos srs. Leone Levi e Giffen (assim como dos bons burgueses tipo Lujo Brentano) e, na verdade, são pessoas tratáveis, gentis para com qualquer capitalista razoável e mesmo para o conjunto da classe capitalista²⁸⁰.

Lênin, em seu livro *Imperialismo, estágio superior do capitalismo* parte das considerações de Engels para tratar daquilo que, para ele, seria um dos fenômenos que a fase imperialista do capitalismo trazia como consequência, ou seja, a formação de camadas privilegiadas entre os operários, “a fim de separá-las das grandes massas do proletariado”²⁸¹. Esta divisão dos operários em camadas distintas - possibilitada pelo imenso rendimento que os países imperialistas conseguiam através da submissão de outros países à dívida financeira, dependência econômica e também pela conquista colonial – visava acentuar o oportunismo e a decomposição temporária do movimento operário.

²⁸⁰ ENGELS, F. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 354.

²⁸¹ LÊNIN, V.I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. P. 145.

O “aburguesamento” de camadas da classe operária inglesa já havia sido notado por Engels em 1858 em carta para Marx, que é citada por Lênin, mas o argumento do líder bolchevique para mostrar como a aristocracia operária é fruto do processo imperialista, do monopólio inglês do mercado mundial e da exploração colonial, baseia-se principalmente numa carta de Engels para Karl Kautsky, onde este diz

Você me pergunta o que os operários ingleses pensam sobre a política colonial. Ora, justamente o mesmo que pensam da política em geral. Aqui não há um partido operário, há apenas conservadores e liberais-radicais, e os operários aproveitam-se, juntamente com eles, com a maior tranquilidade do mundo, do monopólio colonial da Inglaterra e do seu monopólio no mercado mundial²⁸².

Dessa maneira, para Lênin, da exploração de outros países levada a cabo pela Inglaterra e seu monopólio no mercado mundial e seu monopólio colonial, decorria o aburguesamento de parte da classe operária inglesa e essa “aristocracia operária” compartilhava com a burguesia alguns interesses de classe que os levavam a constituir, através do domínio que exerciam sobre os sindicatos ingleses, a base do reformismo e do oportunismo no movimento operário. A questão é definida de forma sintética por Vladimir Ulianov no prefácio do livro, onde afirma ser a aristocracia operária o principal apoio da Segunda Internacional.

Essa camada de operários aburguesados ou de “aristocracia operária”, inteiramente pequeno-burgueses pelo seu modo de vida, pelos seus altos salários e por toda a sua concepção de mundo, constitui o principal apoio da Segunda Internacional e, hoje em dia, o principal apoio social (não militar) da burguesia, porque são verdadeiros agentes da burguesia no seio do movimento operário, lugar-tenentes, operários da classe capitalista (*labour lieutenants of the capitalist class*), verdadeiros veículos do reformismo e do chauvinismo. Na guerra civil entre o proletariado e a burguesia, colocam-se inevitavelmente, em número considerável, ao lado da burguesia, ao lado dos *versillais* contra os *comunards*²⁸³.

É importante lembrar, como fez Eric Hobsbawm, que o que preocupava Lênin ao trazer o conceito de “aristocracia operária” era uma questão concreta do movimento operário europeu: explicar as raízes sociais e históricas do reformismo e o colapso da Segunda Internacional²⁸⁴.

Hobsbawm debateu de forma considerável a questão da aristocracia operária. Para o historiador, os fatores que definem a “aristocracia operária” são o nível e regularidade dos ganhos do trabalhador, a seguridade social, as condições de trabalho,

²⁸² LÊNIN, V.I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. P. 146.

²⁸³ LÊNIN, V.I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. P. 34

²⁸⁴ HOBBSAWM, E. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. P. 130.

incluindo o tratamento recebido pelos patrões e capatazes, as relações com as camadas sociais acima e abaixo, as condições gerais de vida e também sua perspectiva de futuro²⁸⁵. Em outras palavras, “certa camada superior distinta da classe trabalhadora, mais bem paga, mais bem tratada e geralmente considerada como mais ‘respeitável’ e politicamente mais moderada”²⁸⁶. Partindo dessa definição, o historiador britânico analisa o desenvolvimento da aristocracia operária na Inglaterra desde 1790 até 1914, e em todo esse período destaca como fazendo parte dela categorias como tipógrafos, litográficos e encadernadores de livros.

Algumas características dos trabalhadores gráficos brasileiros pareciam coincidir com as descritas principalmente por Hobsbawm.

A questão, contudo, só pode ser respondida mediante um panorama mais completo sobre os trabalhadores gráficos paulistas e que, acreditamos, em boa parte nos é oferecido pelo trabalho de Edney dos Santos Gualberto²⁸⁷. Encontramos ali a imagem ideal de uma São Paulo da Primeira República, em pleno processo de industrialização e urbanização, onde a imprensa é um setor de grande importância e que cresce a olhos vistos. Segundo tabela preparada pelo autor, a cidade de São Paulo continha em 1901 um contingente de 16 jornais e em 1929, eram 74 jornais circulando pela metrópole. Apesar de a imprensa ser um ramo crescente no país inteiro, em São Paulo ela avançava com maior tamanho e velocidade. Como Gualberto não poderia deixar de notar, a expansão da indústria gráfica era expressão do desenvolvimento urbano e cultural da cidade e encontrava seu principal público consumidor nas classes médias.

A indústria gráfica e toda a cadeia produtiva no qual estava inserida cresceu em ritmo acentuado nas primeiras décadas do século XX. A demanda pelos produtos da empresa gráfica nutria as expectativas de ganho no setor. A racionalização dos investimentos gerava lucros maiores no desenrolar dos anos. A sociedade republicana apoiava o setor através da procura por modernidade. Porém, a mão-de-obra necessitava de conhecimento e especialização, talvez o único e maior obstáculo para o processo de melhoria não ocorrer da forma almejada pelo patronato²⁸⁸.

²⁸⁵ HOBBSAWM, E. *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 277.

²⁸⁶ HOBBSAWM, E. *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P.276.

²⁸⁷ GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. Mestrado apresentado à USP. São Paulo, 2008.

²⁸⁸ GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. Mestrado apresentado à USP. São Paulo, 2008. P. 31.

Nesse quadro, cabia ao operário gráfico a confecção dos materiais, estando entre as profissões que faziam parte desse trabalho o linotipista, o tipógrafo, o impressor e o encadernador. A mão-de-obra desses ofícios exigia especialização e, não raro, a habilidade de saber ler, escrever e contar. Essa característica, juntamente com a necessidade crescente da sociedade consumir produção gráfica, ler jornais, entrar em contato com material da imprensa, garantia ao operário gráfico um salário razoável para a época.

Gualberto traça um quadro comparativo do salário dos gráficos com o de algumas outras categorias de operários para que se tenha uma ideia da situação econômica média dos mesmos. Os operários mais qualificados da época eram ligados com o setor essencial da economia brasileira da República Velha, à saber, o agro-exportador. Dessa maneira, os trabalhadores ligados a trabalhos de exportação de mercadorias, como ferroviários e portuários, tinham grande poder de barganha com a burguesia quando entravam em greve e seu salário era o mais alto. Em contrapartida, o setor têxtil, que não exigia mão-de-obra especializada e encontrava grande oferta de força de trabalho, tinha os piores salários e as piores condições de vida. Os gráficos ficam entre os dois, mas acima da média geral das categorias de operários, ganhando no ano de 1929 por volta de 450 mil réis mensais²⁸⁹. Essa média geral, segundo Maria Auxiliadora Guzzo Decca era de 200 mil réis²⁹⁰.

Os autores que trabalharam, tendo os operários gráficos como objeto de pesquisa, são unânimes em dizer que eles gozavam de melhores condições de vida e salários mais altos, o que proporcionava acesso à cultura e a bens intelectuais²⁹¹. Como destacou Hobsbawm, somente homens que pudessem esperar certo nível de salários podiam gozar de estilos de vida característicos da aristocracia operária²⁹². De fato, os operários gráficos paulistas da década de 20 tinham maior facilidade material para adquirir livros, jornais e outros materiais que lhes possibilitavam instrução acima da média dos trabalhadores dos demais ofícios, possibilitando também que mantivessem

²⁸⁹ Idem. p. 36.

²⁹⁰ DECCA, M.A.G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 – 1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. P. 21.

²⁹¹ Ver FERREIRA, N. *A imprensa operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978. Pag. 109. E também BLASS, L.M.S. *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P 20.

²⁹² HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. P. 306.

seus filhos nas escolas, uma oportunidade que estava abolida para a maioria da classe trabalhadora paulista do período²⁹³.

Dito isto, fica evidente que pelo menos em três dos itens apontados por Hobsbawm para se entrar na categoria de “aristocracia operária” (nível e regularidade de salários, seguridade social e perspectiva de futuro) estão presentes na situação dos gráficos paulistas da década de 20. Resta, porém, analisar outros três itens.

As condições de trabalho dos gráficos nessa época são descritas por Maria Hadler como “bastante precárias”. Os compositores, devido ao longo período diário em que permaneciam de pé, frequentemente adquiriam edemas, varizes, úlceras varicosas e pé chato. Os acidentes de trabalho eram comuns, os operários gráficos tinham de lidar com ácidos minerais e orgânicos, anilinas, xilol, benzinas, bicarbonatos, o que faziam das intoxicações, queimaduras e dermatoses problemas constantes. A exposição a raios ultra-violetas e infra-vermelhos provenientes de lâmpadas não protegidas devidamente causavam conjuntivite e catarata. O calor das caldeiras dos linotipos e da fusão do chumbo dava origem as termoses, os vapores desprendidos aumentavam a umidade do ambiente e causavam mal-estar²⁹⁴. Gualberto, em complemento a exposição de Hadler, nos informa que “a condição dos gráficos não podia ser considerada confortável”, estando mais ou menos nas mesmas condições gerais que o restante dos trabalhadores de São Paulo²⁹⁵.

A relação dos operários gráficos com os patrões (e com o Estado) fora de conflito por toda a década de 20 e a descrição das greves abaixo irão demonstrar isso. Por outro lado a relação dos gráficos com as outras categorias de operários parece corroborar a hipótese dos mesmos como uma “aristocracia operária”.

Na ocasião da greve dos gráficos de 1929, os gráficos dos jornais não aderiram a parede argumentando que se o fizessem a greve perderia o apoio propagandístico dos jornais liberais de São Paulo como o *Diário Nacional* e *O Combate*; a esse respeito Astrojildo Pereira comentou que “o apoio moral e mesmo financeiro desses aristocratas

²⁹³ GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. Mestrado apresentado à USP. São Paulo, 2008. P. 40.

²⁹⁴ HEDLER, M. S. D. *Sindicato de Estado e legislação social: o caso dos gráficos paulistas nos anos de 1930*. Campinas. Dissertação de Mestrado apresentada a Unicamp, 1982. P. 71-72.

²⁹⁵ GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. São Paulo: Mestrado apresentado a USP, 2008. P. 39.

[grifo nosso] era uma irrisão [e o seu argumento exposto acima] era arqui-oportunista, digno somente de aristocratas traidores e fura-greves”²⁹⁶.

Os gráficos também apresentavam uma espécie de consciência “aburguesada” que é atestada por Octávio Brandão, em entrevista, quando perguntado sobre quais eram os setores mais ativos do operariado durante a década de 20

Havia alfaiates artesãos, que não eram bem operários, eram alfaiates artesãos; havia a construção civil; havia um ou outro tecelão; havia empregados no comércio, que eram muito ativos; havia gráficos, mas estes não se diziam operários: “Eu sou artista”. [risos] Eu achava uma graça enorme e perguntava a eles: “Por que você não é operário?”. Eles me respondiam: “Não; operário é uma categoria inferior. Eu sou artista” [risos]²⁹⁷.

O depoimento de Brandão sobre como os operários gráficos se compreendiam em relação as outras categorias de operários se assemelha em demasia com uma ilustração que Hobsbawm deu em seu estudo sobre como a aristocracia operária compreendia a si mesma: “o credo do artesão em relação ao dos trabalhadores é que os últimos são uma classe inferior e que devem fazê-los conhecer e ficarem no seu lugar”²⁹⁸.

Por fim, podemos afirmar que dos seis itens que Hobsbawm elenca para caracterizar a aristocracia operária, os operários gráficos de São Paulo apenas não se encaixam em um: as condições de trabalho. Como veremos abaixo, a relação conflituosa com os patrões ou o reformismo não são critérios para se pertencer a aristocracia operária na concepção de Eric Hobsbawm.

Para resolver a questão, todavia, é necessário notar que o conceito de “aristocracia operária” em Lênin e em Hobsbawm difere num ponto essencial: em Lênin, “aristocracia operária” é uma camada da classe operária que é decorrência do imperialismo inglês, tendo, portanto, uma ligação orgânica com este, sendo esta a raiz de seu conservadorismo. Seguindo Lênin, não se poderia, portanto, falar em “aristocracia operária” fora da época do imperialismo e fora de um país imperialista, pois é apenas com o imperialismo que se cria as condições materiais para o surgimento de uma “aristocracia operária”. O conceito de Hobsbawm, por outro lado, não implica em uma ligação orgânica da aristocracia operária com o imperialismo, tendo como

²⁹⁶ Carta de Américo Ledo [Astrojildo Pereira] para Saulo [Paulo de Lacerda]. Moscou, 08/08/1929. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista)

²⁹⁷ BRANDÃO, O. *Octávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. Pag. 16.

²⁹⁸ HOBBSAWM, E. *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 279.

critério apenas os seis pontos já mencionados acima, de forma que este autor pode encontrar uma aristocracia operária já em 1790, apontá-la uma hora nos artesãos e outra nos metalúrgicos, maquinistas e operários da construção naval.

Em Eric Hobsbawm,

O tipo ideal, ou modelo do aristocrata do trabalho, como o termo ‘artífice’ indica, era o do artífice especializado pré-industrial, que aprendera seu ofício através de estágio como aprendiz, em contraste com o operário que não tinha ofício nem treinamento²⁹⁹.

Em Lênin, por outro lado, são apontados como aristocracia operária “a massa dos membros das cooperativas e dos sindicatos, das sociedades desportivas e das numerosas seitas religiosas”³⁰⁰. Como Lênin se fundamentava em Engels, podemos aceitar que ele tinha em mente as categorias que Engels apontou: Metalúrgicos, carpinteiros, marceneiros e operários da construção. De toda forma, no estudo de Hobsbawm, parte dessas profissões coincidem com as profissões apontadas como fazendo parte da aristocracia operária na Inglaterra durante o mesmo período³⁰¹. Isso nos permite definir que essas profissões eram de fato as mais abastadas no âmbito da classe operária inglesa e que faz sentido que fosse a elas que Lênin se referia principalmente, mas não se pode perder de vista que o critério de Lênin e de Hobsbawm para definir o que era a “aristocracia operária” divergem e isso tem consequências importantes.

Hobsbawm, apesar de conhecer bem a tese de Lênin sobre a aristocracia operária³⁰², não concorda com ela e diz isso declaradamente, bem como a decorrência que tem a análise da aristocracia operária sob seu conceito

[...] contrariamente ao que alguns supuseram, meus próprios escritos sobre o assunto [a aristocracia operária] jamais endossaram o argumento leninista, fosse como a principal “explicação” para o caráter “reformista” do trabalhismo britânico, fosse sequer no que diz respeito ao século XX. O que era defendido em meu ensaio, a partir do qual surgiu muito debate, era a visão clássica, e de modo algum exclusivamente marxista, de que existiu na

²⁹⁹ HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. P. 305.

³⁰⁰ LÊNIN, V.I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012. P. 144.

³⁰¹ HOBBSAWM, E. *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. P. 291.

³⁰² Como fica provado em HOBBSAWM, E. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. P. 129 – 131.

Grã-Bretanha do século XIX uma aristocracia operária, e de que ela era politicamente moderada³⁰³.

A decorrência dos dois critérios de aristocracia operária é: em Lênin a tendência da aristocracia operária ao reformismo é muito forte, devido a sua ligação orgânica com o imperialismo do país a qual pertence. Em Hobsbawm, como inexistente essa ligação orgânica com o imperialismo, a aristocracia operária pode, ou não, ser reformista. E de fato, Hobsbawm afirma em crítica ao conceito leninista de aristocracia operária que

[...] o artífice especializado foi o núcleo dos movimentos operários organizados, e, sob este aspecto, eles poderiam corretamente ser considerados mais radicais do que o restante das classes trabalhadoras, e não menos. Isto se aplica não só a Grã-Bretanha, mas talvez ainda mais a países em que setores não-aristocráticos da classe operária, como os mineiros, fossem predominantes nos movimentos operários. Hoje em dia, já é aceito que o quadro político dos movimentos de massa no continente europeu, com frequência abertamente social-revolucionários, especializados em sua maioria com aprendizagem, como os marceneiros, tipógrafos, fabricantes de charutos e, de forma cada vez maior, metalúrgicos. Esta composição é também notoriamente verdadeira quanto a muitos partidos comunistas³⁰⁴.

Fica evidente, dessa forma, que não há nenhum aspecto suficientemente forte para não considerar, segundo os critérios de Hobsbawm, os operários gráficos paulistas da década de 20 como uma aristocracia operária. Entretanto, estamos de acordo com Gualberto em considerar que sob a perspectiva de Lênin é impossível considerá-los dessa forma, visto que o Brasil da Primeira República não era um país imperialista e o Estado brasileiro não tinha a mesma relação com os sindicatos que tinha o Estado britânico. Seria, como disse Gualberto, um “equivoco histórico”, visto que criar uma camada de operários com nível superior de vida em consequência de sindicatos estatais financiados pela exploração de outros países é uma característica específica da Inglaterra e sua classe operária na época em que tratavam Engels e depois Lênin³⁰⁵.

Dessa forma, definido que o conceito leninista de aristocracia operária não serve aos gráficos paulistas, frisamos que ao mesmo tempo são justamente suas condições materiais que fazem deles “aristocratas do trabalho” sob a perspectiva de Hobsbawm que possibilitaram que essa categoria se apresentasse como uma “vanguarda” do movimento operário, no sentido de que era politicamente mais ativa e que se esforçava

³⁰³ HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. P. 301.

³⁰⁴ HOBBSAWM, E. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre História Operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. P. 308.

³⁰⁵ GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. São Paulo: Mestrado apresentado a USP, 2008. P. 43.

em demasia pela criação de uma consciência de classe revolucionária no proletariado paulista. Atestam esse fato, não apenas o estatuto da UTG formulado em 1919, que como mostra Gualberto, tinha a pretensão de se tornar uma entidade representante dos anseios de todo o operariado paulista, não restringindo as suas ações apenas a própria corporação de ofício e englobando neles as principais reivindicações da classe proletária, mas também toda a vida ativa do sindicato até o fim da década de 30, que englobou um projeto de educação e organização revolucionária dos trabalhadores através da realização de palestras, debates, atividades recreativas e artísticas, como o uso de narrativas fictícias que dialogavam com o cotidiano operário, poemas, músicas, bailes, piqueniques e esportes, sempre recheados de cunho político. Como bem notou Nazareth Ferreira, foi também devido a um trabalho de longo prazo que era exercido nas fábricas pela UTG por toda década de 20 através de órgãos como os Conselhos de Oficinas, que atuavam com o objetivo de manter contato constante entre o sindicato e os operários que possibilitou uma greve de alto nível organizativo como a de 1929³⁰⁶.

2.2-A greve dos gráficos de 1923.

No fim do ano de 1922 a União dos Trabalhadores Gráficos já preparava uma tabela de salários mínimos para as diversas categorias de trabalho. Em 31 de janeiro de 1923 convocaram uma reunião dos gráficos no Salão Celso Garcia onde compareceram mais de três mil dos cinco mil trabalhadores gráficos da cidade³⁰⁷ e elaboraram um memorial com as reivindicações a serem entregues ao patronato das 42 empresas gráficas da cidade. Dentre elas constavam de forma principal um reajuste salarial de 25% justificado em razão do aumento do custo de vida e o reconhecimento pelos patrões da União dos Trabalhadores Gráficos como órgão representante da categoria e o fim do trabalho aos domingos, que era mantido em algumas gráficas. Como no passar de uma semana o sindicato dos gráficos não recebeu resposta alguma dos patrões, no dia 7 de fevereiro de 1923 foi declarada a greve, somando-se ao memorial a exigência de que nenhum operário grevista fosse demitido ao término das negociações³⁰⁸.

Logo de início, alguns jornais operários e de oposição ao situacionismo perrepista declararam apoio a greve dos gráficos e passaram a dedicar espaço em suas páginas para

³⁰⁶ NAZARETH, F. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P. 74.

³⁰⁷ NAZARETH, F. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P. 170.

³⁰⁸ *A parede dos gráficos*. O Trabalhador Graphico. São Paulo, 14/02/1923. P. 1 (CEDEM - ASMOB).

noticiar o andamento da parede, dentre eles: *A Plebe*, jornal anarquista; *O Internacional*, jornal do sindicato A Internacional dos trabalhadores em hotéis e restaurantes e que também tinha em seu meio forte presença comunista; o jornal de operários italianos *Fanfulla*; o *Diário Espanhol* e também o jornal oposicionista que alguns anos depois dedicará suas páginas para propaganda do BOC-SP, *O Combate*. No Rio de Janeiro, o jornal *O Paiz*, pertencente à Confederação Sindicalista Cooperativista Brasileira (CSCB) dedicou apoio à greve dos gráficos, apesar da organização ser ligada ao governo federal, por conta do acordo que mantinham então com o Partido Comunista. A greve também recebe apoio dos sindicatos Liga Operária da Construção Civil, União Geral dos Metalúrgicos, Liga dos Operários em Fábricas de Tecidos. A imprensa paulista pouco falou sobre a greve, o que não pode deixar de ser oportunamente denunciado pelo jornal oposicionista, *O Combate*

Nesse movimento [...] a imprensa paulistana tem silenciado de modo nada louvável. [...] Se correremos os olhos nos jornais, especialmente nos matutinos, uma nota sequer encontraremos que diga algo do movimento paredista dos gráficos.

Fatos do dia, importantes como este, onde se poderiam bordar em entrelinhas todas as minúcias, os seus motivos e os fins, a imprensa cala-se, medrosa, colocando-se em posição esdruxula ante a prepotência das “ligas” de regabofes e tanguistas³⁰⁹.

Mesmo um mês depois, quando a greve já chegava ao seu fim, um articulista do *O Trabalhador Graphico*³¹⁰ ainda chamava a atenção para o silêncio da imprensa burguesa de São Paulo a respeito da greve, afirmando que “com exceção dos comunicados ríspidos – todos eles mal redigidos, deficientes e autoritários – não vi jamais uma crítica, serena ou apaixonada às condições formuladas pela UTG no seu já agora célebre memorial”. Para o autor do texto, era de interesse da classe burguesa que sua imprensa abafasse que os operários gráficos se organizavam e desenvolviam um movimento grevista com sucesso, pois “se a palavra é prata, o silêncio é ouro”³¹¹.

³⁰⁹ *Os Graphics*. *O Combate*. São Paulo, 15/02/1923. P. 1. (BNDigital)

³¹⁰ Optamos neste trabalho por transcrever a grafia antiga das palavras conforme as regras atuais da gramática. Porém, fizemos uma exceção no caso do nome do jornal da UTG, *O Trabalhador Graphico*, pois a mudança da grafia deste jornal de *O Trabalhador Graphico* para *O Trabalhador Gráfico*, com acento e “f” em vez de “ph” foi também um marco de mudança ideológica no sindicato e no jornal quando esse deixou de ser dirigido por grupos revolucionários como anarquistas, comunistas e trotskistas e passou a ser vinculado ao Mistério do Trabalho e dirigido por pessoas afinadas com a política do Estado Novo (CASTELLAN, G.R. *Artesãos da Subversão*. São Paulo: Dissertação apresentada a USP, 2010. P. 71.)

³¹¹ *O Silêncio é Ouro*. *O Trabalhador Graphico*. São Paulo, 22/03/1923. P. 4. (CEDEM - ASMOB)

No dia 14 de fevereiro os gráficos fizeram um comício na Avenida Brigadeiro Luiz Antônio N° 79, no Palace Teatro, às 14 horas e que depois classificaram como “a mais bela e espontânea apoteose da grandeza do sentimento que irmana entre os gráficos em parede”, comparecendo cinco mil pessoas³¹². No comício, foi lida uma declaração dos industriais gráficos que pedia aos operários que voltassem ao trabalho, não atendendo nenhuma das demandas da greve. Os operários rejeitaram o documento e continuaram em greve. Porém, neste mesmo dia, as indústrias Srs. Ferrari & Buono, aceitaram os termos da greve, sendo a primeira empresa a negociar³¹³. Dois dias depois, também as empresas José Napoli & Cia, e Primo Sarcinelli também aceitaram o memorial dos gráficos³¹⁴. A partir de então os industriais começaram a tomar uma série de medidas para que os trabalhadores voltassem à rotina comum sem que nenhum acordo fosse firmado: apelaram para o locaute (fechamento das fábricas), procuravam os operários através de representantes para fazer acordos individuais, espalhavam boatos pessimistas e alarmantes dizendo que a Comissão Executiva da UTG tinha incendiários, contrabandistas de baralho e papelão, bem como falidos fraudulentos e ameaçavam a demissão coletiva dos grevistas³¹⁵, obrigando a UTG a colocar seus militantes e seu jornal para combater os boatos, orientar os operários a não aceitar acordos individuais para não prejudicar a categoria e também a não temer as ameaças, argumentando que caso os industriais realmente fizessem a demissão coletiva

Recebamos o nosso dinheiro e retiremos as nossas ferramentas e esperemos com a mesma fé os acontecimentos. Veremos o grandioso espetáculo dos proprietários de estabelecimentos gráficos, vir ao encontro de nossa classe implorarem a nossa volta ao trabalho e finalmente acederem *in totum* ao memorial enviado³¹⁶.

No dia 20 de fevereiro, em outro comício dos gráficos, a Comissão Executiva dos grevistas recebeu um representante da Associação Comercial, Bernel Varella, que chegou afirmando-se como “mediadora do conflito”. Os gráficos leram novamente o memorial para essa comissão e aceitaram que ela fizesse mediação do acordo com os patrões, reforçando que só voltariam ao trabalho depois que as reivindicações fossem

³¹² *A força moral da classe*. O Trabalhador Graphico. São Paulo, 15/02/1923. P. 1. (CEDEM - ASMOB)

³¹³ *Pelo reconhecimento da União dos Trabalhadores Graphicos e adoção da tabela mínima*. O Trabalhador Graphico, 15/02/1923. P. 3. (CEDEM - ASMOB)

³¹⁴ *Pelo reconhecimento da União dos Trabalhadores Graphicos e adoção da tabela mínima*. O Trabalhador Gráfico. São Paulo, 17/02/1923. P. 1. (CEDEM - ASMOB).

³¹⁵ *Aos graphics em greve*. O Trabalhador Graphico. São Paulo, 17/02/1923. P. 1. (CEDEM - ASMOB).

Uma Explicação. O Trabalhador Graphico. São Paulo, 28/02/1923. p. 1. (CEDEM - ASMOB)

³¹⁶ *Ultimo Cartucho*. O Trabalhador Gráfico. São Paulo, 17/02/1923. P. 2. (CEDEM - ASMOB).

atendidas³¹⁷. Não demorou muito, os industriais desautorizaram a Associação Comercial de representá-los, aceitando acordos em nome deles³¹⁸.

Uma semana depois João Jorge da Costa Pimenta é intimado a comparecer à delegacia. Seus companheiros de greve aconselham-no a não atender à intimação, mesmo assim Pimenta comparece a delegacia e é imediatamente preso, sendo levado para o Rio de Janeiro para dificultar um pedido de habeas-corpus³¹⁹. Os gráficos adicionam a seu memorial o pedido de liberdade de João da Costa Pimenta, sem o qual os operários não voltariam ao trabalho mesmo com as outras pautas atendidas e declaram

Julgavam ela [a polícia] e os srs. Industriais graphics que, João da Costa Pimenta afastado do nosso meio, a parede fracassaria, teríamos que voltar submissos às oficinas sem um acordo firmado entre as partes do litígio, e, finalmente, sem condições de melhorias que pudesse fazer face à vida, por cuja situação estamos nos debatendo.

Puro Engano. A parede continua e há de continuar até que o conflito seja solucionado³²⁰.

Uma semana depois Pimenta foi solto e voltou para São Paulo a tempo de participar do comício do dia 8 de março no salão Celso Garcia e dirigir o final da greve. No dia 24 de março a greve dos gráficos de São Paulo saiu vitoriosa, tendo todas as empresas aceitado todos os pedidos do memorial dos gráficos. A comemoração da vitória saiu nos jornais simpatizantes, além do próprio jornal dos gráficos. Pela grande vitória e demonstração de força organizativa que fizeram os gráficos não recuar um só momento em suas demandas, o dia de início da greve de 1923, 7 de fevereiro, passou a ser comemorado como o “Dia do Trabalhador Graphico”³²¹. A UTG saiu da greve fortalecida em capacidade de mobilização e imagem, sendo considerada exemplar para os demais sindicatos paulistas; por outro lado, apesar da presença de comunistas na direção do sindicato, com destaque para Pimenta, pouco se falou ou se creditou ao Partido Comunista do Brasil e muito menos ao Comitê Regional do partido na cidade de São Paulo. O mais próximo que se chegou disso foi um boato policial sobre “a formação de uma sociedade comunista em São Paulo com ramificações em vários

³¹⁷ *O movimento dos graphics*. O Trabalhador Graphico. São Paulo, 21/02/1923. P. 2. (CEDEM - ASMOB)

³¹⁸ *O movimento dos graphics*. O Trabalhador Graphico. São Paulo, 27/02/1923. P. 2. (CEDEM - ASMOB)

³¹⁹ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900- 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. Pag. 170.

³²⁰ *Trinta dias de luta*. O Trabalhador Graphico. São Paulo, 08/03/1923. P. 1. (CEDEM - ASMOB)

³²¹ BLASS, L.M.S. *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P. 62.

Estados do Brasil” que a UTG interpretou como um completo delírio que servia de desculpa para na prática justificar a prisão dos grevistas, como foi o caso de Pimenta³²². Dessa forma, apesar da vitória dos gráficos, os dirigentes comunistas no Rio de Janeiro sentiam que o Partido Comunista em São Paulo “não valia nada”³²³.

2.3 - A greve dos gráficos de 1929.

Desde pelo menos 1927 a UTG já vinha mobilizando os gráficos em torno das leis de férias e outras leis de proteção ao trabalhador. Em 1928 o ponto foi batido tanto no Dia do Trabalhador Gráfico (7 de fevereiro) quanto no 1º de Maio³²⁴. No decorrer desse tempo os gráficos elaboraram um memorial de reivindicações que foi enviado a Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos (AICG) no dia 02 de fevereiro de 1929 com prazo de vinte dias para resposta³²⁵. No memorial, era requisitado o cumprimento das leis trabalhistas já em vigor sobre as férias, o trabalho feminino e infantil e os acidentes no trabalho, bem como a implantação do salário mínimo com reajuste salarial, o reconhecimento da UTG como representante dos gráficos e também como recrutadora de mão-de-obra³²⁶.

O 7 de fevereiro serviu mais uma vez para os gráficos paulistas discutirem o cumprimento das leis trabalhistas. A comemoração da data na sede da UTG, em dia de trabalho e, portanto, paralisando as fábricas, fora o suficiente para ocasionar a prisão do secretário geral da mesma, Vicente Vizzaco (membro também do PCB), no dia 05, antes mesmo da comemoração. Mesmo assim o evento foi considerado um sucesso, contando com 4 mil participantes e com discursos de representantes da União dos Eletricistas, União dos Canteiros, A Internacional, Associação dos Empregados no Comércio, Associação Auxiliadora dos Empregados em Calçados, o jornal *A Classe Operária*, o Bloco Operário e Camponês e a Juventude Proletária³²⁷.

Até o dia 22 de fevereiro quase a totalidade dos industriais gráficos, com exceção de 3 firmas, declararam renunciar o memorial. Então, em comício executado na

³²² *Que será?*. O Trabalhador Graphico. São Paulo, 12/03/1923. P. 2. (CEDEM - ASMOB)

³²³ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900- 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 171.

³²⁴ *A comemoração do dia do trabalho*. Diário Nacional. São Paulo, 02/04/1928. P. 8. (BNDigital)

³²⁵ GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. São Paulo: Mestrado apresentado a USP, 2008. P. 56.

³²⁶ *Por que entramos na luta*. O Trabalhador Graphico, São Paulo, 30/03/1929. P. 1. (CEDEM - ASMOB)

³²⁷ *O Dia do Gráfico: As comemorações ontem realizadas*. Diário Nacional, São Paulo, 08/02/1929. P. 5. (BNDigital)

Liga Lombarda, com a presença de aproximadamente 6000 trabalhadores gráficos, foi declarada a greve, que começou a partir do dia 23 com a paralização de todas as indústrias gráficas. O comício aconteceu no início da tarde, às 17 horas a polícia invadiu a sede da UTG e prendeu toda a sua direção: mais uma vez Vicente Vizzaco e também Antônio B. do Amparo, João Matheus, Francisco Barletta e Licínio Leonessa. As 22 horas da noite do mesmo dia, a polícia invadiu mais uma vez a sede do sindicato dos gráficos e, dessa vez, prendeu Isis Sílvia³²⁸.

Depois da prisão dos diretores da UTG, foi montado um Comitê de Greve com militantes da Juventude Comunista enviados a São Paulo pelo PCB e agentes do Secretariado Sul Americano da Internacional Comunista vindos de Buenos Aires, que tinha o objetivo de coordenar a greve³²⁹. Ao Comitê de Greve cabia negociar com os industriais, convocar e coordenar reuniões e comícios deliberativos dos gráficos, emitir avisos e comunicados aos trabalhadores gráficos³³⁰. O destaque para os militantes grevistas do Comitê de Greve, para o PCB, coube principalmente a Salomão, militante do PCB vindo do Rio Grande do Sul e Tejada, secretário regional do PCB-SP³³¹.

A repressão policial que a greve de 1929 sofreu foi muito maior que a de 1923. A burguesia também a combateu igualmente com maior ferocidade.

Dois dias depois da deliberação da greve, com toda a direção do sindicato presa e sem que ninguém soubesse a localização de seus membros, a polícia, respaldada na Lei Celerada (Lei Aníbal de Toledo), fechou a sede da UTG³³². O sindicato dos garçons, “A Internacional”, cedeu sua sede aos gráficos para realizarem suas reuniões, então a polícia fechou também a sede de “A Internacional” e prendeu igualmente a sua direção³³³. Um dia depois (27/03), a polícia prendeu os gráficos João Moreno, Ferdinando di Nardo e Antônio Santos³³⁴. No dia 30 de março foi a vez de João Fisi

³²⁸ *Continuam em parede 6000 operários gráficos*. Diário Nacional, São Paulo, 24/03/1929. P. 16. (BNDigital)

³²⁹ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 313.

³³⁰ NAZARETH, F. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P. 71.

³³¹ DEL ROIO, M. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1990. P. 78.

³³² A parede pacífica dos gráficos tende a prolongar-se. Diário Nacional, São Paulo. 26/03/1929. P. 1

³³³ *Perdura o movimento paredista dos gráficos*. Diário Nacional, São Paulo, 27/03/1929. P. 12. (BNDigital)

³³⁴ *Sem solução, por enquanto, a parede dos gráficos*. Diário Nacional, São Paulo, 28/03/1929. P. 2. (BNDigital)

Storti e Severino Guimarães, gráficos, serem presos pela polícia³³⁵. No dia 04 de abril, a polícia, na sanha de descobrir o local em que era impresso o jornal “*O Trabalhador Graphico*”, que havia se tornado boletim diário da greve, invadiu a Tipografia Cruzeiro, na rua Brigadeiro Tobias, nº 44 e prendeu os tipógrafos Pedro Minhetti, Fernando Pietro, Horácio e João Gabriel Vieira (nenhum deles era grevista)³³⁶. No dia 10 de abril a polícia invadiu a casa do sapateiro comunista Augusto Pizzuti, revistaram-na e o prenderam; o mesmo aconteceu com o gráfico Antonio Gouvea, na qual a própria mãe foi ameaçada de prisão ao tentar defende-lo dos policiais³³⁷. No dia 23 de maio, quando a greve já aproximava-se do fim, os gráficos fizeram um comício no Largo da Concórdia (Brás) para comemorar dois meses de greve e, depois que o comício acabou e a multidão se dispersou, a polícia agrediu fisicamente um grupo de vinte operários e os prendeu, outros operários que estavam por perto e correram em socorro foram ameaçados a tiros. Nessa mesma ocasião, prenderam Danton Jobim, Aristides Lobo, João Aderley (primeiro-secretário da União dos Eletricistas) e Juvelino de Camargo Júnior³³⁸.

A greve dos gráficos de 1929, devido a sua extensão de quase três meses, demandou uma situação difícil para os operários: como estavam parados, não recebiam o salário, e se nada fosse feito, não teriam o que comer. Segundo Dulles, o PCB fez uma campanha de donativos para os trabalhadores gráficos grevistas por todo o Brasil “quando se tornou evidente que um número aproximado de seis mil operários e suas famílias estavam passando fome”³³⁹ e então “a campanha de donativos assumiu características de uma cruzada”³⁴⁰. Muitas foram as organizações operárias de várias partes do país que ajudaram materialmente a greve dos gráficos. Praticamente todas as organizações ligadas ao PCB ajudaram: O Bloco Operário e Camponês, Coligação Operária de Santos, Juventude Proletária, Comitê Pró-Confederação Geral do Trabalho, jornal *A Classe Operária*, sindicatos como A Internacional, União dos Eletricistas, etc.

³³⁵ *Os industriais dirigiram um comunicado oficial a imprensa*. Diário Nacional, São Paulo, 31/03/1929. P. 16. (BNDigital)

³³⁶ *A questão dos gráficos*. Diário Nacional, São Paulo, 04/04/1929. P. 12. (BNDigital)

³³⁷ *O movimento reivindicatório do proletariado gráfico*. Diário Nacional, 11/04/1929. P. 12. (BNDigital); *Misérias*. O Trabalhador Graphico, São Paulo, 12/04/1929. P. 1. (CEDEM - ASMOB)

³³⁸ *Ainda a greve dos gráficos*. Diário Nacional. 24/05/1929. P. 12. (BNDigital)

³³⁹ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 313.

³⁴⁰ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 313.

Maria Nazareth Ferreira lista organizações operárias de várias partes do país que mandaram donativos aos gráficos

[...] União Beneficente dos Trabalhadores em Construção Civil de Santos, União Geral dos Trabalhadores de Ribeirão Preto, Associação Operária XXIII de Agosto de Cruzeiro, União dos Trabalhadores em Padarias, União Internacional de Belo Horizonte, Centro Democrático de Vila Prudente, Centro Político Proletário de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, Núcleo Sindical pró-Associação dos Trabalhadores de Tabapuã, a Corporação Gráfica de Campinas, o Centro Cosmopolita do Rio de Janeiro, a Associação dos Marinheiros e Remadores do Rio de Janeiro, o Centro Operário de Catanduva etc³⁴¹.

Muitas outras organizações operárias ajudaram e a lista se estenderia muito se tivéssemos de arrolá-las todas. Basta dizer, no entanto, que a greve dos gráficos de São Paulo exigiu que o Partido Comunista do Brasil mobilizasse o máximo de suas forças organizativas na campanha de doações e contou com a solidariedade geral do proletariado brasileiro.

Minervino de Oliveira, membro do PCB no Rio de Janeiro e intendente municipal pelo Bloco Operário e Camponês foi diversas vezes a São Paulo para ajudar os grevistas com dinheiro com as organizações operárias do Rio, discursando nos comícios, mandando diariamente declarações a imprensa, levando informações do Rio para São Paulo e de São Paulo para o Rio de Janeiro³⁴²; o Comitê das Mulheres Trabalhadoras, também organizado pelo PCB, foi a São Paulo para ajudar na greve denunciando os atos de assédio que a polícia e os patrões cometiam contra as mulheres grevistas e as esposas dos grevistas, como foi o caso da mulher de Vicente Vizzaco que, ao tentar visitar o marido preso, “foi desrespeitada e maltratada no Gabinete da delegacia, pelos capangas que infestam aquele antro de miséria e podridão”³⁴³; o Comitê Pró-Confederação Geral do Trabalho³⁴⁴ fez propaganda da greve dos gráficos por todo o país, de forma que Paulo de Lacerda afirma em carta para Astrojildo Pereira que o movimento havia se tornado mais conhecido pelo Brasil do que na própria cidade de

³⁴¹ NAZARETH, F. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P. 79.

³⁴² *Perdura o movimento paredista dos gráficos*. Diário Nacional, São Paulo, 27/03/1929. P. 12; *Comício de Protesto no Centro Cosmopolita do Rio*. Diário Nacional, São Paulo, 03/04/1929. P. 2.; *A questão dos gráficos*. Diário Nacional, São Paulo, 03/04/1929. (BNDigital)

³⁴³ *O Comitê das Mulheres Trabalhadoras manda uma delegação a São Paulo*. O Trabalhador Graphico, São Paulo, 19/04/1929. P. 1.; *A paciência dos homens tem um certo limite*. O Trabalhador Graphico, São Paulo, 26/04/1929. P. 2. (CEDEM - ASMOB)

³⁴⁴ Na época, o Comitê Pró-CGT tinha como secretário Mário Grazini, também gráfico, já havia sido membro do PCB em São Paulo e diretor da UTG-SP. (*Comitê Pró-Confederação Geral do Trabalho*. O Trabalhador Graphico, São Paulo, 30/03/1929. P. 1). (CEDEM - ASMOB)

São Paulo³⁴⁵; Laura Brandão, comunista esposa de Octávio Brandão, doou o montepio de suas filhas em troca de 15 contos de réis para ajudar a greve dos gráficos, como nos conta seu marido em famosa passagem de seu livro de memórias.

Rebentaram as greves dos padeiros do Rio de Janeiro e dos gráficos de São Paulo. O PCB e o BOC defenderam-nas com energia.

Laura deixou as três crianças com uma vizinha. Foi a São Paulo. Aí fez agitação e propaganda. Falou nos comícios. Animou os operários. Mas a greve ia morrer, vencida pela fome.

Laura e Octavio, economicamente tão pobres, deram todo o montepio das filhas – 15 contos em dinheiro – para sustentar a greve. Os operários paulistas mataram a fome dos filhos. Recobram o ânimo. E triunfaram nessa batalha memorável³⁴⁶.

Em sua entrevista de 1977, Brandão nos conta o mesmo fato de outra maneira

Em São Paulo, nas greves dos gráficos em 29, os operários não tinham crédito. Os operários não tinham mais dinheiro e não tinham mais créditos. Imagine que tragédia. Então o Partido Comunista apelou para Laura. Laura tinha direito a um patrimônio da família, na Câmara Municipal. Então ela pegou o dinheiro - parece que eram 15 ou 16 contos - e mandou para lá. O dinheiro chegou, pagaram aquelas dívidas aos quitandeiros, aos portugueses, aos italianos donos dos armazéns, e recuperaram o crédito. Resistiu setenta e tantos dias, a greve dos gráficos³⁴⁷.

Já no fim do mês de março, a União dos Trabalhadores Gráficos anuncia através de *O Trabalhador Graphico* que o Comitê de Greve organizou cartões de auxílio para os operários necessitados poderem retirar mantimentos em determinados armazéns que concordaram em ajudar os grevistas³⁴⁸. Tratava-se da Comissão de Auxílio Material, que tinha como função cuidar da distribuição dos gêneros de primeira necessidade aos grevistas. Realizava a distribuição dos cartões de auxílio, esses cartões podiam retirar a quantidade ali especificada de alimentos em armazéns do próprio bairro e, diariamente, os membros da Comissão de Auxílio Material percorriam estes armazéns com os quais tinham acordo para saldar as dívidas dos grevistas com os comerciantes³⁴⁹.

³⁴⁵ Carta de Saulo [Paulo de Lacerda] para Américo Ledo [Astrojildo Pereira]. Rio de Janeiro, 23/04/1929. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista)

³⁴⁶ BRANDÃO, O. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. P. 357.

³⁴⁷ BRANDÃO, O. *Octávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. Pag. 71.

³⁴⁸ *Auxílio material aos gráficos em greve*. O Trabalhador Graphico, São Paulo, 30/03/1929. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁴⁹ NAZARETH, F. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P. 75.

Entretanto, também neste ponto a polícia não deixou de agir e perseguiu e prendeu sistematicamente os donos de comércio que se dispuseram a ajudar os gráficos grevistas, como nos deixa, a título de exemplo, um relato no “*Diário Nacional*”

Ontem, a tarde, num desses estabelecimentos [onde o Comitê de Greve tem acordo com os negociantes para fornecer auxílio aos grevistas], a rua do Hippodromo, estava o seu proprietário servindo vários fregueses, entre os quais um mocinho gráfico. Entrando bruscamente um agente de polícia no armazém não só quis tirar das mãos do menor os gêneros como levou a sua audácia ao ponto de intimar o negociante a não mais vender gêneros aos gráficos. Como o negociante protestasse contra a violência e declarasse que ele venderia gêneros a quem bem entendesse, pois para isso pagava as suas licenças - o agente lhe deu voz de prisão, conduzindo-o, bem como o menor para a Delegacia da Ordem Política e Social³⁵⁰.

Além de todas essas prisões, fechamentos de sindicatos e perseguição a operários, Everardo Dias foi constantemente vigiado por todo o período de greve. O jornal democrático *Diário Nacional* conta que no dia 26 de março os policiais fizeram cerco ao prédio do jornal para prender Everardo, que trabalhava como diretor de revisão³⁵¹. Em outra ocasião, no dia 02 de abril, o mesmo volta a acontecer³⁵² e, no dia seguinte, a polícia tenta arrombar o portão da casa de Everardo Dias, que se localizava no prédio da rua Maria José, nº 112, sendo atendidos pela esposa de Everardo. Os policiais vão embora sem invadir a casa, mas continuam rondando a residência³⁵³.

A burguesia recentemente havia fundando o Centro dos Industriais do Estado de São Paulo (CIESP), do qual a Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos fazia parte. Logo nos primeiros dias da greve, ela lançou um comunicado aos jornais paulistas declarando seus motivos para recusar o memorial dos trabalhadores gráficos. Estas eram resumidas, principalmente, em três exigências que para os industriais eram inaceitáveis: o reconhecimento da UTG como representante oficial do operariado gráfico, a contratação de gráficos por meio da UTG e a UTG como “supremo juiz em todas as questões técnicas e morais entre patrões e operários”. Os motivos pelos quais os industriais não podem aceitar estas três exigências são explicitados pelos mesmos em seguida.

Ora, acontece que a opinião da totalidade dos industriais é que a União dos Trabalhadores Gráficos não é uma entidade defensora do operariado, mas sim

³⁵⁰ *A greve dos gráficos: uma inqualificável violência da polícia*. *Diário Nacional*, São Paulo, 08/05/1929. P. 12. (BNDigital)

³⁵¹ *A parede pacífica dos gráficos tende a prolongar-se*. *Diário Nacional*, São Paulo. 26/03/1929. P. 1. (BNDigital)

³⁵² *A questão dos gráficos*. *Diário Nacional*, São Paulo, 03/04/1929. P. 4. (BNDigital)

³⁵³ *A questão dos gráficos*. *Diário Nacional*, São Paulo, 04/04/1929. P. 12. (BNDigital)

uma associação com fins dissolventes e subversivos da ordem que, pela ameaça e violência, tem a força procurado dominar os operários. Todas as perturbações que diariamente vem desorganizando a vida fabril gráfica tem origem no programa dissolvente da União dos Trabalhadores Gráficos. Diante do que seria desservir o país se os industriais entrassem em entendimento com organizações de fins tão suspeitos³⁵⁴.

E mais a frente

Coerente com o seu passado, a União dos Trabalhadores Gráficos continua a empregar todos os meios de coação para que milhares de operários bem intencionados não manifestem a sua discordância ao absurdo que pretende impor.

[...]

Entregar a direção da administração particular dos estabelecimentos industriais a associações dirigidas por alguns operários só é admissível no regime bolchevista do qual, para o próprio bem dos operários, o Brasil ainda está longe³⁵⁵.

O comunicado era assinado por Dr. Horácio Lafer, presidente da Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos e diretor da CIESP, e F. Paternostro, primeiro-secretário da AICG.

Porém, o destaque que os industriais deram a estes três itens do memorial dos gráficos em seu comunicado não significa que eles fossem favoráveis as leis trabalhistas (já aprovadas, mas que não eram colocadas em prática) cuja aplicação constituía outra parte importante do memorial. Em assembleia geral ordinária da CIESP ocorrida no dia 4 de abril de 1929 (ou seja, em meio a greve dos gráficos) com o objetivo de eleger uma nova diretoria, os industriais estabeleceram que

Não hesitamos em ir ao Rio expor a s. exa. o presidente da República a situação que a lei de férias e o Código de Menores viria criar para o parque industrial brasileiro e, no próximo período legislativo, vamos pleitear a revogação desta lei, bem como da das férias na parte que, atingido o trabalho nacional, lhe causa os mais graves embaraços. Quando nos referimos ao trabalho nacional, abrangemos não só patrões, mas ainda e sobretudo operários, pois que as leis em apreço são grandemente lesivas para estas classes sociais³⁵⁶.

Nesta assembleia, foram eleitos para a direção da CIESP o conde Francisco Matarazzo como presidente e Roberto Simonsen como vice-presidente; Horácio Lafer, dono da indústria gráfica Klabin Irmão & Cia, continuou como primeiro-secretário.

³⁵⁴ *Os industriais dirigiram um comunicado oficial a imprensa*. Diário Nacional, São Paulo, 31/03/1929. P. 16. (BNDigital)

³⁵⁵ *Os industriais dirigiram um comunicado oficial a imprensa*. Diário Nacional, São Paulo, 31/03/1929. P. 16. (BNDigital)

³⁵⁶ *Centro das Indústrias de São Paulo*. Diário Nacional, São Paulo, 06/04/1929. P. 5. (BNDigital)

Ao comunicado da AICG, a UTG respondeu, pela imprensa oficial, que as duas primeiras exigências que os industriais colocaram como inaceitáveis, na verdade, já aconteciam na prática, e tudo que os gráficos queriam é que fossem devidamente oficializadas. Quanto a terceira, diz a UTG, estava totalmente deturpada no comunicado dos industriais. Segundo os gráficos, o que constava no memorial era um pedido para “dirimir as pendências que surgem entre os operários de chefes de serviço”, o que não é o mesmo que “ser supremo juiz em todas as questões técnicas orais e materiais entre patrões e operários”³⁵⁷.

Nas páginas de seu próprio jornal, *O Trabalhador Graphico*, os gráficos tratam de responder as declarações dos industriais com maior acidez.

Ora, nós não queremos dissolução alguma. O que não queremos é continuar a ser explorados da forma mais cruel e desumana. Como não nos prestamos a ser submissos escravos que se sujeitam as migalhas do senhor por um trabalho exaustivo e perigoso para nossa saúde – clamam indignados que somos elementos “dissolventes”, que queremos a ruína da indústria gráfica!³⁵⁸

Os gráficos, no mesmo texto, ainda denunciam a relação estreita entre os industriais gráficos, a polícia e o Estado no combate a greve.

Os industriais gráficos indignam-se ao verificar que não nos conformamos com os míseros salários com que retribuem um trabalho exaustivo e aniquilador. E, como reclamamos, estrilam e ameaçam, chamam a polícia, vão ao presidente do Estado [governador], prometem os votos dos “seus operários” no caso de conseguirem abafar o movimento de reivindicação!...

A burguesia se serviu de toda a sorte de artimanhas para desbaratar a greve dos gráficos, muitas delas já vistas durante a greve de 1923: boatos de que a greve entrava em declínio, ameaça de demissão dos operários grevistas e fechamento das fábricas, tentativas de acordos individuais com os operários para que fossem voltando um a um ao trabalho, substituição dos operários em greve por mão-de-obra vinda do interior de São Paulo, etc.

A UTG combateu todas estas táticas para minar a greve através da constante informação e orientação dos operários através d’*O Trabalhador Graphico* e os comícios realizados dia sim, dia não em locais afastados e bairros operários para despistar a polícia. *O Trabalhador Graphico* orientava os grevistas a não acreditar em informações

³⁵⁷ *Dispostos a continuar com a parede, os gráficos respondem aos patrões*. Diário Nacional, São Paulo, 02/04/1929. P. 12. (BNDigital)

³⁵⁸ *Consciência de Classe*. O Trabalhador Graphico. São Paulo, 09/04/1929. P. 1. (CEDEM – ASMOB).

que não fossem dadas pelos seus representantes do sindicato em cada oficina, ou pelo próprio jornal dos gráficos ou em comício dos gráficos, da mesma forma, orientava-os a não fazer acordos individuais³⁵⁹ e seguirem as notícias da greve apenas pelos jornais *Diário Nacional*, *Diário de São Paulo*, *Diário da Noite*, *Praça de Santos* e *Crítica*³⁶⁰.

Durante os fins de maio e começo de junho, as casas industriais começaram a entrar em acordo com os gráficos, de forma que apenas quatro empresas não aceitaram o memorial ao menos parcialmente. Os trabalhadores estavam exauridos e se escasseavam os recursos materiais para continuar a greve. O PCB pressionou o Comitê de greve a reavivar o movimento com passeatas, comícios e tentativas de espalhar a greve para outras categorias. O Comitê de Greve cindiu-se devido a impossibilidade que alguns dos militantes viam em realizar tal trabalho. Nasce um Comitê de Defesa Proletária que continua a lutar pelo memorial da greve em seus últimos dias, até que a declara finda no dia 05 de junho de 1927³⁶¹.

Certamente, a greve dos gráficos de 1929 foi o evento de maior envergadura do qual fizeram parte os comunistas de São Paulo. Neste ponto, é importante notar que em alguns trabalhos o papel dos comunistas na UTG e na greve é diminuído. Gualberto, por exemplo, trata do assunto como se a direção da UTG não fosse dos comunistas, e estes estivessem tentando conquistar influência dentro do sindicato numa espécie de disputa de forças mais ou menos equivalentes com outras vertentes do movimento operário. A título de exemplo, em determinado momento de sua dissertação, Gualberto afirma que

Portanto, era crucial para o Bloco Operário e Camponês lutar pela hegemonia do sindicato dos gráficos, já que a entidade era combativa e abrigava os elementos considerados os mais “conscientes” do movimento operário. Neste contexto de disputa de hegemonia ou de aproximação do partido político da classe operária com o sindicato dos gráficos, as estratégias variavam conforme a necessidade³⁶².

Parece faltar a Gualberto a informação de que a direção da UTG em 1929 era composta por membros do PCB e também do BOC. O presidente, Vicente Vizzaco estava envolvido com estas duas organizações e, antes dele, o mesmo ocorreu com

³⁵⁹ *Aviso importante do Comitê de Greve*. O Trabalhador Graphico, São Paulo, 09/04/1929. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

³⁶⁰ *Jornais que devem ser lidos*. O Trabalhador Graphico, São Paulo, 09/04/1929. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

³⁶¹ NAZARETH, F. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P. 81.

³⁶² GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. São Paulo: Mestrado apresentado a USP, 2008. P. 77.

Mario Grazzini e João Jorge da Costa Pimenta, de forma que a UTG se apresentava como o ponto forte do PCB em São Paulo por toda a década de 20.

O autor ainda relata a ajuda financeira que o BOC deu a greve dos gráficos de 29 afirmando que este ato “demonstrava a importância que o setor gráfico desempenhava junto a classe operária e a atenção que os comunistas direcionavam ao movimento da UTG paulista” de forma que “a ajuda financeira advinda do BOC servia ainda para diminuir a resistência dos trabalhadores a entrada daquele organismo político no interior de uma instituição autônoma operária”³⁶³ e, assim, tudo se passa como se a UTG apoiasse o BOC e o PCB por mera “consciência de classe” quando na verdade as relações entre as três organizações eram totalmente imbricadas.

Gualberto afirma que a UTG “apesar de ser considerada comunista pelas autoridades da época, sempre esteve sob influência anarco-sindicalista”³⁶⁴ e elogia os gráficos por fazerem tabelas salariais, censos e pesquisas que justificassem suas reivindicações, enfrentando os patrões e o Estado embasados em fatos concretos que legitimavam o debate, bem como contar com advogados que ajudavam a preparar as reivindicações, de forma que a greve era fundamentada metodologicamente, denotando uma “atitude de vanguarda” devido ao seu nível estratégico³⁶⁵, mas não nota que este modelo de “greve preparada cientificamente” era justamente uma característica comunista, como nos explica Octávio Brandão.

R.L. - E havia diferença entre a maneira dos anarquistas organizarem a greve e a maneira dos comunistas?

O.B. - Bom, os comunistas foram depois, e aí, os anarquistas estavam num fracasso total.

R.L. - Sim, mas comparando as duas épocas.

O.B. - Bem, nós tratamos de organizar as greves. Ao passo que muitas greves do tempo do anarquismo foram espontâneas. Talvez a maioria fosse espontânea. E nós não, queríamos uma greve....

R.L. - O que era uma greve organizada?

O.B. - Organizada era o seguinte: íamos historiar as reivindicações dos operários, as condições de vida e de trabalho dos operários. Levantávamos aquelas reivindicações, um manifesto especial com aquelas reivindicações, que os operários queriam. E fazíamos reuniões nos sindicatos daqueles operários para discutir aquelas reivindicações, aquilo tudo. De modo que demorava mais³⁶⁶.

³⁶³ GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. São Paulo: Mestrado apresentado a USP, 2008. P. 76.

³⁶⁴ GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. São Paulo: Mestrado apresentado a USP, 2008. P. 67.

³⁶⁵ GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. São Paulo: Mestrado apresentado a USP, 2008. P. p. 66.

³⁶⁶ BRANDÃO, O. *Octávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. Pag. 70.

Também João Jorge da Costa Pimenta discursou pela greve dos gráficos assinalando “o caráter predominantemente pacífico que norteia o seu movimento, em contraste com a velha época dos anarquistas”³⁶⁷ e o boletim de greve da UTG ocasionalmente volta neste tema, comparando as greves anarquistas com a atual greve (comunista)³⁶⁸. Acreditamos que não é absurdo afirmar que os comunistas durante a greve dos gráficos de 29 buscavam propagandear seus métodos organizativos numa relação que a atual greve mantinha com a memória da greve de 1917, na qual, ela negava o caráter espontâneo e violento, mas claramente se inspirava no movimento de 17 e invocava sua memória, como nos evidencia a criação do Comitê de Defesa Proletária, a saber, o mesmo tipo de órgão que dirigiu a greve de 1917.

Nazareth Ferreira comenta que os anarco-sindicalistas estavam ausentes da direção da greve dos gráficos de 1929, mas participaram do movimento apoiando-o³⁶⁹. Acreditamos que em grande medida, a participação dos anarquistas nesta greve tenha sido exatamente isso, o apoio formal.

Nas considerações que os comunistas fizeram sobre a greve não há menção relevante aos anarquistas e em todo momento ela é tratada como dirigida pelos comunistas, de forma que o que há de mais perto disso é a discussão sobre se o movimento deveria ou não usar “métodos violentos”. O debate entre eles passa pelas lições que poderiam tirar em primeiro momento, e, tempos depois, numa divergência entre aqueles que consideraram a greve vitoriosa e aqueles que a consideraram um fracasso. No primeiro campo estão Astrojildo Pereira e Brandão (foi a posição oficial do Partido ao fim da greve), no segundo, estão João Jorge da Costa Pimenta, Leôncio Basbaum e Plínio Mello.

Quando a greve ocorreu, Astrojildo Pereira encontrava-se em Moscou e a direção do Partido, melhor dizendo, as tarefas que cabiam ao cargo de Secretário-Geral, estavam sendo executadas por uma troica formada por Fernando de Lacerda, Leôncio Basbaum e Mario Grazini.

³⁶⁷ NAZARETH, F. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P. 84.

³⁶⁸ *Boletim da Greve*. O Trabalhador Graphico. São Paulo, 4/04/1929. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁶⁹ NAZARETH, F. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P. 86.

Astrojildo acompanhou com a maior atenção o desenrolar da greve através dos jornais “*A Classe Operária*”, que eram enviados a ele, jornais americanos e pelas cartas que trocava com Paulo de Lacerda (com pseudônimo de Saulo). Ao fim da greve, Astrojildo demonstra grande entusiasmo por ela em carta a Saulo, chegando a afirmar consonante com a teoria do terceiro período que “esse movimento marca o início de um novo período de lutas operárias no Brasil”. Para Astrojildo, a greve havia começado com reivindicações econômicas de cunho legalista, “expressas num memorial demasiadamente brando e frouxo”, mas tomou rapidamente um caráter político, de luta de classe áspera, dura, generalizada. A análise de Astrojildo sobre a greve era de que

Toda a burguesia e o seu aparelho estatal concentraram as forças para combater e esmagar o movimento; todo o proletariado, por sua vez, ocorreu em ajuda aos companheiros em greve. A organização, a disciplina, a resistência dos grevistas foram admiráveis. O trabalho de agitação e de ajuda monetária ao movimento, realizado pelos organismos sindicais, sob a direção do Partido, foi em conjunto igualmente admirável. O papel da juventude e das mulheres, de primeira ordem. Por tudo isso, a greve de S. Paulo foi uma luta que se desenvolveu num plano superior de batalha em comparação com as lutas do passado³⁷⁰.

Decorrente daí, Astrojildo defende que a greve de 29 deveria ser minuciosamente estudada pelo Partido, não um estudo “acadêmico”, mas estudo “político”, ressaltando as questões da estratégia, da tática, da disciplina, etc. As falhas também deveriam ser minuciosamente apuradas e Astrojildo apontava algumas que percebeu. Para ele, a greve pecava pela não adesão dos gráficos dos jornais, por não ter sido propagandeada politicamente como causa de todo proletariado e, conseqüentemente, não ter suscitado greves de outras categorias e, por fim, acima de todos os outros itens, pela falta de preparação da greve fora da UTG³⁷¹.

Apesar do entusiasmo de Astrojildo Pereira, João Jorge da Costa Pimenta iria declarar futuramente que “no final, o PC resolveu lavar as mãos do assunto” referente a greve de 29³⁷². Leôncio Basbaum, por sua vez, coloca da seguinte forma o desfecho da greve:

Em primeiro lugar uma greve dos trabalhadores gráficos, em S. Paulo, que já durava dois meses, sem perspectiva de solução. Era uma espécie de greve clandestina e burocrática, pela qual os operários simplesmente se

³⁷⁰ Carta de Américo Ledo [Astrojildo Pereira] a Saulo [Paulo de Lacerda]. Moscou, 08/08/1929. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista).

³⁷¹ Carta de Américo Ledo [Astrojildo Pereira] a Saulo [Paulo de Lacerda]. Moscou, 08/08/1929. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista).

³⁷² DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 327.

negavam a comparecer ao trabalho, ficando tranquilamente nas suas casas. Uma campanha financeira, que, de S. Paulo se estendeu ao Rio, buscava angariar donativos para atender às necessidades dos operários parados. Mas, com isso, o espírito combativo esmorecia. Os operários, sem ter o que fazer, simplesmente se chateavam, enquanto o comando da greve lhes dava mantimentos. Havia alguns comícios clandestinos, em pequenos grupos, a que poucos compareciam e se destinavam a levantar a moral dos grevistas, cansados de não fazer nada. Compreendemos que era necessário dar mais dinamismo a essa greve. Já que não havia condições para ocupar as fábricas ou oficinas, inclusive os jornais parados, nem éramos partidários de ações violentas que alguns, muito poucos, desejavam levar a efeito, verificamos que era indispensável fazer passeatas e comícios não clandestinos, mas públicos, para despertar o interesse e a solidariedade do povo e dos trabalhadores e sindicatos de outras categorias e, se possível, ampliar a greve levando-a a outros setores. Essa resolução foi levada a S. Paulo e aí, o comando de greve se cindiu. Por fim, terminou com algumas migalhas dadas aos trabalhadores, através de um acordo, que o Partido considerou como uma vitória mas que os operários, com razão, consideraram uma derrota. Creio, segundo me recorde, que foi depois disso que os partidários de Trotsky, que eram muitos entre os gráficos, conseguiram apossar-se da direção do sindicato em S. Paulo³⁷³.

Brandão discorda de Basbaum e afirma que a greve foi “em parte vitoriosa. O Leôncio diz que não foi vitoriosa. Creio que é engano dele, porque os patrões aceitaram uma série de reivindicações, e porque ela resistiu setenta e tantos dias”³⁷⁴.

Plínio Mello, por outro lado, chegou a afirmar que os comunistas na época da greve de 29 ainda não haviam superado os métodos anarquistas de luta, que viviam por reaparecer durante a greve tanto em termos organizativos como políticos, de forma que a greve “é levada às últimas consequências, sem tirar os efeitos políticos que ela poderia ter ocasionado. Foi extenuante no sentido de esgotar a capacidade de resistência da classe operária”³⁷⁵.

De toda forma, é certo que a UTG e a greve tiveram peso essencial dos comunistas. Podemos, contudo, questionar o nível da participação dos comunistas de São Paulo na greve. É certo que eles participaram e, alguns como Pizzuti, não o fizeram porque estavam presos, mas é razoável dizer que não tiveram o papel principal, pois não poderiam sequer manter a greve caso tivessem de dirigi-la sozinhos. O movimento grevista exigiu a mobilização ampla das forças do Partido. Isso não impediu, porém, que Tejada, secretário-regional do Partido tivesse relevo na organização da greve e que absolutamente todos os conhecidos nomes de comunistas paulistas fossem sistematicamente perseguidos pela polícia por estarem envolvidos com a greve. Plínio Mello encontrava-se no Rio Grande do Sul, mas não é demais lembrar que tanto ele

³⁷³ BASBAUM, L. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 73.

³⁷⁴ BRANDÃO, O. *Otávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. Pag. 71.

³⁷⁵ NAZARETH, F. *Imprimindo a própria história: O movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986. P. 86.

quanto os outros nomes mais notórios do PCB-SP e também do BOC-SP eram gráficos e jornalistas.

2.4 - A Internacional: Sindicato dos empregados em hotéis, restaurantes, confeitarias, bares, cafés e classes anexas.

Depois da União dos Trabalhadores Gráficos, o sindicato dos “empregados em hotéis, restaurantes, confeitarias, bares e classes anexas” que, resumidamente, congregava garçons e cozinheiros era o sindicato de maior força do PCB na cidade de São Paulo. O sindicato foi fundado em 11 de abril de 1914 por 48 associados. A primeira reunião realizou-se numa sala do prédio nº 2 da ladeira do Porto Geral. O nome foi proposto por Orestes do Valle para expressar o internacionalismo proletário, “sendo a nossa associação composta de proletários de diversos países e sendo também uma só a luta do trabalho contra o capital, sem diferença de nacionalidades”. No fim da década de 10 o sindicato entrou em crise e foi fechado, vindo a reorganizar-se em 1921 por iniciativa dos futuros comunistas José Gil Dieguez, Manoel de Oliveira e João Freire de Oliveira³⁷⁶. O jornal do sindicato, que levava o nome de *O Internacional* foi fundado em 1920, organizado por um grupo independente do Comitê Executivo (direção) do sindicato chamado “Ação e Cultura”. Em 1927 o grupo passou a chamar-se “Bloco Internacional” e depois “Grupo O Internacional”.

As categorias de trabalhadores que organizavam-se n’A Internacional” guardavam diferenças significativas em relação aos gráficos. Como já foi exposto, os gráficos caracterizavam-se por salários, padrão de vida e, conseqüentemente, nível cultural um pouco acima da média das outras categorias de trabalhadores. Enquanto os gráficos tinham uma média salarial durante a década de vinte que oscilava entre 300\$000 e 450\$000³⁷⁷ mensais, os garçons, que constituíam a maior parte dos filiados do sindicato “A Internacional”, ganhavam em torno de 60\$000 e 150\$000 réis mensais mais gorjetas (como já dito na análise dos trabalhadores gráficos, a média do salário operário em São Paulo em 1927 era de 200\$000 réis³⁷⁸). A jornada de trabalho chegava

³⁷⁶ Salve, “A Internacional”. *O Internacional*. São Paulo, 11/04/1926. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁷⁷ GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. Mestrado apresentado à USP. São Paulo, 2008. P. 31

³⁷⁸ DECCA, M.A.G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 – 1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. P. 21.

a 16 horas diárias³⁷⁹. O jornal do sindicato indica que os patrões dos restaurantes pagavam salário baixo aos garçons calculando de antemão que eles também receberiam gorjetas. Apolinário José Alves, garçom diretor e redator do *O Internacional*, afirma a respeito das condições de moradia dos garçons que “somos obrigados, devido à mesquinha dos ordenados, a morar aos grupos de 4 a 6 companheiros, num quarto único, estreito e abafado!”³⁸⁰ A média do preço do aluguel de uma casa tipicamente operária na década de vinte variava de 50\$000 a 125\$000 réis³⁸¹, o que significa que se um garçom alugasse uma casa das mais baratas lhe sobraria no pior dos casos o ínfimo valor de 10\$000 réis de seu salário para passar o mês.

Em um texto publicado na *Folha da Manhã* de cinco de julho de 1925 e transcrito n’*O Internacional*, comparece uma descrição da situação geral dos garçons e cozinheiros

Quem passa ali pelo Largo de S. Bento depois das doze horas, tem a ilusão de assistir aos primeiros movimentos de uma grande greve... em redor do relógio municipal, um agrupamento confuso de idades e sexos improvisa, diariamente, como contraste a burguesia suarenta e laboriosa, uma nota pitoresca de armistício na tremenda vertigem de lutas e interesses que dinamiza a cidade.

São os candidatos as migalhas dos ricos, os aspirantes ao exército anônimo das cozinhas, os voluntários paradoxais da impertinência patronal, os condenados às galés perpétuas dos anúncios em três linhas³⁸².

O garçom comunista que recolheu a citação, Arthur Teixeira, comenta abaixo dela que estes “são nossos companheiros todos aqueles semi-falidos”³⁸³. A profissão de garçom aparecia como uma forma de subemprego para o qual apelavam aqueles que não conseguiam trabalho em ramos melhor remunerados da indústria. Logo, aqueles que se disponibilizavam para exercer o trabalho de garçom eram os trabalhadores que faziam parte daquilo que Marx e Engels chamavam de “exército industrial de reserva”, uma população que excede a quantidade de força de trabalho necessária para a produção industrial e, portanto, cai no desemprego³⁸⁴. Mais especificamente, os garçons eram os *jobbers*, que nas palavras do jovem Engels era a parcela dos trabalhadores

³⁷⁹ ALVES, A. J. *Apelo aos trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Confeitarias, Cafés e Similares*. O Internacional. São Paulo, 31/10/1926. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁸⁰ ALVES, A. J. *Apelo aos trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Confeitarias, Cafés e Similares*. O Internacional. São Paulo, 31/10/1926. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁸¹ DECCA, M.A.G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 – 1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. P.28.

³⁸² TEIXEIRA, A. *Quem passa pelo Largo de São Bento*. O Internacional. São Paulo, 11/07/1925. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁸³ TEIXEIRA, A. *Quem passa pelo Largo de São Bento*. O Internacional. São Paulo, 11/07/1925. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁸⁴ MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Boitempo, 2017. P. 708.

desempregados que “circulam pelas ruas em busca de qualquer trabalho ocasional”³⁸⁵ ou, no caso, permaneciam no Largo de São Bento procurando nos “anúncios de três linhas” dos classificados dos jornais a oportunidade de ganhar o dinheiro do dia trabalhando como garçom.

Como a figura do garçom e do desempregado confundiam-se, “*O Internacional*” manteve constante campanha para que os garçons que haviam conseguido um vínculo mais sólido de trabalho com algum restaurante cedessem a algum desempregado um dia da semana para que este pudesse trabalhar em seu lugar.

O dever mais sublime de um sócio da “A Internacional” é dar um dia de trabalho a um companheiro desempregado auxiliando assim quem talvez necessite de levar um pedaço de pão aos seus inocentes filhinhos e a sua companheira de vida³⁸⁶.

Além disso, o sindicato também organizava uma “Seção de Colocação”, responsável por alistar nomes de trabalhadores desempregados filiados ao sindicato e fornecer essa lista as casas de refeições para que recorressem a elas quando precisassem de empregados³⁸⁷. Dessa forma, o sindicato auxiliava os seus sócios a arrumar emprego ao mesmo passo que exercia pressão aos trabalhadores não sindicalizados do ramo a entrar no sindicato para poderem desfrutar da mesma facilidade e, quando o tivessem feito, entrariam num processo de organização combativa e contato com as ideias comunistas.

Questão importante relacionada ao desemprego na categoria era a concorrência entre garçons e garçonetes. Os bares, restaurantes e cafés tendiam a preferir a força de trabalho feminina por entenderem que havia um número menor de mulheres ligadas ao sindicato sendo dessa forma mais fácil impor a elas um salário menor (o jornal cita que havia casos onde a garçonete só ganhava gorjetas), os patrões ainda consideravam as mulheres mais obedientes além de servirem “de atrativo a clientela”

Vários proprietários há que quando algum garçom se mostra descontente ou reclama algo a que tem direito, lhe dão como resposta: pode deixar o lugar, é um favor, tenho muita mulher para substituí-lo, sem pagar-lhe nada, e com muitas outras vantagens³⁸⁸.

³⁸⁵ ENGELS, F. *A Situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008. P. 127.

³⁸⁶ *Os nossos mais urgentes deveres*. *O Internacional*. São Paulo, 11/07/1925. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁸⁷ *Seção de Colocações*. *O Internacional*. São Paulo, 25/06/1926. P. 4. (CEDEM – ASMOB)

³⁸⁸ *Miséria Moral*. *O Internacional*. São Paulo, 01/12/1927. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

Em manifesto da diretoria do sindicato ao povo de São Paulo, a questão é abordada com maior minúcia.

Como é sabido, de uns tempos a esta parte os garçons que trabalhavam em determinados bares, restaurantes, leiterias, etc, foram inopinadamente postos no olho da rua, sem que da parte deles houvesse surgido motivo para isso. O caso porém, prendia-se aos interesses do patronato. O princípio da concorrência com toda a sua fatalidade, impunha-se imperativamente. Precisavam atrair maior freguesia. A substituição dos garçons por garçonetes não seria ideal?

[...]

Com tal solução, havia ainda a possibilidade dos lucros conseguidos pela diminuição do salário dos novos trabalhadores. Sendo estas, então, mulheres, o custo dos serviços diminuiria (na lógica dos patrões, chega a ser axioma o princípio de que o trabalho da mulher em qualquer condição, vale menos do que o do homem...). Por outro lado, o sexo feminino com todas as suas inevitáveis atrações, determinaria o aumento da gorjeta; logo, mais uma razão para diminuir o salário. Não poderia restar mais dúvidas – despachar os garçons!³⁸⁹

O manifesto dessa forma chama a atenção da categoria para o problema de que a competição com a força de trabalho feminina gerava um problema de desemprego e diminuição do poder de barganha dos garçons com os patrões e super exploração das garçonetes. O sindicato declara não ser contra o trabalho das mulheres em qualquer ramo que seja, mas sim contra os patrões que exploram o trabalho feminino e fazem dessas moças “vitrines ambulantes”.

Outro problema quase inerente aos últimos era a questão da prostituição das garçonetes, pois para que elas pudessem receber gorjetas tão grandes a ponto de em alguns casos poderem substituir o salário era necessário “em troca de um sorriso, de um gesto, de uma palavra amável. O gracejo intencional, o convite provocador, a imposição violenta – constituem o processo natural da prostituição”³⁹⁰. E se as garçonetes recusavam a ceder aos gracejos dos clientes, eram demitidas. E assim

Quantos pais de família levam suas filhas a trabalhar como garçonetes, a fim de auxiliá-los na manutenção de sua prole, para dentro em pouco verem nela não aquela filha humilde e honesta mas uma prostituta!

Perguntamos nós, caberá por ventura a esses pais a responsabilidade da perdição de suas filhas?

³⁸⁹ A Diretoria. *Ao povo de São Paulo*. O Internacional. São Paulo, 15/12/1927. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁹⁰ A Diretoria. *Ao povo de São Paulo*. O Internacional. São Paulo, 15/12/1927. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

Não! Não, porque nenhum pai por canalha que seja quer ver sua filha prostituta. É a miséria, a necessidade, a fome imposta pela ganancia desse mesmo patronato que assim o exige³⁹¹.

A Internacional então lançava como proposta, além da organização das garçonetes no sindicato, a exigência para que elas ganhassem o mesmo salário que os garçons para que não fossem exploradas “material e moralmente”. Entretanto, é curioso que para esse problema exigem também uma solução raramente reivindicada pelo movimento operário: a ação da polícia e da imprensa burguesa.

O fato que está agora se verificando em S. Paulo, já aconteceu também no Rio, e aqui mesmo noutra época. Houve, porém, intervenção da Polícia, ficando expressamente proibida tal exploração. Cabe no momento igual dever a Polícia de São Paulo.

“A Internacional”, por intermédio da sua Diretoria, lança apelo a imprensa a fim de que combata essa miséria moral, levando ao conhecimento do público em geral, os perigos que advirão para a sociedade em que vivemos, o fomento de tais fábricas de prostituição³⁹².

As condições de trabalho dos garçons variavam em cada local de trabalho, mas o jornal *O Internacional* atesta uma série de situações que faziam parte do ambiente dos restaurantes: alimentação de má qualidade oferecida aos empregados obrigando-os a comprarem comida em outros locais ou voltarem para casa na hora das refeições, restaurantes que alimentavam seus empregados com restos de comida deixada pelos clientes, garçons que eram obrigados a exercer ao mesmo tempo o trabalho de faxineiros, estabelecimentos onde os garçons dormiam em cima das mesas nas horas de descanso, ofensas verbais desferidas contra os garçons por parte dos gerentes e patrões, multas abusivas por pequenos acidentes³⁹³.

No que diz respeito ao nível cultural, os garçons também estavam no sentido oposto dos gráficos. O analfabetismo da categoria dos trabalhadores de restaurantes era uma preocupação constante no sindicato e alguns dos dirigentes cogitavam a hipótese dele ser uma das razões mais fortes para a desorganização sindical da mesma. Para combater o analfabetismo, A Internacional incentivava os filiados a formar reuniões de estudos e aprendizados para ensinar aqueles que não sabiam ler e escrever, bem como escolas operárias, clubes de leituras e abrigava em sua sede uma biblioteca.

³⁹¹ *Miséria Moral*. O Internacional. São Paulo, 01/12/1927. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁹² A Diretoria. *Ao povo de São Paulo*. O Internacional. São Paulo, 15/12/1927. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁹³ *Marteladas*. O Internacional. São Paulo, 25/06/1926. P. 4. (CEDEM – ASMOB)

Pelos estabelecimentos. O Internacional. São Paulo, 01/12/1927. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

Entrando em algumas casas do ramo representado pela “A Internacional”, temos notado, com respeito a organização, que a maioria dos companheiros está completamente alheia a isto, principalmente nas confeitarias, bares e cafés. É para estes que nós, neste momento, devemos olhar.

Se nos pusermos a analisar todos estes casos, chegaremos a conclusão de que a única causa disso é o analfabetismo que, infelizmente, em pleno século XX, predomina sobre grande parte dos nossos companheiros, prejudicando-os e a coletividade³⁹⁴.

Os cozinheiros compartilhavam com os garçons boa parte dessa situação, porém, o salário era maior, de 250\$000 a 300\$000³⁹⁵. Por outro lado, o ambiente de trabalho dos cozinheiros era, ao que tudo indica, pior que o dos garçons, pois o jornal do sindicato é abundante em denúncias das péssimas condições das cozinhas. Um dos textos d’*O Internacional* expõe justamente uma comparação dos salões dos restaurantes, local de trabalho dos garçons, com a cozinha

Surpreende-nos o modo como são adotadas as plantas de casas no comércio gastronômico. Embelezam-se salões, e todos os departamentos que dão entrada aos clientes, e as cozinhas ficam em um canto escuro e sem saída, reduzidas ao mínimo que mal podem trabalhar dois companheiros que, forçados pelo serviço, estorvando-se muitas vezes em acidentes e encontrões, vivem num verdadeiro inferno³⁹⁶.

Outros problemas frequentemente apresentados no jornal sobre as cozinhas são a falta de ar e de luz, humidade no chão e nas paredes contrastando com o calor dos fogões, além da localização dos banheiros ao lado da cozinha. Também é constante a reclamação da higiene com relação a louça e os alimentos.

Reinicia-se a grita contra a calamidade que infesta a capital paulista. As moscas são um grande problema da atualidade. São elas as causadoras de um grande número de moléstias; são transmissoras terríveis de micróbios, são um dos maiores inimigos da higiene.

[...]

Os maiores focos, entretanto, são certas dependências de hotéis, restaurantes e cafés. Quisessem os escritores burgueses ter o trabalho de transportar-se aos antros em que trabalhamos, então teria o público um quadro mais asqueroso a seus olhos. Verdadeiras nuvens de moscas sobre a louça, sobre o pão, sobre as verduras, sobre as carnes, etc³⁹⁷.

³⁹⁴ ALVES, A. J. *A gorjeta e o analfabetismo*. O Internacional. São Paulo, 11/07/1925. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁹⁵ ALVES, A. J. *Apelo aos trabalhadores em Hotéis, Restaurantes, Confeitarias, Cafés e Similares*. O Internacional. São Paulo, 31/10/1926. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

³⁹⁶ *A higiene nos hotéis, restaurantes e similares*. O Internacional. São Paulo, 11/07/1925. (CEDEM – ASMOB)

³⁹⁷ *Moscas*. O Internacional. São Paulo, 29/07/1925, p. 1. (CEDEM – ASMOB)

Em suma, o PCB encontrava n'”A Internacional” uma base de trabalhadores bem diversa da que encontravam na União dos Trabalhadores Gráficos. Estavam muito longe de poder ser considerados uma aristocracia operária, constituindo uma camada economicamente frágil da classe trabalhadora.

Uma das principais e mais características reivindicações do sindicato dos trabalhadores em hotéis, restaurantes, bares e similares foi por toda a década de vinte a abolição do sistema de gorjetas e a implantação do sistema de porcentagem, pois entendiam a gorjeta como uma “degradante esmola que constitui o complemento do seu salário” e uma das principais razões do baixo salário dos garçons³⁹⁸. Eram também reivindicações da categoria o cumprimento da lei de 8 horas de trabalho diário e da lei de férias, maiores ordenados, regulamentação do descanso semanal, salário igual para trabalho igual, ordenado integral em caso de adoecimento, higiene nas cozinhas e boas condições de serviço, respeito por parte dos gerentes e patrões, controle do sindicato nas medidas que favorecem os trabalhadores³⁹⁹.

Por toda a década de vinte, o jornal *O Internacional* fez propaganda comunista. Já em 1922 publicou uma série de textos de Astrojildo Pereira, originalmente publicados no jornal do sindicato congênere carioca, *A Voz Cosmopolita*, defendendo a Revolução Russa e a III Internacional da crítica feita pelos anarquistas e pela imprensa burguesa que, para Astrojildo, faziam contra os comunistas “uma frente única de um gênero todo especial e cuja atividade quotidiana crescente põe em relevo a imoralidade da aproximação”⁴⁰⁰. Publicavam textos de propaganda do Partido Comunista do Brasil convidando os trabalhadores a filiarem-se a ele⁴⁰¹, textos ensinando a criar uma célula do PCB nos locais de trabalho⁴⁰², poesias de Affonso Schmidt exaltando a Rússia bolchevique⁴⁰³, apoiaram o lançamento do jornal comunista *A Classe Operária*⁴⁰⁴ em

³⁹⁸ CAQUEIRO, J. *Tarefa que se impõe*. O Internacional. São Paulo, 26/10/1922. P.1. (CEDEM – ASMOB)

³⁹⁹ ALVES, A. J. *Apelo aos trabalhadores em hotéis, restaurantes confeitarias, cafés e similares*. O Internacional. São Paulo, 31/10/1926. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁰⁰ PEREIRA, A. *Os extremos que se encontram*. O Internacional. São Paulo, 17/07/1922. P.1. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁰¹ COUTINHO, R. *O Partido Comunista Brasileiro*. O Internacional. São Paulo, 16/12/1922. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁰² Comissão de Educação e Cultura do Partido Comunista do Brasil. *Centros de Cultura Proletária*. O Internacional. São Paulo, 09/04/ 1925. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁰³ SCHMIDT, A. *Ode aos russos*. O Internacional. São Paulo, 16/12/1922. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁰⁴ *Aos Trabalhadores das cidades e dos Campos*. O Internacional. São Paulo, 15/05/1925. P.2. (CEDEM – ASMOB)

1925 e do jornal *A Nação* em 1927⁴⁰⁵, apoiou o Bloco Operário e Camponês e todas as suas candidaturas dentro e fora de São Paulo⁴⁰⁶, fez parte da campanha do PCB pelo cumprimento da Lei de Férias⁴⁰⁷, apoiou as duas greves dos gráficos paulistas⁴⁰⁸, publicou textos da III Internacional⁴⁰⁹. Enfim, militou assiduamente pelo Partido Comunista do Brasil e pela III Internacional.

Todavia, no que diz respeito a direção do sindicato, os comunistas não encontraram um ambiente tão tranquilo quanto na União dos Trabalhadores Gráficos. Ao contrário, os comunistas tiveram de enfrentar dificuldades dos mais variados tipos para manterem-se na direção do sindicato e até mesmo para sustentar o sindicato funcionando e com coesão por toda a década.

Em 1922 os cozinheiros tentaram sair d'A Internacional e formar um sindicato a parte, o Centro União Culinária, de tendência reformista, a qual A Internacional combateu através do boicote, fazendo campanha para que os cozinheiros não se filiassem a ela para manter todos os trabalhadores do ramo culinário unidos n'A Internacional⁴¹⁰.

Em 1924 sofre uma crise nos quadros da direção por conta do grave adoecimento do secretário-geral e do primeiro-secretário. Quando se estava para eleger uma nova direção eclode a revolta tenentista na cidade e a categoria dos garçons passa por uma situação de escassez de alimentos pois o fechamento dos restaurantes e similares os deixam sem rendimentos, obrigando o sindicato a empregar toda a sua capacidade na criação de uma cozinha econômica na sua sede para ajudar seus sócios. Quando a revolta acabou e os tenentistas evacuaram São Paulo, a repressão caiu sobre o movimento operário e A Internacional teve sua sede invadida pela polícia e sua biblioteca confiscada. Apenas em setembro houve condições de chamar uma assembleia

⁴⁰⁵ LOBO, A. "A Nação"! O internacional. São Paulo, 04/02/1927. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁰⁶ *Política Proletária*. O Internacional. São Paulo, 04/02/1927. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

O Bloco Operário e Camponês de São Paulo. O Internacional. São Paulo, 15/02/1928. P.1. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁰⁷ GUIMARÃES, S. *Quinze dias de férias anuais?* O Internacional. São Paulo, 11/04/1926. P. 8. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁰⁸ *Perdura o movimento paredista dos gráficos*. Diário Nacional, São Paulo, 27/03/1929. P. 12. (BNDigital)

⁴⁰⁹ A II Internacional e os mencheviques búlgaros. O Internacional. São Paulo, 11/04/1926. P. 3. (CEDEM – ASMOB)

⁴¹⁰ Um Culinário. *Ecos de uma projetada organização*. O Internacional. São Paulo, 5/10/1922. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

para formar um novo Comitê Executivo, ocasião em que os anarquistas tomaram controle do sindicato⁴¹¹.

Com os anarquistas a frente do sindicato, os comunistas passam a publicar n'’*O Internacional*’’ constantes críticas a direção. Afirmam que a nova direção d’A Internacional pretendia transformar o sindicato em um feudo, em uma propriedade privada, que os diretores do sindicato preocupavam-se com bailes, mas não chamavam uma assembleia há mais de seis meses (quando elas deveriam ocorrer mensalmente), que afundavam o sindicato em dívidas e sequer se preocupavam em comemorar o aniversário do sindicato⁴¹². Da crítica administrativa econômica iam para a crítica moral, declarando que graças ao Comitê Executivo A Internacional parecia-se com “uma taverna de pescadores das costas da Noruega”, pois

Os diretores da nossa associação, em vez de procurarem fazer do sindicato um meio purificador de consciências para que amanhã possamos ter indivíduos capazes de se apoderarem das rédeas de um governo proletário, transformam o local social em uma taverna em que se cultiva toda a espécie de vícios⁴¹³.

E especificamente sobre o secretário-geral do sindicato, o anarquista Victor M. Saavedra

Se algum associado tiver necessidade de pedir alguma informação ao Comitê, perderá o seu tempo, porque o Comitê é unicamente o sr. Secretário-Geral, e este, se não estiver com as cartas nas mãos, saboreando um tute, está divorciado em cima da mesa, roncando como um pai de leitões e quando está nessas condições, isto é, perturbado pelo fluído da garrafa, não quer ser incomodado com amolações dos sócios⁴¹⁴.

⁴¹¹ PEREZ, J. *Movimento administrativo da A Internacional de 5 de maio de 1924 a 30 de abril de 1925*. O Internacional. São Paulo, 01/05/1925. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴¹² F.B.M. *Para a classe ler e os tartufos cheirarem*. O Internacional. São Paulo, 09/04/1925. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

A Internacional em vésperas de seu 11° aniversário. O Internacional. São Paulo, 09/04/1925. P.1. (CEDEM – ASMOB)

⁴¹³ OTÉRO, A. C. *Saneamento Moral*. O Internacional. São Paulo, 11/07/1925. P1. (CEDEM – ASMOB)

⁴¹⁴ OTÉRO, A. C. *Saneamento Moral*. O Internacional. São Paulo, 11/07/1925. P1. (CEDEM – ASMOB)

Contudo, deve-se dizer que o problema dos jogos e do alcoolismo deveria ser não uma característica dos anarquistas na direção ou na base dos sindicatos, mas sim um problema presente na categoria, pois mesmo depois de os comunistas retomarem o Comitê Executivo, continuam a publicar textos reclamando de sócios que usavam a sede do sindicato para jogar cartas e ingerir bebidas alcoólicas. Quando a diretoria d’A Internacional finalmente proíbe o jogo e a bebida dentro do sindicato, alguns garçons fundam um clube de jogos, o que é veemente criticado e desestimulado pela A Internacional. Ver *Ainda bem!* O Internacional. São Paulo, 07/10/1926. P2. (CEDEM – ASMOB)

ALVES, A. J. *Contra o jogo*. O Internacional. São Paulo, 27/11/1926. P. 3. (CEDEM – ASMOB)

Alerta Companheiros! O Internacional. São Paulo, 15/12/1927. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

Apesar das constantes críticas comunistas no jornal do sindicato, Saavedra consegue se reeleger a secretário-geral em eleição ocorrida no dia 30 de junho de 1925, de forma que A Internacional passou todo este ano sob influência anarquista. Apenas no final do ano, em dezembro, um conflito entre comunistas e anarquistas em assembleia do sindicato mudou o quadro.

Nesta assembleia, ocorrida no dia 1 e 3 de dezembro, Victor Saavedra protesta contra a “interferência política” dentro d’A Internacional, ou seja, a presença de membros do Partido Comunista. Para combater os comunistas, Saavedra remete-se aos Congressos Operários ocorridos em 1906, 1913 e 1920, todos de orientação sindicalista revolucionária, o que significa dizer que deliberaram a neutralidade sindical frente a organizações partidárias⁴¹⁵. A assembleia divide-se então entre aqueles que defendem a neutralidade sindical e aqueles que defendem o “sindicalismo político”, ou em outras palavras, a possibilidade de se defender uma linha política dentro do sindicato, incluindo a de um partido político.

Saavedra passa então a atacar a Comissão Editorial do jornal “*O Internacional*”, principalmente o redator e diretor Apolinário José Alves, e exige que a direção do jornal siga a linha política da direção do sindicato, ou seja, anarquista, ou então que passe a direção do jornal para pessoas afinadas ideologicamente com a diretoria d’A Internacional. Apolinário José Alves responde que o jornal é livre para seguir a política que quiser, pois para isso existia a liberdade de imprensa.

Quando levada a votação, a Assembleia decide que o grupo “Ação e Cultura”, editor do jornal, deveria obedecer a linha política da diretoria do sindicato. Porém, a pauta a seguir é um pedido de demissão por parte de José Lema Landeira, o tesoureiro, por não ser a favor do Comitê Executivo. Justifica que sabia que Saavedra e Carlos Senger (outro anarquista) faziam reuniões privadas sem a presença de outros membros da diretoria o que não poderia aceitar, pois as reuniões do sindicato deveriam ser realizadas na sede e com a participação de todos os interessados. Nesse momento, Antônio Vaz pede a assembleia que destitua toda a Comissão Executiva, e Landeira

⁴¹⁵ Contudo, é notável que Saavedra fazia parte da corrente do anarquismo que Alex Bonomo classificou como anarquista sindicalista: prega a neutralidade política no sindicato, mas na prática impõe o anarquismo. Ver BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. Mestrado em História apresentado a PUC. São Paulo, 2007. P. 267.

reforça que só ficará em seu cargo de tesoureiro se todos os outros membros da diretoria forem substituídos, pois não pode mais trabalhar junto com alguém como Saavedra.

Por fim a assembleia destitui Saavedra e Carlos Senguer de seus cargos no Comitê Executivo⁴¹⁶. Em resumo, o jornal comunista foi obrigado pela assembleia a seguir a linha política da direção do sindicato, que até o momento era anarquista, mas como essa direção foi em seguida destituída e composta outra, de orientação comunista, na prática nada mudou e *O Internacional* continuou a ser um órgão de propaganda afinado com o comunismo.

Em reunião posterior, no dia 21 de dezembro de 1925, Victor Saavedra foi suspenso d'A Internacional acusado de ir contra os estatutos do sindicato. Arthur Teixeira então escreve um texto sobre a expulsão de Saavedra, onde defende que o anarquista não aceitava opiniões divergentes da sua e queria que o sindicato a seguisse, passando por cima da vontade da coletividade dos membros. Incapacitado de realizar seus planos, Teixeira relata que Saavedra entregou uma carta a polícia denunciando os membros do Comitê Executivo da A Internacional.

Todos nós somos suscetíveis de errar. Entendemos que Fulano ou Sicrano esteja errado porque pensa diferente de nós. Esse Fulano ou Sicrano não tem o direito de pensar diferente de nós? Mas Saavedra entendia que não... e pronto.

O resultado é que foi aos poucos caindo no ridículo até que epilogou com a entrega de uma carta a um inspetor de polícia que nada tem a ver com assuntos que só aos trabalhadores interessam. Foi, porém, o quanto bastou para se desmoralizar perante a coletividade e sentir o peso da reprovação dos que como eu querem que acima de tudo paire a lealdade⁴¹⁷.

Na mesma edição do jornal, um texto contra o anarquismo, importado da *Voz Cosmopolita* do Rio de Janeiro, menciona negativamente Saavedra afirmando que ele denuncia os comunistas para a polícia⁴¹⁸.

Em julho deste ano de 1926, porém, o caso Saavedra ganha continuidade em uma assembleia realizada no dia 29. Os anarquistas Monterrozo, Aurelio Viola e Alfredo Boló pedem a readmissão de Saavedra ao sindicato, defendendo que este fora caluniado e que sua suspensão na verdade se devia aos textos que publicava no “*O Internacional*”, que eram de caráter libertário. Imediatamente a carta que Saavedra

⁴¹⁶ *Ata da Assembleia do dia 1º de dezembro*. O Internacional. São Paulo, 26/01/1926. P. 1 -2. (CEDEM – ASMOB)

⁴¹⁷ TEIXEIRA, A. Reprovando um ato. O Internacional. São Paulo, 24/02/1926. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴¹⁸ *Podre anarquia*. O Internacional. São Paulo, 24/02/1926. P. 3. (CEDEM – ASMOB)

entregou a polícia é lembrada pela assembleia. Boló defende então que Saavedra foi obrigado a entregar a carta a polícia. Um membro do sindicato, de nome Miguel Martinez afirma então que por não ter “nenhuma paixão ideológica” pode falar imparcialmente e então relata que presenciou todo o mandato de Saavedra no sindicato, que ele, como secretário-geral, fez de tudo para se apoderar do editorial de “O Internacional” no objetivo de transformá-lo num jornal anarquista. Para isso, Saavedra teria chamado várias assembleias gerais em que foi derrotado em tudo que propôs. Depois de derrotado, buscou mostrar a coletividade que na sede da A Internacional havia um núcleo comunista e como prova fez a leitura de uma carta, ocasião em que chegou um oficial de polícia e então Saavedra entregou a carta para provar que ali havia comunistas, sem que nada lhe fosse pedido. Martinez termina seu relato dizendo que foi puro ato de traição da parte de Victor Saavedra e por isso não podia concordar com o retorno de Saavedra para o sindicato.

Os anarquistas afirmam então que Saavedra não era um agente da polícia e que dedicou muito de sua vida ao sindicato, que viera do Rio de Janeiro apenas para reerguer A Internacional. Os comunistas retrucam que Saavedra, na verdade, veio do Rio de Janeiro para derrubar o sindicato, pois o tinha afundado em uma dívida de dois contos de réis. Os comunistas pedem que Saavedra reconheça seus erros antes que a assembleia votasse sua readmissão. Saavedra não o faz, mas mesmo assim é aceito de volta dentro da A Internacional⁴¹⁹.

Os conflitos com os anarquistas, porém, não acabaram ali. No fim do ano A Internacional vota novo estatuto, este abandona a feição alinhada com o sindicalismo revolucionário do antigo e toma feições comunistas. Os anarquistas, então, demitem-se do sindicato e passam a fazer propaganda entre os garçons e cozinheiros para que estes também o abandonem⁴²⁰. Em 1928 os anarquistas tentaram mais uma vez disputar a direção do sindicato com os comunistas, mas perderam novamente. Resolveram fundar então um sindicato a parte, o Centro dos Copeiros Cosmopolitas, que foi combatido pela A Internacional pelo resto da década⁴²¹.

⁴¹⁹ *Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 13 de julho de 1926*. O Internacional. São Paulo, 29/07/1926. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴²⁰ Um empregado do café. *Como eles andam*. O Internacional. São Paulo, 31/10/1926. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴²¹ *Que beócios!* O Internacional. São Paulo, 01/07/1929. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

Os comunistas então publicam um texto no *O Internacional* onde declaram que os anarquistas jamais poderão dirigir um sindicato devido a sua “ignorância completa do que seja tática e política revolucionária” e também por serem “possuidores de um individualismo estreito”. Para os comunistas, os anarquistas “tem sido a desgraça do proletariado” em todos os países, pois a grande maioria das derrotas dos trabalhadores se deve aos erros do anarquismo e então relembram do “tempo em que Saavedra esteve à frente da administração da A Internacional”, que para eles, “teve tristes efeitos que perduram até hoje”. O autor ainda diz que os anarquistas são teimosos até a medula e quando contrariados chegam ao ponto de servir de instrumento da burguesia. “Saltam-se, depois, cheios de fúria contra os comunistas, caluniando o seu Partido e denunciando-os a polícia”⁴²².

No fim de 1927 *O Internacional* enfrentar uma crise advinda de uma dívida de 600 mil réis para com a tipografia Ferrari & Buono que o fez deixar de circular por dois meses. O PCB então enviou um militante do Rio de Janeiro e outro de Santos que ao chegarem em São Paulo encontraram o sindicato falido. Os comunistas então pediram empréstimo de 600 mil réis com a União dos Trabalhadores Gráficos para saldar a dívida da A Internacional e afastaram Apolinário José Alves e o Grupo Ação e Cultura da redação do jornal, instituindo o Grupo Internacional, que ficou responsável pelo *O Internacional* daí para frente⁴²³.

O sindicato A Internacional não dirigiu greves da envergadura das duas greves dos gráficos de 23 e 29, mas foi um sindicato ativo por toda a década, organizando uma série de greves de curta duração em estabelecimentos isolados e algumas mobilizações de cunho político. Certamente os dois exemplos de maior relevo são a greve contra o Hotel Rotisserie Sport em 1922 pelo aumento de ordenado e que saiu vitoriosa, a participação na luta pela Lei de Férias, o apoio as greves dos gráficos e a mobilização contra as carteiras de identidade em 1923⁴²⁴.

A inserção sindical dos comunistas na cidade de São Paulo na década de 20 foi, apesar de pequena, diversificada. Se tomarmos os sindicatos como o ponto de referência para estabelecer qual era a “base de classe” do Partido na cidade, chegaremos à

⁴²² *Os anarquistas e as organizações sindicais*. *O Internacional*. São Paulo, 31/10/1926. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴²³ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 289.

⁴²⁴ *Salve, “A Internacional”!* *O Internacional*. São Paulo, 11/04/1926. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

conclusão de que os comunistas encontravam suas bases em duas categorias bem diferentes da classe operária: os gráficos, trabalho já industrial mas com forte tendência intelectual e de melhores salários que a média da classe operária na cidade; e os trabalhadores de bares e restaurantes, garçons e cozinheiros, categoria pouco intelectualizada, economicamente muito frágil, composta pelo “exército de reserva”, abrigando indivíduos com tendências a cair na lupemproletariedade. Ambos os sindicatos, é necessário notar, não foram conquistados durante a década de 20 propriamente, mas da conversão de anarquistas que atuavam nesses sindicatos ao comunismo no começo da década. Ainda que o fato possa aparentar que o componente ideológico não foi uma escolha da categoria, é necessário lembrar que ambos sindicatos foram disputados por anarquistas e comunistas durante toda a década, e especialmente no dos garçons, não foi fácil para os comunistas manterem-se na direção.

Apesar do sindicato dos garçons e cozinheiros ter exercido importante trabalho para os comunistas por toda a década, não há dúvidas de que o ponto forte do PCB em São Paulo era a União dos Trabalhadores Gráficos. O sindicato dos gráficos foi o responsável pelas duas maiores greves de São Paulo durante a década de 20, as duas contando com uma direção comunista no sindicato. A greve dos gráficos de 1929 foi o ponto alto da atuação dos comunistas na capital paulista e, depois dela, o movimento entra em visível declínio. Mas para além dos momentos de grande mobilização e manifestação, como as greves de 1923 e 1929, o sindicato dos gráficos atuou por toda a sua existência como um difusor cultural, ou dito de outro modo, como um formador de consciência de classe no operariado paulista através de constantes promoções de conferências, debates sobre temas ligados à vida do proletariado, bailes e piqueniques com a apresentação de peças teatrais e bandas de música operárias, a constante presença de artistas e intelectuais ligados ao PCB, como Affonso Schmidt e Di Cavalcanti, bem como a publicação constante de seu jornal *O Trabalhador Graphico*, que cumpria o papel de formar politicamente não só a categoria dos gráficos, mas os operários paulistas em geral. Dessa forma, se quisermos apontar o núcleo da política comunista em São Paulo nesse momento, ela se deu através da União dos Trabalhadores Graphics.

Capítulo III – Relações do Partido Comunista do Brasil em São Paulo com outras forças políticas.

3.1 - Os tenentistas.

O tenentismo foi um movimento político que teve como principais expoentes membros de patentes médias do exército. O movimento tenentista não tinha um programa sólido de propostas políticas, de modo que sua unidade era o entendimento comum de que o modelo político oligárquico da Primeira República deveria cair.

No clássico estudo de Virginio Santa Rosa sobre o tenentismo, durante o processo de formação da sociedade burguesa brasileira, a burguesia oligárquica rural e industrial deixou a pequena-burguesia sem nenhuma possibilidade de representação política, impossibilitando essa classe que crescia cada vez mais com o avanço da indústria, das cidades e do aparelho estatal, de lutar democraticamente por seus interesses, acarretando como consequência que “uma luta sem quartel tornou-se, por conseguinte, inevitável”⁴²⁵. Quando a oligarquia cindiu, a sua parcela dissidente do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba buscou aliar-se com a pequena-burguesia, acenando para a conquista de seus interesses e uniram-se com os revoltosos tenentistas para concretizar aquilo que ficou conhecido na história brasileira como Revolução de 1930. Nesse quadro, para o autor, os tenentes surgiram como expressão política das classes médias, encarnando seus anseios mais íntimos⁴²⁶.

Essa interpretação, que se assemelha com a interpretação que os comunistas da década de 20 tinham dos tenentistas como “pequena-burguesia revoltosa” foi debatida em seus pontos fundamentais pela historiografia, no qual um representante significativo é Boris Fausto, que busca os vínculos do tenentismo com as classes médias urbanas na adesão que o movimento tinha entre elas e na comparação dos pontos elementares da ideologia imperante nas classes médias.

Para Boris Fausto, a simpatia da classe média urbana com o tenentismo se dava por verem nele o “braço armado da dissidência civil”⁴²⁷. No que diz respeito ao componente ideológico, o tenentismo tinha aproximações e divergências com a classe média urbana. Aproximavam-se em sua defesa do voto secreto, das liberdades

⁴²⁵ SANTA ROSA, V. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-amega, 1976. P. 28.

⁴²⁶ SANTA ROSA, V. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-amega, 1976. P. 53.

⁴²⁷ FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 86.

individuais e do nacionalismo, mas divergiam no elemento centralizador e no elitismo⁴²⁸. Boris Fausto alerta para o caráter corporativo militar do tenentismo, afirmando que apesar das origens sociais de classe dos tenentes, não se pode ignorar o caráter intermediário que ocupavam no interior da hierarquia das Forças Armadas e a ressocialização pelo qual passaram ao fazer parte do Exército⁴²⁹.

A análise de Santa Rosa e de Fausto parecem encontrar alguma resolução com as considerações de Maria Cecília Forjaz, que analisa o tenentismo tendo uma relação ambivalente com as classes médias, onde o seu caráter de classe e, conseqüentemente, seu papel como representante político das classes médias, passa pela mediação do componente militar, o que explica a relação de conflito e aproximação entre os elementos ideológicos do tenentismo e das classes médias em geral. Para Forjaz o tenentismo era liberal-democrata, buscava apoio militar, pretendia ampliar a representatividade do Estado e representava os interesses da classe média; mas contraditoriamente ao mesmo tempo tinha tendências autoritárias, era incapaz de organizar o povo, mantinha uma perspectiva elitista e interpretava a si mesmos como representantes da nacionalidade brasileira⁴³⁰

Compartilhando com os comunistas o caráter de oposição radical ao regime estabelecido da Primeira República, os tenentistas se tornaram candidatos óbvios a aliados dos comunistas em sua política de frente única e, em alguns momentos, encontraram simpatia entre as fileiras comunistas. Os comunistas e os tenentistas compartilham uma história marcada mais pelo desencontro do que pela convergência e, se quisermos, tem até mesmo uma pré-história⁴³¹.

Apesar do levante do Forte de Copacabana parecer não ter despertado grandes interesses por parte dos comunistas, foi justamente na revolta tenentista de 1924 na cidade de São Paulo que começaram as relações entre os dois movimentos de contestação da ordem vigente.

⁴²⁸ FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 93.

⁴²⁹ FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 106.

⁴³⁰ FORJAZ, M.C.S. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. P. 31-32.

⁴³¹ Se lembrarmos que a tentativa de revolução anarquista de 1918, que tinha entre seus líderes futuros expoentes comunistas como Astrojildo Pereira e João Jorge da Costa Pimenta, buscou aliar-se com um tenente, o tenente carioca Jorge Elias Ajus, que foi encarregado de sublevar parcelas do exército para apoiar o movimento, mas acabou por entregar todo o movimento conspirativo para a polícia. (DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 66).

Everardo Dias nos oferece um relato do início do desencontro entre essas duas forças políticas.

Em fevereiro ou março de 1923, Everardo Dias, que estava no Rio de Janeiro, foi procurado por uma pessoa de confiança de Maurício de Lacerda para imprimir um apelo-circular dirigido aos oficiais do Exército, de forma que deveria entregar esse circular no dia seguinte no escritório de Mauricio de Lacerda a ele pessoalmente. Uma semana depois, Everardo foi novamente procurado pela mesma pessoa para uma conferência secreta que tinha como objetivo “o reagrupamento das forças revolucionárias para deflagrar um movimento armado contra a oligarquia dominante”⁴³². O emissário expõe a Everardo o plano insurrecional e pede para que ele consiga o apoio do proletariado através de um trabalho de agitação nos meios fabris e dos transportes, buscando desorganizar o cotidiano cidadão e deixando as forças públicas frágeis para uma intervenção dos militares revoltosos. A esse pedido, Everardo respondeu que

[...] nada podia resolver, isso dependia de consulta aos diversos líderes sindicais. Os sindicatos não eram casernas, tinham uma organização amplamente democrática, embora centralizada, todos os assuntos deviam ser expostos e debatidos, em plenário, pelos quadros corporativos. A situação dos trabalhadores no Rio de Janeiro e nos demais centros industriais do país era, sem dúvida, das mais penosas, açoitados pela alta ininterrupta dos gêneros de consumo forçado ou de base alimentar. Notava-se um latente descontentamento, mas devia saber que a maioria dos Sindicatos estava vigiada pela polícia e bastava que se anunciasse uma assembleia geral para tratar de assuntos de interesse imediato, como esse de melhoria de salários para fazer face à situação de alta, para que as autoridades se alarmassem e começassem as prisões, pois estávamos sob o regime do estado de sítio e de plena impunidade policial para praticar arbitrariedades. O proletariado não dispunha mais da força e coesão que tinha em 1919, por exemplo, pois suas fileiras haviam sido dizimadas pelas deportações justamente dos elementos mais firmes e resolutos e os que restaram não queriam expor-se a maiores sofrimentos. Mesmo assim, podia ser levado a efeito trabalho adequado às possibilidades ambientes, nunca porém de tomar a iniciativa para uma greve geral como ele propunha, enfrentado a polícia para depois dar causa à intervenção armada do Exército e da Marinha. Ia entender-me com líderes de confiança e de prestígio entre o proletariado, mas só poderia responder dentro de um prazo determinado, uma semana pelo menos. Enquanto isso, deviam os líderes militares fazer uma revisão de seus planos, tratando de modificá-los, pois o que propunham era inexecutável na presente ocasião⁴³³.

Everardo procurou então os dirigentes do PCB para que eles pudessem estudar a proposta e tomar alguma atitude a respeito nos sindicatos em que controlavam. Procurou também líderes de outras organizações operárias com o mesmo intuito, mas

⁴³² DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. P. 132.

⁴³³ DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. P. 133- 134.

encontrou fraca aderência entre todos, pois estavam temerosos com relação a perseguição policial e a perspectiva de prisão e fechamento das organizações. De fato, a polícia prendeu uma série de oficiais do exército por estarem envolvidos com a conspiração: Capitão-de-Corveta Artur Frederico de Noronha e o Capitão-Tenente Lucas Gomes Paulino, bem como sargentos, cabos e o próprio Everardo Dias⁴³⁴. Entretanto, as prisões não atingiram o núcleo organizativo do movimento e ele continuou normalmente.

Uma vez solto, Everardo continuou em contato com um “chefe militar” que pediu sua cooperação. Foi a São Paulo tratar com líderes operários e voltou ao Rio de Janeiro otimista com a situação, decepcionando-se apenas quando percebeu que

os militares não situavam o problema do povo brasileiro com a objetividade precisa. A sua crítica de ordem geral perdia-se em teorias, sem qualquer planificação, sobretudo prática, tendo em mira principalmente os resultados. Eram honestos, bem intencionados, mas sem a plasticidade mental indispensável para o exercício do poder, encarando os acontecimentos sob um ângulo puramente militar, um tanto ou quanto caudilhesco⁴³⁵.

O que incomodava Everardo Dias era que os militares ignoravam por completo as condições de vida das massas, queriam apenas usá-las estrategicamente para obter sucesso em seus planos de tomada do poder. Este trecho de Everardo revela que o elemento elitista, antipopular estava presente no tenentismo desde os seus primórdios e será uma característica sistemática do movimento tenentista, estando presente mesmo na Coluna Prestes. O relato de Everardo Dias que critica a estreiteza militar dos tenentistas que ignoravam a miséria geral da população e sua razão na forma de propriedade e nas relações sociais de produção é consonante com a análise que outros dirigentes comunistas da década de 20 fizeram do tenentismo, sendo elas pertinentes para capturar a têmpera do movimento militar que foi essencial para mantê-los em desacordo constante com os comunistas. Nesse sentido, Octávio Brandão criticou acidamente os militares revoltosos de 1924 dizendo que

A visão do especialista é sempre estreita. Se, além de especialista, tem uma mentalidade pequeno-burguesa, a visão é duplamente estreita. E, se além de especialista e pequeno-burguês é positivista, a visão é triplamente estreita. Ele só vê a sua especialidade. Traça um círculo ao redor de si e o olhar não vai além. Lembra o peru a rodar dentro de um círculo de carvão. Julga que sua especialidade resume o universo. O técnico só vê a técnica. Por isso, o bom artilheiro é geralmente um péssimo político. Não sabe combinar as forças para uma luta ampla. Não sabe dividir as forças do

⁴³⁴ DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. P. 131.

⁴³⁵ DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. P. 136.

inimigo. Entende que a voz do canhão é o único elemento sério. O pior é que o técnico, não tendo a visão dilatada do político, não vê o principal. Quase sempre concentra as forças sobre elementos secundários.

Os chefes da segunda revolta demonstraram ser bons técnicos e maus políticos. Daí, uma das razões da derrota em São Paulo⁴³⁶.

Mais tarde foi a vez de Leôncio Basbaum fazer reflexão muito parecida com a de Everardo Dias e Octávio Brandão a respeito do tenentismo e da Coluna Prestes.

Prestes era um homem das cidades, das classes médias e urbanas.

Ele mesmo só via o Presidente Bernardes, o terror desencadeado por um governo que tratava antes de tudo de manter-se no poder, numa autodefesa permanente e que não era em absoluto o responsável pela situação que o país atravessava. Prestes, parece, não compreendeu que Bernardes era apenas o representante momentâneo da classe que desde 1894 ocupava o poder político do país e que nada havia feito em benefício do povo. Era claro, pois, que substituir Bernardes por outro qualquer – mesmo Wenceslau Brás como sugerira Isidoro – não teria resolvido o problema. Este se situava ali mesmo por onde andaram Miguel Costa, Prestes e a sua Coluna: o chão, a terra. Passaram tão perto, por cima dele, e não o viram⁴³⁷.

Quando os tenentistas tomaram a cidade de São Paulo em julho de 1924, foi João Jorge da Costa Pimenta, o comunista líder dos gráficos paulistas na greve de 1923 que tentou negociar com Isidoro Dias Lopes o armamento do proletariado para formar “batalhões verdadeiramente populares” para cortar as comunicações, agitar e levantar a população do interior e organizar guerrilhas contra as forças governamentais, porém, o líder tenentista recusou prontamente as propostas de Pimenta, advertido por Macedo Soares contra o perigo bolchevista⁴³⁸. O referido encontro aparece narrado numa entrevista dada por Octávio Brandão em 1977, nesses termos:

Antes em 24, em São Paulo, o João da Costa Pimenta foi procurar Isidoro [Dias Lopes] e propôs o apoio do Partido Comunista, dos operários gráficos, armá-los ou dar armas aos operários. E Isidoro teve medo, preferiu desertar ao entregar as armas para os operários – está aí o que é a pequena-burguesia. Cleto Campelo tomou as armas no Recife, vários comunistas padeiros participaram da Coluna Cleto Campelo. Morreram de armas na mão, o dedo no gatilho, lutando contra as tropas da polícia.[...] Fomos procurar Isidoro em São Paulo, e Isidoro teve medo dos comunistas. Mesmo porque Isidoro se deixava levar por Macedo Soares, futuro ministro das relações exteriores. E o Macedo Soares dizia: “Os operários agitam-se já, e as aspirações bolchevistas estão aparecendo”. Isidoro também ficou com medo

⁴³⁶ BRANDÃO, O. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil*. São Paulo: Garibaldi, 2006. Pag. 55.

⁴³⁷ BASBAUM, L. *História Sincera da República (1889 – 1930)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 236-237.

⁴³⁸ BRANDÃO, O. *Octávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. P. 197.

porque era uma massa operária enorme. E os operários pediram armas a Isidoro⁴³⁹.

Everardo Dias faz as mesmas censuras que Octávio Brandão à atitude de Isidoro Dias Lopes, dando a entender que teria sido Isidoro o “chefe militar” que havia entrado em contato com ele. Everardo lembra que Isidoro desculpou-se em suas memórias por “não ter tido tempo de avistar os elementos conjurados do operariado”, mas teve tempo de receber em seu quartel-general o presidente da Associação Comercial e outros magnatas da finança e da indústria que o aconselharam a agir contra as aspirações bolchevistas do operariado, culminando que quando os comunistas “sabedores de que o movimento era aquele que se estava articulando desde o Rio de Janeiro, queriam justamente propor o que antes havia sido combinado”, ou seja, armas para os operários formar batalhões revolucionários, viram Isidoro recuar de seu pedido inicial e negar-lhes as armas⁴⁴⁰.

Tão logo a revolta dos tenentes fracassou em São Paulo, ao fim do mês de julho, Octávio Brandão escreveu sob a inspiração do acontecimento o livro que seria uma das primeiras tentativas de interpretar a realidade brasileira sob a perspectiva do marxismo-leninismo e que nos anos seguintes, até pelo menos o III Congresso do PCB em 1929, iria ter grande peso na linha do Partido, tirada no II Congresso de 1925. O livro *Agrarismo e Industrialismo* de Octavio Brandão revela o impacto que a revolta tenentista de 1924 causou nos comunistas, estando presentes nele o conceito de “revolução democrático pequeno-burguesa” que custaria a Brandão, juntamente com a sua atuação no Bloco Operário e Camponês, uma série de críticas por parte da III Internacional acarretando o fim de sua presença no Comitê Central findos os anos 20

Em *Agrarismo e Industrialismo*, o esforço de João da Costa Pimenta em negociar com Isidoro Dias Lopes armas para uma insurreição proletária, não impediu que Octávio Brandão deixasse uma crítica aos comunistas de São Paulo que revela a situação do Partido no local e corrobora nossa hipótese de que nos primeiros anos o PCB em SP era um pequeno grupo de propagandistas do comunismo nitidamente mais fraco do que em outros lugares. Brandão afirma, em seu livro, que os comunistas paulistas nunca procuraram estudar seriamente o comunismo, nem organizar-se, disciplinar-se, centralizar-se e penetrar nas grandes fábricas, por conta disso teriam eles

⁴³⁹ BRANDÃO, O. *Octávio Brandão (depoimento, 1977)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. P. 130.

⁴⁴⁰ DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. P. 138.

sido impotentes de tomar alguma atitude relevante quando o ocorreu a tomada da cidade pelos tenentistas e não puderam “cumprir seu dever revolucionário”. Apenas nos últimos dias tentaram alguma atitude (Brandão provavelmente se refere à conversa de Pimenta com Isidoro), mas já era tarde demais. Para o comunista Octávio Brandão

O dever deles seria mais ou menos o seguinte: reunirem-se permanentemente os líderes. Darem ordens severas a todos os membros. Lançarem na rua um jornal diário, recorrendo, para isso, até mesmo a expropriação, embora temporária. Criarem conselhos de delegados nas fábricas da capital. Lançarem a palavra de ordem da frente única. Agitem os operários e os lavradores pobres em torno de conquistas imediatas. Espalhem manifestos e folhetos escritos em linguagem popular. Obterem instrutores com os revoltosos. Invadirem os depósitos e armarem os operários, preparando-os militarmente, subordinando-os à direção política da seção local do Partido. Lançarem os batalhões vermelhos, em avalanches de guerra, contra os soldados da legalidade. Milhares de trabalhadores poderiam ter sido armados. E outros caminhos teria seguido a revolta pequeno-burguesa...

Isto não foi feito. Nem o poderia ter sido. Faltavam as preliminares para qualquer ação ulterior. Sirvam de lição os erros atuais. É necessário que o futuro não repita o passado⁴⁴¹.

A revolta de São Paulo seria apenas o começo das relações entre os comunistas e os tenentistas. Da parte dos comunistas, o movimento militar ainda seria muito debatido, fruto de controvérsia que perduraria dentro do Partido por toda a década de 20. Astrojildo Pereira iria em 1927 levar livros marxistas para Luiz Carlos Prestes quando este estava exilado na Bolívia. Em 1929, seria a vez de Leôncio Basbaum tentar acordo com o líder tenentista na perspectiva de Prestes se candidatar a presidência pelo Bloco Operário e Camponês. Em todas as vezes, a tentativa de acordo entre comunistas e tenentistas terminaram em desacordo, e a comparação do programa que Basbaum oferece a Prestes e a proposta que este o devolve como resposta a ele é sintomática da razão do desencontro: os pontos da proposta comunista que não tinham nenhuma semelhança com a de Prestes eram justamente “nacionalização da terra e divisão dos latifúndios”, “nacionalização das empresas industriais e bancárias imperialistas” e “abolição das dívidas externas”. Basbaum resume deste modo a forma como lhe ficou aparente a posição dos tenentistas em relação aos comunistas

O então ten. Juarez Távora não admitia sequer a hipótese de uma simples troca de ideias com o PCB. Siqueira Campos, por sua vez, embora admitisse e desejasse o apoio dos comunistas, não estava interessado em eleições: que o PCB lhe desse um batalhão de operários e alguns fuzis. Luís Carlos Prestes, mais sereno, simplesmente se limitou a informar que não lhe

⁴⁴¹ BRANDÃO, O. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil*. São Paulo: Garibaldi, 2006. P. 137.

era conveniente ser candidato e além disso o programa era demasiado extremista.

Convidado a propor um programa de frente única, que, a seu ver, poderia aglutinar o povo, e os revolucionários de 1922, 1924, e da Coluna, com o apoio dos seus companheiros, apresentou os seguintes pontos:

- a) Voto secreto;
- b) Alfabetização;
- c) Justiça;
- d) Liberdade de imprensa e organização;
- e) Melhoria para os operários.

Instado para que indicasse um nome para encabeçar esse programa e a frente única, sugeriu inexplicavelmente o nome do antigo político baiano J.J. Seabra cuja única qualidade – sabemos hoje – é estar morto⁴⁴².

Após essa tentativa de acordo, foi a vez dos comunistas começarem a negar as possibilidades de aliança com os tenentes devido a política de “classe contra classe” da Internacional Comunista que preconizava a hegemonia do proletariado na revolução democrático-burguesa, devendo os comunistas combater os desvios de direita e oportunismos tal como seriam interpretados os manifestos que Prestes começou a publicar quando decidiu finalmente aproximar-se do comunismo, em 1930. Ao fim, a maior parte dos líderes tenentistas irão se alinhar a Aliança Liberal e ter o seu papel na Revolução de 1930. Luiz Carlos Prestes apenas irá decidir-se definitivamente pelo PCB tardiamente, em 1934.

3.2 - Os Anarquistas.

Notoriamente, os anarquistas tiveram grande importância no princípio da história do movimento operário brasileiro. Foram os responsáveis pelas primeiras organizações operárias com um viés de crítica estrutural ao sistema econômico capitalista e, conseqüentemente, cumpriram o papel pioneiro de colocar em evidência a presença do proletariado na vida nacional brasileira, marcada historicamente pelo domínio oligárquico e então de recente passado escravista. Foram figura de proa nos primeiros Congressos Operários, ocorridos em 1906 e 1913 e na fundação da Confederação Operária Brasileira (COB), primeira organização operária nacional a funcionar com algum sucesso.

A vertente anarquista hegemônica no anarquismo brasileiro da Primeira República, e especialmente em São Paulo, foi objeto de discussão historiográfica. A maior parte dos autores segue uma divisão entre anarquismo e anarco-sindicalismo em

⁴⁴² BASBAUM, L. *História Sincera da República (1889 – 1930)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. P. 275.

maior ou menor grau como a conceituada por Giuseppina Sferra, para quem o anarquismo estava ligado a concepções universalistas de emancipação humana, de caráter nitidamente racionalista e cientificista, tendo, portanto, sua estratégia de atuação concentrada na propaganda, na educação e na criação de uma cultura anarquista através da criação de escolas libertárias e eventos culturais; o anarco-sindicalismo, por outro lado, valorizava a organização operária através dos sindicatos usando táticas como a sabotagem, o boicote e a greve e vendo numa greve geral revolucionária o ponto chave para realizar a revolução social⁴⁴³.

Esta definição mais corrente na historiografia é questionada por Edilene Toledo, para quem a experiência anarquista brasileira estava marcada pelo sindicalismo revolucionário, que seria uma vertente do movimento operário que tinha como princípio a construção de uma identidade operária e a reunião nos sindicatos de todos os trabalhadores de qualquer tendência, podendo ser anarquistas ou anarcossindicalistas ou não. O sindicalismo revolucionário, apesar de não compartilhar o programa político do marxismo, fazia uso de conceitos fundamentais de vertente marxista como a sua definição do que era as lutas de classes e o desenvolvimento e processo de exploração do proletariado na sociedade capitalista⁴⁴⁴.

Alex Bonomo, ao pesquisar os anarquistas de São Paulo, destaca que não havia simplesmente o sindicalismo revolucionário ou o anarcossindicalismo, mas uma variedade de concepções anarquistas partidárias da ação sindical, de forma que seria possível especificar pelo menos quatro tendências: a sindicalista revolucionária, que defendia a neutralidade política dos sindicatos; a sindicalista anarquista, que anuncia defender a neutralidade política dos sindicatos mas na prática impõe o anarquismo; a anarquista, que combate a neutralidade nos sindicatos e defende o anarquismo; o anarcossindicalismo, que defendia que os sindicatos deveriam ser, em si, anarquistas, tendo os princípios do anarquismo como seus próprios princípios⁴⁴⁵.

O movimento operário anarquista teve seu apogeu e crise nas greves gerais e outras formas de manifestação operária nos anos de 1917 a 1920. O nascimento do comunismo brasileiro, saído do seio do próprio movimento anarquista e, em menor

⁴⁴³ SFERRA, G. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987. P. 9.

⁴⁴⁴ TOLEDO, E. *Travessias Revolucionárias*. São Paulo: Unicamp, 2004. P. 19.

⁴⁴⁵ BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. Mestrado em História apresentado a PUC. São Paulo, 2007. P. 267.

grau, de outras vertentes como o socialismo, expressou a situação de derrota do movimento operário ao fim desses anos, levando parte dos militantes anarquistas a buscar outras formas de organização do operariado, encontrando na Revolução Russa o acontecimento de evidente vitória. A bibliografia memorialística dos militantes da década de 20 tratou este como um momento crítico e de impasse nas organizações dos trabalhadores, como nos diz, a título de exemplo, o livro de Everardo Dias.

Os sindicatos existentes, débeis células das potentes organizações de outrora, em vez de se tornarem os centros propulsores de uma nova e forte organização, visando atrair novamente para as sedes os trabalhadores, voltando a despertar neles esse espírito de luta tão vivo e latente outrora – transformavam-se em cátedra apaixonada de debates sobre se se devia ou não apoiar o Bolchevismo⁴⁴⁶.

Deve-se somar a este contexto, uma forte ação repressiva ao movimento operário por parte da polícia e uma completa ausência de informações seguras a respeito da Revolução Russa. Os trabalhos historiográficos em torno da repercussão da Revolução Russa nos jornais anarquistas atestam que esta foi inicialmente recebida com grande entusiasmo pelos mesmos, que viam nela uma experiência libertária, simpatizando-se especialmente com a organização dos “soviets”. Contudo, logo começam a chegar a imprensa operária anarquista brasileira relatos de repressão aos anarquistas russos por parte do governo soviético, com especial destaque para a Revolta de Kronstadt e o movimento de Nestor Makhno na Ucrânia, e então a Revolução Russa passa a aparecer aos olhos dos anarquistas brasileiros como autoritária e repressiva⁴⁴⁷, visão que os comunistas brasileiros combateram desde o primeiro momento mas, diz Everardo Dias, “não deixava de pairar em nosso íntimo certo desencorajamento”⁴⁴⁸.

A cidade de São Paulo foi um dos locais onde o movimento operário anarquista se desenvolveu com maior força, ao lado de outros centros industriais da época, como o Rio de Janeiro e Porto Alegre. Porém, a vitalidade do anarquismo se manteve por maior tempo na cidade de São Paulo. No Rio de Janeiro o anarquismo encontrava oponentes mais fortes a esquerda, sendo ali a cidade de maior força do PCB que disputava a liderança dos sindicatos, e a direita, com o surgimento de movimentos nacionalistas que reuniam setores da Igreja Católica, da polícia e da elite política, o “novo jacobinismo”

⁴⁴⁶ DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. P. 103.

⁴⁴⁷ GOMES, L. R. *Libertários e Bolcheviques: a repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)*. São Paulo: dissertação de mestrado entregue a Unesp, 2012. P. 219.

⁴⁴⁸ DIAS, E. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977. P. 104.

citado pela historiadora Ângela de Castro Gomes⁴⁴⁹. Em Porto Alegre, por sua vez, além de também enfrentarem forte oposição dos comunistas, os anarquistas decidiram por conta própria desistir do movimento sindical e abandonaram completamente os sindicatos a partir do Congresso Operário promovido pela Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS) em 1928⁴⁵⁰.

São Paulo tornou-se, dessa forma, o último reduto de força do movimento operário anarquista brasileiro durante a década de 20, passando por um breve veranico no início da década de 30 e encontrando seu momento invernal com a derrota do movimento grevista dirigido por ele em maio de 1932⁴⁵¹.

Para Bonomo, o último ato dos anarquistas paulistas como força significativa na realidade política brasileira foi a Revoada das Galinhas Verdes, em 1934.

Depois da repressão desencadeada contra os anarquistas motivada pela batalha antiintegralista na Praça da Sé, as principais lideranças da FOSP [Federação Operária de São Paulo] foram perseguidas e a Federação não teve mais importância no movimento dos trabalhadores⁴⁵².

Logo, em São Paulo, os anarquistas apareciam como o principal oponente dos comunistas dentro dos sindicatos, que se tornaram palco de acirradas disputas políticas em torno dos rumos que deveria seguir o movimento operário, suas formas de atuação e as reivindicações que deveria levantar. Os anarquistas controlavam sindicatos como a União dos Canteiros, União dos Chapeleiros, União dos Artífices em Calçados, criaram a União dos Ofícios Vários⁴⁵³ e disputavam com os comunistas a direção do sindicato A Internacional.

Com a criação da seção *De S. Paulo* no jornal comunista *A Nação* que como já vimos, nasceu justamente a pedido de Everardo Dias para que se pudessem debater os problemas do movimento operário paulista, buscando uma maior inserção dos comunistas nos locais de trabalho através da abordagem sobre as fábricas paulistas e também para combater os anarquistas, parte dos conflitos entre os comunistas paulistas

⁴⁴⁹ GOMES, A. C. *A Invenção do Trabalho*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. P. 130.

⁴⁵⁰ PEIXOTO, A. D. *Da organização à frente única: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927 – 1930)*. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006. P. 67.

⁴⁵¹ SILVA, Z. L. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero, 1990. P. 12.

⁴⁵² BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. Mestrado em História apresentado a PUC. São Paulo, 2007. P. 115.

⁴⁵³ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. P. 262.

e os anarquistas foram expostos e transformados em oportunidade de crítica comunista ao movimento anarquista em geral. A distribuição do jornal *A Nação* em São Paulo cumpria, portanto, também o papel de apresentar essa crítica ao operariado paulista.

Significativo destas disputas foi o conflito ocorrido na União dos Artífices em Calçados. Com a suspensão do Estado de sítio, em 31 de dezembro de 1926, o jornal anarquista *A Plebe* voltou a circular e dedicou boa parte de suas colunas a criticar o bolchevismo em geral, a experiência do socialismo na Rússia e o PCB, tentando retomar ofensiva no movimento operário.

O anarquista Domingos Passos, nesse momento, buscou ressuscitar a antiga Federação Operária de São Paulo (FOSP), seguindo os princípios do federalismo, e organizar a União dos Trabalhadores em Ofícios Vários de São Paulo⁴⁵⁴. No processo de reativação dos sindicatos, surgiram as divergências entre anarquistas e bolchevistas. No sindicato dos sapateiros, os comunistas montaram um bloco de oposição, o Bloco dos Operários em Calçados, cuja fundação foi anunciada na edição do jornal “*A Nação*” do dia cinco de maio de 1927, onde expuseram a sua tática de organização e um programa para a categoria dos sapateiros.

Neste programa, foi declarada uma crítica indireta à direção anarquista do sindicato ao afirmarem que a fundação do Bloco dos Operários em Calçados se deveu ao fato de que “os métodos de luta que regem frequentemente a nossa União não se enquadram perfeitamente na situação que a corporação atravessa”, e então elencam uma série de objetivos como “colocarmos a associação no verdadeiro caminho da luta de classe, extinguindo o guelismo, instituindo uma ação metódica, real e efetiva, com responsabilidades definidas” e “política proletária de defesa dos interesses dos trabalhadores e não de individualismo, calúnias e desorganização”, além de itens que reivindicavam disciplina e liberdade de defender o ponto de vista e respeitando a vontade da maioria. O programa era assinado por 17 sapateiros, dos quais sabemos ao menos dois serem do PCB, Augusto Pizzuti e Arthur Flores⁴⁵⁵.

O programa do Bloco dos Operários em Calçados contém de forma indireta a crítica comunista de que os anarquistas, ácidos oponentes da ditadura do proletariado,

⁴⁵⁴ DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900- 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977. Pag. 262.

⁴⁵⁵ *Bloco dos Operários em Calçados*. *A Nação*. Rio de Janeiro, 08/05/1927. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

exerciam em sua prática uma “ditadura individual”, como fica melhor exposto em posterior artigo de *A Nação*.

Qual o comunista que na Aliança dos Operários em Calçados poderá discordar de Alfredo Ferreira e Antônio Domingues & Cia?

- Nenhum! Não o poderia. E se ousasse discordar, seria imediatamente expulso como perturbador da ordem anarcoide. Só porque discordam da ditadura individual desses anarcoides, vários comunistas foram expulsos da Aliança em 1926⁴⁵⁶.

Neste ponto, abrimos um parêntese para levantarmos a hipótese de que a crítica comunista à “ditadura individual” anarquista não fosse simplesmente fruto de disputa política e ideológica dentro dos sindicatos, mas possivelmente tivesse respaldo franco na experiência da atividade sindical. Levantamos essa hipótese respaldada na pesquisa de Alex Bonomo, que encontrou no debate dos anarquistas sobre a defesa ou não da ditadura do proletariado no início dos anos vinte, um processo de expurgo informal das fileiras anarquistas que era caracterizado pela denúncia sistemática por parte de anarquistas influentes de desvios dos princípios anarquistas cometido por alguns de seus companheiros de fileiras. Bonomo destaca que no movimento anarquista

pregava-se a liberdade e aceitavam-se as diferentes correntes, mas alguns pontos eram dogmas que não poderiam ser alterados sem que o grito de indignação de proeminentes anarquistas fosse ouvido⁴⁵⁷

Foi o caso do professor anarquista Coelho Cintra, que após afirmar nas páginas do jornal *A Plebe* em 1921 que o governo Epitácio Pessoa era pior que o de Hermes da Fonseca, foi duramente criticado pela anarquista Maria Soares nos números posteriores do periódico ao ponto de decidir afastar-se do jornal para “não causar mais problemas nem desgostos”⁴⁵⁸.

Dito isto, é plausível levantar a possibilidade de que o movimento anarquista padecia da contradição de que, ainda que pregassem a liberdade de expressão, na ausência de uma organização com princípios estabelecidos e um núcleo dirigente ou outras instâncias organizativas responsáveis por avaliar os casos de quebra de princípios que poderiam ou não resultar em expulsão dos membros, personalidades de influência do movimento, ou consideradas “exemplares”, ganhavam características judiciais e

⁴⁵⁶ *Os anarcoides são políticos*. *A Nação*. Rio de Janeiro, 10/05/1928. P. 3. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁵⁷ BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. Mestrado em História apresentado a PUC. São Paulo, 2007. P. 153.

⁴⁵⁸ BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. Mestrado em História apresentado a PUC. São Paulo, 2007. P.148.

levavam a cabo um processo público de condenação que poderia acarretar o auto-afastamento do acusado. Os comunistas, percebendo essa contradição do movimento anarquista, fizeram uso dela para oferecer como resolução do problema a organização no Partido.

Os anarquistas confundem sindicato e partido e fazem dos sindicatos onde predominam verdadeira seções do seu partido, fechadas aos não partidários; os comunistas distinguem o partido do sindicato: naquele só entra os partidários, ao passo que nesse entram todos os operários, sejam quais forem suas ideias e partidos políticos⁴⁵⁹.

Retornando ao caso do sindicato dos sapateiros, a criação do bloco de oposição não foi bem recebida pela direção do sindicato gerando a cisão, que nos é narrada por Everardo Dias em uma de suas cartas para Astrojildo Pereira.

Aqui houve a cisão entre os sapateiros. Era impossível a vida para os comunistas. Não podiam falar. A claque anarcóide os insultava, gritava, berrava, fazia barulho, apitos de todos os lados. Era asfixiante. Veio a cisão por causa da proposta do programa do Bloco [dos Operários em Calçados]. Na votação, perdemos por 4 votos, mas do lado dos anarcóides votaram elementos que não eram sapateiros, e pertencentes ao Sindicato dos Ofícios Vários – arca de Noé criada por [Domingos] Passos ultimamente. Protestando nossos companheiros, disseram que sendo um sindicato operário, todos podiam votar!⁴⁶⁰

A cisão no sindicato dos sapateiros, narrada por Dias, fez com que os comunistas tomassem a iniciativa de formar outro sindicato dos sapateiros, que a carta informa contar com um número em torno de 100 aderentes. É importante notar que a indicação da política de frente única da Internacional Comunista era que os comunistas ganhassem espaço dentro dos sindicatos já existentes, evitando dividir as forças do movimento operário em rachas sindicais, mas nesse caso Everardo insiste que a atitude era necessária, pois “aquele sindicato está moribundo e não há nada que se possa fazer. Os nossos tinham bebido o fel até sua última gota”⁴⁶¹. Entretanto, aparentemente, a recomendação da Comissão Central do PCB foi que continuassem a atuar como oposição dentro do sindicato anarquista.

Os comunistas, como uma força política recém-surgida no movimento operário brasileiro, apareciam para os anarquistas como a negação de todos os princípios que defendiam. A atuação através de um partido da classe operária, a perspectiva de disputar

⁴⁵⁹ *Anarquistas e comunistas*. A Nação. Rio de Janeiro, 06/05/1927. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁶⁰ Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 15/07/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

⁴⁶¹ Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 15/07/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

o parlamento burguês através da criação do Bloco Operário e Camponês, a perspectiva de organizar os sindicatos não através do federalismo, mas em organizações centralizadas colocavam os anarquistas em xeque e os obrigava a reagir reafirmando seus princípios.

É o que expressa um texto do célebre anarquista da Primeira República, José Oiticica, onde, ao rebater os comunistas num assunto sempre delicado para os anarquistas, isto é, a participação operária no Parlamento, critica a principal ferramenta de atuação dos comunistas: o Partido

[...] os interesses do partido vão pouco a pouco sobrepondo-se aos interesses da causa. Os aventureiros de toda sorte, com vista nos altos postos do Estado, intrometem-se no partido e, sob pretexto de vitórias imediatas, preparatórias do êxito final, passam às concessões provisórias e deturpam os princípios básicos da ação. [...] os partidos deturpam sempre a ideia primeira da sua organização. O maior elemento desvirtuador é o voto. Nos vaivéns eleitorais o partido quer votos e não ideias, e não consciências. Para obter votos precisa transigir, agradar, dissimular, cabalar, e, nessa luta inglória e subterrânea, sobressaem sempre os inescrupulosos, os hábeis, insinuam-se fatalmente os gananciosos, os proventuários de toda casta, os espia-marés mais despejados⁴⁶².

A questão da participação operária no Parlamento tornou-se como uma pedra de toque na batalha entre comunistas e anarquistas, pois correlacionada a ela, estava também a questão do Partido e das leis trabalhistas (ou sociais). Os anarquistas brasileiros já faziam campanha pela abstenção do voto operário desde a primeira década do século XX, confrontando os socialistas. Agora, entretanto, a novidade estava que a discussão se colocava em outro patamar. O seu novo oponente, o PCB, diferente dos socialistas, se declaravam revolucionários e representantes orgânicos do proletariado.

Quando se aproximavam as eleições para deputado federal em 1927, ocasião em que o BOC lançou a candidatura de Azevedo Lima, os anarquistas abriam o seu jornal paulistano *A Plebe* com frases como “A política é a arte de dominar e tosquiar as massas” de Mikhail Bakunin e “a política é um cancro no seio de vossas associações”, provavelmente da própria equipe editorial. A preocupação dos anarquistas em combater a iniciativa eleitoral do PCB através do BOC era explícita quando afirmavam que geralmente as eleições passavam despercebidas no Brasil, mas na “próxima feira eleitoral”, haveria um pouco de animação, pois dentre os que procuravam agradar eleitores operários estavam os “socialistas água-de-rosa” e os

⁴⁶²OITICICA, J. *Vicio Funesto*. *A Plebe*. São Paulo. 9 de julho de 1927. P. 1-2. (AEL)

“bolchevistas palavrosos”, que faziam “concílios com candidatos mais ou menos sociais [alusão provável a Azevedo Lima] e formando blocos em nome dos trabalhadores para depois poderem chegar à gamela parlamentar”⁴⁶³ ou quando expunham que

Certos candidatos proclamam ou fazem proclamar por grupos mais ou menos secretos de “operários eleitores” ou de um “bloco proletário” a sua brilhante folha de serviços desinteressados, mas cuidadosamente consignados na carteira de lembranças, que deve um dia ser despreocupadamente mostrada aos eleitores – para que não se enxovalhe o feio pecado da ingratidão⁴⁶⁴.

Para levar a cabo este combate, os anarquistas mobilizavam uma série de argumentos que atacavam desde o ato eleitoral, a utilidade do Parlamento e das leis trabalhistas, a organização operária através do partido até a moralidade pessoal dos candidatos comunistas, sempre terminando seus textos com a incitação a ação direta, a abstenção do voto e incentivando os operários a estudar. Argumentavam citando Eliseu Reclus que “votar é o mesmo que abdicar”, que “nomear um ou mais senhores, por um período mais ou menos longo, é o mesmo que renunciar a própria soberania”⁴⁶⁵. Afirmavam que até aquele momento, nenhum candidato que se dissesse representante dos operários havia feito algo pelos mesmos, e nem poderiam fazer, pois “eles só poderão dar-vos leis, direitos inscritos num papel, trapos sem valor; ou carregar-vos de impostos para vos oferecerem melhoramentos... às vossas custas”⁴⁶⁶. Isso porque os anarquistas defendiam que a conquista da liberdade pelo proletariado tinha de ser defendida a todo momento e a cada lugar, contra os patrões e governadores e pela ação direta e solidária, afirmando que ainda que esse caminho parecesse mais longo, ele evitava as “ilusões perigosas”, pois “os milagres do parlamento, do democratismo são absurdos como os da religião”⁴⁶⁷, uma legislação trabalhista não solucionaria nenhum problema dos operários, ao contrário, só aumentariam o número de funcionários públicos e os impostos. Posição esta que pode parecer estranha vinda de uma corrente do movimento operário, mas que é bem explicada pelos anarquistas de *A Plebe* em um artigo sobre a lei de férias, publicado exatamente na época em que a classe operária paulista se mobilizava e puxava greves para a conquista desse direito. Neste, depois de uma análise das posições dos setores da burguesia e dos comunistas frente a

⁴⁶³ A próxima feira eleitoral. *A Plebe*. São Paulo, 26/02/1927. P. 3. (AEL)

⁴⁶⁴ A última farsa eleitoral. *A Plebe*. São Paulo, 12/03/1927. (AEL)

⁴⁶⁵ *O direito do sufrágio*. *A Plebe*. São Paulo, 28/05/1927. P. 4. (AEL)

⁴⁶⁶ *A próxima feira eleitoral*. *A Plebe*. São Paulo, 26/02/1927. P. 3. (AEL)

⁴⁶⁷ *A burla parlamentar*. *A Plebe*. São Paulo, 26/02/1927. P. 3. (AEL)

mobilização pela lei de férias, descrevem minuciosamente suas próprias posições a respeito do assunto

E há os anarquistas, inimigos declarados das leis, porque são emanação da engrenagem burguesa e não podem ferir os interesses da burguesia; porque estão convencidos pelo ensinamento da história de que as leis só servem para iludir os pobres, os trabalhadores, as vítimas da tirania burguesa; porque sabem, pela experiência de toda a parte e de todos os tempos, que, confiando nos ilusórios benefícios das leis, os trabalhadores desprezam, abandonam a luta em prol de sua emancipação com receio de perder a migalha caída do banquete capitalista; porque sabem que mesmo quando uma lei possa beneficiar os trabalhadores, ela só será executada onde e quando os próprios trabalhadores a fizerem executar pela sua ação decisiva⁴⁶⁸.

Em outras palavras, os anarquistas acreditavam que as leis trabalhistas teriam um “caráter adormecedor” na classe operária, servindo apenas para lhes tirar o espírito revolucionário. O trabalhador que votasse em candidatos operários, não se sentiria mais obrigado a participar da “luta por outros meios”, as reformas e as leis trabalhistas iriam lançar a classe operária numa situação de conformidade, fazendo-a esquecer a luta revolucionária contra a propriedade privada, o Capital e o Estado. Assim, defendiam os anarquistas, “a luta eleitoral só poderia ser perniciosa e o caminho deve ser a organização”⁴⁶⁹.

Os comunistas não perderam a oportunidade de criticar a posição dos anarquistas frente a Lei de Férias, ocasião em que os anarquistas explicitamente decidiram manter-se fiéis a seus princípios do que apoiar uma demanda que a classe operária já havia tomado para si. Assim, em um texto de *A Nação* intitulado “*a ofensiva anarcóide contra a lei de férias*”, o comunista Govanaz (provavelmente um pseudônimo de Aristides Lobo ou outro comunista de São Paulo) discorre a respeito de uma reunião ocorrida na sede da União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo para tratar da Lei de Férias e que os anarquistas compareceram para marcar sua posição contrária a lei.

Todos combateram a Lei de Férias. E por que combatiam? Porque a lei era burguesa.

Mas também os bondes são de uma empresa burguesa e no entanto eles [os anarquistas] andam de bondes... e pagam com dinheiro burguês, produto mingauado da exploração do burguês!

O operário pode ser explorado desalmadamente o ano inteiro pelo patrão e quando reclama 15 dias de férias que a lei concede, que a lei faculta,

⁴⁶⁸ *A lei das férias e os trabalhadores*. A Plebe. São Paulo. 09/04/1927. P. 2. (AEL)

⁴⁶⁹ *As eleições e os operários*. A Plebe. São Paulo, 12/03/1927. P. 3. (AEL)

- vem o anarcóide e diz, empertigado, que ele não deve aceitar essas férias, porque a lei é burguesa e a burguesia nada se deve aceitar!”⁴⁷⁰

Govanaz ironiza os anarquistas afirmando que os patrões estão de acordo com eles e então passa a criticar especificamente Edgar Leuenroth que, para ele, “fez dormir” os operários tecelões, metalúrgicos, ferroviários, da construção civil e só não conseguiu fazer dormir os gráficos “porque não escutam as tuas cantigas embaladoras”⁴⁷¹. Em outro texto, dois dias depois, a crítica a Leuenroth é mais uma vez colocada no mesmo sentido

Edgar Leuenroth declarou, na convocação operária da U[nião dos].T[rabalhadores]. Gráficos, que o operariado deveria despreocupar-se da lei de férias, porque era uma lei burguesa, e o operariado nada deveria esperar da burguesia.

Por que?

Nós, os operários, nada temos com as intenções da burguesia, ao votar e sancionar a lei. O que sabemos é que a lei existe, que nos beneficia, que nos dá 15 dias de férias – e assim tem que ser cumprida.

Lutaremos denodadamente para que ela seja cumprida.

[Edgar Leuenroth] é contra a lei, declara a pureza dos princípios acima de tudo, a pulcritude dos sacrossantos ideais... que só beneficiam a burguesia e só prejudicam o proletariado!⁴⁷²

Os comunistas não criticavam os anarquistas apenas quando se colocavam contra a Lei de Férias, mas desferiam a crítica também quando os anarquistas se colocavam a favor da lei, acusando-os de “confusão”. Foi o caso de uma reunião chamada pelos empregados do comércio com o objetivo de criar um Comitê de defesa de Lei de Férias, em que o anarquista Affonso Festa, discípulo de Leuenroth segundo os comunistas, defendeu a lei e a criação do comitê. Nessa ocasião, os comunistas perguntam-se:

Ruíram os sacrossantos “ideais” e faliu a palavra do “Papa” dos anarcoides, porquanto na última reunião pró-Lei de Férias resolveu colaborar conosco para que a lei seja executada? O que farão na próxima reunião?

É preciso definir-se. Ou são contra a Lei de Férias ou são a favor. Uma vez a favor e outra contra é absurdo e inadmissível.

⁴⁷⁰ GOVANAZ, C. *A ofensiva anarcoide contra a Lei de Férias* A Nação: Rio de Janeiro, 05/04/1927. P. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁷¹ GOVANAZ, C. *A ofensiva anarcoide contra a Lei de Férias* A Nação: Rio de Janeiro, 05/04/1927. P. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁷² LOBO, A. *O papa dos anarcóides falou...* A Nação. Rio de Janeiro, 04/04/1927. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

Ou será que nem eles sabem o que querem? É o mais provável pois parece que o confucionismo ainda não os abandonou.

O “Papa” [Edgar Leuenroth], quando souber, há de ficar tiririca⁴⁷³.

Apesar da atitude de Affonso Festa, Edgar Leuenroth voltou a falar contra a Lei de Férias na comemoração do 1º de Maio em São Paulo, ocorrida no Salão Celso Garcia, à Rua do Carmo, onde compareceram representantes de várias organizações operárias, comunistas e anarquistas. Nessa ocasião, Plínio Mello fez um discurso público de adesão ao comunismo, colocando-se do lado da Revolução Russa e a favor da ditadura do proletariado⁴⁷⁴.

Não só a posição política dos anarquistas era alvo de críticas, mas também as atitudes individuais. Nas críticas comunistas, os anarquistas apareceram nas discussões dos sindicatos como violentos e intransigentes, desferiam palavrões contra os adversários e os impediam de falar fazendo barulho e chacota, ganhando uma imagem infantil.

Nos debates, quando surgiam argumentos que não lhes agradavam, mimoseavam o orador com doces palavreados que o secretário geral dos canteiros disse que nem nos lavadouros públicos se escutam...

Teimavam, como prova de polidez e educação, ficar com a cabeça coberta, como se na casa não houvesse cabides.

Ou quem sabe se era para não desalinhar as bastas jubas?

Quando oradores adversos falavam, faziam barulho, arrastavam cadeiras e ameaçavam de pancada⁴⁷⁵.

Foi exposta de forma parecida também a maneira como os anarquistas criticavam a Revolução Russa e a ditadura do proletariado. Em reunião da União dos Artífices em Calçados, Leuenroth falou contra a Revolução Russa, os comunistas, a ditadura do proletariado. Goianaz, em *A Nação*, descreveu que “A sua prédica [de Leuenroth] foi toda recheada de misérias e pequenezas”. Afirmou que a atitude dos anarquistas em criticar a revolução comunista na Rússia era um sinal da impotência dos mesmos em realizar a revolução no Brasil, “incapaz de fazer, Edgard babuja a obra de

⁴⁷³ *O confucionismo anarcoide*. *A Nação*. Rio de Janeiro, 20/04/1927. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁷⁴ LOBO, A. *O 1º de Maio em São Paulo*. *A Nação*. Rio de Janeiro, 04/05/1927. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁷⁵ GOVANAZ, C. *A ofensiva anarcoide contra a Lei de Férias*. *A Nação*: Rio de Janeiro, 05/04/1927. P. 2(CEDEM – ASMOB)

quem trabalha”, e a resposta dos comunistas não seria na “parolagem”, mas no trabalho de militância nos sindicatos⁴⁷⁶.

Os comunistas não deixaram de criticar também a prática corrente no jornal anarquista *A Plebe* de martirizar os companheiros presos. O martírio dos anarquistas era usado com frequência para apelar para a fidelidade e firmeza dos ideais. Dessa forma, em um texto de crítica a iniciativa comunista de lançar candidatos ao Parlamento, o autor anarquista anônimo faz o seguinte apelo: “Não insulteis a memória dos companheiros dedicados que sucumbiram no Oiapoque⁴⁷⁷ por não terem querido abandonar a causa dos trabalhadores!”⁴⁷⁸. Na mesma edição, foi feita a denúncia de que Domingos Passos, “recém chegado do Oiapoque, antigo militante proletário dos mais dedicados, pela causa do proletariado tendo sofrido toda a sorte de vicissitudes” foi expulso do Centro Cosmopolita pelos comunistas

E quem fez isso? Os elementos burgueses? Os inconscientes? Não; quem assim expulsou de uma associação operária a um operário cheio de serviços a causa obreira, ainda enfermo em consequência dos horrores sofridos no Oiapoque, para onde foi deportado em virtude de sua atividade proletária, foram os bolchevistas que se apossaram daquela organização, esses mesmos que se apregoam a vanguarda dos trabalhadores, os seus guias, os seus orientadores!⁴⁷⁹

A essa atitude de imputar aos desvios dos princípios anarquistas, como a abstenção eleitoral, uma ofensa a memória dos presos do campo de concentração de Oiapoque, os comunistas responderam, pela pena de Goianaz, mais uma vez, que os anarquistas se martirizavam como se não houvesse também entre as fileiras comunistas aqueles que houvessem sofrido nas prisões. Diminuem o “martírio” anarquista afirmando que enquanto os anarquistas ficaram presos por pouco tempo, o menor tempo que um comunista passou na prisão nos últimos anos foi seis meses. Goianaz lembra o nome de comunistas que passaram temporadas nas penitenciárias, dentre os quais, Everardo Dias, Augusto Pizzutti e Vicente Vizzaco e lembra que também comunistas

⁴⁷⁶ GOIANAZ, G. *Desocupe o beco*. A Nação. Rio de Janeiro, 18/04/1927. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁷⁷ “Oiapoque” refere-se a Colônia Penal da Clevelândia, um campo de concentração brasileiro também conhecido como “Inferno Verde”, criado no início da década de 20 e que se situava no município de Oiapoque, no Amapá, as margens do Rio Oiapoque, fazendo fronteira com a Guiana Francesa (extremo norte do Brasil). Vigorou durante o estado de sítio declarado pelo governo Arthur Bernardes em decorrência da revolta tenentista, de 1924 a 1926. Dos 946 presos lá internados, 491 morreram. Segundo o historiador Carlo Romani, no histórico de presos políticos do campo de concentração de Oiapoque “não há registro de presos de outra corrente política que não a anarquista” (ROMANI. C. *Clevelândia (Oiapoque): colônia penal ou campo de concentração?* Revista Verve. Campinas, n° 4, 2003).

⁴⁷⁸ *A próxima feira eleitoral*. A Plebe. São Paulo, 26/02/1927. P. 3.

⁴⁷⁹ *A intolerância bolchevista*. A Plebe. São Paulo, 26/02/1927. P. 2. (AEL)

que morreram na prisão. Fazem chacota dos anarquistas, afirmando que depois da revolta tenentista de 1924, Octávio Brandão e Astrojildo Pereira tiveram de se esconder para não serem presos, enquanto os anarquistas “andavam a solta, passeando calmamente pelas ruas de S. Paulo...”⁴⁸⁰.

Crítica mais grave ia à direção de acusar os anarquistas de lavar as mãos em relação aos seus companheiros presos, enquanto os próprios comunistas não apenas organizavam-se para impedir que membros de suas fileiras fossem presos como também para ajudar aqueles que já haviam sido presos, incluindo anarquistas.

Se os nossos camaradas não morreram todos, deve-se, ainda isso, a atividade e diligência do P[artido].C[omunista]. que, afrontando todos os perigos, ajudava os presos com roupas, medicamentos, dinheiro, alimentos. Enquanto que os anarcoides cada qual tratava de se safar, os comunistas, embora escondidos, não cessavam de angariar auxílios para os presos e – aí é que estava o maior perigo! – tratavam de conseguir, com inaudita coragem, que esse auxílio chegassem as mãos dos presos.

Se o anarco-sindicalista Nicolau Penada não tivesse perecido, poderia depor neste inquérito dos comunistas – ele, que foi amparado pelos comunistas!

Que fez naquela emergência Edgard [Leuenroth] e os demais puritanos da anarquia? Que auxílios mandaram eles aos presos?⁴⁸¹

Também nesse ponto os comunistas poderiam estar não apenas polemizando, mas servindo-se de uma fragilidade concreta do movimento anarquista para lhe desferir uma crítica (independentemente da veracidade de qual das duas correntes políticas tiveram mais presos ou militantes presos por mais tempo). Enquanto o PCB desde 1924 buscava organizar o Socorro Vermelho, frente de massas de abrangência internacional que tinha como objetivo proteger os militantes comunistas da perseguição policial e auxiliar os militantes presos e seus familiares⁴⁸², os anarquistas não buscaram planejar táticas e estratégias de proteção a repressão, adotando uma posição de confiança no heroísmo, abnegação e capacidade de sacrifício dos militantes que, ao tornarem-se mártires, fortaleceriam ainda mais a “ideia” do anarquismo.

Para Bonomo, os anarquistas faziam uma imagem ideal de si mesmos em que “o anarquista destemido enfrentava todos os problemas e dificuldades sem se precaver.

⁴⁸⁰ GOIANAZ, G. *Ora, vão lamber sabão*. A Nação. Rio de Janeiro, 22/04/1928. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁸¹ GOIANAZ, G. *Ora, vão lamber sabão*. A Nação. Rio de Janeiro, 22/04/1928. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁸² Ver COSENZA, A. *Um Partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*. São Paulo. Dissertação de mestrado entregue a USP, 2012. P. 141.

Corajoso, se expunha a perseguição”⁴⁸³ e então cita para sustentar seu argumento a passagem de um texto publicado em “*A Plebe*” de 1921 em que um anarquista afirma que “a guilhotina decepa uma cabeça, mas não atinge a ideia que dentro residia”⁴⁸⁴. Para o autor, esta concepção de auto-sacrifício colaborou vigorosamente para o declínio do movimento anarquista na cidade de São Paulo, pois conforme eram eliminados os anarquistas, como corpos materiais, através da prisão, exílio ou morte, conseqüentemente as ideias anarquistas perdiam seus meios concretos de permanência e expansão e, com isso, tendiam a desaparecer⁴⁸⁵.

Outra crítica corrente que os comunistas faziam aos anarquistas era a de que eles eram sectários e divisionistas, sempre colocando-se contra a união das diversas correntes ideológicas da classe operária em prol de reivindicações comuns e citam todas as vezes que lançam proposta de frente única e os anarquistas recusam, a ausência dos anarquistas nos congressos sindicais e sua comemoração do 1º de Maio separada da dos comunistas. Para os comunistas

Os anarquistas – “aristocratas”, segundo mestre Oiticica – não querem submeter-se a deliberações legais e livres da maioria; preferem a cisão, isto é, o divisionismo, contanto que dentro de suas capelinhas se conserve sempre aceso o óleo consagrado a Santa Acrácia, virgem puríssima...⁴⁸⁶

É fato que os anarquistas de São Paulo recusaram todas as propostas e possibilidades de aliança, frente única, com outras correntes do movimento operário com a qual se depararam, incluindo a proposta de participação na Frente Única Antifascista (FUA) na década de 30. Este é outro elemento importante indicado por Bonomo como razão do declínio do anarquismo paulista, pois com essa atitude isolavam-se e deixavam de ter participação e influência em eventos de grande vulto na sociedade brasileira⁴⁸⁷. Contudo, nesse ponto é necessário lembrar as palavras do historiador Michel Zaidan sobre a estratégia de frente única dos comunistas: ela era feita para ser recusada, e não para ser aceita⁴⁸⁸. Os comunistas só aceitavam alianças

⁴⁸³ BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. Mestrado em História apresentado a PUC. São Paulo, 2007. P. 53.

⁴⁸⁴ BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. Mestrado em História apresentado a PUC. São Paulo, 2007. P. 53.

⁴⁸⁵ BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. Mestrado em História apresentado a PUC. São Paulo, 2007. P. 54.

⁴⁸⁶ *Os anarquistas e a massa*. A Nação. Rio de Janeiro, 04/05/1927. P. 4. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁸⁷ BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935)*. Mestrado em História apresentado a PUC. São Paulo, 2007. P. 123.

⁴⁸⁸ ZAIDAN, M. *Comunistas em céu aberto (1922 – 1930)*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. P. 33.

contanto que estivessem no controle. Como pouquíssimos aceitariam tal condição, a recusa da proposta de unidade tornava-se chamariz para a denúncia de divisionismo e fracionismo nas fileiras do movimento operário.

A crítica que os comunistas buscaram apresentar aos anarquistas para o movimento operário paulista (e brasileiro) pelas páginas do jornal “*A Nação*” e nos debates em sindicatos convergia, no fim das contas, para um único ponto: os anarquistas eram idealistas e não materialistas. Em todas as oportunidades que tinham, escolhiam defender seus princípios como anarquistas ao invés de demandas concretas do operariado como a caso da Lei de Férias e demais leis trabalhistas. Da mesma forma, o idealismo anarquista os levava ao sectarismo e a divisão das forças do movimento operário, pois qualquer tipo de aliança significava abrir mão de princípios em alguma medida. Também era o idealismo que agia quando os anarquistas deixavam de organizar-se para se defender da repressão policial e auxiliar os militantes presos e ficavam a glorificar o martírio, o heroísmo, a abnegação e a capacidade de sacrifício. Dito de outro modo, os comunistas buscavam apresentar para os operários que o idealismo anarquista tinha consequências graves: um movimento operário fracionado, que não defendia a melhoria da qualidade de vida dos operários e permitia irresponsavelmente que a polícia abatesse seus melhores militantes. Seguindo esse raciocínio, os comunistas só poderiam chegar a uma conclusão, sempre dita em seus textos contra os anarquistas: “são inimigos irreconciliáveis da ditadura do proletariado”, mas “gostam, porém, da ditadura burguesa”⁴⁸⁹.

Em resumo: os anarquistas, seja qual for sua intenção, objetivamente fazem o jogo da burguesia, dividindo e enfraquecendo o proletariado; ao passo que os comunistas são a emanção da própria massa proletária, sua vanguarda consciente e mais avançada, a ela estreitamente ligada pelos laços da mais absoluta identidade de interesses⁴⁹⁰.

Neste ponto, cabem algumas palavras a respeito do termo “anarcóide”, usado pelos comunistas para se referir aos anarquistas e que, apesar de parecer a primeira vista apenas um termo depreciativo carregado de violência verbal com objetivo simples de desqualificar o oponente político, guarda em seu conteúdo uma determinada interpretação lógica dos comunistas não apenas a respeito dos anarquistas, mas também do próprio percurso do movimento operário brasileiro e, conseqüentemente, da trajetória

⁴⁸⁹ GOVANAZ, C. *A ofensiva anarcoide contra a Lei de Férias* A Nação: Rio de Janeiro, 05/04/1927. P. 2(CEDEM – ASMOB)

⁴⁹⁰ *Anarquistas e comunistas*. A Nação. Rio de Janeiro, 06/05/1927. P. 1. (CEDEM – ASMOB)

individual que muitos deles fizeram ao abandonarem o anarquismo e aderirem ao comunismo.

Octávio Brandão nos explica o que basicamente significava para os comunistas o “anarcóide”:

Enquanto eram anarquistas, quer dizer, até 20. Até 1920 eles sustentaram as greves, defenderam os operários, foram para a Praça Mauá, brigaram com a polícia, tudo isso. Foram presos. Em 20!... Depois com... 22 em diante começou a degenerescência⁴⁹¹.

Mas do que se tratava essa “degenerescência”? A isso, Brandão responde

Bem, quando eram anarquistas, defenderam as greves, lutaram pelos sindicatos. Depois viraram anarcóides, então eram só ataques ao Partido Comunista, à Rússia, à Revolução. Foram degenerando⁴⁹².

E também: “anarcóides eram anarquistas degenerados, que se juntavam a polícia, a burguesia, para nos liquidar, para nos derrubar de qualquer forma”⁴⁹³. Depreende-se da explicação de Brandão que, para os comunistas, houve um momento de passagem, de transformação dos anarquistas, e que essa transformação poderia ser verificada pela mudança na atitude política desses sujeitos. Como os anos em que houve essa transformação dos anarquistas coincidem com o momento em que eles começaram a tomar uma posição de crítica e de negação da Revolução Russa, é possível definir que esse foi o critério básico da transformação. Nesse sentido, para os comunistas, a Revolução Russa e a fundação do Partido Comunista do Brasil marcam o momento em que os anarquistas deixaram de ter um papel revolucionário no movimento operário e passaram a ter um papel conservador.

Acreditamos que a explanação da passagem dos anarquistas em anarcóides exposta por Octávio Brandão segue lógica semelhante ao conceito lukácsiano de “decadência ideológica” e por isso, pode ser explicado por ele.

Para Lukács, a burguesia passou por um estágio revolucionário, a época das revoluções burguesas, em que seus interesses de classe contrapunham-se aos da monarquia e traziam consigo ideais de emancipação que convergiam com os interesses universais da sociedade e foram concretizados parcialmente a partir da Revolução Francesa. Em 1848, a Primavera dos Povos inaugurou a época em que o proletariado

⁴⁹¹ BRANDÃO, O. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. P. 127.

⁴⁹² BRANDÃO, O. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. P. 127.

⁴⁹³ BRANDÃO, O. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993. 107.

aparecia como força revolucionária autônoma e, a burguesia, agora como classe dominante, passa a defensiva, seus interesses de classe deixam de convergir com os interesses universais de emancipação da humanidade, tornam-se interesses puramente particulares. A burguesia alia-se econômica e politicamente aos elementos remanescentes da aristocracia, deixa então de ser uma classe revolucionária e passa a ser uma classe conservadora da ordem e o papel de classe revolucionária capaz de emancipar o gênero humano por ter interesses de classe que convergem com os interesses universais da humanidade passa a ser o proletariado. A passagem da burguesia de classe revolucionária para classe dominante e conservadora marca a sua “decadência ideológica” que se expressa através de seus pensadores, ideólogos que antes de 1848 buscavam analisar a sociedade explicando sua dinâmica e suas contradições, mas depois de 1848, apenas defendem o que é de interesse da burguesia e travestem tais assertivas de ciência⁴⁹⁴.

Tanto num caso como no outro, um evento determinado marcou a passagem do revolucionarismo para o conservadorismo. Em Lukács, a revolução de 1848 na Europa, em Brandão e provavelmente nos demais comunistas da década de 20, a Revolução Russa. A burguesia torna-se conservadora, segundo Lukács, porque se torna classe dominante e toma consciência que a revolução social já não é mais do seu interesse. Os anarquistas, segundo Brandão, tornam-se conservadores pela negação da Revolução Russa. No caso da burguesia, o fenômeno que marca a mudança, além de seu posicionamento sobre as questões políticas e econômicas, é a tendência da intelectualidade burguesa a fazer apologia do capitalismo desprezando os fatos históricos. No caso dos anarquistas, o que marca a mudança é sua ferocidade contra a Revolução Russa e o Partido Comunista, que chegava ao ponto de denunciar os militantes comunistas para a polícia. Em Lukács, o papel revolucionário de emancipar a humanidade havia passado das mãos da burguesia para as mãos do proletariado. Nos comunistas da década de 20, o elemento revolucionário do movimento operário brasileiro passou do anarquismo para o comunismo.

Seguindo esta lógica, nos textos de *A Nação*, os comunistas buscaram mostrar como o anarquismo de outrora era antagônico aos “anarcóides”. Os anarquistas combatiam o reformismo, os anarcóides aliam-se com os reformistas; os anarquistas

⁴⁹⁴ LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. P. 51.

eram internacionalistas, os anarcóides eram nacionalistas; os anarquistas eram contra qualquer aliança com a burguesia, os anarcóides aliam-se com a burguesia contra os comunistas⁴⁹⁵; os anarquistas odiavam os jornais burgueses, os anarcóides faziam uso e publicavam nos jornais burgueses; os anarquistas empregavam linguagem “decente”, os anarcóides metiam-se “a falar de biologia e acaba[m] em pornografia”; os anarquistas eram ateus e anti-religião, os anarcóides eram religiosos; os anarquistas eram materialistas revolucionários, os anarcóides eram idealistas reacionários⁴⁹⁶. Assim, diziam os comunistas, “os anarcóides atuais traíram o anarquismo revolucionário de 1919”⁴⁹⁷ e o legado revolucionário do anarquismo estava com o Partido Comunista. Dito nas próprias palavras dos comunistas

Bem vedes que os anarcóides renegaram o que havia de revolucionário no anarquismo. Traíram o anarquismo!

O anarcoidismo é a degenerescência. O anarquismo pertence ao passado. O futuro do proletariado é o comunismo.

Aderi ao Partido do proletariado consciente!⁴⁹⁸

Os comunistas paulistas passaram a década de 20 disputando com os anarquistas os sindicatos de São Paulo e, conseqüentemente, a influência política e ideológica no proletariado. Estavam em aberta desvantagem por ser um grupo pequeno, portador de ideias pouco conhecidas (até para eles mesmos) e que tinham de enfrentar um movimento já enraizado e de grande influência no operariado. Fizeram uso da venda dos jornais alinhados politicamente com o PCB para apresentar ao proletariado da cidade as limitações dos anarquistas no movimento operário, como a negação das leis trabalhistas, o sectarismo e o idealismo, o despreparo dos anarquistas para combater a polícia e ajudar os militantes presos, etc. Ao mesmo passo, construía uma interpretação própria da história do movimento operário brasileiro onde apresentavam uma imagem própria que oferecia aos operários uma alternativa concreta as vicissitudes dos anarquistas, não apenas em um sentido de ruptura, mas também de continuidade na medida em que

⁴⁹⁵ *Onde estão os que renegaram o conteúdo revolucionário do anarquismo?* A Nação. Rio de Janeiro, 24/06/1927. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁹⁶ *O anarquismo está morto! Só resta a decomposição anarcoide.* A Nação. Rio de Janeiro, 24/06/1927. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁹⁷ *O anarquismo está morto! Só resta a decomposição anarcoide.* A Nação. Rio de Janeiro, 24/06/1927. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

⁴⁹⁸ *Onde estão os que renegaram o conteúdo revolucionário do anarquismo?* A Nação. Rio de Janeiro, 24/06/1927. P. 2. (CEDEM – ASMOB)

afirmavam que o legado revolucionário que cumpriu o movimento anarquista na década de 10 estava, agora, com os comunistas.

Apesar de não ser possível ter certeza de até que ponto terminaram a década de 20 obtendo êxito nesse objetivo, é provável que ele tenha sido pequeno. Concordamos com autores como Alex Bonomo e Emília Viotti da Costa, para quem o anarquismo não declinou como movimento influente na realidade brasileira por conta de um concorrente dentro do movimento operário ou um evento externo como a Revolução Russa, mas sim por conta de suas próprias contradições.

Assim, nos explica Emília Viotti, as propostas dos anarquistas, sempre ligadas à organização para efetuar a revolução social, nada esperando da política estatal, nem sempre satisfaziam as vontades dos operários, que insistiam na necessidade de leis que proibissem o trabalho infantil, equalizasse os salários de homens e mulheres, fixassem um salário mínimo, sugeriam controle do Estado na qualidade e preço de alimentos e aluguéis. Para os anarquistas, a greve, a sabotagem, a consciência revolucionária eram os instrumentos de que dispunham os trabalhadores. No entanto, quando as greves eram violentamente reprimidas pela polícia, os trabalhadores encontravam como respaldo apenas uma federação heterogênea, dividida por interesses os mais contraditórios, incapaz de coordenar a resistência, de forma que não seria de se espantar, diz a autora, que depois da violenta repressão dos anos 1919 e 1920 alguns se convencessem da necessidade de adotar um novo tipo de organização e de utilizar novas estratégias⁴⁹⁹.

Não obstante, não é demais recordar que as greves de maior vulto ocorridas em São Paulo nessa década foram greves organizadas por um sindicato dirigido pelos comunistas: o sindicato dos gráficos.

3.3 - O Partido Democrático de São Paulo.

O Partido Democrático de São Paulo foi fundado no dia 14 de fevereiro de 1926, data escolhida intencionalmente por ser aniversário da promulgação da Primeira Constituição Republicana. A escolha da data e do nome do Partido anunciava o seu objetivo: pretendia regenerar a República, que em sua visão havia sido corrompida e degenerada pelos governos do Partido Republicano, ou, em jargão conhecido do

⁴⁹⁹ COSTA, E. V. *A nova face do movimento operário na Primeira República*. Revista Brasileira de História, São Paulo, 2-4, set, 1982. Pag. 228.

Partido, “republicanizar a República”. Suas origens remontam na Faculdade de Direito de São Paulo, o jornal *O Estado de São Paulo* e organizações políticas como a Liga Nacionalista de São Paulo, que foi fundada por Olavo Bilac, A Liga do Voto Secreto e o Partido da Mocidade, todas de efêmera existência.

Apesar de ter buscado fundar congêneres em outros estados e também um Partido Democrático Nacional, o Partido Democrático teve seu desenvolvimento e experiência política de maior consistência em São Paulo. Era, portanto, um partido regional, e mesmo a estrutura organizativa de seus congêneres não oferecia ruptura com o modelo do Partido Republicano, ou seja, partidos regionais independentes.

Sendo um partido paulista de oposição, não seria de estranhar que o Partido Comunista do Brasil, e especialmente sua seção regional paulista, tivesse de tomar uma posição em relação a ele, definindo-o dentro ou fora de seu leque de possíveis alianças na política de frente única. Acreditamos que desde o surgimento do Partido Democrático, o PCB já tinha uma posição a respeito do mesmo como um Partido da burguesia, não sendo diferente do PR em critérios pertinentes.

Quando os comunistas de São Paulo preparavam-se para fundar o Bloco Operário e Camponês na cidade, no ano de 1927, Everardo Dias lançou um texto no jornal carioca *A Nação*, cujo título era *As eleições* e, nele, discorreu a respeito do recém-fundado Partido Democrático.

Everardo Dias começa com uma exposição e crítica ao situacionismo do Partido Republicano Paulista. Mas a atenção especial do artigo de Everardo é centrada no aparecimento recente na cena eleitoral do Partido Democrático de São Paulo, e depois disso, na possibilidade dos comunistas de São Paulo começarem a concorrer eleições. Everardo deixa claro que o Partido Democrático não passa de um partido constituído pelo mesmo tipo de gente que constitui o Partido Republicano Paulista, mas que por motivos de discordância interna, saíram do velho partido e fundaram um novo. Independente disso, por ser a única oposição existente até o momento, o PD conquistava o eleitorado independente, revoltado com a política já bem conhecida do PRP. Contudo, diz Everardo, esse eleitorado

[...] não é eleitorado com que possam sempre contar. Esse eleitorado não tem disciplina, nem orientação fixa: é um eleitorado inconstante, constituído de todos aqueles que desejam acertar e ver uma administração criteriosa e bem feita. Esse mesmo partido de oposição está infiltrado de elementos

heterogêneos, desde o velho político retrógrado até o jovem idealista, que sonha com uma política reformista e dissolvente...Desse conjunto, nada de prático e útil para o povo sairá, a não ser umas desilusões a mais⁵⁰⁰.

Por esses motivos, o autor do texto defende que o PRP não teme o PD, mas teme o número de eleitores que eles podem conseguir. Esses eleitores, continua Dias, deverão pender para o lado do Partido Comunista quando esse entrar no cenário eleitoral, visto que o PCB, diferente do PD, tem um programa sólido e bem fundamentado, que interessa e desperta paixões nas massas proletárias, contando com militantes que no parlamento “defenderão entranhada e desassombradamente os interesses das massas laboriosas e pobres contra os monopólios e trustes da grande burguesia”⁵⁰¹. Frente a essa situação, Everardo Dias termina seu texto afirmando que

O Partido Comunista, que é um partido jovem, mas de grandes recursos morais e ideológicos para as massas, de uma atividade vigilante e ininterrupta, terá, sem dúvida, em São Paulo, um de seus mais brilhantes campos de luta⁵⁰².

O texto de Everardo publicado em *A Nação* demonstra que os comunistas de São Paulo, ainda que provavelmente por indicação do CCE, já se preocupavam com a participação eleitoral proletária e buscavam meios de convencer os operários a votar, ainda que estivessem mais interessados na organização dos trabalhadores nos sindicatos e em conseguir aderentes para o Partido. A esperança dos comunistas paulistas, ao que o texto indica, era conseguir canalizar o descontentamento com o PRP para conseguir seus votos, confiando na incapacidade do PD se mostrar como alternativa política eficiente.

Não obstante, como vimos no Cap. II sobre o Bloco Operário e Camponês, o BOC-SP terminou sua participação nas eleições de fevereiro de 1928 retirando a candidatura de Nestor Pereira Jr., e oferecendo apoio ao Partido Democrático de São Paulo, alegando que, gostaríamos de lembrar,

Entre os dois partidos políticos não proletários, um, governamental, oligárquico, conservador e reacionário, e outro, na oposição, popular, democrático e liberal, que promete ao proletariado liberdade de reunião e associação, defendendo-o nas ocasiões precisas, - entre dois partidos nessas condições, não nos é dado titubear. Votar no P.R.P. seria um suicídio coletivo⁵⁰³.

⁵⁰⁰ *As Eleições*. A Nação. Rio de Janeiro, 07/03/1927. P. 4. (CEDEM – ASMOB)

⁵⁰¹ *As Eleições*. A Nação. Rio de Janeiro, 07/03/1927. P. 4. (CEDEM – ASMOB)

⁵⁰² *As Eleições*. A Nação. Rio de Janeiro, 07/03/1927. P. 4. (CEDEM – ASMOB)

⁵⁰³ *Bloco Operário e Camponês: reúna seus votos aos do Partido Democrático contra a opressão do P.R.P.* O Combate 20/02/1928. P 6. (CEDEM)

O caso indica uma mudança de posição dos comunistas de São Paulo a respeito do Partido Democrático que, a primeira vista, não parece ter outra explicação a não ser aquela alegada pelos próprios comunistas no jornal *O Combate*. Todavia, o debate que se seguiu entre o CR-SP e o CCE do PCB e, especialmente entre este último e Plínio Mello, não só demonstram as razões da mudança de análise e posição dos comunistas paulistas em relação aos democráticos como acaba por estabelecer definitivamente a posição do Partido Comunista frente aos mesmos.

O Comitê Central do Partido Comunista ficou sabendo da retirada do candidato do BOC-SP do pleito apenas dois dias depois (22 de fevereiro), através da republicação do Manifesto do BOC-SP pelo jornal carioca *A Esquerda*. Imediatamente, a direção do PCB pediu esclarecimento aos comunistas de São Paulo. Também os comunistas de Santos foram pegos de surpresa pela retirada do pleito de Nestor Pereira Jr., e, apesar de apoiar publicamente, em carta privada, João Freire de Olivera (secretário-geral da Coligação Operária) marcou sua posição contrária a decisão do BOC-SP, deixando claro que o apoio público a desistência da candidatura foi apenas por “uma questão de disciplina” e frisando que em assembleia da Coligação Operária na qual se tratou do assunto, foi decidido

1° - Desde o aparecimento do B.O.C., e anteriormente, já desde a fundação da C[oligação]. O[perária]., sempre dissemos que este é um partido de operários para eleger operários, visto que nenhum outro candidato ligado às empresas capitalistas poderá realizar as aspirações dos trabalhadores.

2° - Escudados neste nosso propósito, o proletariado tem ocorrido ao nosso apelo e acha-se atualmente convicto dos nossos argumentos.

3° - Estávamos perfeitamente aparelhados com o nosso corpo de fiscais e de distribuidores de chapas em prontidão e com gastos de impressos etc., o que muito nos sobrecarrega neste momento.

4° - Estas eleições tinham ainda para nós a oportunidade de balancearmos nossas forças para outubro, cristalizar no proletariado o hábito de votar em nossos próprios candidatos, treinar nosso corpo de fiscais, distribuidores de chapas, pregadores de cartazes, etc.

Tudo isto, porém, parece ter sido em parte desfeito pela resolução dos camaradas de São Paulo, tomando esta atitude no dia 20, e nem se dignando comunicar-nos qualquer coisa, vindo nós a saber do fato no dia 22 pelos jornais, à tarde⁵⁰⁴.

⁵⁰⁴ *Os camaradas de Santos obedeceram, mas protestaram*. Auto-Crítica. Rio de Janeiro, nº 3, s.d., p. 11. (CEDEM)

O relatório do Comitê Regional de São Paulo justifica a retirada lembrando que na discussão sobre o lançamento de uma candidatura do BOC em São Paulo, ficara decidido que não era permitido abstenção para que não houvesse apoio indireto ao Partido Republicano Paulista. A única saída seria apoiar os liberais, pois assim se preparava o terreno para as lutas futuras e ganharia a simpatia da pequena-burguesia, frisando ainda que os votos que deveriam ser de Nestor Pereira Jr. Teria permitido a vitória dos candidatos liberais no 1º Distrito.

Com base neste relatório e mais uma série de cartas de Plínio Mello, recortes de *O Combate* e *A Praça de Santos*, a entrevista de Nestor Pereira Jr e uma entrevista de Maurício de Lacerda ao *O Combate* e a carta da Coligação Operária de Santos, a CCE examinou a posição dos comunistas de São Paulo nas eleições de 24 de fevereiro e fez uma dura resposta, que serviu de base para um texto manifesto a ser publicado em *O Combate*, *Praça de Santos*, *A Esquerda* e *O Internacional*. A primeira atitude do CCE do BOC no manifesto é declarar a sua surpresa pela desistência da candidatura do BOC-SP e sua incapacidade de tomar uma atitude para impedir que isso acontecesse devido a distância que se encontrava de São Paulo e do curto tempo que restava para o dia das eleições.

Admitem que a repressão policial seria mais forte se o BOC continuasse no pleito, relembrando dos acontecimentos no sindicato dos gráficos do Rio de Janeiro, mas colocam-se contrários a retirada do candidato do BOC. Argumentam que grande propaganda já fora feita pelos diários de grande circulação *O Combate* e *Praça de Santos*, e que outros jornais burgueses foram forçados a dar notícias sobre o BOC-SP. Para o Comitê Central do BOC, a atitude correta seria fazer da perseguição policial motivo para uma propaganda ainda mais intensa a favor do BOC, fortalecendo a campanha do candidato operário⁵⁰⁵.

Por mais obstáculos que surgissem em nosso caminho, pelo menos com um bom milhar de votos o nosso candidato havia de aparecer na apuração eleitoral. Seria uma afirmação de consciência de classe do proletariado, tanto mais significativa quanto maiores houvessem sido as perseguições. Teríamos alcançado o nosso objetivo levando parte do proletariado a participar da luta eleitoral como força independente⁵⁰⁶.

⁵⁰⁵ *O BOC e as eleições paulistas de 24 de fevereiro*. A Esquerda. Rio de Janeiro. 11/04/1928. P. 4. (BNDigital)

⁵⁰⁶ *O BOC e as eleições paulistas de 24 de fevereiro*. A Esquerda. Rio de Janeiro. 11/04/1928. P. 4. (BNDigital)

Para a direção do BOC, perdeu-se uma oportunidade de demonstrar a luta de classes no terreno eleitoral, uma atitude com consequências incalculáveis para as futuras atividades do Bloco em São Paulo. Mas pior do que desistir do pleito, para eles, era o apoio aos democráticos.

O que vem a ser o BOC? Trata-se de um “bloco”, isto é, uma “coligação”, uma “concentração” de grupos políticos – não de grupos políticos quaisquer, mas de grupos políticos de “operários” e “camponeses”. O que visa a política do BOC? Defendendo os interesses e as aspirações das mais largas massas laboriosas, a política do BOC visa despertar a consciência de classe dos trabalhadores em geral, unindo num só bloco, sob a hegemonia da vanguarda proletária consciente, os operários da cidade e do campo, os lavradores pobres, as camadas mais pobres e mais oprimidas de toda a população.

Tudo isso quer dizer que a organização e a política do BOC excluem, também, por sua mesma natureza, qualquer espécie de colaboração, ligação ou acordo com organizações políticas não operárias, nem camponesas. Qualquer colaboração, ligação ou acordo, de ordem orgânica ou política, com agrupações políticas não operárias nem camponesas, significa, pura e simplesmente, a negação, a anulação do BOC como tal. É coisa, portanto, inadmissível.

Assim, pois, o apoio oferecido ao Partido Democrático, sendo a negação e a anulação do próprio BOC foi, politicamente, um desastre⁵⁰⁷.

Para os dirigentes do BOC, o Partido Democrático era o “partido dos descontentes”, mas dos descontentes dirigidos pela burguesia, cujo objetivo é “canalizar para o liberalismo democrático os descontentamentos perigosos”. Era o partido da confusão das classes em benefício da burguesia, a negação da política de classe independente do BOC. O prosseguimento da candidatura de Nestor Pereira Jr., pelo contrário, seria a afirmação do BOC em seus princípios, e deveria ser sustentada sem preocupações com o número de votos que iria receber. Sintetizando o argumento, diz a direção do BOC, “perderiam a eleição, mas ganhariam a propaganda”⁵⁰⁸. Ao invés disso,

A retirada feita no último momento, sob pressão do terror e o desvio da nossa linha em favor da confusão democrática, destruíram todo o trabalho anterior, contribuindo para baixar, mais ainda do que antes, o grau de consciência de classe do proletariado. Este é, incontestavelmente, o resultado objetivo da “manobra” de última hora efetuada pela direção do BOC em São Paulo⁵⁰⁹.

⁵⁰⁷ *O BOC e as eleições paulistas de 24 de fevereiro*. A Esquerda. Rio de Janeiro. 11/04/1928. P. 4. (BNDigital)

⁵⁰⁸ *O BOC e as eleições paulistas de 24 de fevereiro*. A Esquerda. Rio de Janeiro. 11/04/1928. P. 4. (BNDigital)

⁵⁰⁹ *O BOC e as eleições paulistas de 24 de fevereiro*. A Esquerda. Rio de Janeiro. 11/04/1928. P. 4. (BNDigital)

Por fim, a direção nacional do BOC, respaldada em assembleia de seus delegados, ocorrida no dia 11 de março de 1928 reprova a atitude tomada pelo Comitê Regional de São Paulo do BOC, expressa no manifesto publicado no dia 20 de fevereiro. Contudo, não deixam de lembrar que a crítica feita ao BOC-SP é no intuito de ajudar para que os mesmos erros não sejam cometidos futuramente, pois “só não erra quem não faz nada”⁵¹⁰.

Todavia, o manifesto publicado pelo CCE do BOC não diz uma série de apontamentos que estão contidos na carta enviada ao CR-SP e publicada na revista de circulação interna do PCB, *Auto-crítica*. Neste escrito, o CCE expõe que para eles a verdadeira causa da desistência e apoio do BOC-SP aos democráticos não era o terror policial, mas sim uma proposta de um político do Partido Democrático, o deputado estadual Bertho Antonio Condé, que foi descrita por Plínio Mello em seu relatório. A proposta incluía a ajuda dos democráticos na soltura dos integrantes do BOC-SP presos pela polícia, a criação de uma “seção operária” dentro do jornal oficial do Partido Democrático, o *Diário Nacional*, que seria organizada sob a direção dos comunistas, bem como a garantia de representação operária nos próximos pleitos, de forma a incluir no programa do Partido Democrático o programa do BOC; tudo isto em troca do apoio do BOC-SP nas eleições de fevereiro de 1928. Para a direção do BOC, o apoio ao PD foi a “causa e não o efeito da retirada de nosso candidato”⁵¹¹.

Dessa forma, diz a CCE, o CR-SP foi ingenuamente vítima de uma dupla cilada: o terror policial alternado com a “sedução democrática”. A polícia teria desferido golpes repressivos no movimento operário, a imprensa burguesa cumpriu o papel de criar um clima de alarme e terror, e então os democráticos servem-se da situação para propor um acordo que tinha como interesse oculto a anulação política do BOC-SP

Dupla cilada evidente. O PRP meteu medo; o PD ofereceu sua “proteção”; e o BOC caiu na esparrela, como uma criança, anulando-se por completo – isto é, anulando a agitação eleitoral que visava lançar bases de uma política proletária independente, coisa que não convém nem ao PRP nem ao PD⁵¹².

⁵¹⁰ *O BOC e as eleições paulistas de 24 de fevereiro*. A Esquerda. Rio de Janeiro. 11/04/1928. P. 4. (BNDigital)

⁵¹¹ CCE do PCB. *O BOC de São Paulo e as eleições de 24 de fevereiro*. Auto-Crítica. Rio de Janeiro, n° 3, s.d., p. 11-16. (CEDEM)

⁵¹² CCE do PCB. *O BOC de São Paulo e as eleições de 24 de fevereiro*. Auto-Crítica. Rio de Janeiro, n° 3, s.d., p. 12. (CEDEM)

Para o Comitê Central, o acordo proposto pelo Partido Democrático, se aceito pelos comunistas, teria como consequência objetiva a dissolução do BOC-SP. Os maiores interessados na saída do BOC do pleito de São Paulo eram os democráticos, pois os votos nos comunistas os prejudicariam muito mais no papel de “oposição” do que ao Partido Republicano Paulista, que era situação. Para a CCE esse era o verdadeiro motivo da “proteção” e solicitude dos democráticos que, dizem ironicamente, “gozam de tamanha influência junto da polícia”. No fim das contas, para a CCE a verdadeira frente única fora feita entre o PRP e o PD contra o BOC, e não entre o BOC e o PD contra o PRP⁵¹³.

O CCE ainda nota que o relatório do CR-SP é contraditório ao medir a força eleitoral do BOC-SP. Ora dizem que era pequena, por isso não adiantaria continuar no pleito, ora afirmam que eles prejudicariam os democráticos contra o PRP caso permanecessem no pleito. Se a força eleitoral do BOC-SP era grande o suficiente para prejudicar os democráticos, então era uma força relevante e teria realizado uma demonstração de força contra a burguesia do PRP e do PD que seria frutífera para os pleitos vindouros.

O argumento usado tanto pelo CR-SP como por Plínio Mello, de que o apoio ao PD traria a simpatia da pequena-burguesia e dos proletários de mentalidade pequeno-burguesa para o BOC era rebatida pelo CCE afirmando que, na esperança de conquistar esses setores do eleitorado, o BOC-SP arriscou perder a simpatia da “massa proletária de mentalidade proletária”, que deveria ser prioridade dos comunistas.

O ponto mais criticado, contudo, acaba por ser a proposta de Plínio Mello de um “acordo permanente” com o Partido Democrático que, para o CCE, era o mesmo que a liquidação do BOC em São Paulo. A proposta de Mello foi rejeitada pelo CR-SP, porém, como no relatório do CR não havia uma posição declarada a respeito do assunto, o CCE conclui que “é indubitável, no entanto, que, de seus termos, cheios de simpatia pelo PD, se depreende existir, objetivamente, entre os camaradas de São Paulo, uma perigosa tendência nesse sentido”⁵¹⁴.

⁵¹³ CCE do PCB. *O BOC de São Paulo e as eleições de 24 de fevereiro*. Auto-Crítica. Rio de Janeiro, n° 3, s.d., p.12. (CEDEM)

⁵¹⁴ CCE do PCB. *O BOC de São Paulo e as eleições de 24 de fevereiro*. Auto-Crítica. Rio de Janeiro, n° 3, s.d., p. 13. (CEDEM).

Esses erros todos, para a CCE, encontravam sua razão numa análise equivocada que os comunistas de São Paulo faziam dos democráticos, e então definiam o caráter de classe do Partido Democrático de São Paulo igualmente compareceu no comunicado publicado nos jornais: um Partido da burguesia, do setor mais inteligente da burguesia, cujo lema é “ façamos a revolução antes que o povo a faça”. De uma forma ou de outra, a diretiva era que o BOC-SP deveria levar a cabo uma política independente e continuar sua atividade de propaganda e alistamento, preparando-se para os próximos pleitos⁵¹⁵.

Plínio Mello, que foi quem relatou a proposta de acordo com os democráticos e a defendeu, sentiu-se pessoalmente injustiçado no relatório da CCE. Escreveu uma carta em resposta, onde lamentava ter de defender-se de acusações pessoais, e expunha sua própria interpretação das eleições de 24 de fevereiro de 1928, da atuação do BOC, do Partido Democrático e do que significava um possível acordo entre as duas organizações. Para Plínio, a CCE, em vez de analisar de forma objetiva a situação que se encontrava o BOC-SP, preferiram explicar a atitude de desistência das eleições através de uma especulação sobre a influência de Maurício de Lacerda, a serviço dos democráticos, sobre Plínio, a influência de Plínio sobre o CR-SP, e com isso, a desistência do pleito⁵¹⁶.

Plínio Mello não fez muito mais do que reafirmar a argumentação que já estava presente em sua carta anterior e no relatório do CR-SP: o BOC não teria conseguido nas eleições, mais do que 300 ou 400 votos na melhor das hipóteses, enquanto que com o apoio ao PD, conseguiram garantir a eleição de um deputado democrático. Além do mais, aponta que a CCE já havia dito antes do começo do pleito que a abstenção não era uma opção, pois seria apoiar indiretamente os republicanos, que o BOC deveria evitar uma “demonstração de força eleitoral que antes fosse uma demonstração de fraqueza política”. Ainda culpa a CCE pela vinda de Azevedo Lima que não aconteceu, e que seria de grande importância para dar força ao BOC-SP, condição prévia para que os comunistas de São Paulo tivessem aceitado entrar na disputa eleitoral⁵¹⁷. Chama a atitude do BOC-SP de “retirada estratégica”, afirmando que continuar no pleito depois da onda de repressão seria “obra anarquista”, pois com o BOC jogado na ilegalidade,

⁵¹⁵ CCE do PCB. *O BOC de São Paulo e as eleições de 24 de fevereiro*. Auto-Crítica. Rio de Janeiro, n° 3, s.d., p. 13. (CEDEM).

⁵¹⁶ MELLO, P. *A questão das eleições estaduais*. Carta à C.C.E. São Paulo, 21/04/1928, p. 1. (AESP)

⁵¹⁷ MELLO, P. *A questão das eleições estaduais*. Carta à C.C.E. São Paulo, 21/04/1928, p. 2. (AESP)

não havia organização e nem elementos capazes de levar a propaganda do BOC a frente⁵¹⁸.

Contudo, em carta de Everardo Dias para Astrojildo Pereira, datada do mês de fevereiro de 1928, a atitude dos comunistas paulistas frente a repressão policial, se assemelha mais a uma atitude precipitada causada por desespero do que uma “retirada estratégica”

Os jornais daqui haviam noticiado que você [Astrojildo Pereira] foi preso, mesmo antes de Octávio⁵¹⁹. Isso nos alarmou bastante, porque indicava a prisão de todos vocês aí. Maurício [de Lacerda], mesmo, aqui na ocasião, disse que provavelmente Paulo e Fernando [de Lacerda] estavam presos também, e não saía da Agência Brasileira pedindo que ali informassem da prisão, pois se tal se desse, ele não seguiria para Bauru, fazer uma conferência e iria para o Rio imediatamente.

Os telegramas que para cá transmitiram eram mais alarmistas [trecho ilegível]. Isso nos desorientou, impelindo-nos ao recuo estratégico de descarregar a votação no P. Democrático⁵²⁰.

De toda forma, em sua carta resposta a CCE, Plínio Mello sustenta que as consequências da continuidade da candidatura do BOC-SP, seriam a desmoralização do BOC aos olhos do proletariado, o reforço da frente burguesa, a condenação da ação futura devido ao aumento da repressão policial. A abstenção, por outra parte, apenas iria ajudar o PRP e causar antipatia nos democráticos. Rebate a crítica da CCE de que a atitude do BOC-SP de apoiar os democráticos nas eleições teria quebrado a “política independente de classe” afirmando que a influência que o BOC tem sobre a massa operária paulista era apenas uma “hipótese vaga”, e que com a atitude que tomaram, não comprometeram o BOC-SP para com o PD e ainda despertaram a simpatia dos operários iludidos com o PD⁵²¹. Plínio serve-se de uma série de citações de Lênin em *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* para justificar que o acordo com o Partido Democrático seria importante para os comunistas de São Paulo, tendo em vista a situação social da cidade. Critica a CCE por interpretar esse acordo como permanente, quando na verdade seria um acordo temporário. Plínio argumenta que, uma vez estando o BOC na ilegalidade, seria de proveito para os comunistas aceitar a proposta dos

⁵¹⁸ MELLO, P. *A questão das eleições estaduais*. Carta à C.C.E. São Paulo, 21/04/1928, p. 3. (AESP)

⁵¹⁹ Octávio Brandão havia sido preso no dia 16 de fevereiro de 1928 em decorrência da denúncia pública que Azevedo Lima pretendia fazer a respeito de Pereira de Oliveira (vulgo Zé Dotô) na sede da UTG do Rio, acusando-o de informante da polícia, e que acabou sendo invadida pela mesma. BRANDÃO, O. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978. P. 344.

⁵²⁰ Carta de Everardo Dias a Astrojildo Pereira. São Paulo, ??/02/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

⁵²¹ MELLO, P. *A questão das eleições estaduais*. Carta à C.C.E. São Paulo, 21/04/1928, p. 3. (AESP)

democráticos para tomar controle da “Seção Operária” a ser fundada no jornal “*Diário Nacional*” para causar uma “luta interna no seio do próprio PD”. Se os comunistas não tomassem o controle dessa seção, deixando-a para gente do próprio PD, argumenta Plínio, “iriam forçar a criação de uma ideologia colaboracionista em S. Paulo”⁵²².

Plínio Mello não acreditava que o acordo com o PD levaria os comunistas ao reformismo. Pelo contrário, para ele isso não seria possível devido a disciplina da IC, mas o acordo permitiria desenvolver o trabalho de sindicalização dos operários paulistas, entrando em contato com os elementos mais atrasados do proletariado e os trazendo para o Partido Comunista. Além do mais, a presença de comunistas no Partido Democrático poderia forçar este partido para a revolução democrático-burguesa. Seriam elementos positivos em face da situação de São Paulo: o terror policial e a falta de consciência de classe no seio do proletariado, a mentalidade pequeno-burguesa dos trabalhadores paulistas⁵²³.

Plínio Mello revoltou-se contra a afirmação da CCE do BOC de que o PD jamais poderia incluir o programa integral do BOC, isto por conta da imensa diferença de interpretação sobre o Partido Democrático feita por Plínio daquela feita pela CCE.

O PD não é um partido da grande burguesia liberal, como pretende fazer crer a CCE. Pelo seu programa generalizado e vago, e pela sua estrutura ampla e elástica, capaz de receber em seu seio todos os descontentes, o PD é um partido típico da pequena-burguesia. A maioria de seus dirigentes são intelectuais de mentalidade pequeno-burguesa, mas, sinceramente iludidos com a panaceia do voto secreto e com a democracia pura, vendo no mesmo a possibilidade de guindarem altas posições políticas. A massa que constitui o eleitorado desse partido, é na sua grande maioria constituída pela pequena-burguesia e por operários de mentalidade pequeno-burguesa.

A pequena-burguesia, é sabido, não constitui propriamente uma classe, ela é formada pelo elemento oscilante entre as duas classes históricas, que é, o proletariado e a grande burguesia ou burguesia propriamente dita. Sendo assim, o programa do BOC (de reivindicações mínimas para o proletariado) pode muito bem ser aceito pelo PD. Agora, o que não pode ser é a inclusão do programa do PD no programa do BOC. Este é um partido de classe, com um programa definido, indisfarçável. Por conseguinte, é absurda a hipótese formulada pela CCE de que seria a mesma coisa...⁵²⁴

Plínio ainda comparou a retirada da candidatura operária e o apoio aos democráticos ao acordo de paz de Brest-Litovisky, com a NEP e com as recomendações feitas por Lênin aos comunistas ingleses em relação a fazer acordos com o Labor Party

⁵²² MELLO, P. *A questão das eleições estaduais*. Carta à C.C.E. São Paulo, 21/04/1928, p. 5. (AESP)

⁵²³ MELLO, P. *A questão das eleições estaduais*. Carta à C.C.E. São Paulo, 21/04/1928, p. 5 (AESP)

⁵²⁴ MELLO, P. *A questão das eleições estaduais*. Carta à C.C.E. São Paulo, 21/04/1928, P. 7. (AESP)

em *Esquerdismo...*, afirmando que o recuo salvou a atividade do PCB na região de São Paulo. Ainda justifica o apoio ao PD através da política da IC para os países coloniais e semicoloniais, que seria o dever de apoiar todo o movimento de emancipação nacional contra o imperialismo.

A argumentação de Plínio Mello ainda conta com uma análise da constituição das classes sociais no Brasil. Segundo ele, não existia no Brasil a figura do camponês, como na Rússia revolucionária. Aqui, o que existia era o assalariado agrícola, peão, renteiro, colono ou operário rural, o que significaria que “aqui não temos o problema do camponês para resolver”. A pequena burguesia constituía a massa da população nas Américas, e por conta de sua situação econômica precária, tornara-se revoltosa. Afirma que para cumprir a revolução democrático-burguesa, o proletariado deveria se apoiar na pequena-burguesia que é “a maioria da população” para cumprir sua tarefa histórica.

Ora, se nos países de regime feudal ou semi-feudal, em que o capitalismo apenas começa a se desenvolver, como era o caso da Rússia e como é o caso da China e do Brasil, o proletariado, para levar a termo sua missão histórica, precisa, conforme o ensinamento de Lênin, apoiar-se noutra classe que lhe possa ser um aliado natural durante a Revolução, - não existe nos países da América, especialmente no Brasil, outra classe com que possam os trabalhadores se unir, se não a pequena-burguesia. Aliado, perigosíssimo, é bem verdade, e, por isso mesmo e por constituir a maioria da população, precisa estar sob controle imediato do proletariado, principalmente agora, após a descoberta e circulação da doutrina fascista⁵²⁵.

Por fim, Plínio Mello admite que o manifesto do BOC-SP sobre a saída do pleito foi derrotista e assume a culpa, juntamente com a polícia e promete daí para a frente lutar pela legalidade do BOC.

O Comitê Regional de São Paulo também escreveu uma réplica, onde imputava a responsabilidade do imbróglia a Plínio Mello, colocando-o como o grande apologista do acordo entre BOC-SP e PD. A interpretação que o CR-SP faz do PD é que ele era de

⁵²⁵ MELLO, P. *A questão das eleições estaduais*. Carta à C.C.E. São Paulo, 21/04/1928, p. 11. (AESP)

O crescimento do fascismo no Brasil era um problema concreto que deveria preocupar os comunistas. A primeira organização fascista brasileira data de 1922, a Legião Cruzeiro do Sul, que depois se transformou em Cravo Vermelho. Segundo Everardo Dias, a Cravo Vermelho era constituída por “policiais, caceteiros e indivíduos desclassificados” (DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-omega, 1977. P. 110). Apesar disso, as organizações fascistas brasileiras de maior vulto surgirão no início da década de 30, como o Partido Fascista Brasileiro e a Ação Integralista Brasileira. Nesse sentido, acreditamos ser pertinente notar que na época Plínio Mello era amigo de Plínio Salgado. Segundo Mello em entrevista concedida a Unicamp “Com Plínio Salgado tive maior intimidade, inclusive fomos amigos até ele se tornar integralista quando começamos a entrar em campos opostos e pensar diferente. Morava numa pensão de um amigo comum Fernando Callage. Encontrávamos nesta pensão, eu, Plínio Salgado, Raul Bopp e outros” (MELLO, P. Entrevista. Disponível em <http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm>. Acesso em 22/02/2018).

fato, como dizia a CCE do BOC um “partido da burguesia liberal”, mas ao mesmo tempo indica que este ainda teria características revolucionárias, continuadores diretos do movimento tenentista de 1924, seriam “contra-revolucionários no sentido proletário, mas revolucionários no sentido burguês-liberal da palavra”⁵²⁶.

O CCE do BOC não fez outra coisa frente a resposta de Plínio e do CR-SP que não fosse manter suas posições expostas no manifesto *O BOC e as eleições paulistas de 24 de fevereiro*, e no seu relatório enviado aos comunistas paulistas, pois entendiam que a totalidade dos argumentos expostos por Plínio Mello já haviam sido devidamente desmontados e que a insistência de Mello não passava de “teimosia”.

Em sua crítica inicial, a CCE já havia deixado claro que o acordo com o PD só levaria a dissolução do BOC-SP enquanto organização proletária independente, que privilegiar a pequena-burguesia e os proletários de mentalidade pequeno burguesa era negligenciar a massa proletária, afirmava que Mello era contraditório ao temer a criação de uma ideologia colaboracionista no proletariado de São Paulo caso o PD fundasse uma sessão operária em seu jornal, pois se o operariado de São Paulo tinha “mentalidade pequeno-burguesa”, então essa ideologia colaboracionista já era um fato.

A CCE reforça então que nenhum outro Comitê Regional deu razão ao Comitê Regional de São Paulo. Aliás, o que aconteceu foi o protesto do Comitê da Zona de Santos. Mesmo em São Paulo, afirma a CCE, era possível identificar através da réplica do CR-SP que “os trabalhadores membros do P.C. em São Paulo não se conformaram ainda”, com a desistência do pleito e o apoio aos democráticos, o que indicava que possivelmente o CR-SP teria deliberado a ação contra a opinião da maioria dos membros do Partido na capital, o que dava força a tese da CCE de que “os camaradas do CR de São Paulo haviam perdido a cabeça, tomados de pânico”.

A CCE reafirma que os erros dos comunistas paulistas se deve a equivocada análise de que tinham do PD em São Paulo. Rebatem a definição que Plínio Mello faz do PD, definindo como um partido da pequena-burguesia e buscando mostrar que a base de classe do PD não se difere da do PRP.

⁵²⁶ CCE do PCB. *Ainda as eleições de fevereiro em S. Paulo*. Tréplica final da CCE. Auto-Crítica. Rio de Janeiro, n° 6, s.d., p. 17. (CEDEM)

Quais são os dirigentes efetivos do P.D. paulista? Antônio Prado, Marrey Junior, Moraes Barros, Francisco Morato, Gama Cerqueira, etc.. Ora, isso tudo é gente da grande, não da pequena-burguesia⁵²⁷.

O último relatório da CCE do PCB sobre as eleições de fevereiro em São Paulo data de 17 de dezembro de 1928, ou seja, já depois do fim do pleito de outubro, o que significa que o Partido passou o ano inteiro debatendo o caso. O relatório termina com um elogio da CCE aos comunistas de São Paulo pela atuação nas eleições de outubro. Não houve cisão ou afastamento de militantes.

O debate ainda serviu como fonte de argumentação na Coligação Operária de Santos, quando foi cogitada uma aliança com o Partido Democrático para uma unidade da oposição contra o Partido Republicano. No debate, a Coligação Operária demarcou seu terreno de ação, suas finalidades e sua política independentes, concluindo que o Partido Democrático era representante dos mesmos ideais perrepistas e compartilhava dos mesmos interesses econômicos⁵²⁸.

A conduta do BOC-SP nas eleições de 24 de fevereiro de 1928 ainda foi condenada de forma definitiva no III Congresso do PCB, ocorrido em 1929. Nele, depois de expor o BOC como “uma das melhores coisas que tem feito o Partido” por ser uma força política nacional e organização de massas dos trabalhadores, chama a atenção para os “perigosos desvios oportunistas e eleitorais” como foi o caso, “por exemplo, em S. Paulo, quando os camaradas dali fizeram o BOC apoiar os democráticos nas eleições de fevereiro de 1928”⁵²⁹.

No III Congresso o Partido Democrático também é reavaliado, recapitulando a discussão travada entre o CCE do PCB e o CR-SP e fazendo uma definição dos democráticos que sintetiza o que foi estabelecido deste debate.

Percebendo que a revolta tenentista (ou da pequena-burguesia, nas palavras dos comunistas) havia saído de seu controle, a burguesia industrial teria entrado em acordo com a burguesia agrária e trata de fundar a alternativa pacífica e democrática de capturar o descontentamento da população: O Partido Democrático.

⁵²⁷ CCE do PCB. *Ainda as eleições de fevereiro em S. Paulo*. Tréplica final da CCE. Auto-Crítica. Rio de Janeiro, nº 6, s.d., p. 17. (CEDEM)

⁵²⁸ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil*. Tese de doutorado apresentada a USP. São Paulo, 2001. P. 312,

⁵²⁹ PCB. III Congresso. Rio de Janeiro. P. 7. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista)

Não foi por acaso que o Partido Democrático se fundou precisamente depois da explosão de 1924 e precisamente em São Paulo. Baseado numa plataforma “liberal” e “democrática”, de forma super-demagógica, ele atrai para suas fileiras e procura manter, sob sua influência, largas massas populares da pequena-burguesia e mesmo da classe operária. Mas sua direção está em mãos da grande burguesia, e toda sua atividade visa a aplicação de soluções pacifistas, por meio do voto secreto e outras panaceias deste gênero. Seu programa resume-se nisto: representação e justiça, palavreado arqui-vago e arqui-vazio, destinado unicamente a amortecer os descontentamentos da massa popular. Ao mesmo tempo, na sua qualidade de mão-esquerda da burguesia, o Partido Democrático prepara-se para, a favor das circunstâncias, subir ao poder, como sucessor pacífico – por milagre do voto secreto – da mão direita, conservadora e reacionária, que se acha no governo⁵³⁰.

Como notou Karepovs, o que se viu no debate entre a CCE do PCB e o CR-SP sobre o BOC e as eleições de fevereiro de 1928 foi “a radicalização da premissa da busca de aliança com a pequena-burguesia, que, por meio da postura externada por Plínio Mello, deveria ser levada ao paroxismo de uma aliança incondicional”⁵³¹.

É notável na argumentação de Plínio Mello sobre a composição da pequena-burguesia na América e seu papel potencialmente revolucionário, bem como a defesa do apoio proletário aos movimentos pequeno-burgueses, os ecos do livro de Octávio Brandão, *Agrarismo e Industrialismo*, que havia sido a principal base de fundamento para o II Congresso do PCB, e no qual, fortemente inspirado pela revolta tenentista de 1924, defendia que a revolução democrático-burguesa no Brasil seria, na verdade, “pequeno-burguesa”, pois seria dirigida pela pequena burguesia, de forma que os comunistas teriam como tarefa fundamental constituir a aliança com os revoltosos pequeno-burgueses e trabalhar para que a revolução se desenvolvesse no sentido da revolução proletária⁵³².

Entretanto, Octávio Brandão em seu livro identificava como pequena-burguesia revoltosa os tenentes e não o PD (que no ano que o livro foi escrito, 1924, ainda não existia). Esta identificação do PD como partido da pequena-burguesia, tal como defendeu Plínio Mello, é uma interpretação específica do próprio e possivelmente dos comunistas paulistas.

É interessante notar, contudo, que no mesmo n° 6 de *Auto-crítica* em que a CCE publica sua resposta final na polêmica com o Comitê Regional de São Paulo, comparece

⁵³⁰ PCB. III Congresso. Rio de Janeiro. P. 6. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista)

⁵³¹ KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil*. Tese de doutorado apresentada a USP. São Paulo, 2001. P. P. 311.

⁵³² Ver BRANDÃO, O. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil*. São Paulo: Garibaldi, 2006.

também o artigo de Octávio Brandão intitulado *O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa* onde, apesar de Brandão já ter desistido do dualismo burguesia industrial contra burguesia agrária, ele permanece defendendo que a “terceira revolta” no Brasil será uma revolução democrática pequeno-burguesa, em que o proletariado deverá estar preparado para fazê-la rumar para a revolução proletária. Nesse sentido, o principal assunto que Brandão discute para que o Partido prepare-se para a revolução da pequena-burguesia é seu possível leque de alianças, e neste, defende a aliança “do proletariado urbano e rural com os revoltosos pequeno-burgueses e com a grande burguesia liberal (grandes industriais e comerciantes) contra o czarismo brasileiro: o Partido Republicano, os fazendeiros do café, o Estado agrário”. Mais a frente, Brandão afirma mais uma vez que para o período de preparação da revolução democrática pequeno-burguesa, o PCB deveria “realizar a frente única momentânea de todas as forças que lutam contra o partido republicano e o Estado agrário”⁵³³. Esta concepção se assemelha em demasia com a defendida anteriormente por Plínio Mello, e acreditamos não ser absurdo que algum membro do Partido, guiando-se por ela, pudesse deduzir que o Partido Democrático seria um aliado possível.

Não era novidade, e nem um problema novo para o Partido certa simpatia dos comunistas paulistas pelos democráticos. Em 1925 já havia ocorrido um problema nesse sentido, quando alguns comunistas paulistas apoiaram ou até mesmo fizeram apologia de uma organização partidária, o Partido da Mocidade, que depois veio a formar, juntamente com outras forças, o Partido Democrático. O caso mais sério foi o artigo do comunista Manuel Perdigão Saavedra, publicado na coluna operária da “*Folha da Manhã*”, onde escreveu

Ingressar nas fileiras do Partido da Mocidade é um dever de civismo posto a todos os brasileiros que se prezem e que saibam prezar o bom nome da terra em que nasceram. O momento histórico que atravessamos é de suprema prova. O Partido da Mocidade vinga, mostrando que ainda existe algo de bom, alguma coisa incorruptível, capaz de reagir, impondo-se a corrente vertiginosa que nos conduz ao desrespeito, a desmoralização, e por conseguinte a irremediável miséria, ou então, deixando o fracassar⁵³⁴.

⁵³³ BRANDÃO, O. *O proletariado perante a revolução democrática pequeno-burguesa*. Auto-crítica. Rio de Janeiro, 1928. P. 13. (CEDEM)

⁵³⁴ SAAVEDRA, M. P. Operariado: Novo Rumo. *Folha da Manhã*. São Paulo, 10/11/1925. P. 8. (Acervo Online da Folha de São Paulo)

Como não poderia deixar de acontecer num partido fortemente centralizado, regido pelo centralismo-democrático leninista, a atitude de Saavedra foi tida como inaceitável e foi duramente criticada no jornal comunista *Voz Cosmopolita*.

Em todo o Estado de São Paulo é tão grande o confucionismo no seio do proletariado que chega até a contaminar os comunistas. [...]

O artigo do comunista acima, publicado na *Folha da manhã* de 10 de novembro, não tem uma gota de comunismo, de luta de classes. É puro confucionismo, patriotismo, pequeno-burguesismo. A vitória do Partido Comunista exige a derrota de todos os outros partidos. O comunista não pode pertencer a nenhum outro partido; não pode glorificar nenhum outro partido.

[...]

A doença principal do proletariado de São Paulo e de seus líderes é o pequeno-burguesismo que se apresenta sob mil aspectos.

Civismo, patriotismo, trabalhismo, socialismo, reformismo, confucionismo, fascismo, menchevismo, anarquismo, liberalismo, democratismo, espiritismo, teosofia, espiritualismo em geral, individualismo, terrorismo bombista, verbalismo, literatismo, filosofismo, Partido da Mocidade, etc., tudo é uma coisa só: histeria pequeno-burguesa. Apenas os matizes é que variam.

É preciso, portanto, que o proletariado de São Paulo estude a sério o comunismo para livrar-se da lepra pequeno-burguesa⁵³⁵.

O incidente com o Partido da Mocidade também foi motivo para a expulsão de Affonso Schmidt (um dos fundadores do PC em São Paulo) do PCB, na mesma época, por “desobediência”. Schmidt entrou em conflito com o Partido Comunista por apoiar o Partido da Mocidade, mesmo expulso, recusou-se a deixar de apoiá-lo, como atesta em carta para Octávio Brandão.

Meu caro Octávio Brandão,

Escrevi a dias a resposta a segunda carta que me enviaste. Fui mais ríspido do que desejava, motivo pelo qual julgo não me respondeste. Seja como for, mesmo diante da exclusão do partido, por desobediência, acho que devo justificar minhas palavras. Mesmo sem ser do Partido da Mocidade e sem ter tomado posse do cargo para o qual fui indicado, recusei-me a combater-lo por fatos que o dia de ontem encarregou de justificar. Lamento que não estiveste aqui para ver esta mocidade das escolas, que até há pouco passava a vida regalada dos cinemas e das festas a disputar por todos os meios, com flagrante sinceridade, as posições tomadas pela oligarquia. [...] Confesso que um legítimo pudor me proíbe de colocar-me contra essa mocidade (cujo ideal não acompanho) mas que entrou na luta com um entusiasmo que só nos pode fazer inveja.

Não sabemos a razão pelo qual parte dos membros do Partido Comunista em São Paulo nutriam essa simpatia pelos elementos que vieram a formar o Partido

⁵³⁵ GARROEIRA, J [pseudônimo de Octávio Brandão]. Em São Paulo: *A histeria pequeno-burguesa*. *Voz Cosmopolita*. Rio de Janeiro, 15/12/1925. P. 3. (CEDEM – ASMOB)

Democrático, e tampouco o que os levou a interpretar tal partido como um partido pequeno-burguês, e não o partido da burguesia liberal, mas não tendo nenhuma diferenciação essencial em sua base de classe com a do PRP, como era defendido pelo Comitê Central. No caso de Plínio Mello, pelo menos, podemos conjecturar a hipótese de sua simpatia se dever aos tempos em que estudou na Faculdade de Direito de São Paulo e dirigiu a Revista *Mocidade*, que não tinha nenhum vínculo direto com o Partido da Mocidade, mas igualmente tinha o objetivo de “lutar pela renovação dos costumes políticos dominantes no país”⁵³⁶.

A historiografia acabou por corroborar a tese de que o Partido Democrático de São Paulo, em sua constituição de classe social, não tinha nenhuma diferença relevante em relação ao Partido Republicano e, mesmo seus interesses econômicos mais elementares não eram divergentes dos do Partido Republicano. As classes médias, ou pequena-burguesia, identificavam-se com o PD e em grande parte aderiam a ele, mas não ocupava papel dirigente no partido⁵³⁷. A esse respeito, Maria Lígia do Coelho Prado, ao estudar a composição social e política do PD, conclui, assim como concluiu na década de 20 a CCE do PCB, que na ausência de divergências de classe básicas, o que levou o PD a surgir como partido de oposição ao Partido Republicano foi justamente as respostas que davam as contradições principais da sociedade brasileira no momento, notadamente a “questão social” e da “revolução”.

O Partido Democrático tinha uma proposta diferente de dominação social da do Partido Republicano. Ele criticava o simplismo da dominação pela força e colocava como alternativa o reformismo e uma visão de harmonia entre as classes sociais combinada de anticomunismo. Para isso, o PD não deixou de colocar em seu programa propostas que haviam sido primeiramente formuladas pelo Bloco Operário e Camponês, como oito horas de trabalho, trabalho apenas para os maiores de 16 anos e afastamento das mulheres grávidas do trabalho 60 dias antes e depois do parto, buscando constituir-

⁵³⁶ MELLO, P. Entrevista. Disponível em <http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm>. Acesso em 22/02/2018.

⁵³⁷ Ver FAUSTO, B. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. P. 55.
PRADO, M.L.C. *A Democracia Ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo (1926 – 1934)*. São Paulo: Ática, 1986. P. 21.

se como alternativa de resolução burguesa das questões sociais, em oposição ao comunismo do BOC⁵³⁸.

Nota-se, porém, que enquanto a CCE do PCB já havia abandonado quase todas as premissas do livro de Brandão, já não fazendo mais uma contraposição entre Industriais apoiados pelos norte-americanos contra agrários apoiados pelos ingleses e uma pequena-burguesia a frente do movimento revolucionário, o CR-SP e principalmente Plínio Mello conservavam a tese de *Agrarismo e Industrialismo*, ou pelo menos, a conservaram no que toca a pequena-burguesia. No caso de Plínio, não apenas conservava, mas a levava ao limite no passo que confundia o Partido Democrático com o tenentismo, estabelecendo uma linha direta de continuidade entre a revolta de 1924 e a fundação do PD, colocando ambos como sendo obra da pequena-burguesia.

Mais do que um mero problema de ordem regional, o debate entre a CCE do PCB e o CR-SP era um episódio específico de um problema que acompanhará os comunistas brasileiros por toda a sua trajetória no século XX e o germe de muitas problemáticas tratadas futuramente já estão presentes ali. Trata-se do trabalho intelectual de um projeto político teórico interpretativo da realidade brasileira afinada com o marxismo. O trabalho era importante, pois para os comunistas uma análise correta da situação brasileira deveria levar a ações políticas corretas e, a finalidade desse empreendimento era definir o caráter da revolução brasileira. Seria socialista, democrático-burguesa, democrática pequeno-burguesa?

O nível teórico da discussão indica que, mesmo que o acesso aos livros clássicos de Marx, Engels e Lênin fosse escasso e, portanto, que a formação dos comunistas da década de 20 fosse deficiente, havia uma preocupação notável da parte deles em apreender as categorias básicas do marxismo para fundar uma interpretação própria da realidade brasileira. Neste esforço, cujo debate do qual estamos tratando prova que não foi ausente de conflitos, determinações específicas da sociedade brasileira serão de extrema importância, como por exemplo, a origem e desenvolvimento das classes sociais no Brasil e o papel político de cada uma delas no momento em que estavam vivendo.

⁵³⁸ PRADO, M.L.C. *A Democracia Ilustrada: O Partido Democrático de São Paulo (1926 – 1934)*. São Paulo: Ática, 1986. P. 164- 165.

Neste quadro, o debate sobre a pequena-burguesia, que teve um início polêmico com o livro de Brandão, não foi de importância menor. O desenvolvimento industrial e urbano na cidade de São Paulo, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, aumentou rapidamente o pequeno comércio, as oficinas artesanais de serviços como sapateiros e alfaiates, as profissões administrativas nas fábricas e as profissões liberais (médicos, professores, engenheiros) também aumentam significativamente. Ao mesmo tempo, a máquina pública aumentou, gerando uma expansão de profissões ligadas a burocracia do Estado⁵³⁹. Como as classes médias eram um setor recente e em expansão, a conquista política desse setor deveria ser motivo de preocupação. Octávio Brandão defende em sua trajetória intelectual na década de 20 que o proletariado deve conquistar para seu lado esse setor e fazê-lo caminhar para o socialismo. Plínio Mello, em sua Carta a CCE, está especialmente preocupado com a possibilidade da pequena-burguesia ser politicamente conquistada pelo fascismo por negligência do PCB em tentar atraí-la para si.

Cabe ainda ressaltar que a análise que Plínio Mello faz do trabalhador rural no Brasil, já naquele ano de 1928, adianta a discussão que mais tarde será colocada por Caio Prado Jr. Assim constava na carta de Plínio Mello a CCE do PCB:

Posta a questão nesse pé, e para reforçar tal ponto de vista, devemos lembrar, não só da situação especial existente no Brasil, especialmente em S. Paulo, para o desenvolvimento da nossa atividade comunista, como também do caráter original que apresentam os países da América em face da Revolução. A situação social dos povos americanos é bem diferente daquela dos asiáticos, por exemplo. As nações de ambos estes continentes vivem entretanto oprimidas pelo imperialismo, lutando constantemente pela própria emancipação do jugo das chamadas grandes potências. Acontece, porém, o seguinte. Enquanto na Ásia, os grandes países como a China e a Índia, superpovoados, em pleno regime político feudal, possuem uma massa camponesa enormíssima, - nos países da América o mesmo não se dá; embora o regime social seja mais ou menos idêntico, há um simulacro de independência política, vis-a-vis do imperialismo, não havendo, entretanto, pela inexistência de superpopulação, a massa camponesa, elemento social característico dos países asiáticos. O que nós temos por exemplo no Brasil é o assalariado agrícola – o peão, o renteiro, o colono, o trabalhador de engenho, o seringueiro – todos operários rurais e não camponeses, propriamente ditos, isto é, pequenos proprietários rurais. Por conseguinte nós não temos o problema camponês a resolver, por enquanto⁵⁴⁰.

Depois, Caio Prado Jr. estaria as voltas com a mesma problemática do “caráter original que apresentam os países da América em face da Revolução” e, em seu livro

⁵³⁹ PINHEIRO, P. S. A. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. IN FAUSTO, B. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III, vol. IX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. P. 22.

⁵⁴⁰ MELLO, P. *A questão das eleições estaduais*. Carta à C.C.E. São Paulo, 21/04/1928, p. 11. (AESP)

“Revolução Brasileira”, criticando as resoluções do VI Congresso da III Internacional, ocorrido no mesmo ano de 1928, atenta assim como Plínio Mello, para a diferença do desenvolvimento capitalista e da constituição das relações sociais de produção na Ásia e no Brasil e também chega a conclusão, ainda que por outro raciocínio, que o trabalhador rural brasileiro “não se trata assim, na acepção própria da palavra, de um camponês” e sim de um trabalhador rural, assalariado agrícola⁵⁴¹.

Certamente que Prado Jr. efetuou uma análise e uma crítica mais profunda que Plínio Mello, colocando em xeque os fundamentos da interpretação do Brasil como país “feudal” ou “semifeudal”, contudo, o debate de Plínio Mello com a CCE do PCB evidencia o esforço dos comunistas brasileiros da década de 20 em, mesmo com precário material teórico de suporte, elaborar uma interpretação marxista própria, original, a respeito do desenvolvimento econômico-social brasileiro e, conseqüentemente, os caminhos para a revolução socialista brasileira.

⁵⁴¹ PRADO Jr. C. A Revolução Brasileira e A Questão Agrária. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. P. 32.

Considerações Finais

Uma conclusão do que foi a trajetória dos comunistas em São Paulo na década de 20 exige lembrar o leitor de que a militância comunista durante praticamente todo esse período foi um trabalho ilegal, e em alguns momentos sofrendo forte perseguição por parte da polícia. Ao mesmo tempo, a década de 20 foi um período em que o movimento operário passava por um recuo em relação ao que havia sido na década anterior. A criação do PCB ocorreu, portanto, sob um terreno desfavorável.

Os comunistas buscaram criar frentes de massa em São Paulo que possibilitassem mobilizar um largo contingente de pessoas em torno de temas caros ao Partido. De todas as frentes de massa, o Bloco Operário e Camponês foi a que vingou maior sucesso nesse período, o que não significou que sua fundação e atuação tenham sido tarefas desprovidas de complicação. As tarefas que os comunistas levavam a frente tentando formar outras frentes de massa, penetrar nos sindicatos e fazer propaganda nos meios operários impossibilitou o Bloco Operário de São Paulo ser criado no mesmo ano que o do Rio de Janeiro, 1927, obrigando-o a surgir apenas no ano seguinte.

Depois da greve dos gráficos de 1929, certamente as eleições disputadas pelo BOC foram o evento de maior vulto dos comunistas na cidade. A disputa eleitoral possibilitou a propaganda das pautas principais do PCB através de jornal de circulação maior do que a do jornal do próprio Partido, transformou os comunistas em uma força política a ser reconhecida na cidade tanto pela população em geral quanto pelos outros partidos políticos, rompeu com a tradição abstencionista que o anarquismo alimentou por mais de uma década no movimento operário, possibilitou a aproximação com elementos políticos progressistas como foi o caso de Manoel Nestor Pereira Jr. e, como gostavam de dizer, inaugurou a participação da classe operária nas eleições em um partido revolucionário. Ao mesmo passo, o despreparo dos comunistas lhes trouxeram problemas pertinentes. A desistência no pleito de fevereiro de 1928 suscitou uma importante discussão interna no Partido a respeito de quais as forças eram possíveis de o PCB se aliar e quais os critérios de aliança, bem como sobre os caminhos da revolução brasileira. As eleições de 1928 obrigaram os comunistas a confrontarem-se com a máquina eleitoral do PRP que lhes escancarou um total despreparo que foi núcleo de polêmica entre eles e Robespierre Mello no jornal *O Combate*.

Além das frentes de massa, os comunistas ainda tinham de levar a cabo o trabalho de propaganda, infiltração nas fábricas e disputa nos sindicatos. A proposta comunista de um jornal único orientador do movimento operário foi colocada com sucesso, mas não sem dificuldades. A correspondência dos comunistas de São Paulo com o Comitê Central nos possibilitou conhecer toda a sorte de dificuldades que envolviam o trabalho de propaganda: o jornal vinha do Rio e era extraviado pelo caminho, havia problemas em encontrar aqueles que o vendessem e, mais do que isso, a um preço acessível aos operários, o atraso desestimulava o interesse dos vendedores de jornal, os militantes não tinham disponibilidade de tempo para estar sempre resolvendo esses problemas.

O problema da propaganda era somado aos problemas crônicos do Partido em São Paulo: falta de militantes, pouca disponibilidade dos militantes existentes e dinheiro escasso. Apesar dos comunistas prezarem pelo caráter planejado e centralizado das ações, é notável que todos esses problemas e a incapacidade de resolvê-los em razão de questões da vida privada de cada um e de conflitos internos dentro da célula, dava as atividades do Partido um nítido caráter de improviso, do qual o “curso eleitoral” de Plínio Mello é exemplar. Esse caráter de improviso parece ter começado a ser superado apenas depois da participação dos comunistas paulistas nas eleições de outubro de 1928 graças a intervenção do Comitê Central que enviou um militante do Rio de Janeiro para ajudar no trabalho de metodização das ações do Partido na região. Mas tão logo isso aconteceu, veio a greve dos gráficos de 1929 que esgotou as forças do Partido no esforço de mantê-la e fazê-la vitoriosa e gerou uma posterior repressão policial gigantesca que simplesmente esfacelou a atuação dos comunistas na região pelos próximos anos.

A base de classe do PCB em São Paulo era constituída por intelectuais, principalmente jornalistas, e duas categorias de trabalhadores bem distintas: gráficos e trabalhadores do ramo alimentício (garçons e cozinheiros). A conquista da hegemonia dos comunistas nestas duas categorias se deveu em grande medida a conversão de suas lideranças do anarquismo ao comunismo no começo da década, o que não significa que os comunistas não tivessem respaldo nas bases dos sindicatos. Principalmente no sindicato dos garçons e cozinheiros a disputa entre comunistas e anarquistas se manteve acesa por quase toda a década de 20 e os comunistas não teriam conseguido se manter na direção do sindicato sem ter, em alguma medida, apoio da categoria.

Os gráficos, entretanto, eram o ponto forte do Partido em São Paulo. A União dos Trabalhadores gráficos não apenas era o sindicato mais organizado, com maior estabilidade dos comunistas na direção, como também era um difusor cultural e ideológico do PCB nas bases operárias da cidade e responsável pelas duas greves de peso durante a década. Os gráficos dispunham de melhores salários, maior estabilidade de vida, seu trabalho era uma síntese do trabalho manual operário e do trabalho intelectual, o que em grande medida permitiu que ganhassem um caráter vanguardista no movimento operário paulista.

Os comunistas tinham ainda alguma presença no sindicato dos sapateiros, mas jamais conseguiram vencer os anarquistas que ocuparam a direção desse sindicato durante toda a década de 20. É necessário notar também que não conseguiram expandir de modo consistente sua influência para outras categorias da classe operária paulista, incluindo de modo principal a categoria dos trabalhadores da indústria de tecidos, que neste momento era a mais numerosa.

No que diz respeito às alianças políticas, podemos chegar a conclusão de que os comunistas falharam na maioria das tentativas de construir e consolidar alianças. Porém, não podemos deixar de constatar que essa falha não dependeu da mera vontade ou incapacidade dos mesmos. Os comunistas tentaram alianças com os tenentistas em 1924, mas foram terminantemente rejeitados. Apoiaram o Partido Democrático de São Paulo nas eleições de fevereiro de 1928, mas esta atitude foi duramente condenada pela direção do Partido. Em alguns momentos conseguiram fazer atividades juntamente com os anarquistas, mas em geral a relação destas duas forças do movimento operário era de conflito aberto. Pode-se dizer que suas alianças de sucesso foram com elementos individuais das camadas médias, como Nestor Pereira Jr., líder dos comerciários que concorreu a deputado estadual pelo BOC-SP e a abertura que encontraram para publicar em jornais como *O Combate* durante algum tempo. Esse quadro tímido de alianças evidencia que o PCB foi, durante toda a década de 20, uma força isolada na cidade de São Paulo.

Buscamos expor ao máximo possível os principais problemas que os comunistas enfrentaram na tarefa de construção do PCB na cidade de São Paulo, nos atentando para a forma como estes problemas foram superados ou não, delineando os objetivos da tática do PCB na década de 20 e os caminhos que foram buscados para concretizá-la.

A construção de uma seção nacional da Internacional Comunista era lidar com todas essas questões e tantas outras. Em geral, a bibliografia sobre a história do PCB descreve a atuação dos comunistas em São Paulo como muito deficiente. Em comparação com locais como o Rio de Janeiro ou Santos, sem dúvida a ação dos comunistas em São Paulo foi modesta. Mas devemos afirmar nesta conclusão que, apesar disso, ela não foi nula e conseguiu realizações de relativo peso no âmbito do movimento operário. Em linhas gerais, acima de tudo a experiência dos comunistas na cidade de São Paulo reproduziu os dramas e dilemas que o Partido passava no país inteiro. Muitos desses problemas, como a tarefa de definir as alianças políticas e criar uma teoria da revolução no Brasil apareceram nesse momento como pontos de partida que serão depois desenvolvidos no decorrer futuro da história do Partido.

A história do PCB na cidade de São Paulo começou com uma reunião de fundação modesta se comparada com a de outros locais. Os primeiros anos não apresentaram expansão do Partido e nem um conhecimento público de amplo alcance dos comunistas na cidade, mas permitiram aos comunistas a experiência de dirigir uma greve vitoriosa como a dos gráficos de 1923, começar a disputa pelos sindicatos e tentar aliar-se com os tenentistas na revolta de 1924. Em torno de 1925, depois do II Congresso do Partido, os comunistas paulistas começam a atuar segundo a política de frente única buscando fundar frentes de massas como a Sociedade Amigos da Rússia, e obtém sucesso com a fundação do Bloco Operário e Camponês em 1928. Podemos constatar, assim como Arthur Peixoto em relação a atuação do PCB no Rio Grande do Sul, que também em São Paulo o período de apogeu dos comunistas foi o ano de 1928, com as duas eleições em que o BOC-SP participou e o primeiro semestre de 1929 com a greve dos gráficos. Após o término da greve dos gráficos, uma escalada exponencial da repressão policial e uma crise interna no Partido devido a mudança na linha política da III Internacional acarretou o declínio da atuação dos comunistas na cidade.

Fontes

Cartas

Carta de Saulo [Paulo de Lacerda] para Américo Ledo [Astrojildo Pereira]. Rio de Janeiro, 23/04/1929. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista)

Carta de Américo Ledo [Astrojildo Pereira] para Saulo [Paulo de Lacerda]. Moscou, 08/08/1929. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista)

Carta de Astrojildo Pereira ao Comitê Regional de São Paulo. Rio de Janeiro. 18/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

Carta de Astrojildo para Plínio Mello, Rio de Janeiro. 21/08/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de Astrojildo Pereira a Plínio Mello. Rio de Janeiro, 09/12/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

Carta de Astrojildo Pereira a Plínio Mello. Rio de Janeiro, 14/12/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de Augusto Pizzuti a Astrojildo Pereira. São Paulo, 06/03/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de Everardo Dias a Astrojildo Pereira. São Paulo, ??/02/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de Everardo Dias ao camarada Astrojildo Pereira. São Paulo, 02/06/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 16/01/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 27/01/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 06/02/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 08/02/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

Carta de Everardo a Gildo. São Paulo, 15/07/1927. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

Carta de Everardo a Gildo, São Paulo, 16/08/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de João [Freire de Oliveira] a Astrojildo Pereira. Santos, 20/05/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de João Freire de Oliveira a Astrojildo Pereira. Santos, 01/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de João Freire de Oliveira a Astrojildo Pereira. Santos, 08/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

Carta de João Freire de Oliveira a Astrojildo Pereira. Santos, 10/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de João ao Camarada Astrojildo. Santos, 16/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

Carta de Plínio Mello a Astrojildo Pereira. São Paulo, 27/05/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

Carta de Plínio Mello a Astrojildo. São Paulo, 13/08/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

Carta de Plínio a Astrojildo. São Paulo, 14/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de Plínio a Astrojildo, São Paulo. 16/09/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Carta de Plínio Mello a Astrojildo Pereira. São Paulo, 27/11/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

MELLO, P. *A questão das eleições estaduais*. Carta à C.C.E. São Paulo, 21/04/1928 (AESP)

Carta de Tejada para Astrojildo Pereira. São Paulo, 13/07/1930. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

DIAS, E. Carta aos Camaradas do C.C.E. do B.O.C. São Paulo. São Paulo, 04/11/1928. (CEDEM).

Depoimentos Oraís.

BRANDÃO, O. Otávio Brandão (depoimento, 1977). Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

Documentos

Ata da I Conferência de Agit-Prop da Zona de São Paulo. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira)

Ata da II Conferência de Agitprops, realizada em 11 de setembro de 1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Ata da reunião da C.C.E do PCB. Rio de Janeiro, 30/09/1928. (CEDEM)

Bloco Operário e Camponês. *Concurso Eleitoral: 20 Prêmios no valor de mais de dois contos de réis!* São Paulo, 1928. P. 1. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Bloco Operário e Camponês. *Programa e estatutos*. Rio de Janeiro, Comitê Central do BOC, 1928. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista, ic-0646)

BOC-SP. *As Eleições Paulistas e o B.O.C.* São Paulo, 18/11/1928. (CEDEM)

Comitê Regional do BOC. *As eleições paulistas e o BOC*. São Paulo, 18/11/1928. (CEDEM).

Comitê Regional de São Paulo do Partido Comunista do Brasil. *Aos comitês de zona da região de S. Paulo*. São Paulo, 04/12/1928. (CEDEM – Fundo Astrojildo Pereira).

Condições de adesão a Internacional Comunista. In Estudos. Edições SAP, Ano I, N° 2, 1971. P. 104. (CEDEM)

CR-SP do BOC. *As eleições paulistas e o BOC.* 18/11/1928. P. 1. (ASMOB – Fundo Astrojildo Pereira)

Partido Comunista do Brasil. *II Congresso do P.C.B. (Seção Brasileira da Internacional Comunista). Teses e resoluções.* Rio de Janeiro, 1925. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista)

Partido Comunista. *Relatório Geral sobre as condições econômicas, políticas e sociais do Brasil e sobre a situação do P.C. brasileiro ao Comitê Executivo da I.C.* Rio de Janeiro, 01/10/1923. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista)

PCB. *III Congresso.* Rio de Janeiro. P. 7. (CEDEM – Coleção Internacional Comunista)

Relatório de Everardo Dias ao Comitê Central do BOC: Bloco Operário e Camponês de São Paulo. São Paulo. 04/11/1928. (CEDEM).

Periódicos

A Classe Operária. Rio de Janeiro/ São Paulo/ Salvador, 1925 – 1930. (CEDEM)

A Esquerda. Rio de Janeiro, 1928 - 1929. (BNDigital).

A Nação. Rio de Janeiro, 1927. (CEDEM)

A Plebe. São Paulo, 1919 – 1923, 1927. (AEL)

Auto-crítica. Rio de Janeiro, 1928 – 1929. (CEDEM)

A Voz Cosmopolita. Rio de Janeiro, 1922- 1928. (CEDEM)

Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 1928. (BNDigital)

Diário Nacional. São Paulo, 1927 – 1930. (BNDigital)

Folha da Manhã. São Paulo, 1928. (Acervo Digital da Folha de São Paulo).

O Combate. São Paulo, 1927 – 1929. (CEDEM)

O Internacional. São Paulo, 1922 – 1928. (CEDEM – ASMOB)

O Trabalhador Graphico. São Paulo, 1922 – 1929. (CEDEM – ASMOB)

Bibliografia

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O ano vermelho.* São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BASBAUM, L. *História Sincera da República Vol II.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

_____. *Uma Vida em Seis Tempos.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BATALHA, C. *A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX.* In MORAES J. Q. São Paulo: Unicamp, 2007.

_____. *Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva*. IN FERREIRA, Jorge; DELGADO, L.A.N. *O Brasil Republicano: O tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920 militantes e organizações*. São Paulo: Perseu Abramo, 2009.

BLASS, L.M.S. *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986.

BONOMO, A. B. *O anarquismo em São Paulo: razões do declínio (1920 – 1935). Mestrado em História apresentado a PUC*. São Paulo, 2007.

BRANDÃO, Octavio. *Combates e Batalhas Volume I*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

_____. *Agrarismo e Industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil*. São Paulo: Garibaldi, 2006.

CANALE, D. *O surgimento da seção brasileira da Internacional Comunista (1917 – 1928)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2013.

CARONE, E. *A República Velha: instituições e classes sociais*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

_____. *Uma polêmica nos primórdios do PCB: o incidente Canellas e Astrojldo (1923). Memória & História*. São Paulo, n. 1, 1981.

_____. *O PCB (1922 – 1943)*. São Paulo: Difel, 1982.

_____. *O marxismo no Brasil: Das origens a 1964*. São Paulo: Dois pontos, 1986.

CASTELLAN, G.R. *Artesãos da Subversão*. São Paulo: Dissertação apresentada a USP, 2010.

CHILCOTE, R. *Partido Comunista Brasileiro: Conflito e Integração (1922 – 1979)*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CLAUDÍN, F. *A crise do movimento comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

COSENZA, A. *Um Partido, duas táticas: uma história organizativa e política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), de 1922 a 1935*. São Paulo. Dissertação de mestrado entregue a USP, 2012.

COSTA, Emília Viotti da. *A nova face do movimento operário na Primeira República*. Revista Brasileira de História, São Paulo, 2-4, set, 1982

DANTAS, C. V. *Nicanor do Nascimento*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/NASCIMENTO,%20Nicanor%20Queir%C3%B3s%20do.pdf>

DE DECCA, E. *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DECCA, M.A.G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920 – 1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL ROIO, M. *A classe operária na revolução burguesa – A política de Alianças do PCB: 1928 – 1935*. Belo Horizonte: Oficina dos Livros, 1990.

DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

- DULLES, J.F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FAUSTO, Boris. *Estado, classe trabalhadora e burguesia industrial (1920-1945): Uma revisão*. In *Novos Estudos Cebrap* ne 20, março de 1988.
- _____. *A Revolução de 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FERREIRA, N. *A imprensa operária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- _____. *Imprimindo a própria história: o movimento dos trabalhadores gráficos de São Paulo no final dos anos 20*. São Paulo: Loyola, 1986.
- FORJAZ, M.C.S. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GUALBERTO, E. S. *Vanguarda Sindical: União dos Trabalhadores Gráficos de São Paulo (1919 – 1935)*. Mestrado apresentado à USP. São Paulo, 2008.
- GOMES, A. C. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil (1917 – 1937)*. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1979.
- _____. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- GOMES, L. R. *Libertários e Bolcheviques: a repercussão da Revolução Russa na imprensa operária anarquista brasileira (1917-1922)*. São Paulo: dissertação de mestrado entregue a Unesp, 2012.
- HÁJEK, M. *A discussão sobre a frente única e a revolução abortada na Alemanha*. In *História do marxismo* V. 6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão*. São Paulo: Unesp, 2002.
- HEDLER, M. S. D. *Sindicato de Estado e legislação social: o caso dos gráficos paulistas nos anos de 1930*. Campinas. Dissertação de Mestrado apresentada a Unicamp, 1982.
- HOBBSAWM, Eric. *Os Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras. 1995.
- _____. *Como mudar o mundo: Marx e o marxismo (1840-2011)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- JOHNSTONE, M. *Um instrumento político de tipo novo: o partido leninista de vanguarda*. In HOBBSAWM, E. *História do marxismo*. Vol. VI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- KAREPOVS, D. *A Esquerda e o Parlamento no Brasil*. Tese de doutorado em História apresentada a USP, 2001.
- _____. *A Classe Operária vai ao Parlamento: O Bloco Operário e Camponês do Brasil (1924-1930)*. São Paulo: Alameda, 2006.

_____. *A Coligação Operária de Santos quebrou a pasmaceira*. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v. 25, n. 1, p. 182-202, 2006.

_____. *A Nação e a juventude Comunista do Brasil*. Cad. AEL, v.17, n.29, 2010.

KONDER, L. *A Derrota da Dialética*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

LÊNIN, V.I. *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

_____. *Esquerdismo, doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. *O Que Fazer? : Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

LEWIN, Moshe. *O Século Soviético*. Rio de Janeiro Record, 2007.

LIMA, H. F. *Caminhos Percorridos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOUREIRO, I. *A Revolução Alemã (1918-1923)*. São Paulo: Unesp, 2005.

LUKÁCS, G. *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto do Partido Comunista*. Edições Progresso, 1987.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Centauro, 2002.

MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

MAZZEO, A. C. *A Sinfonia Inacabada: A política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.

MORAES, José Geraldo Vinci de; REGO, José Marcio. *Conversas com historiadores brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 2002.

MUNAKATA, K. *Algumas cenas brasileiras*. Dissertação de mestrado apresentada à Unicamp. 1982.

PACHECO, E. *O Partido Comunista Brasileiro (1922 – 1964)*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PANSARDI, M. V. *Republicanos e Operários: os primeiros anos do movimento socialista no Brasil (1889 -1903)*. Dissertação de mestrado em ciências políticas apresentada a Unicamp, 1993.

PAULILLO, M.C.R.A. *Tradição e modernidade: Afonso Schmidt e a literatura paulista (1906 – 1928)*. São Paulo: Unifeo, Fapesp, Annablume, 2002.

PECHMAN, R. *Maurício de Lacerda*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LACERDA,%20Maur%20C3%ADcio%20de.pdf>

PEIXOTO, A.D. *Da organização à frente única: a repercussão da ação política do Partido Comunista do Brasil no movimento operário gaúcho (1927 – 1930)*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.

PEIXOTO, M.R.C. *O trem da história: A aliança PCB/CSCB/O PAIZ*. São Paulo: Marco Zero, 1994.

- PEREIRA, Astrojildo. *Formação do PCB*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.
- _____. *Ensaaios históricos e políticos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- PINHEIRO, P.S. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- _____. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil (1922 – 1935)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A Classe Operária no Brasil: 1889-1930 vol I*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- _____. *A Classe Operária no Brasil (1889-1930) Vol. II*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PINHEIRO, P. S. A. *Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política*. IN FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, vol. IX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- PRADO Jr. C. *A Revolução Brasileira e A Questão Agrária*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- PRADO, M. L. C. *Democracia Ilustrada*. São Paulo: Ática, 1986.
- PRESTES, A. L. *A Coluna Prestes*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- PZEWORSKI, A. *A social-democracia como fenômeno histórico*. Revista Lua Nova, São Paulo, Vol. 4, n. 03, P. 104. P. 47. Julho/setembro. 1984.
- REIS, D. A.. *Uma revolução perdida: A história do socialismo soviético*. Rio de Janeiro: Perseu Abramo, 1997.
- RESENDE, M.E.L. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*. IN *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.
- ROMANI. C. *Clevelândia (Oiapoque): colônia penal ou campo de concentração?* Revista Verve. Campinas, nº 4, 2003.
- SALLES, I. *Um cadáver ao sol: a história do operário brasileiro que desafiou Moscou e o PCB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- SANTA ROSA, V. *O sentido do tenentismo*. São Paulo: Alfa-omega, 1976.
- SEGATTO, J. A. *Breve História do PCB*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- SENA Jr., C. Z. *Podemos escrever uma história dos comunistas brasileiros?* Revista Outubro, Nº 29, 2017.
- SFERRA, G. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987.
- SILVA, Ângelo José da. *Comunistas e trotskistas: a crítica operária à Revolução de 30*. Curitiba: Moinho do Verbo, 2002.
- SILVA, Isabel Pimentel da. *João Batista de Azevedo Lima*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIMA,%20Jo%C3%A3o%20Batista%20de%20Azevedo.pdf>
- SILVA, Z. L. *A domesticação dos trabalhadores nos anos 30*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado e outros escritos*. São Paulo: Hucitec, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz (coord.). *A abertura para o mundo (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SODRÉ, N.W. *Contribuição à história do PCB*. São Paulo: Global, 1984.

STÁLIN, J. *Fundamentos do Leninismo*. In <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1924/leninismo/cap08.htm> Acesso em 20/06/2018.

TELAROLLI, Rodolpho. *A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Departamento de História da FFLCH-USP, 1981.

TOLEDO, E. *Travessias Revolucionárias*. São Paulo: Unicamp, 2004.

TRONCA, Ítalo. *1930: A dominação Oculta*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

VESENTINI, C.A. *A Teia do Fato: Uma proposta de estudo sobre a Memória Histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997.

VINHAS, M. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922 – 1974)*. São Paulo: Hucitec, 1982.

ZAIDAN, M. *Comunistas em céu aberto*. Belo Horizonte: Oficina dos livros, 1989.

_____. *PCB (1922 – 1929): Na busca das origens de um marxismo nacional*. São Paulo: Global, 1985.

_____. *O PCB e a Internacional Comunista (1922 – 1929)*. São Paulo: Vértice, 1988.